

SOCIOLOGIA *ON LINE*

Número 21

Revista da Associação Portuguesa de Sociologia (APS)

SOCIOLOGIA ON LINE

Três números por ano

N.º 21, dezembro 2019

Diretora: Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; afferreira@fcsh.unl.pt)

Diretoras Adjuntas: Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; dalilacerejo@fcsh.unl.pt) e Joana Azevedo (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL; joana.azevedo@iscte-iul.pt)

Conselho de Redação: João Teixeira Lopes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Madalena Ramos (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL); Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa); Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lúgia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho); Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa) e Joana Azevedo (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL)

Conselho Editorial: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodríguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Espanha); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique da Université Lyon II, França); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (Universidade de Piraeus, Grécia); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, México); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil); Jack Barbalet (Department of Sociology da Hong Kong Baptist University, Hong Kong); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto da Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, México); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Luís Baptista (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA-UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Espanha); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Espanha); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Maria das Dores Guerreiro (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences da Dortmund University, Alemanha); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Alemanha); Paola Borgna (Universidade de Turin, Itália); Renate Klein (College of Education and Human Development da University of Maine, EUA) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Assistente Editorial: Brenda Silva

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Sociologia

Apresentação da Revista: A SOCIOLOGIA *ON LINE* é a revista científica da Associação Portuguesa de Sociologia, apresentando uma política de acesso livre e encontrando-se todos os artigos publicados disponíveis gratuitamente online. Nesta revista publicam-se artigos originais incluindo trabalhos de investigação, pequenos ensaios ou resenhas de obras publicadas. Aceitam-se propostas para publicação de textos escritos em português, espanhol, italiano, francês e inglês

Edição: Associação Portuguesa de Sociologia

Normas para os Autores: Os textos apresentados para publicação deverão ser textos originais e respeitar as normas de publicação da revista disponíveis online e na última página de cada número da revista

Sistema de Arbitragem: Os artigos enviados para publicação são sujeitos a avaliação independente de pelo menos dois especialistas, sob condições de duplo anonimato

Indexação: Está indexada na Latindex, ERIH PLUS, DRJI e OAJI, e classificada na QUALIS-CAPES (Brasil). Aguarda indexação na SHERPA/RoMEO, SciELO Portugal e The Publication Forum (Finlândia).

Contactos: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | Telefone: 217804738 | Fax: 217940274 | *E-mail:* sociologiaonline@aps.pt

Conceção Gráfica e Composição: Lina Cardoso

Capa: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Revista de Acesso Livre: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Nº de Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823

SOCIOLOGIA ON LINE

Three issues per year

N.º 21 December 2019

Editor: Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; afferreira@fcsch.unl.pt)

Associate Editors: Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; dalilacerejo@fcsch.unl.pt) and Joana Azevedo (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL; joana.azevedo@iscte-iul.pt)

Board Members: João Teixeira Lopes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Madalena Ramos (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL); Benedita Portugal e Melo (Instituto da Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa); Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lúcia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho); Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa) and Joana Azevedo (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL)

Advisory Editors: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Spain); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique of Université Lyon II, France); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (University of Piraeus, Greece); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, Mexico); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brazil); Jack Barbalet (Department of Sociology da Hong Kong Baptist University, Hong Kong); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, Mexico); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Luís Baptista (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Spain); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Spain); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Maria das Dores Guerreiro (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brazil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences of Dortmund University, Germany); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Germany); Paola Borgna (Universidade de Turin, Italy); Renate Klein (College of Education and Human Development of University of Maine, USA) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Editorial Assistant: Brenda Silva

Copyright: Associação Portuguesa de Sociologia

About the Journal: SOCIOLOGIA *ON LINE* is the scientific journal of the Portuguese Sociological Association. It has an open access policy, with all published articles freely available online. This journal publishes original research on social sciences; short essays and book reviews. Proposals for publication can be written in English, Portuguese, Spanish, French or Italian

Publisher: Associação Portuguesa de Sociologia

Submission Guidelines: Only original papers complying to the journal's guidelines, available online and at the last page of each number, are accepted for publication

Refereeing: SOCIOLOGIA *ON LINE* uses a double-blind peer review system with papers being independently evaluated by at least two experts

Abstracting and Indexing: Is indexed in Latindex, ERIH PLUS, DRJI and OAJI, and is classified in QUALIS-CAPES (Brazil). Is under review in SHERPA/RoMEO, SciELO Portugal and The Publication Forum (Finland).

Contact: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | Phone: 217804738 | Fax: 217940274 | E-mail: sociologiaonline@aps.pt

Design and Typeset: Lina Cardoso

Cover: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Open access journal available at: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Number in Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823

ÍNDICE

ARTIGOS

Está o governo da escola sob o comando da norma padronizada? Quando a crítica mordaz curto-circuita as ordens de grandeza das formas de governação	11
<i>José Manuel Resende, Luís Gouveia e David Beirante</i>	
Poderes sindicais em (re)construção? Ilações setoriais no contexto português.....	36
<i>Hermes Augusto Costa, Elísio Estanque e Dora Fonseca</i>	
Divisões digitais em Portugal e na Europa. Portugal ainda à procura do comboio europeu?.....	62
<i>Tiago Lapa e Jorge Vieira</i>	
Inovação em Portugal. A importância de aprender com o fracasso	83
<i>Ana Roque Dantas e Ana Ferreira</i>	
Práticas religiosas e redes sociais. Os novos espaços e tempos da Igreja Católica em Portugal	116
<i>Margarida Franca, Rui Martins e João Luís J. Fernandes</i>	
Os territórios rurais de baixa densidade como espaço de lazer e de turismo. O destino turístico <i>Aldeias Históricas de Portugal</i>	141
<i>Paula Reis e Maria da Saudade Baltazar</i>	

RECENSÃO

Pereira, Patrícia (2018) <i>O Parque das Nações em Lisboa. Uma montra da metrópole à beira Tejo.</i> Lisboa: Editora Mundos Sociais.	169
<i>Lígia Ferro</i>	
Normas para Autores	175

CONTENTS

ARTICLES

Is the school governance under the command of the standardized norm? When the sharp criticism short-circuits the orders of worth of the forms of government	11
<i>José Manuel Resende, Luís Gouveia and David Beirante</i>	
Trade union powers under (re)construction? Sectoral lessons in the portuguese context	36
<i>Hermes Augusto Costa, Elísio Estanque and Dora Fonseca</i>	
Digital divides in Portugal and Europe. Portugal still chasing the european train?.....	62
<i>Tiago Lapa and Jorge Vieira</i>	
Innovation in Portugal. The relevance of learning from failure	83
<i>Ana Roque Dantas and Ana Ferreira</i>	
Religious practices and social networks. The new spaces and times of the Catholic church in Portugal	116
<i>Margarida Franca, Rui Martins and João Luís J. Fernandes</i>	
Low density rural territories as a leisure and tourism space. The tourist destination <i>Historical Villages of Portugal</i>	141
<i>Paula Reis and Maria da Saudade Baltazar</i>	

BOOK REVIEW

Pereira, Patrícia (2018) <i>O Parque das Nações em Lisboa. Uma montra da metrópole à beira Tejo.</i> Lisboa: Editora Mundos Sociais.	169
<i>Lígia Ferro</i>	
Submission Guidelines.....	177

ARTIGOS

ARTICLES

ESTÁ O GOVERNO DA ESCOLA SOB O COMANDO DA NORMA PADRONIZADA? QUANDO A CRÍTICA MORDAZ CURTO-CIRCUITA AS ORDENS DE GRANDEZA DAS FORMAS DE GOVERNAÇÃO

IS THE SCHOOL GOVERNANCE UNDER THE COMMAND OF THE STANDARDIZED NORM? WHEN SHARP CRITICISM SHORT-CIRCUITS THE ORDERS OF WORTH OF THE FORMS OF GOVERNMENT

José Manuel Resende

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade de Évora. Largo dos Colegiais, 2, 7000-812 Évora, Portugal. Email: josemenator@gmail.com

Luís Gouveia

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa. Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa, Portugal. Email: lcgouveia86@gmail.com

David Beirante

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa. Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa, Portugal. Email: davidbeirante@gmail.com

Resumo: O conjunto de mudanças que ocorrem nos sistemas educativos nas últimas décadas tem como vetor fundamental a mudança do programa de justiça que orienta o seu funcionamento. É o paradigma de *escola eficaz* que ganha paulatinamente terreno. Esta evolução no plano dos princípios de justiça e lógicas de funcionamento tem repercussões nas formas de exercício da atividade docente, enquanto pilar incontornável para a prossecução destas novas orientações. Ora, estas novas demandas não significam que elas sejam mecanicamente assimiladas por estes profissionais. É perscrutável uma diversidade de lógicas atuantes, assentes em diferentes composições de *regimes de envolvimento na ação*, no exercício da atividade, e que entram em tensão de diferentes formas com as lógicas *performativas* incrustadas no funcionamento do sistema educativo. Alguns dos dados recolhidos no âmbito de um projeto de investigação fornecem o suporte empírico para as indagações que se pretendem desenvolver sob um enfoque teórico de cariz *pragmatista*.

Palavras-chave: programa de justiça escolar, escola performativa, regimes de ação, professores do Ensino Básico e Secundário.

Abstract: The set of changes that has taken place in the educational systems in the last decades has had, as a fundamental vector, changes in the justice program that regulates its functioning. It is the paradigm of *effective school* that has gradually gained influence. This evolution of the principles of justice and logics of operation has repercussions on the forms of exercise of the teaching activity as an essential pillar for the attainment of these new orientations. However, these new demands do not mean that they are mechanically assimilated by these professionals. Namely, it is possible to discern a diversity of acting logics, based on different compositions of *regimes of action*, in the exercise of the professional activity, that comes into tension with the *performative* logics embedded in the functioning of the educational system. Data collected during the course of a research project empirically supports the inquiries carried out under a pragmatist theoretical approach.

Keywords: school justice program, performative school, regimes of action, Basic and Secondary teachers.

Entre a ontogénese e a tecno-génese: Os efeitos da estandardização dos dispositivos de governação escolar nos mandatos dos professores

Como *governar a escolarização pública* está hoje na ordem do dia nas reflexões sociológicas. Destacar o hoje não significa ressaltar uma temporalidade ainda curta naquilo que toca a este objeto. Há muito tempo que sociólogas e sociólogos portugueses tomam a questão da administração e gestão escolar como objeto de pesquisa (Afonso, 1997, 1998; Barroso e Carvalho, 2008; Barroso, Carvalho, Fontoura e Afonso, 2007; Lima, 2011, 2012, 2013; Lima, Estêvão, Silva, Torres e Sá, 2006).

A novidade aparece ligada ao *conceito de governamentalidade* trazida para a Sociologia por inspiração dos trabalhos produzidos por Michel Foucault. Na verdade, Foucault trabalha o governo das populações e das instituições através da entrada da racionalidade como dispositivo central da *modernidade política*. Ora, a escolarização pública, trabalhada pela *forma escolar moderna*, traz outras práticas que se ligam aos saberes ali transmitidos e que exigem dos corpos a adoção de ações adequadas à racionalidade que a socialização política imprime, quer aos alunos, quer aos professores. Neste sentido, para Foucault, “esta nova racionalidade política apoia-se sobre aparelhos específicos de governo e sobre um sistema de saberes. Estes dois elementos, uma vez agenciados, apresentam-se como o fundamento de *dispositivos* que constituem os operadores materiais do poder” (Rui, 2013, p. 68).

Insistir na *governação da escolarização* significa, na nossa reflexão, que os seus efeitos incidem sobre as práticas de quem exerce, nas escolas, o mandato destinado à transmissão dos conhecimentos para determinados destinatários, os alunos, e segundo a conformidade com a sua idade escolar. Mas exerce também outros efeitos nas maneiras de agir dos recetores das mensagens pedagógicas.

Então, o que nos afasta da conceção de Foucault, apesar de usarmos o seu conceito de governamentalidade (Foucault, 1991)? Tal como menciona Sandrine Rui (2013), o entendimento adotado do conceito de governamentalidade, e por extensão do conceito de governação, tem sido justamente produzido com a ausência nas suas reflexões das *operações críticas* dos atores quando são confrontados com uma dada ordenação das *grandezas injustas* e da sua *economia* decorrentes dos projetos e dos *dispositivos* de governação adjudicados às instituições modernas, aqui focalizada no interior dos estabelecimentos de ensino.

A inacessibilidade em apreender a crítica social produzida sobre os dispositivos e os projetos de que se alimentam e em que se baseiam reduzem em muito as ilações sociológicas que se retiram dos efeitos dos modelos de governação e da sua aplicação nos contextos de trabalho escolares. Ora, é isto que temos estado a evitar fazer, uma vez que a governamentalidade dos territórios escolares nem sempre aciona dispositivos suficientemente extensos que interfiram, por exemplo, nos *espaços intercalares* (Breviglieri, 2007) que são conexos aos espaços da escola. Por outro lado, os princípios normativos que orientam os modelos aplicados como dispositivos da governação não deixam de ser objeto de críticas e de denúncias, como temos vindo a mostrar em diferentes textos, quer apresentados por docentes, quer referenciados pelos alunos (Resende, Beirante e Gouveia, 2019).

Neste sentido, tem sido nosso propósito deslocar a problemática da governação dos órgãos que administram as escolas para as modalidades de direção assumidas pelos regimes de envolvimento na ação que os docentes manifestam quando se confrontam com as orientações normativas a estes dirigidas, quer pelas direções das escolas, quer pelos seus conselhos pedagógicos. Não se menoriza o trabalho hermenêutico desenvolvido por docentes que têm a seu cargo o exercício de comando das atividades escolares, incluindo nelas as atividades letivas e pedagógicas. Contudo, as nossas indagações têm sido outras. Temos dado conta de que as orientações normativas de governação da escolarização transmitidas pelos órgãos de gestão das escolas têm sido experimentadas por docentes, com diferentes temporalidades no seu posto, como momentos críticos conducentes a uma problematização sobre o seu mandato profissional, justamente em virtude das consequências que a padronização normativa da governação tem imprimido nas suas práticas pedagógicas a partir, sobretudo, dos finais da primeira década do século XXI.

Dito de outra maneira, os princípios políticos e morais inscritos nas cartografias culturais em que se baseia a jurisdição produzida sobre este assunto (Abbott, 1988) têm de ser sociologicamente trabalhados no âmbito das operações críticas fornecidas pelos docentes quando estes são confrontados com as consequências daquelas orientações nas suas práticas profissionais. Isto significa que os novos investimentos em formas (Thévenot, 1986) que ensaiam a constituição de práticas pedagógicas ritualizadas e comuns entre os professores, com o propósito de estes cumprirem a grandeza máxima ali consubstanciada — a referida eficácia nos resultados finais das aprendizagens e menos a eficácia dos processos relacionados com a efetiva aquisição e monitorização dos conhecimentos captados pelas modalidades de transmissão —, não se extraviem no emaranhado das experiências profissionais com que os professores se defrontam no seu local de trabalho. Bem pelo contrário: os efeitos que as novas categorias intentam classificar e qualificar as

práticas dos professores em ação são recursivamente por estes apropriados para terem operações críticas mordazes, mostrando-se indisponíveis para os aceitar como válidos e credíveis, quer para o exercício das práticas pedagógicas que realizam na sua leção, quer para o exercício da socialização política que lhes incube fazer junto dos seres mais novos — os seus alunos.

É por isso que, no desdobramento dos processos de governamentalidade a que as instituições são submetidas, com destaque para a escola, a aplicação dos princípios que animam os seus processos de governação, e que nutrem os seus dispositivos, não deixa de estar sujeitos a um trabalho interpretativo crítico da parte dos atores que ali fazem o seu trabalho. Sem ter em consideração, na análise sociológica, a exercitação destas lidas da parte dos profissionais, gera-se uma real incompletude na compreensão daquilo que se passa nos estabelecimentos de ensino, designadamente aquilo que acontece nas artes em fazer o comum no plural nos seus locais de trabalho (Resende e Gouveia, 2013).

Na verdade, os profissionais de ensino não deixam por mãos alheias o trabalho de confeção das suas biografias como professores. E as suas biografias apresentam-se a estes também como espelhos ontológicos. Por outras palavras, o *cuidado de si* (Foucault, 1998, 2010) é crucial para cuidarem dos seus alunos. E cuidar destes requer que as suas práticas pedagógicas se vinculem a projetos globais de intervenção no âmbito daquilo que temos vindo a designar como os exercícios de *socialização política* de que os adultos na escola se mostram merecedores de exercerem em pleno.

Porém, as modalidades de governação em curso, e em particular a sobreposição do princípio da regulação numérica que deve nortear a prestação de contas do seu trabalho na escola, são, para muitos dos professores, inaceitáveis, designadamente em virtude das suas consequências na formação integral dos seus discípulos. Do seu trabalho na escola e dos exercícios que este exige para o desenvolvimento desta particular socialização emanam desafios que os levam a espicaçar corrosivamente a padronização normativa que as orientações da governação pretendem impor — e a trazer destas experiências a opressão em resultado das consequências limitativas que observam ao aplicar aquelas diretrizes.

Os docentes não minorizam os equipamentos técnicos que regulam o seu trabalho. Não desprezam a importância dos sumários, dos relatórios, da contabilização dos resultados escolares, da fabricação das múltiplas taxas estatísticas com as qualificações que estas produzem sobre os classificados. Não desqualificam os processos de avaliação, classificação e categorização do seu trabalho a que se têm de sujeitar no âmbito desta política de prestação de contas. Insurgem-se contra o excesso e a unicidade da medida, como vamos observar na tessitura dos seus

comentários críticos em face dos enquadramentos limitados que a governação intenta trazer às suas práticas profissionais (Resende, 2017). O que reclamam através destas vozes é que os seus modos de existir como profissionais não os podem levar a circunscrever as suas maneiras de fazer a escolarização à volta de uma tecno ontologia, exclusivista e baseada em procedimentos unilaterais e unidimensionais. Falar de si como profissionais através da substancialização do significado atribuível ao número é um absurdo pela natureza estremada como podem interpretar o seu ser, quer como ser vivo, quer como ser humano — os dois compostos nas diversas maneiras de se engajarem em múltiplos regimes de envolvimento da ação.

O seu mandato é bem mais amplo que aquele que é pressuposto nas aspirações tecidas à política da *ditadura do número* (Resende, 2010). Requer a preparação das novas gerações para o confronto com o mundo que os vai rodeando à medida que o seu corpo opera em si, através dos outros, o amadurecimento expectável. Mas, para a maturação do corpo da criança, do adolescente e do jovem que têm pela frente, o número não é em si mesmo uma substância. O resultado consubstancia um processo sinuoso e complexo de múltiplas aprendizagens que não se podem reduzir exclusivamente à aprovação nos exames finais.

Considerações metodológicas prévias

Antes de proceder à apresentação da análise empírica, importa ainda fazer um breve enquadramento metodológico. O presente artigo parte de um conjunto de dados recolhidos a partir de um projeto de investigação¹. Tendo como pano de fundo a contestação pública levada a cabo pelos professores do Ensino Básico e Secundário a uma reforma educativa que ocorre em Portugal (nomeadamente, a reforma do Estatuto da Carreira Docente de 2007), constituindo este um momento de particular intensidade crítica em torno das conceções sobre o mandato profissional, a pesquisa centra-se na problemática da pluralidade de juízos em torno da profissão docente (Gouveia, 2017). Uma das dimensões de análise prende-se, justamente, com as conceções em torno do mandato profissional no quadro da emergência do paradigma de *eficácia escolar* e constituição de um sistema de governação por normas padronizadas à escala transnacional (Thévenot, 2007) — e que, consequentemente, trazem implicações ao nível das práticas pedagógicas dos professores, nas suas formas de coordenação da ação e envolvimento na atividade enquanto principais agentes do trabalho de socialização realizado na instituição escolar.

A partir desta problemática, o trabalho de campo incide sobre cinco estabelecimentos de ensino do sistema público Português. A escolha dos mesmos obedece ao pressuposto metodológico fundamental de selecionar estabelecimentos de

ensino geograficamente dispersos e com públicos escolares contrastantes do ponto de vista da sua composição social. Três escolas da amostra situam-se no Distrito de Lisboa (duas na cidade capital e outra num município contíguo); uma situa-se a Norte, no distrito de Aveiro; e uma última situada no Interior, na região do Alto Alentejo.

O trabalho de campo desenvolvido assenta fundamentalmente em duas técnicas de recolha e análise de dados: entrevistas semidiretivas (ao todo, 40 entrevistas realizadas a docentes do Ensino Básico e Secundário; oito em cada escola que compõe a amostra) e um questionário por cenários (foram validados 112 no conjunto das 5 escolas). Em cada estabelecimento de ensino, e mediante uma amostragem não probabilística por quotas, os inquiridos são selecionados tendo em vista um conjunto de variáveis de caracterização: vínculo institucional (*contratado e do quadro*), *área disciplinar* de ensino e *anos de atividade profissional*.

No caso específico do questionário aplicado, o cenário constitui uma narrativa dilemática a partir da qual os inquiridos são convidados a expor os juízos críticos em torno do enredo em questão, dando conta das suas competências para agir mediante diferentes regimes de ação (Danic, Delalande e Rayou, 2006). Os cenários são construídos a partir de situações experienciadas e apresentadas recorrentemente pelos inquiridos como injustas em entrevistas exploratórias realizadas (sendo estas narrações agrupadas posteriormente em polos pelo investigador). No âmbito desta pesquisa, o questionário aplicado é composto por 8 cenários, construídos em torno de 4 eixos de análise que orientam a investigação: a) *avaliação e progressão*, b) *colegialidade e coordenação*, c) *autoridade docente* e d) *mandato profissional*. Em função daquilo que é o objeto do presente artigo, é escolhido um dos cenários que integra o último eixo, e que versa diretamente as conceções construídas pelos docentes em torno daquilo que é o seu mandato profissional².

Ora, o percurso analítico empreendido nesta pesquisa é orientado pelo programa teórico comumente designado por *Sociologia Pragmática* — em particular, a *sociologia dos envolvimentos*, desenvolvida por Luc Boltanski e Laurent Thévenot. Este quadro teórico propõe uma conceção específica de ação (Thévenot, 2006). Nomeadamente, ela é entendida a partir das modalidades pelas quais os indivíduos se envolvem na ação e dos formatos de coordenação com os outros e consigo próprios. Estas diferentes modalidades de envolvimento designam-se por regimes de envolvimento na ação. Cada regime é convocado pelos indivíduos em situação — em função, justamente, do juízo realizado sobre essa mesma situação. Tal juízo ou trabalho interpretativo realizado implica a seleção e organização de elementos da situação por parte do indivíduo, desenvolvendo a ação que convém (Thévenot, 1990) — no sentido em que ela resulta de uma avaliação, de um juízo situado.

São, nomeadamente, distinguidos três regimes de ação: o *regime de ação em plano*, *regime de justificação pública* e *regime de ação familiar*. No caso do regime em plano, a ação é orientada de forma estratégica e em que o formato de envolvimento é funcional por referência a determinados propósitos. Sendo este regime de ação orientado para atingir objetivos estabelecidos e decorrendo num ambiente funcionalmente preparado, a sua projeção favorece a produção de *regras e normas padronizadas*. Estes resultam de um trabalho intenso de *investimento de forma* (Thévenot, 1986) para a elaboração de acordos em torno de *benchmarks*, procedimentos e testes — objetos e dispositivos que definem a norma estandardizada (Thévenot, 2007, 2009). Esta operação pode envolver o compromisso entre diferentes ordens de grandeza, apesar de se apoiar em seres oriundos do mundo *industrial*. Assim, no caso do envolvimento em plano, sendo o bem visado a *satisfação gerada por uma ação realizada*, a ação do professor é orientada por um conjunto de *indicadores de desempenho* — na forma de normas padronizadas — que orientam a sua conduta. É, pois, mediante esses indicadores que se envolve na sua atividade enquanto medida da qualidade do trabalho desenvolvido — indicadores que se sobrepõem a formas de envolvimento a partir do regime de justificação pública, caracterizado por convenções de maior abrangência e visando noções do bem comum.

No regime de justificação pública, a ação é orientada em referência a ordens de grandeza, enquanto convenções de grande alcance cognitivo e moral socialmente difundidas e que visam qualificar os seres e ações envolvidos numa situação determinada e em função de uma determinada conceção do bem comum. Releva-se em particular neste artigo aquelas que são quatro ordens de grandeza nas quais estão alicerçadas (em composições distintas) as conceções produzidas pelos docentes sobre o seu mandato profissional e o trabalho qualificador dos alunos (Resende, 2003, 2010): grandeza *industrial* (enfoque na *eficácia* do trabalho de *instrução* enquanto transmissão dos conteúdos programáticos da respetiva área disciplinar, sendo essa *eficácia* medida por dispositivos de mensuração/quantificação); grandeza *cívica* (enfoque na *consciencialização* dos alunos enquanto *cidadãos* e a sua mobilização em torno de causas comuns); grandeza *doméstica* (enfoque na competência de *educar* os discentes enquanto inculcação de *valores e regras de comportamento*); e grandeza *inspirada* (enfoque na *exploração criativa* do conhecimento, entrando particularmente em tensão com o mundo *industrial* e um trabalho qualificador orientado por ferramentas que conferem uma *rotina industrial* à prática pedagógica).

No regime de ação familiar, a ação decorre num registo de proximidade, localizada, em que o indivíduo age a partir de uma familiarização dinâmica com as pessoas e objetos envolvidos, por intermédio de uma acomodação mútua do indivíduo ao seu ambiente direto (Thévenot, 2006). A título de exemplo, enquadra-se

num envolvimento familiar o *investimento afetivo* na relação com a figura do discente, num registo relacional *íntimo* que implica a suspensão de formatos de envolvimento a partir de critérios de validade geral, associados ao regime de justificação pública.

É justamente a partir deste quadro teórico que se pretende analisar os regimes de ação a partir dos quais os professores constroem as operações críticas em torno do seu mandato profissional, articulando esses entendimentos com aquilo que são as mudanças que ocorrem nas últimas décadas no programa de justiça escolar (Derouet e Derouet-Besson, 2009) e as consequências da padronização normativa da governação escolar nas suas práticas pedagógicas — num acompanhamento do trabalho crítico desenvolvido pelos docentes convocando diferentes composições entre regimes pragmáticos.

A emergência do paradigma da *eficácia* e as repercussões no funcionamento da instituição escolar em questão

Um olhar sobre a evolução em torno das políticas educativas ao longo das últimas décadas permite dar conta das configurações distintas do ponto de vista da composição entre construções políticas, instrumentos estatísticos e teorias de natureza económica, social e política que estão na base dessa mesma evolução (Normand, 2001; Thévenot, 2011). A análise a partir de uma *sociologia dos envolvimento*s (Boltanski e Thévenot, 2006; Thévenot, 2006) permite-nos dar conta das diferentes *gramáticas* em que estas configurações assentam.

Um elemento incontornável das políticas educativas da segunda metade do século XX é a *massificação* da escolarização. O período do pós-Segunda Guerra Mundial é marcado pela emergência de perspetivas políticas orientadas para a redução das desigualdades sociais, com enfoque no impacto que a origem social dos indivíduos pode ter do ponto de vista do desempenho escolar e académico — e as respetivas repercussões do ponto de vista das perspetivas de carreira e trajetória no mercado de trabalho. A solidariedade *cívica* (Boltanski e Thévenot, 2006) é a base justificativa central das políticas em prol de uma escolarização prolongada e massificada, entendida como um fator determinante para alcançar o desiderato de promover uma maior mobilidade social e igualdade de oportunidades. No caso português, só no fim da primeira metade dos anos sessenta é que a entrada de um maior número de alunos se começa a fazer sentir nas escolas do Ensino Técnico e do Ensino Liceal (Resende, 2003).

É já sobretudo nos anos 80 que se assiste à emergência de uma nova configuração assente numa composição distinta, entre as ordens de grandeza *industrial* e

mercantil. Por um lado, o enfoque crítico é colocado na questão da *eficiência* do funcionamento dos sistemas educativos, no sentido de uma maior associação entre a formação no espaço escolar e as competências necessárias e com retorno no sistema produtivo — com o privilégio de *competências-base* nas estruturas curriculares (Normand, 2005) —, além da aferição da *eficiência* no funcionamento dos sistemas educativos na ótica da relação entre o *investimento* (alocação de recursos) realizado e os *resultados* escolares obtidos. Neste último caso, a estatística enquanto elemento de prova assume um papel determinante nestas operações críticas, com a sofisticação de modelos econométricos produzidos em gabinetes de estatística a demonstrarem resultados distintos do ponto de vista dos resultados escolares entre estabelecimentos de ensino com perfis estudantis semelhantes (Dionísio, 2010). As teorias económicas do *capital humano* — numa perspetiva de relação estreita entre a escolarização (e aquisição de *conhecimentos* e *saber-fazer*) e o desenvolvimento económico no contexto de uma *economia do conhecimento* — constituem um suporte teórico fundamental desta perspetiva em torno da política educativa (Thévenot, 2011).

Por outro lado, ao invés de uma planificação central por cada Estado e respetivo órgão governativo do ponto de vista das políticas governativas, o *locus* da governação é progressivamente deslocado dos estados nacionais para instituições transnacionais, encarregues de produzir corpos de estatística (como é o caso da OCDE) (Normand, 2005). Sem uma intervenção direta do ponto de vista das políticas educativas delineadas, os corpos de standardização produzidos servem, no entanto, de referenciais para a ação política num contexto de *competição* entre os diferentes países. Esta composição de ordens de grandeza constitui a base da *lógica gestionária* no funcionamento do Estado e na prestação dos serviços públicos (Ogi-en, 2013) e da constituição de um sistema de governação por *normas padronizadas* internacional a uma escala sem precedentes (Thévenot, 2009, 2011), e com particular destaque para o espaço da União Europeia (Thévenot, 2007).

Convém também frisar que os princípios justificativos da grandeza *mercantil* começam a preocupar os docentes que entram na carreira nos anos 90. No dealbar do século XXI, dão nota dessa preocupação (Resende, 2010) ao referir-se à competição entre escolas do Ensino Secundário naquilo que diz respeito às manifestações dos pais em matricular os filhos em estabelecimentos que ofereçam garantias de qualidade do ensino e aprendizagem, que permitam à sua descendência ter notas elevadas nos exames finais e entrar nos cursos universitários públicos que conferem maiores garantias de emprego com segurança — como é o caso dos cursos de medicina, de arquitetura e, mais tarde, de algumas áreas das engenharias (com a significativa perda da arquitetura em função dos efeitos da crise financeira iniciada em 2009).

Porém, a constituição de um mercado escolar assente na exteriorização de ações dos pais baseados em interesses de ganhos imediatos e a longo prazo para os seus filhos, através da natureza dos diplomas a conquistar com a entrada na universidade, vai ter influências nos projetos pedagógicos que as escolas tendem a oferecer a quem as procura como contexto de trabalho escolar. E é assim que estes notam a diversidade de projetos pedagógicos oferecidos por escolas geograficamente perto umas das outras, sobretudo na área metropolitana de Lisboa.

E ainda de acordo com os nossos informantes, as interferências externas mercantis que incidem na composição das morfologias escolares transportam para dentro das escolas discussões em torno das orientações normativas a conferir à escolarização pública. Para que serve a escolarização pública? Em que princípios orientadores devem assentar as funções e finalidades das políticas e as ações públicas escolares de modo a que escolarização concretize as suas aspirações baseadas em uma aprendizagem de qualidade para todos? Ora, as respostas a estas interrogações têm à partida de estar expostas nos projetos educativos e em outras convenções cujos protocolos têm de ter a anuência dos seus órgãos de gestão.

Contudo, neste contexto de uma instituição escolar sob o domínio da *eficácia e do interesse* enquanto programa de justiça (Derouet e Derouet-Besson, 2009), são as diversas ramificações do ponto de vista do funcionamento de todo o edifício do sistema educativo que surgem como particular objeto de crítica por parte dos professores quando se pronunciam sobre a realidade profissional (Resende, 2010). Entre várias dimensões que são objeto de apreciação, identifica-se nos discursos dos professores o problema relativo a constrangimentos que os *Exames Nacionais* e outros dispositivos (provas de aferição) de medição da *eficácia* do trabalho docente do ponto de vista das aprendizagens dos alunos exercem no quotidiano, e com impacto na relação pedagógica com os alunos. É o que sobressai do discurso desta docente de Filosofia.

Portanto o ‘**professor eficaz**’ é aquele professor que passa o ano a **preparar os alunos para os exames**, com tudo o que isso significa e implica. Isso implica que o professor **não tem outras preocupações em termos de formação**, em termos de **ética**, em termos de **formação estética** dos alunos porque o professor está simplesmente a funcionar como uma **sebenta para os alunos decorarem aquilo que vai ser importante para os exames**. E, portanto, esse é um modelo extremamente redutor, **agressivamente redutor**. **Faz da escola uma espécie de fábrica**. [...] Tento que não constranja excessivamente, tentando levar sempre em consideração que **há coisas que são importantes para os alunos mesmo que depois não sejam matéria de avaliação, matéria de exame**. Mas acaba sempre por constranger. **Tento que não constranja excessivamente**, mas o que eu quero dizer é que se eu fizer a comparação entre a maneira como eu trabalho com os alunos hoje e há 15 anos, eu vejo perfeitamente a diferença **daquilo que eu era capaz de fazer e propor-lhes**, e que **neste momento não posso propor-lhes porque não tenho tempo**, não tenho condições e

tenho a preocupação da eficácia. [...] Em termos **culturais**, estou a ser um **pior professor**; em termos de **eficácia** estou a ser um **bom professor**. (Entrevista; E20; professor de Filosofia; 28 anos de atividade; docente do Quadro)

É o “professor eficaz”, enquanto paradigma no exercício da atividade docente promovido na atual forma de governação escolar (Normand, 2005) consubstanciado no fim último de “preparar os alunos para os exames”, que está também no centro do discurso do entrevistado. Mas o reconhecimento da centralidade da *eficácia* é operado pelo docente de um ponto de vista crítico. Sujeita-se *em parte* a estas orientações para não prejudicar a *performance* dos seus alunos nos exames. No entanto, revela nas operações críticas os efeitos redutores destas orientações políticas, não dando tempo pedagógico para falar com os seus alunos de assuntos que confirmam a possibilidade de a *figura grande* se encontrar baseada nas incitações de base cultural.

É verdade que são as preocupações do ponto de vista da *formação e educação* (entre as quais introduz as questões de natureza *ética, moral e estética*) que no seu entender acabam amputadas num quadro de um paradigma que entende como “agressivamente redutor” daquilo que devem ser as funções da instituição escolar e, conseqüentemente, suas enquanto docente. Na exposição que faz, sem se dar completamente (con)vencido da bondade destas orientações, este paradigma de ensino traduz-se, na prática no que desqualifica como sendo um ensino promotor de *automatismos* (ao invés do *pensamento crítico*), no privilégio de conhecimentos com base em *sebentas*, através das quais os alunos *decoram* os conteúdos e em função do *exame* enquanto instrumento padronizado de aferição.

Na ilustração dos efeitos nocivos concretos, o docente reporta-se igualmente à condução dos momentos de aula tendo o exame e os respetivos conteúdos como referenciais e segundo um conjunto de dispositivos *padronizadores* da atividade (programa curricular, objetivos e metas curriculares, descritores de desempenho, competências a adquirir pelos alunos, etc.). Sem questionar a importância ou necessidade de existência destes dispositivos *industriais* de coordenação da ação (Thévenot, 2014), além de conferirem pouca latitude ao professor, outros conteúdos e temáticas acabam descurados — sendo este duplo condicionamento que se afigura como um elemento constrangedor do cumprimento do mandato enquanto docente como o concebe. O “tempo” de aula afigura-se excessivamente *formatado* por este conjunto de dispositivos. Na sua comparação com os primeiros anos de carreira, na forma como a relação pedagógica surge estruturada, descreve uma evolução da profissão em que a latitude para a exploração *inspirada* de outros itinerários e conhecimentos de que anteriormente gozava mingua paulatinamente — um constrangimento decorrente da crescente influência que a gramática *industrial* assume no funcionamento do edifício escolar enquanto instituição.

Dando nota crítica destas sujeições, estas são em parte colmatadas por autor-realizações suas com a introdução de outros assuntos de base *inspirada* de modo a que a escola *fábrica* não produza todos os seus efeitos redutores em termos de aprendizagens. Reconhece que cede, por comparação com a atividade pedagógica de outrora, mas não em tudo. Há frestas nas sinuosidades das práticas e comunicações pedagógicas que lhe dão a possibilidade de introduzir outras questões para si maiores e que para o programa são menores.

A crítica ao mundo *industrial*, transversal ao excerto e aos diversos pontos que constituem o ponto de vista do docente, adquire a sua expressão mais clara com a metáfora da *fábrica* para fundamentar a sua visão crítica ao que perceciona como sendo o atual modo de governação da instituição escolar. Neste contexto político, do ponto de vista do reconhecimento organizacional, a *grandeza* do professor reside eminentemente na “eficácia” de que dá prova, sendo os resultados obtidos no exame (ou noutras provas de aferição de conhecimentos e competências adquiridas) o elemento privilegiado nessa aferição. Neste arranjo composicional, ficam numa posição subalterna os restantes *mundos escolares* que integra no seu mandato enquanto docente (Resende, 2010).

Outro professor, de Educação Física, reflete igualmente sobre o impacto do corrente paradigma a partir da sua conceção em torno do que são as funções da instituição escolar, e com particular enfoque na questão da estrutura curricular:

Eu acho que hoje a escola está a dar pouca importância à **capacidade de reflexão e crítica dos alunos** e está a dar-se demasiada importância ao **conhecimento lógico** — “**Isto é assim porque é assim**”. As coisas são **pouco questionadas e pouco refletidas**. E penso que é a capacidade de um aluno de desenvolver **projetos na escola onde os alunos tenham uma intervenção mais crítica e mais de reflexão sobre as coisas**, neste momento existe muito pouco. E eu acho que isto vai condicionar eles no futuro, a pensar por eles próprios sobre as coisas. Essa é uma das coisas que eu noto nestes últimos anos. Um pouco a questão da **massificação dos exames**, da carga horária excessiva para os alunos... Portanto, eu acho que a escola **centrou-se muito nas questões do Português e da Matemática** e apenas na aprendizagem em si, e não está a criar os espaços onde os alunos possam mostrar e desenvolver outras habilidades que tenham: os clubes, o desporto escolar, as atividades de teatro, música... **Outro tipo de atividades que também desenvolvem a formação individual de um jovem**. (Entrevista; E15; género masculino; professor de Educação Física; 15 anos; docente do Quadro)

É a “massificação dos exames” que surge aqui no cerne do diagnóstico. Num plano mais profundo do seu trabalho *qualificador* (Resende, 2010), é a “capacidade de reflexão e crítica” que é secundarizada, em benefício do que caracteriza como “conhecimento lógico”, enquanto interiorização de conteúdos (“são pouco

questionadas e pouco refletias”). O *exame*, como referencial da atividade pedagógica, contribui para um ensino *reprodutor* — e o objetivo mensurável sobrepõe-se ao fim originalmente visado (Thévenot, 2011).

Um indicador *palpável* apontado pelo entrevistado prende-se com o relevo que disciplinas consideradas *nucleares* — como é o caso do Português e da Matemática — adquirem no conjunto da oferta curricular³. Outras vertentes enriquecedoras do projeto educativo do estabelecimento de ensino (como “clubes”, “desporto escolar”, “atividades de teatro”, “música”) que contribuem para a “formação individual” acabam por ser preteridas ou relegadas para um plano excessivamente subalterno. O trabalho acaba neste sentido empobrecido face ao que entende ser uma sobreposição do *mundo industrial* a outros *mundos* no trabalho de socialização realizado no seio da instituição escolar.

Transversal a este conjunto de excertos surge, pois, a questão do arranjo compositivo entre diferentes ordens de grandeza que deve estar subjacente, num primeiro plano, à construção do currículo escolar e, em última análise, ao mandato da instituição escolar e ao seu mandato dos docentes enquanto principais agentes do trabalho de socialização política nela realizado (Resende, 2010).

É com o intuito justamente de explorar esta questão que, no âmbito do questionário por cenários aplicado a professores do Ensino Básico e Secundário, uma das narrativas procura explorar as diferentes perspetivas construídas pelos docentes em torno da composição entre diferentes ordens de grandeza em que deve assentar o currículo escolar e consequentes juízos do ponto de vista das conceções em torno do mandato escolar e profissional.

A narrativa (figura 1) centra-se num momento particular do quotidiano destes profissionais de ensino: uma reunião do Conselho Pedagógico. Este órgão tipificado, de acordo com a orgânica centralmente definida pelo Ministério da Educação, é responsável pela coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa da respetiva escola ou agrupamento de escolas. Concretamente, um dos pontos da reunião que se encontra a decorrer prende-se com a execução de um projeto de formação dos discentes no âmbito do programa para a saúde *Afetos e Educação para a Sexualidade*. Integrada pelo Ministério da Educação na oferta curricular das escolas com carácter obrigatório, o seu conjunto de objetivos envolve, sumariamente, “contribuir para a melhoria dos relacionamentos afetivo-sexuais entre os jovens” e “redução de possíveis ocorrências negativas decorrentes dos comportamentos sexuais, como a gravidez precoce e infeções sexualmente transmissíveis” (DGE, 2019). No seu conteúdo educativo, identifica-se um arranjo composicional entre os mundos *cívico* e *doméstico*, visando questões de saúde pública, mas também quadros orientadores de comportamentos no contexto da vida afetiva dos jovens.

Regressando ao caso concreto do cenário apresentado, a reunião do Conselho Pedagógico debruça-se sobre a constituição de um grupo de docentes disponível para a delineação e execução de um projeto de educação sobre a referida temática. Contudo, uma das docentes, de Biologia, apronta-se a manifestar a sua indisponibilidade. Na justificação que elabora, o regime *industrial* sobressai: a preparação dos alunos para os Exames Nacionais, enquanto momento de mensuração das aprendizagens retidas pelos alunos, sobrepõe-se relativamente àquele projeto integrado da vertente formativa e educativa do currículo escolar.

A escolha da disciplina, Biologia, não é inocente. Integrando o agrupamento de disciplinas relativas às *Ciências (Experimentais)*, logo, elencada entre as *competências-base* (Normand, 2005), é uma área tida como prioritária no quadro de uma instituição escolar sob o paradigma da eficácia *industrial*. Ela contrasta, pois, com o estado de pequena grandeza que um programa de educação como o relativo à Educação Sexual assume nas perspetivas engrandecedoras do mundo *industrial* relativamente ao mandato escolar, em detrimento de outros *mundos* (como o *cívico* e *doméstico*).

O objetivo deste cenário é, então, o de analisar como se posicionam os inquiridos perante esta narrativa, que os remete para as diferentes reflexões em torno das funções da Escola e, por decorrência, as suas funções enquanto profissionais de ensino. Nestes juízos, são suscetíveis de serem convocados arranjos composicionais entre diferentes ordens de grandeza em jogo, nas quais suportam as operações de crítica e justificação e regimes de envolvimento na ação (Boltanski e Thévenot, 2006; Thévenot, 2006).

Numa reunião do conselho pedagógico, discute-se a possibilidade de algum dos professores se oferecer para trabalhar num projeto de formação com os alunos sobre educação sexual, considerando a importância desta matéria para a saúde dos jovens. Perante a tentativa de constituir um grupo de professores disponíveis, um dos docentes presentes, uma professora de Biologia, responde prontamente: “Desculpem, mas não tenho tempo para pensar nessas coisas. Eu tenho é de pensar nos exames nacionais”.

- Das soluções expostas em baixo, indique a mais injusta e a mais justa.
- A. A educação sexual não deve fazer parte das finalidades da escola.
 - B. A educação sexual deve ser tratada apenas em disciplinas específicas para o efeito.
 - C. Os conteúdos cognitivos e a melhoria dos resultados escolares dos alunos devem ser a prioridade dos estabelecimentos de ensino.
 - D. A cada professor deve ser dada autonomia para abordar as questões de educação sexual nas suas aulas se assim o entender.
 - E. Questões como a educação sexual devem ocupar um lugar importante nos conteúdos curriculares dos estabelecimentos de ensino.

Figura 1 Cenário do questionário aplicado

Não sendo possível incidir a análise sobre aquelas que são as categorias mais representativas dado os constrangimentos de espaço, destaca-se no presente artigo a categoria que assume clara hegemonia relativamente às restantes⁴. *A educação sexual é uma importante finalidade da escola/deve ser prioritária* (48,6%).

Procurando dar conta da diversidade interna de perspetivas que se enquadra nesta categoria, um primeiro grupo de inquiridos caracteriza-se por operações de justificação em que o mundo *cívico* assume uma importante base nas perspetivas aventadas.

A escola atual **multiplicou a suas finalidades**, jamais se cingindo ao **ministério do conhecimento**, tal como era a do **passado**. Perante a **desestruturação crescente da família** e dos seus valores e a propagação multimédia de **informação errada**, desajustada e incoerente, a escola será ainda o **último reduto** de uma **educação integral** possível para muitas crianças e jovens. (Questionário; A10; género masculino; professor de Filosofia; 28 anos de atividade; docente do Quadro)

Para a sociedade **não deve interessar só os conteúdos cognitivos**, mas também **outros saberes**.

Verifica-se que atualmente a **família está a delegar na Escola a socialização**. É necessário a **aprendizagem de novos valores**.

A escola tem de **formar, educar jovens, pessoas, cidadãos** em paralelo com os conteúdos pré-estabelecidos para criar **cidadãos mais esclarecidos**. (Questionário; B18; género feminino; professor de Economia e Contabilidade; 29 anos de atividade; docente do Quadro)

A ordem de grandeza *cívica* surge patente no discurso da primeira inquirida no relevo que coloca na *responsabilidade social* da escola: no quadro daquilo que caracteriza como um contexto social marcado pela “desestruturação crescente da família e dos seus valores”, além da multiplicidade de canais de informação no contexto das novas tecnologias potenciadores de equívocos, é assacada à escola a responsabilidade de se afirmar como um esteio, o “último reduto” de uma “educação integral” do aluno na sua dimensão enquanto *criança* e enquanto *jovem* (onde, portanto, o mundo *doméstico* não deixa de estar incluído nas funções da instituição escolar). Esta *responsabilidade social* que é evocada contrasta, de resto, com uma conceção da escola enquanto “ministério do conhecimento” — alicerçada nos mundos *industrial* e *inspirado*, e que a entrevistada situa temporalmente como estando associada a um momento temporal “passado” — e que se afigura como incompatível com as referidas mudanças sociais, às quais a Escola (e os professores) deve acomodar-se.

A perspetiva fortemente ancorada no mundo *cívico* surge particularmente evidenciada na docente de Economia e Contabilidade. Como expõe, o *interesse da*

“*sociedade*” não reside apenas nos “conteúdos cognitivos”. O mandato dos professores não existe como estando imune àquilo que são as demandas do contexto social em que a instituição escolar se insere; antes, ele deve acomodar-se às transformações e consequentes novas necessidades que emergem. Neste caso concreto, a inquirida foca-se naquilo que entende ser as novas expectativas das famílias, que *delegam* na escola a tarefa *doméstica* de “socialização”, de inculcação de “novos valores”. O mandato da escola — e, por inerência, dos professores — abrange este duplo propósito de *educar e formar*: “educar” enquanto “jovens” e “pessoas” e formar “cidadãos mais esclarecidos” — um trabalho de *socialização política* que não deixa de ser feito igualmente com os “conteúdos pré-estabelecidos” de carácter científico e que participa dessa mesmo trabalho qualificador (Resende, 2010). Neste arranjo composicional em que assenta o seu juízo, os mundos *doméstico* e *cívico* surgem em equivalência com o mundo *industrial*.

Outras perspetivas alinham-se neste entendimento a partir da questão do binómio *saberes formais*, de um lado, e *educação e formação*, do outro.

Considerando que a educação deve abarcar todos os domínios importantes para a formação integral dos alunos, **não é aceitável eliminar ou secundarizar a educação sexual desse processo. Uma formação centrada apenas na transmissão de conteúdos e de saberes não faz sentido.** É importante ter em atenção os valores, os princípios e as **questões de natureza cívica, religiosa, cultural, política, sexual...** (Questionário; A16; género masculino; professor de História; 23 anos de atividade; docente do Quadro)

A escola deve ter um **papel preponderante na formação cívica e integral do aluno**, pelo que não pode ser apenas um **local de transmissão de conhecimentos científicos**. É muito mais do que isso, pois tem um **papel formativo**. (Questionário; C16; género feminino; professora de Geografia; 29 anos de atividade; docente do Quadro)

Na hierarquia de grandezas em jogo, uma composição que consubstancie uma *secundarização* ou total *invisibilização* da educação sexual (“não é aceitável eliminar ou secundarizar”) é perspetivada como inaceitável por parte da primeira inquirida. Um trabalho de socialização política exclusivamente assente no mundo *industrial* (“centrada apenas na transmissão de conteúdos e saberes”) revela-se amputado, restrito face ao conjunto de questões de natureza *doméstica* e *cívica* — os “valores” e “princípios” e as diferentes preocupações de vasta amplitude (desde natureza “cívica” a “sexual”) — que a escola deve integrar no seu cardápio de funções.

Igual perspetiva vislumbra-se na segunda inquirida. Uma conceção de escola circunscrita à “transmissão de conhecimentos científicos” é, no seu entender, uma

visão cerceada com base na obrigação que assaca à instituição escolar: a de ter um “papel preponderante” na “formação cívica e integral do aluno”.

Outros entendimentos, enquadrados na mesma categoria, colocam a tónica na crítica ao mundo *industrial* (no paradigma de eficácia escolar e consequente enfoque nos resultados escolares mensuráveis) enquanto princípio de justiça predominante no atual contexto do sistema de ensino. É o caso dos dois excertos que surgem em destaque.

A educação sexual é importante, mas descontextualizada do conjunto que avalia docentes, alunos e escolas coloca diversas dificuldades na escolha e tratamento de temáticas que são importantes para a formação do indivíduo.

O grau de **exigência e a política de avaliação baseada em grelhas e com tradução numérica** não contempla várias componentes de uma educação global. (Questionário; A2; género masculino; professor de Artes Visuais; 23 anos de atividade; docente do Quadro)

Trata-se igualmente de uma **educação para a cidadania**, de saúde pública e de gestão da felicidade do ser humano, pelo que é **primordial** ser integrada no **espaço de reflexão** que a escola deve proporcionar.

No entanto, **sobrelevam os obstáculos colocados pelos decisores políticos, como a sobrecarga de programas curriculares, extensos, o vício dos exames (promoção do aluno passivo e que reproduz)** (Questionário; B5; género masculino; professor de Educação Física; 11 anos de atividade; docente do Quadro)

Ambas as perspetivas incidem neste caso sobre os problemas concretos que os docentes enfrentam no contexto de uma escola sob o paradigma da *eficácia*. Todo o corpo de instrumentos de avaliação nas suas diferentes vertentes — a avaliação de cada professor, dos estabelecimentos de ensino e, por fim, dos conhecimentos adquiridos dos alunos — constituem objetos que enformam um modelo de ensino que, a partir dos mundos *cívico* e *doméstico*, coloca entraves à abordagem de temáticas “importantes para a formação do indivíduo”. As “grelhas” com “tradução numérica”, enquanto objetos de mensuração, deixam de fora o que entendem ser outras “componentes de uma educação global” que acabam por não ser contempladas na devida proporção na construção da oferta curricular.

No caso do professor de Educação Física, o seu entendimento da instituição escola revela-se basilar no juízo que constrói: a conceção da Escola como “espaço de reflexão” — por contraposição a uma circunscrição à transmissão de conhecimentos engrandecidos no mundo *industrial* e orientada por metas definidas. Este desiderato *inspirado* constitui igualmente o vetor para o cumprimento do mandato *cívico* e *doméstico* que atribui à instituição escolar: o desenvolvimento de uma “

educação para a cidadania”, o acautelamento da “saúde pública” e a promoção da “felicidade do ser humano”. A partir desta perspetiva, o olhar crítico da inquirida incide sobre as orientações políticas e as repercussões de um sistema educativo alicerçado no atual arranjo composicional no qual a grandeza *industrial* assume maior preponderância — traduzindo-se em “programas curriculares extensos”, com enfoque nos instrumentos padronizados de aferição de competências e conteúdos científicos assimilados (“vício dos exames”) e que em última análise projeta um paradigma de aluno que desqualifica a partir do mundo *inspirado*: o “aluno passivo” na relação de ensino-aprendizagem, que apenas “reproduz” o corpo de conhecimentos *maquinalmente* inculcados.

Outros inquiridos relevam igualmente a crítica ao mundo *industrial* na preponderância que assume. É o caso do último grupo de excertos apresentado.

“A escola deve ser um **espaço de conhecimento** por excelência e não estar centrada em **estatística** e **resultados** que pouco ou nada acrescentam na melhoria do sistema educativo.” (Questionário; B20; género masculino; professor de Geografia; 14 anos de atividade; docente contratado)

‘Os **exames nacionais**’ mais uma vez julgo que estes são importantes. Mas a escola **não deve girar à volta deles**. A escola é mais um espaço de **crescimento da pessoa do aluno** o que deve contemplar uma **dimensão cognitiva**, mas também outras...! (Questionário; E6; género feminino; professora de Filosofia; 23 anos de atividade; docente do Quadro)

Ao serviço do entendimento da escola como “um espaço de conhecimento”, num contexto de predomínio da ordem de grandeza *industrial* no funcionamento do sistema educativo — em que os elementos da “estatística” e dos “resultados” (mensuráveis) obtidos do ponto de vista da aprendizagem dos conteúdos passam a constituir o meio de prova privilegiado e engrandecido na avaliação do trabalho docente realizado nas escolas —, é o próprio *conhecimento* como bem visado que, no entender do primeiro inquirido, acaba pervertido. Subjacente está a alusão à *redução substancialista* (Thévenot, 2009) do trabalho docente, em que se o bem comum visado pelo conjunto de dispositivos *industriais* de governação escolar é a *eficácia* na transmissão do conhecimento, a norma padronizada acaba por se sobrepor a esse mesmo bem — neste caso, obstaculizando uma formação abrangente, e não circunscrita ao *conhecimento* na forma como é privilegiado no mundo *industrial* (mensurável por conjunto de instrumentos de aferição quantitativa).

Num enfoque convergente por parte da docente de Filosofia na composição de ordens de grandeza que constrói, os “exames nacionais” não surgem afastados

na sua conceção em torno da estruturação e governação do trabalho da escola e dos professores. Contudo, como explicita, a gramática *industrial* não deve assumir-se como exclusiva ou hegemónica (o trabalho escolar “não deve girar à volta deles” [Exames Nacionais]). Esta preconização assenta num entendimento em que a dimensão dos “conteúdos cognitivos” deve estar articulada com “outras” dimensões (grandezas) — numa perspetiva tributária de uma conceção da escola enquanto “espaço de crescimento” do discente enquanto “pessoa” e não apenas como “aluno” recetor do trabalho dos conteúdos formais.

Reflexões finais

É sobretudo a partir dos anos 80 que se verifica uma revitalização das pesquisas científicas em torno da *eficácia escolar* (Normand, 2001). Esta corrente de pesquisa representa uma conceção da instituição escolar perspetivada por intermédio do prisma *organizacional* (numa qualificação *industrial*) — no sentido de entendimento daquela enquanto organização *eficiente* na produção de *competências úteis* e enquanto importante motor de desenvolvimento económico das sociedades — que concorre com uma conceção da escola enquanto programa institucional de socialização dos indivíduos (Dumay, 2011; Normand e Vincent-Dalud, 2012).

Este paradigma exerce, por sua vez, importantes implicações do ponto de vista das formas de governação escolar e de avaliação do trabalho docente, decorrentes dos seus pressupostos epistemológicos e ontológicos; inaugura um novo olhar sobre a forma como é pensada a governação dos estabelecimentos de ensino e a natureza do trabalho docente do ponto de vista das formas de regulação e avaliação (Dumay, 2011). Nomeadamente, emerge um controlo mais restrito e direto do trabalho docente em dois sentidos: na ótica dos resultados da sua ação educativa, mas também dos processos e práticas docentes (transmissão de modelos de comportamento e dispositivos pedagógicos) (Dumay, 2011).

Uma das características mais importantes deste paradigma reside na globalização das políticas escolares e na definição dos currículos — favorecendo justamente a sua perspetiva epistemológica e ontológica a legitimação de modos de regulação assentes na comparação de desempenhos através de instrumentos como o PISA e a construção de um *espaço europeu de educação* (Derouet e Normand, 2009; Thévenot, 2007). Esta *abordagem planificadora* e os instrumentos de gestão e vigilância (como padrões de práticas pedagógicas e organizacionais e ferramentas de prestações de contas) são marcas transversais, não obstante as diferenças e os processos de hibridização entre os diferentes países (Dumay, 2009).

Ora, este novo modelo de regulação *gestionária* (Ogien, 2013) que se incrusta no funcionamento dos serviços do Estado, e neste caso particular da educação, é frequentemente analisado na ótica da sua influência na forma como os seus atores se percebem enquanto profissionais de educação — como o mesmo age sobre a *subjetividade* dos professores (Dumay, 2011; Simons, 2007). Um importante papel na justificação, legitimação e implementação deste regime de governação reside na produção e circulação de *informação* relativamente ao trabalho desenvolvido nos diferentes sistemas educativos nacionais e estabelecimentos de ensino (seja ao nível das avaliações e comparações internacionais, seja no âmbito das políticas e dispositivos nacionais de avaliação) — e que consubstanciam uma forma de regulação e, acima de tudo, um regime de governação. Os diferentes instrumentos de produção de informação (e dispositivos de regulação), enquanto base para a aferição de desempenho, comportam uma forma de os professores conceberem e exercerem a sua atividade (Dumay, 2011; Simons, 2007).

Se os instrumentos criam um *ambiente rico em informações* (*information-rich environment*) que é tido como indispensável suporte da ação dos docentes para atingir níveis ótimos de desempenho (Simons, 2007), estes dispositivos são igualmente entendidos como *mecanismos de poder*: constituem um *poder sinótico* (ao invés de *panótico*) que *autodisciplina os indivíduos* (Simons, 2007). Este *modo de governação*, e os *mecanismos de poder* que institui, age sobre as representações dos agentes educativos, minimizando a sua reflexividade crítica em torno da educação (Dumay, 2011; Simons, 2007).

Contudo, um olhar a partir de uma *sociologia dos envolvimentos* dos atores, neste caso, dos professores, dá conta precisamente das operações de crítica e justificação, assentes no regime de justiça, que estes profissionais não deixam de desenvolver (Gouveia, 2017; Resende, 2010). Efetivamente, outras ordens de grandeza (que não a *industrial*) enquanto suporte de coordenação da ação revelam-se fortemente presentes nas conceções que os professores produzem em torno da sua atividade e das funções que atribuem à instituição escolar (Gouveia, 2017; Resende, 2010). No envolvimento com um *ambiente equipado* (Thévenot, 2002) enquanto suporte cognitivo da ação, e, neste caso em particular, um sistema educativo onde a gramática *industrial* adquire progressiva influência no seu funcionamento enquanto programa de justiça — em que um conjunto de dispositivos contribui para um ambiente que consubstancia uma governação por *normas padronizadas* (ambiente funcional e marcado pela circulação de *informação* sobre a eficácia do desempenho e respetivos instrumentos de aferição standardizados) —, os professores não deixam de se afirmar criticamente em relação aos efeitos nocivos deste paradigma do ponto de vista dos efeitos no seu trabalho e do cumprimento daquilo que entendem ser o seu mandato enquanto profissionais de ensino (convocando em particular as gramáticas *cívica*, *doméstica* e

inspirada como suporte dessas operações críticas, em composições diversas)⁵. Este modelo de governação entendido como incorporando um *mecanismo de poder* (Simons, 2007) não se traduz, neste sentido, num posicionamento e alinhamento acríticos por parte destes profissionais enquanto eles próprios *agentes de normalização* (Simons, 2007). É justamente a ausência de uma homologia entre políticas educativas e instrumentos de governação, de um lado, e os discursos e lógicas atuantes destes profissionais de ensino, do outro, que importa salientar.

Por outro lado, é necessário ter em conta que a sobreposição de *regime de envolvimento em plano* pode efetivamente conduzir à *opressão* de outros regimes de envolvimento. O regime de envolvimento por objetivos, enquanto marca da governação por *normas padronizadas*, pode exercer um efeito constrangedor sobre outros modos de coordenação (Thévenot, 2009, 2011, 2014). Ora, no quadro de uma instituição escolar à qual são atribuídas uma multiplicidade de funções e demandas, é justamente o problema da composição (e o reconhecimento social do mesmo) entre os diferentes regimes de envolvimento na ação que constitui um elemento central nas críticas que os professores constroem em torno do atual contexto profissional (Resende, 2010), sendo esta *arte de composição* entre diferentes imperativos e formas de regimes de envolvimento uma marca definidora das *profissões intermediárias* (como é o caso da docência) (Thévenot, 2014). Se os *resultados quantificados* estão no centro do escrutínio público e dos agentes políticos, outras demandas não deixam de recair sobre estes profissionais de ensino e que integram no seu mandato enquanto profissionais de ensino. É a *ditadura do número* (Resende, 2010) e o não reconhecimento das políticas públicas (e ferramentas de governação) deste trabalho de composição que adquire um lugar central nos juízos críticos destes profissionais.

Deste modo, pretende-se neste artigo evidenciar a importância de uma rutura com visões lineares da atividade docente segundo as quais “o ato de ensinar e a subjetividade do professor são ambos profundamente alterados pela nova gestão *panótica*” (Ball, 2001, p. xxxvi). O enfoque, através da Sociologia Pragmática, nas capacidades críticas dos atores fornece um importante roteiro analítico a explorar em torno funcionamento das organizações — e da instituição escolar em particular. No entanto, se o enfoque nesta pesquisa privilegia os discursos atuantes produzidos pelos professores captados nas entrevistas e no questionário aplicado, futuras incursões nas escolas com maior ênfase observação etnográfica permitirá uma maior profundidade na análise em torno dos *envolvimentos múltiplos* na atividade docente num contexto de *performatividade escolar* — um olhar mais minucioso das potencialidades e constrangimentos que decorrem da gramática *industrial* enquanto formato atuante incorporado nos diferentes dispositivos de governação e as tensões que se geram com as construções

compósitas e plurais dos professores entre regimes de ação nos diversos momentos da sua conduta profissional quotidiana.

Notas

Por decisão pessoal, os autores do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

- 1 Os dados apresentados são recolhidos do projeto de doutoramento, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, denominado “Porque se mobilizam os professores? Representações coletivas e coordenações de ações públicas dos professores do Ensino Básico e Secundário em função dos juízos plurais sobre o que é um bom profissional de ensino num contexto de incerteza” (SFRH/BD/80811/2011).
- 2 Por razões de economia de espaço, para mais informações sobre os procedimentos inerentes à construção dos cenários, cfr. L. Gouveia (2017).
- 3 Esta entrevista decorre num contexto de reforma educativa na estrutura curricular que importa ter em conta. No cumprimento do programa do XIX Governo Constitucional, e tendo Nuno Crato como Ministro da Educação, é efetuada em 2012 uma revisão nos currículos escolares, caracteriza-se por um reforço horário das disciplinas consideradas *nucleares* — Português e Matemática — e extinção das disciplinas de *Formação Cívica*, *Estudo Acompanhado* e *Área de Projeto*, criadas na governação do XVII Governo Constitucional.
- 4 Não sendo possível uma análise de todas as categorias de resposta construídas tendo em conta as restrições de espaço, privilegia-se neste texto a categoria que surge como claramente hegemónica. Por outro lado, importa considerar que muitas das outras categorias acabam por incidir sobre aspetos mais *laterais* relativamente àquilo que se pretende ser o objeto deste artigo, como é o caso da forma como a Educação Sexual deve ser administrada (se com uma disciplina autónoma, de forma transversal às diferentes disciplinas e/ou mediante projetos educativos). Não sendo de interesse despendendo, a sua análise fica remetida para outro *fórum*.
- 5 Importa salientar que o regime de envolvimento *em plano*, estendido à *eficácia industrial* enquanto bem comum visado, não deixa de estar presente nos juízos produzidos por estes profissionais. O que surge acima de tudo criticado é a composição de ordens de grandeza e o que é percecionado como uma *opressão* da *eficácia industrial* na atual forma de governação do sistema educativo.

Referências

- Abbot, A. (1988). *The system of professions. An essay on the division of expert labor*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Afonso, A. J. (1997). Para a configuração do Estado-providência na educação em Portugal, 1985-1995. *Educação Sociedade Culturas*, 7, 131-156.

- Afonso, A. J. (1998). *Políticas educativas e avaliação educacional. Para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995)*. Braga: Universidade do Minho.
- Ball, S. J. (2001). Global policies and vernacular politics in education. *Currículo sem Fronteiras*, 1(2), 27-43.
- Barroso, J., e Carvalho, L. M. (2008). PISA: Un instrument de régulation pour relier des monde. *Revue Française de Pédagogie*, 1, 77-80.
- Barroso, J., Carvalho, L. M., Fontoura, M., e Afonso, N. (2007). As políticas educativas como objecto de estudo e de formação em administração educacional. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 1, 5-20.
- Boltanski, L., e Thévenot, L. (2006). *On justification. Economies of worth*. Princeton: Princeton University Press.
- Breviglieri, M. (2007). L'arc expérientiel de l'adolescence: Esquive, combine, embrouille, carapace et étincelle. *Éducation et Sociétés*, 19, 99-113.
- Danic, I., Delalande, J., e Rayou, P. (2006). *Enquêtes auprès d'enfants et de jeunes. Objets, méthodes et terrains de recherche en sciences sociales*, Rennes, PU Rennes.
- Derouet, J.-L., e Derouet-Besson, M.-C. (2009). Crise du projet de la démocratisation de l'enseignement ou crise d'un modèle de démocratisation? Les recompositions parallèles des formes de l'État et des formes de justice. Em J.-L. Derouet, e M. C. Derouet-Besson (Eds.), *Repenser la justice dans le domaine de l'éducation de la formation* (pp. 3-23). Lyon: Peter Lang/ INRP.
- Derouet, J.-L., e Normand, R. (2009). La mesure experte dans le gouvernement européen de la formation tout ao long da vie. Em F. Cantelli, M. R. i Escoda, J. Stavo-Debauge, e L. Pattaroni (Eds.), *Sensibilités pragmatiques. Enquêter sur l'action publique* (pp. 419-436). Peter Lang.
- Dionísio, B. (2010). O paradigma da escola eficaz entre a crítica e a apropriação social. *Sociologia*, 20, 305-316.
- Direção-Geral da Educação (DGE). (2019). *Afetos e educação para a sexualidade*. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/afetos-e-educacao-para-sexualidade>.
- Dumay, X. (2009). Evaluation et accompagnement des établissements en Europe: Diversité et mécanismes d'hybridation. *Les Cahiers de Recherche En Éducation et Formation*, 76. Disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00561486>
- Dumay, X. (2011). La recherche sur l'efficacité de l'enseignement: transformations politiques et modèle d'évaluation. *Évaluation et curriculum*, 25, 57-68.
- Foucault, M. (1991). Governmentality. Em G. Burchell, C. Gordon, e P. Miller (Eds.), *The Foucault effect. Studies in governmentality* (pp. 87-104). Chicago: The University of Chicago Press.
- Foucault, M. (1998). *O cuidado de si. História da sexualidade* (Vol. III). Lisboa: Relógio d'Água.
- Foucault, M. (2010). *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gouveia, L. (2017). *Porque se mobilizam os professores? Representações coletivas e coordenações de ações públicas dos professores do Ensino Básico e Secundário em função dos juízos plurais sobre o que é um bom profissional de ensino num contexto de incerteza* (Tese de

- doutoramento). Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.
- Lima, L. C. (2011). *Administração escolar*. Porto: Porto Editora.
- Lima, L. C. (2012). *Aprender para ganhar, conhecer para competir: Sobre a subordinação da educação na sociedade da aprendizagem*. São Paulo: Cortez Editora.
- Lima, L. C. (2013). *Organização escolar e democracia radical. Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez Editora.
- Lima, L. C., Estêvão, C. V., Silva, E., Torres, L., e Sá, V. (Eds.) (2006). *Compreender a escola. Perspectivas de análise organizacional*. Porto: Asa.
- Normand, R. (2001). *Gouverner la réussite scolaire. Une arithmétique politique des inégalités*. Berna: Peter Lang.
- Normand, R. (2005). La mesure de l'école: Politique des standards et management par la qualité. *Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs*, 1, 67-82.
- Normand, R., e Vincent-Dalud, M. (2012). Sciences de gouvernement de l'éducation et réseaux transnationaux d'experts: La fabrication d'une politique européenne. *Education et sociétés*, 29, 103-123.
- Ogien, A. (2013). *Désacraliser le chiffre dans l'évaluation du secteur public*. Versailles: Éditions Quae.
- Resende, J. M. (2003). *O engrandecimento de uma profissão. Os professores do ensino secundário público no Estado Novo*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Resende, J. M. (2010). *A sociedade contra a escola? A socialização política escolar num contexto de incerteza*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Resende, J. M. (2017). O Excel é que manda? As outras faces das desigualdades escolares. Em M. G. J. Setton, L. L. Torres, E. E. Gomes, T. Seabra, F. Jardim, B. Dionísio, e M. C. Corrochano (Orgs.), *Mérito, desigualdades e diferenças: Cenários de injustiça escolar no Brasil e em Portugal* (pp. 55-75). Alfenas: Brasil: Unifal-MG.
- Resende, J. M., Beirante, D., e Gouveia, L. (2019, no prelo). A democracia ajuizada através das experiências escolares: Dilemas e desafios na sua persecução. Em *III Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação. Infância(s) e juventude(s) na educação contemporânea* (A publicar brevemente).
- Resende, J. M., e Gouveia, L. (2013). As artes de fazer o comum nos estabelecimentos de ensino: Outras aberturas sociológicas sobre os mundos escolares. *Forum Sociológico*, 23, 97-106.
- Rui, S. (2013). 'Où donc est le danger?': Participation et usages de Foucault. *Participations*, 6(2), 65-86.
- Simons, M. (2007). 'To be informed': Understanding the role of feedback information for Flemish/European policy. *Journal of Education Policy*, 22(5), 531-548.
- Thévenot, L. (1986). Les investissements de forme. Em L. Thévenot (Ed.), *Conventions économiques* (pp. 21-71). Paris: Presses Universitaires de France.
- Thévenot, L. (1990). L'action que convient. Em P. Pharo, e L. Quéré (Eds.), *Les formes de l'action* (pp. 39-69). Paris: Ed. de l'EHESS.
- Thévenot, L. (2002). Which road to follow? The moral complexity of an 'equipped'

- humanity. Em J. Law, e A. Mol (Eds.), *Complexities. Social studies of knowledge practices* (pp. 53-87). Durham e Londres: Duke University Press.
- Thévenot, L. (2006). *L'action au pluriel. Sociologie des régimes d'engagement*. Paris: Éditions La Découvert.
- Thévenot, L. (2007). La mise en place d'un gouvernement par les normes à l'échelle européenne. Em J.-L. Derouet, e R. Normand (Eds.), *L'Europe de l'éducation: Entre management et politique* (pp. 55-62). Lyon: Institut National de Recherche Pédagogique.
- Thévenot, L. (2009). Governing life by standards. A view from engagements. *Social Studies of Science*, 39(5), 793-813.
- Thévenot, L. (2011). Conventions for measuring and questioning policies: The case of 50 years of policy evaluations through a statistical survey. *Historical Social Research*, 36, 192-217.
- Thévenot, L. (2014). Voicing concern and difference: From public spaces to commonplaces. *European Journal of Cultural and Political Sociology*, 1(1), 7-34.

Data de submissão: 23/04/2019 | **Data de aceitação:** 24/09/2019



PODERES SINDICAIS EM (RE)CONSTRUÇÃO? ILAÇÕES SETORIAIS NO CONTEXTO PORTUGUÊS¹

TRADE UNION POWERS UNDER (RE)CONSTRUCTION? SECTORIAL LESSONS IN THE PORTUGUESE CONTEXT

Hermes Augusto Costa

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra & Centro de Estudos Sociais. Avenida Dias da Silva, 165,
3004-512 Coimbra, Portugal. Email: hermes@fe.uc.pt

Elísio Estanque

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra & Centro de Estudos Sociais. Avenida Dias da Silva, 165,
3004-512 Coimbra, Portugal. Email: elisio.estanque@gmail.com

Dora Fonseca

Centro de Estudos Sociais & Universidade de Coimbra. Avenida Dias da Silva, 165, 3004-512 Coimbra, Portugal.
Email: dorajfonseca@ces.uc.pt

Resumo: Ao longo das últimas décadas tornou-se frequente reconhecer que o sindicalismo entrou em “derrapagem”, mormente de perda de associados. A expressão dessa realidade objetiva é indissociável de uma perceção mais ampla de perda de poder. Torna-se, pois, necessário recuperar alguns debates sobre as formas de poder sindical (estrutural, organizacional/associativo, institucional, societal) trabalhadas na literatura internacional e de os situar no contexto português. Nesse sentido, tendo por base uma investigação empírica realizada em três setores de atividade (metalúrgico, transportes e telecomunicações) e três empresas de referência (Autoeuropa, TAP e PT/ Altice), procede-se a um levantamento das possibilidades de afirmação do sindicalismo nos setores estudados (e por sinal sujeitos a transformações e reestruturações, em especial no quadro da “era de austeridade”). A partir de uma análise combinada de seis critérios — representatividade; qualificação; conflito/negociação; nacional/internacional; público/privado; inovação —, constatou-se uma evolução assimétrica dos recursos de poder, tanto no que se refere à relação dos vários tipos de poder entre si, como na forma como evoluíram consoante o setor de atividade. Em decorrência do contexto de austeridade, algumas formas de poder (associativo e, sobretudo, societal) apresentaram sinais de recuperação, enquanto outras formas de poder (estrutural e institucional) evidenciaram sinais de maior fraqueza.

Palavras-chave: sindicalismo, formas de poder, setores metalúrgico, dos transportes e das telecomunicações, Portugal.

Abstract: Over the last decades, it has become increasingly recognized that trade unionism has gone into crisis, particularly of membership loss. The expression of this objective reality is inseparable from a broader perception of power loss. It is therefore necessary, from the outset, to retrieve some debates about the forms of trade union power (structural, organizational/associative, institutional, societal) analysed in the international literature and situating them in the Portuguese context. In this sense, based on an empirical investigation carried out in three sectors of activity (metallurgical, transport and telecommunications) and three reference companies (Autoeuropa, TAP and PT/ Altice), the possibilities of trade unionism affirmation in these sectors (subject to transformations and restructuring, especially in the framework of the “age of austerity”) are surveyed. From a combined analysis of six criteria

— representativeness; qualification; conflict / negotiation; national / international; public / private; innovation —, an asymmetric evolution of power resources has been found, both in what regards the relationship between the various types of power and how they have evolved according to the sector of activity. As a result of the austerity context, some forms of power (associative and, above all, societal) showed signs of recovery, while other forms of power (structural and institutional) showed signs of greater weakness.

Keywords: trade unionism, forms of power, metallurgical, transport and telecommunications sectors, Portugal.

Introdução

Durante as últimas décadas tornou-se comum reconhecer que o sindicalismo entrou em “derrapagem”, muito em resultado da perda de associados (a crise de representatividade), mas também da perda de autonomia, da escassez de internacionalização ou défice de alianças sociais (Costa, 2018; Estanque, Costa e Silva, 2015). À expressão dessa realidade objetiva subjaz um inevitável questionamento das possibilidades de reafirmação sindical no contexto atual.

Qualquer exercício que vise empreender uma discussão crítica sobre o património histórico do sindicalismo e as possibilidades de revitalização constitui, em si mesmo, um convite ao debate sobre o “poder sindical”. Trata-se de um debate — ou melhor, de um conjunto de debates — que se articula diretamente com a temática da revitalização. Especialmente tendo presentes as enormes transformações operadas no mercado de trabalho em resultado das medidas prescritas pelo *Memo-rando de Entendimento* do período da austeridade (em particular, entre 2011 e 2015) e do processo de “desvalorização interna” (Silva, Hespanha e Caldas, 2017), assume-se como vital o enfoque sobre as orientações e práticas sindicais, no sentido de perceber o alcance da sua revitalização.

Obedecendo ao objetivo mais geral de apresentar evidências empíricas que possam contrariar as visões mais pessimistas de refluxo total do movimento sindical, especialmente durante o período mais crítico da intervenção externa em Portugal, neste trabalho procuramos dar visibilidade a experiências concretas de atividade sindical que denotam obstáculos, mas também sinais de “abertura” e (re)afirmação. Este trabalho pretende, assim, articular essas experiências com o quadro teórico dos recursos de poder sindical, o qual reúne contributos de inegável interesse analítico para a compreensão das dinâmicas sindicais contemporâneas.

Este texto encontra-se, assim, dividido em três partes. Na primeira, recuperamos a literatura relevante sobre os “recursos de poder”, onde se destacam as formas de poder através das quais os sindicatos podem fazer a diferença na sociedade:

estrutural, associativo/organizacional, institucional e societal. Em articulação com essa literatura, não deixamos também de mobilizar o célebre contributo de Richard Hyman (2001), assente no triângulo analítico “mercado, classe e sociedade”, que nos alerta para as distintas possibilidades de atuação sindical que se jogam nas arestas daquele triângulo. Na segunda parte, apresentam-se as linhas orientadoras de um projeto de investigação concluído em 2019 — *Rebuilding trade union power under austerity age: Three sectors under review* — e que incidiu em três empresas de referência no contexto português (a Autoeuropa, a TAP-Air Portugal e a Portugal Telecom/Altice, atual Altice Portugal) e em três setores de atividade (metalúrgico, dos transportes e das telecomunicações). O objetivo é o de expor os eixos analíticos subjacentes à investigação realizada e suscitar o cruzamento entre tais eixos e as formas de poder sindical. Sequencialmente, procede-se à conjugação da análise setorial e dos critérios analíticos, fazendo-os convergir para os três estudos de caso mencionados. Por um lado, as empresas selecionadas ocupam uma posição estratégica em termos de mercado, concentrando poder económico e de influência, o que claramente destoa de um tecido empresarial predominantemente composto por pequenas e médias empresas. Por outro, nos casos da Autoeuropa e da TAP, estamos diante de empresas que, na prática, funcionam como subsectores de atividade (automóvel e aviação) dos setores (metalúrgico e dos transportes) em que, respetivamente, se inserem. Tal obriga, pois, a reconhecer que é necessária alguma prudência nas análises e interpretações produzidas de modo a evitar excesso de generalizações. Não obstante, é nossa convicção que as pistas daí emergentes possam contribuir significativamente para a reflexão e investigação em torno da temática dos recursos de poder e sua articulação com os processos de revitalização sindical.

Assim, na derradeira secção são apresentados alguns resultados que permitem tirar ilações sobre os processos de reconstrução do poder sindical nas suas várias vertentes.

Recursos de poder em debate

A perceção contemporânea da relevância social do sindicalismo tem recebido uma multiplicidade de contributos, ainda que, em nosso entender, um dos mais relevantes tenha sido o de Richard Hyman. Ao propor uma conceção dos sindicatos enquanto “mercado, classe e sociedade”, este autor estabeleceu três tipos ideais de sindicalismo europeu associados a ideologias, identidades e estratégias sindicais distintas (Hyman, 2001, pp. 1-4). Na prática, como é salientado por Hyman, estas não se apresentam sob formas totalmente “puras”, podendo aqueles elementos assumir formas “mistas” em formações históricas concretas e setores específicos.

Não raramente ocorrem reorientações, principalmente em momentos e épocas que colocam desafios acrescidos às organizações sindicais. Nessa medida, atribui às ideologias, identidades, e formas de organização sindical um caráter dinâmico. No modelo triangular que propõe, o vértice “mercado” corresponde a uma conceção dos sindicatos como organizações de interesses no âmbito do mercado de trabalho, que assumem como foco a sua regulação com vista a melhorar a posição económica e social dos trabalhadores, salientando, portanto, os mecanismos de negociação coletiva como meio para o conseguir. Ainda que em âmbito mais restrito, o *business unionism* americano pode ser identificado com essa visão dos sindicatos como atores de “mercado”. Conotado com categorias de trabalhadores relativamente qualificadas e com as ocupações de ofício, aponta para uma visão dos sindicatos enquanto atores económicos (Hyman, 2001, pp. 8-9), guiados por objetivos pragmáticos: satisfazer interesses económicos concretos dos trabalhadores no emprego, no contexto da produção industrial; negociação coletiva como via para obter melhores condições de trabalho; mais “consciência do emprego” em vez de “consciência de classe” (Larson e Nissen, 1987, p. 131; Paquet, Tremblay e Gosselin, 2004, p. 302).

De um lado oposto a esta visão de “mercado”, o legado marxista deu corpo à conceção do sindicalismo enquanto agente de “classe”, onde a ênfase no conflito estruturado em torno da relação entre capital e trabalho, na luta social, se impôs — associada à ideia dos sindicatos como “escolas de guerra” —, ainda que as visões pluralistas (não exclusivamente marxistas) também aí tivessem um ponto de ancoragem. O contexto de austeridade vivido em Portugal (sobretudo na 1ª metade da presente década) é um bom exemplo do espaço de combatividade que se abriu e que teve nas organizações sindicais (e ainda em outros atores sociolaborais) protagonistas centrais.

Por fim, a referência à “sociedade” associada ao sindicalismo veio colocar em primeiro plano a valorização do diálogo social e a necessidade de consolidar a atuação sindical no quadro de estratégias de parceria social mais amplas (com governos, empregadores ou organizações não sindicais). Esta perceção do sindicalismo enquanto “veículo de integração social” (Hyman, 2001, p. 2) encontra-se, pois, direcionada para a promoção do sentido de justiça social.

Ora, a análise de Hyman é útil, desde logo, porque se conjugada com a literatura dos recursos de poder, permite alertar para as possibilidades de (re)afirmação sindical — seja como classe, mercado ou sociedade — que se articulam em vários domínios de forma distinta e ampliada. Tendo por inspiração a trilogia de Hyman, que recursos de poder estão, então, em jogo? A temática dos recursos de poder tem suscitado várias abordagens, merecendo destaque, por exemplo, as produzidas por Visser (1995) ou por Jensen, Madsen e Due (1995). A primeira aponta para

importantes focos de potencial poder sindical, tais como a mobilização e recrutamento, os processos de diálogo/consulta com associações de empregadores e entidades públicas, ou o padrão de qualificações dos filiados num sindicato como influenciador da sua posição no mercado laboral. Já a segunda alude à (sempre latente) capacidade conflitual dos sindicatos ou de pressão sobre o poder político. Alguns estudos posteriores (Crouch, 2017; Gumbrell-McCormick e Hyman, 2013; McGuire, 2014; Schmalz e Dörre, 2013; Silver, 2003; Wright, 2000) reformularam essas análises, atualizando-as e aprofundando-as.

Uma síntese dessas análises sobre os recursos de poder pode encontrar-se em Lehnendorff, Dribbush e Schulten (2017), autores que destacam as seguintes formas de poder sindical: estrutural, associativo/organizacional, institucional e societal. O *poder estrutural* reside na posição ocupada pelos trabalhadores no mercado de trabalho (ditado pela escassez de trabalhadores) e no processo de trabalho (resultante da localização dos trabalhadores). Tal forma de poder será tanto maior quanto mais difícil for substituir trabalhadores em virtude das suas qualificações e posição na cadeia de valor. Isto significa que falamos de uma forma de poder sindical diretamente talhada pelo modelo particular de desenvolvimento socioeconómico nacional, bem como pela política social e económica e estratégias dos empregadores na reestruturação das cadeias de valor e processos de trabalho.

Por sua vez, o *poder organizacional/associativo* prende-se com a capacidade de mobilização da filiação que, antes de mais, depende essencialmente dos próprios sindicatos. Existe, assim, uma influência recíproca entre a dimensão da filiação sindical e a capacidade de financiamento dos sindicatos. Enquanto em alguns países o poder organizacional depende das contribuições financeiras resultantes da filiação, noutros os contributos (diretos ou indiretos) podem resultar da negociação de convenções coletivas ou da legislação.

A legislação laboral, as estruturas representativas dos trabalhadores nas empresas ou a negociação de convenções coletivas são aspetos que reforçam uma outra fonte de poder sindical: o *poder institucional* (Dörre, 2017; Schmalz e Thiel, 2017). Com efeito, esta forma de poder decorre da capacidade dos sindicatos organizarem e representarem trabalhadores, mas igualmente da sua posição na negociação coletiva ou participação nas instâncias de concertação social (Campos Lima e Martin Artiles, 2011). Tratando-se de uma forma de poder suscetível de influenciar a atuação dos atores políticos e que é sensível à intervenção legislativa, pode ser explorada pelos sindicatos mesmo em momentos de declínio do poder organizacional/associativo ou do poder estrutural.

O último tipo foi particularmente afetado pelas imposições decorrentes da aplicação do *Memorando de Entendimento*. As alterações à legislação laboral materializadas

na Lei 23/2012, nomeadamente as relativas ao tempo de trabalho e à remuneração do trabalho extraordinário, bem como a questão da caducidade das convenções coletivas e os novos critérios de extensão, coartaram o poder institucional dos sindicatos de forma bem visível, acabando por ter um efeito contrário ao pretendido — a resolução de bloqueios existentes — e exacerbar os níveis de conflito (ILO, 2018). Aliás, a extensão dessas medidas após 2014 foi considerada uma violação do princípio da autonomia da negociação coletiva pelo Tribunal Constitucional. No entanto, é necessário frisar que as reformas do mercado de trabalho sob a égide do *Memorando de Entendimento* surgem em continuidade com importantes alterações à legislação laboral que vinham tendo lugar desde 2003, além de muitas das medidas serem já incluídas no Acordo Tripartido para a Competitividade e o Emprego assinado em março de 2011, precedendo assim o pedido de assistência financeira (Campos Lima, 2017; Távora e González, 2016).

O *poder societal* corresponde às latitudes para a ação que emerge a partir de contextos viáveis de cooperação com outros grupos sociais e organizações. Além disso, nessa forma de poder também se incorpora o apoio da sociedade às reivindicações sindicais, no sentido da generalização do projeto político do sindicato e sua adoção pela sociedade, o que pressupõe a abertura do ambiente social dos sindicatos (Schmalz e Dörre, 2013). Compreende uma componente colaborativa (traduzida na capacidade de os sindicatos construir coligações no âmbito de redes na sociedade civil, inclusive com partidos políticos e movimentos sociais, e de as ativarem no contexto de mobilizações e campanhas), bem como uma componente discursiva e comunicativa (expressa na capacidade de os sindicatos fornecerem padrões de interpretação — *framing* —, influenciarem o discurso público e fixarem uma agenda).

Tal como os vértices do triângulo “mercado-classe-sociedade”, as várias formas de poder não se encontram isoladas, podendo interagir e compensar-se mutuamente, o que significa que os recursos de poder dos sindicatos funcionam de forma dinâmica. Colocar como horizonte desejável a revitalização sindical significa, na perspetiva adotada neste trabalho, colocar o enfoque sobre os recursos de poder que os sindicatos têm à sua disposição. Seguindo a premissa do dinamismo do funcionamento dos recursos de poder como um todo ao nível de dimensões distintas, é possível argumentar, na linha de Behrens, Hamann e Hurd (2004), que a revitalização sindical é um processo multidimensional² e situado contextualmente, que pode ser concebido como forma de (re)conquistar poder no âmbito das várias dimensões envolvidas na atividade sindical. Na medida em que os esforços de revitalização sindical podem focar-se numa dimensão ou na combinação de várias, os recursos de poder sindical funcionam de forma integrada.

Uma proposta analítica para o estudo da (re)afirmação sindical em três setores

No âmbito do já citado projeto de investigação, foram propostos e testados 6 critérios de análise como forma de captar os principais espaços onde o sindicalismo poderá estar a recuperar poder: representatividade; qualificação; conflito/negociação; nacional/internacional; público/privado; e inovação. Cada um desses critérios — que não podem ser analisados de forma autónoma, desenvolvendo ligações entre si — foi, entretanto, cruzado com os recursos de poder anteriormente apresentados, bem como com dois níveis de análise: o nível setorial (designadamente os setores metalúrgico, dos transportes e das telecomunicações); e o nível da empresa, pois tratou-se de perscrutar os rumos das organizações sindicais a partir de três empresas de referência no panorama empresarial português (como já se disse, concedeu-se um destaque especial aos estudos de caso na Autoeuropa, na TAP-Air Portugal e na Portugal Telecom/Altice). O trabalho empírico assentou sobretudo na realização de entrevistas e *focus groups* junto de representantes sindicais daqueles setores, bem como de outras organizações representativas de trabalhadores³.

Através do critério *representatividade* procurou-se ir ao encontro de uma expressão quantitativa (“quantos são os filiados?”), a qual implicava auscultar o perfil social dos membros do sindicato, permitindo também dialogar com o critério *qualificação*. Assim, se por um lado se procurou atualizar os índices e tendências da sindicalização (o que não deixou de se revestir de dificuldades) e perceber as razões associadas à perda de associados ou as estratégias acionadas para a recuperação do número de sócios, por outro, indagou-se sobre o perfil sociodemográfico dos membros do sindicato (idade, género, qualificações) e sobre os níveis de formação e as qualificações dos trabalhadores do setor em análise. Ao serem convocados estes dois primeiros critérios, foram igualmente postos à prova duas formas de poder: poder organizacional/associativo e poder estrutural.

Um terceiro critério estudado foi o binómio *conflito/negociação*. Como é sabido, ambas as vertentes são inerentes ao movimento sindical desde o seu nascimento no século XIX. Através deste critério, os vários interlocutores foram confrontados com os impactos negativos sobre a vida dos trabalhadores (nomeadamente em termos contratuais, salariais, e de proteção no desemprego) decorrentes quer das alterações da legislação laboral, quer do *Memorando da troika* na sua globalidade. Como é salientado por Campos Lima (2017), as alterações às normas relativas à vigência e caducidade e à extensão das convenções coletivas, e a reversão do princípio *favor laboratoris*, bem como outras medidas no sentido da descentralização do sistema de negociação coletiva, inscreveram-se na lógica da desvalorização interna e do ajustamento rápido às flutuações do mercado. A “descentralização organizada” cumpriria

o objetivo de facilitar a almejada flexibilidade e o alinhamento dos salários com a produtividade das empresas (Távora e González, 2016). Contudo, essa descentralização foi sobretudo “desorganizada” (Campos Lima, 2017). São também de salientar as alterações no sentido de fazer depender a extensão das convenções coletivas da representatividade das partes. Uma consequência clara da supressão dos mecanismos de extensão e da reversão do princípio da favorabilidade residiu na impossibilidade dos sindicatos se apoiarem nesses mecanismos como forma de reequilibrarem a estrutura da negociação (Koukiadaki, Távora e Martínez Lucio, 2016). Assim, por um lado, no campo do conflito, tratou-se de procurar perceber, entre outros pontos: qual a expressão do conflito naquela empresa e setor nos últimos anos; as motivações associadas às lutas; possíveis inflexões ou recrudescimentos; o peso atribuído às manifestações e greves como estratégia do sindicato; e os ganhos decorrentes de uma ação coletiva conflitual. Por outro, no vetor da negociação, interessava-nos perceber a relevância das convenções coletivas celebradas por cada sindicato entre 2008 e 2013 e de 2013 até ao presente. Em especial, de modo a identificar os principais conteúdos das convenções, as dificuldades associadas a tais processos, a sua aplicabilidade e resultados obtidos. E ainda que quer o conflito quer a negociação se joguem sobretudo na relação entre capital-trabalho, a relação entre organizações sindicais filiadas em diferentes estruturas (CGTP ou UGT) ou entre sindicatos e comissões de trabalhadores esteve também presente nas interações com os interlocutores. No que diz respeito à interface entre este critério e as formas de poder, emergiram ilações quer sobre o poder estrutural, quer sobre o poder institucional.

Outro critério valorizado na nossa análise foi o binómio *nacional/internacional*. Tratou-se aqui de medir o peso relativo das apostas internas e externas. As primeiras dizem mais diretamente respeito à identificação das principais preocupações do sindicato em termos de condições de trabalho e de política salarial, tentando perceber quais foram as campanhas implementadas no período mais recente. As segundas remetem para desafios vários no plano europeu/internacional (filiação em estruturas sindicais transnacionais; participação em campanhas internacionais e ações de solidariedade; envolvimento em conselhos de empresa europeus, acordos-quadro globais ou conselhos sindicais inter-regionais). Este critério suscita pistas de análise que interferem mais diretamente com o poder societal, ainda que não de modo exclusivo.

A relação entre *público/privado* foi também tomada como critério de análise. Ora, estando o estudo centrado em empresas que foram alvo de processos de (re)privatização (como a TAP e a PT/ Altice), não poderíamos deixar de indagar, desde logo, quais os efeitos da privatização sobre o número de sindicalizados e sobre a ação e estratégias sindicais, e também em termos salariais. Por outro lado,

tornava-se importante questionar em que medida a privatização conduziu a uma maior flexibilidade contratual e de horários e quais as posições e ações levadas a cabo pelos sindicatos relativamente a esses aspetos. Simultaneamente, afigurava-se curial apurar em que medida a privatização conduziu à adoção de novas estratégias de gestão da empresa e de que modo produziu efeitos nos instrumentos de regulamentação coletiva e nos processos negociais (sendo neste ponto evidentes as conexões com o critério conflito/negociação). Este critério articula-se quer com o poder associativo/organizacional, quer com o poder institucional.

Por fim, o sexto critério de análise diz respeito à *inovação*. Este é um critério suficientemente amplo para suscitar uma diversidade de leituras e interpretações. Por um lado, interessou-nos auscultar em que medida, na sequência do período de contração da economia, a empresa apostou na inovação — tanto ao nível da gestão como do processo produtivo, como forma de alavancar a recuperação e o crescimento — e até que ponto o sindicato foi consultado quanto à introdução de novas técnicas e processos. Aliás, ante uma eventual introdução de processos de inovação, tratou-se também de averiguar se as necessidades dos trabalhadores (em termos de formação, por exemplo) foram acauteladas e qual a posição formulada pelo sindicato relativamente a essa questão. Por outro lado, além de um registo reativo face à atuação da empresa, interessou-nos, neste critério, perceber até que ponto é possível falar, de uma forma proativa, em inovação no interior do próprio sindicato. Ou seja, apurar em que medida têm ocorrido mudanças na estrutura sindical, tendo em vista uma certa “modernização” e “atualização” (rearranjo das estruturas sindicais e práticas organizacionais, renovação dos reportórios de ação coletiva, aproximação entre *insiders* e *outsiders*). E outra matéria conexa com esta prende-se com a perceção dos responsáveis sindicais sobre se a introdução de novas tecnologias como forma de comunicação do sindicato tem vindo a crescer, tanto no seu interior como com o exterior, e sobretudo se as novas tecnologias estão a constituir-se como uma forma importante de captar novos membros. O papel do *Facebook* e os seus resultados práticos foi outro aspeto que procurámos indagar. E, por fim, se o critério inovação não deveria também materializar-se na aproximação do sindicalismo a outros públicos não sindicais. Quanto à interface com os recursos de poder, este critério dialoga preferencialmente com o poder associativo/organizacional, mas igualmente com o poder societal. Aliás, a necessidade de captação de outros públicos pressupõe em si mesma uma maior abertura à sociedade que, como sugerido, é em grande parte mediada pela inovação nas formas de comunicação e de organização sindicais.

O quadro que se segue ilustra alguns dos possíveis cruzamentos/sobreposições entre os recursos de poder sindical e os critérios analíticos contemplados neste estudo.

Tabela 1 Articulação dos recursos de poder sindical com os critérios analíticos

Recursos	Critérios					
	Representatividade	Qualificação	Conflito / Negociação	Nacional / Internacional	Público / Privado	Inovação
Poder Estrutural	X	X	X	X	X	X
Poder Associativo			X			
Poder Institucional			X			
Poder Societal						

Como já se mencionou, a repartição dos critérios analíticos foi igualmente articulada com os setores e estudos de caso. Assim, ao setor metalúrgico (mais próximo da conceção de “sindicalismo de classe”, tendo em conta a prevalência do conflito estruturado em torno da relação entre capital e trabalho) fizemos corresponder o estudo de caso da Autoeuropa, destacando nele os critérios conflito/negociação (bem expresso, de resto, nas tensões suscitadas desde julho de 2017 a propósito da organização do tempo de trabalho), nacional/internacional e ainda o critério “qualificação” (dada a sua relevância em termos de poder estrutural, que, como vimos, decorre da posição dos trabalhadores quer no mercado de trabalho quer no processo de trabalho). Por sua vez, ao setor dos transportes (em que as estratégias sindicais valorizam, de um modo geral, o diálogo social e as práticas de parceria), mais condizente com o vértice “sociedade” do modelo de Hyman, fizemos corresponder o estudo de caso da TAP-Air Portugal e, dentro dele, destacámos, além dos critérios conflito/negociação e nacional/internacional, o critério público/privado. Por fim, ao setor das telecomunicações — identificado com o vértice “mercado” do modelo, tendo em conta a prevalência de estratégias sindicais centradas na promoção das condições sociais e económicas dos trabalhadores — fizemos corresponder o estudo de caso da PT/Altice, realçando nele os critérios público/privado, nacional/internacional e ainda o critério “qualificação”.

Alguns resultados da investigação

Nesta secção pretende-se explorar o comportamento dos seis critérios analíticos subjacentes à investigação realizada. O critério público/privado é articulado com os restantes critérios nos estudos de caso da PT/Altice e TAP, enquanto as implicações do critério qualificação são transversais aos demais critérios, pelo que optámos por não proceder à apresentação de forma tão circunstanciada e autonomizada dos resultados encontrados para aqueles critérios.

Representatividade

No que diz respeito ao critério representatividade, constatou-se, nos três setores em análise, que a evolução da sua expressão quantitativa não corresponde à percepção difundida da tendência de perda de membros ou, por outro lado, de incapacidade de captação de novos membros. E mesmo que o período da austeridade — durante o qual o *Memorando de Entendimento* impôs medidas de ajustamento fiscal-estrutural, bem como alterações à legislação laboral que colocaram constrangimentos às empresas de uma forma geral e às aqui visadas em particular — tenha acarretado em primeira instância, como é comumente reconhecido, uma quebra da filiação, a forma como isso se reflete em cada um dos três setores difere e é mediada por circunstâncias específicas, podendo inclusive variar quando o foco da análise é fixado ao nível das empresas tomadas como estudos de caso.

Começando pelo setor metalúrgico, o panorama geral aponta para uma quebra da sindicalização durante o período da intervenção da *Troika*, muito embora a mesma tenha sido de alguma forma mitigada por fatores que decorrem das características do próprio setor, especificamente a prevalência, em termos históricos, de uma filiação com uma postura “militante”. A quebra verificada terá sido motivada por diversos fatores, nomeadamente a questão económica (diminuição acentuada ou estagnação das remunerações, depreendendo-se que o pagamento da quota sindical teria um peso extraordinário sobre os rendimentos disponíveis) e a assunção de uma postura mais defensiva e reativa por parte dos sindicatos do setor, frustrando as expectativas dos afiliados. Este segundo ponto é colocado de forma explícita por um entrevistado:

alguma incapacidade que nós também tivemos de responder a coisas concretas. Porque a austeridade ofuscou de certa maneira a possibilidade de nós, digamos, provocarmos movimento no local de trabalho para exigir melhores condições. (...) o movimento que nós conseguimos gerar foi para não perder o que se tinha (...) E houve situações em que não conseguimos e isso naturalmente, em determinadas camadas de trabalhadores, gerou alguma frustração. (Entrevista a dirigente da Fiequimetal⁴, junho de 2018)

Mais recentemente, foi possível assinalar uma tendência de recuperação, mais perceptível no caso de um sindicato específico — o Site-Sul —, muito embora a sua expressão seja moderada. As duas ordens de fatores que são colocados no centro da quebra de sindicalização motivaram a implementação de processos de reorganização, por exemplo, no seio das estruturas afetadas à CGTP, ainda num período anterior à fase mais crítica da austeridade em virtude da aplicação do plano de

ajustamento. Em termos gerais, as reorganizações, nomeadamente por via de processos de fusão, tiveram efeitos positivos no que respeita a perda de filiados — exerceram um efeito de contenção — e permitiram potenciar os meios humanos e financeiros existentes. De igual modo, possibilitaram a partilha de experiências transversais aos vários subsetores do setor metalúrgico, o que se revelou enriquecedor em termos da capacidade de atuação dos dirigentes, que passaram a ser “transversais” a várias empresas de diferentes âmbitos, desenhando-se, assim, redes de interligação. Em alguns casos, medidas deste tipo terão ocasionado um crescimento exponencial em termos de filiação, para além de terem permitido aumentar a influência dos sindicatos. Outros efeitos apontados são os incentivos à participação dos trabalhadores e a promoção da solidariedade. O estabelecimento das redes de interligação, no caso de empresas de âmbito nacional, é uma forma de mitigar as insuficiências das estruturas, principalmente no que concerne a meios humanos disponíveis. Mas ainda que tenham sido feitos progressos, a inovação introduzida é considerada insuficiente.

A representatividade de género tende a constituir um problema no setor metalúrgico. Tratando-se de um setor em que prevalece uma força de trabalho do sexo masculino, o padrão de sindicalização reflete esse facto, verificando-se a mesma tendência no caso dos delegados sindicais. Tal suscita, desde logo, problemas em termos da representação sindical:

Apesar do conjunto destes setores que a Fiequimetal representa, que vão desde a metalurgia à química e indústrias elétricas, ser muito diverso e apesar de os homens serem a maioria, há setores onde existem muitas mulheres. (...) Ora, isto é um problema sério que temos. Não tem depois uma relação direta com a presença das mulheres nos órgãos de direção e de decisão. (Entrevista a dirigente da Fiequimetal, junho de 2018)

Têm vindo a ser feitos esforços no sentido de contrariar essa tendência, como, por exemplo, a criação de um grupo de trabalho para a igualdade de género. Porém, ainda que o número de mulheres a exercerem funções de delegado sindical possa estar a crescer, é insuficiente face ao número de associadas. A ocupação de cargos de direção é ainda mais reduzida. A sobre representação do sexo masculino é, portanto, uma limitação que tem sido difícil de ultrapassar, desde logo por questões culturais e outras ligadas à vida familiar. Em termos etários, continua a predominar uma faixa “madura” que se aproxima, de acordo com um dirigente sindical entrevistado, dos 50 anos. Essa média de idades repercute-se nas estruturas sindicais que compõem a Fiequimetal, corroborando as perceções que apontam para um sindicalismo “envelhecido”.

Nos outros dois setores, das telecomunicações e dos transportes, a tendência de quebra de sindicalização seguida de uma inflexão também se verifica, ainda que

com várias *nuances*. Por exemplo, segundo fonte sindical, no caso específico de um sindicato do setor das telecomunicações, o Sinttav⁵, verificaram-se perdas sensivelmente até 2007, as quais são maioritariamente atribuídas aos efeitos decorrentes dos processos de flexibilização do emprego. No entanto, a concretização da venda da PT à Altice (em 2018) funcionou como elemento desencadeador de novos processos e, em particular, potenciou a captação de novos sócios, verificando-se, portanto, segundo a mesma fonte, uma inflexão das taxas de sindicalização. Outra razão que nos foi apontada prende-se com a expansão das empresas de trabalho temporário, muito presentes no setor das telecomunicações, nomeadamente ao nível dos *call centres*. Aliás, no caso de um dos sindicatos estudados, estas empresas tornaram-se numa das áreas de intervenção prioritárias.

No setor dos transportes — que teve a TAP como empresa de referência — as fontes sindicais também fazem referência a uma tendência de crescimento do número de filiados. No caso específico de um dos sindicatos abrangidos pelo nosso estudo, o SNPVAC⁶, o crescimento do número de sócios foi significativo e deveu-se em muito ao processo de privatização da TAP e às novas condições oferecidas aos seus trabalhadores. Nesse setor, e no que se refere especificamente aos tripulantes de cabine, a representatividade em termos de género e de idades é equilibrada. Convém a esse propósito lembrar que este sindicato representa um grupo muito específico, cujas características profissionais restringem o acesso à profissão a camadas mais jovens e onde a questão do género também se esbate.

A questão da representatividade, concretamente na sua vertente numérica, não deixa, portanto, de se articular intimamente com outros dois critérios. Por um lado, com o critério público/privado, tendo ficado bem patente a influência exercida pelos processos de privatização, e pela degradação das condições de trabalho e flexibilização contratual que lhes está associada nos casos da PT/Altice e da TAP, sobre os índices de sindicalização. Em ambos os casos, é de assinalar a existência de uma tendência de recuperação. Por outro, com o critério inovação, em particular no que concerne os métodos de captação de novos membros, reorganização sindical e comunicação com os associados e o exterior. Sobre este critério, vejamos o que foi apurado em relação aos três setores em análise.

Inovação

Muito embora desde sempre elencada como uma prioridade de qualquer sindicato, a captação de novos membros, nomeadamente entre as franjas mais precarizadas e por isso mais afastadas dos sindicatos, nem sempre foi alvo de estratégias específicas. Por exemplo, no caso do setor metalúrgico, não foram mencionadas novas estratégias orientadas para esse objetivo: “Não... nestas coisas não há muito

que inventar (...) os trabalhadores estão lá, estão no local de trabalho, na empresa. Onde nós temos estrutura tratamos os trabalhadores com vínculo precário de igual modo. Contactamos todos, não fazemos diferenciação.” (Entrevista a dirigente da Fiequimetal, junho de 2018)

A inovação no sentido da integração das novas tecnologias na atividade dos sindicatos, tanto em termos da comunicação interna como com o exterior, não é uma questão consensual, sendo de referir a existência de perspetivas bastante diferenciadas. No caso do setor metalúrgico, as novas tecnologias e plataformas de comunicação como o *Facebook*, *site* e *mailing list* têm um estatuto “ambíguo” relativamente ao papel que podem desempenhar em questões como o contacto com os membros e a forma de comunicação em geral, ou mesmo como ferramenta importante para a captação de novos filiados:

Acho que é uma forma importante de captação de novos membros, na medida em que permite uma maior divulgação dos sindicatos, das suas posições. Mas as organizações sindicais têm uma particularidade relativamente a outros tipos de organizações: o seu principal veículo de comunicação é a presença junto das pessoas, é o contacto. O resto é tudo complementar. (Entrevista a dirigente da Fiequimetal, junho de 2018)

Não obstante as reservas manifestadas em relação ao “virtuosismo” do *e-sindicalismo*, o *site* foi referido como um veículo muito importante de transmissão de informação e, por isso, alvo de uma atualização quase constante.

No caso do setor das telecomunicações, a inovação por meio da introdução de novas tecnologias no quotidiano sindical parece estar a ganhar ímpeto, apesar de ser claro que estas não podem substituir, em absoluto, métodos mais tradicionais.

Nós apostamos nas novas tecnologias como forma de comunicar com os membros e com o exterior, só que não eliminamos a informação tradicional. Por exemplo, nós temos uma página (...) há uma reunião, a gente faz um resumo e põe lá. Por exemplo, estive agora em Madrid e está lá uma informação sobre o que se passou. Depois vai o relatório para os dirigentes. Apostamos nas vertentes todas, mas aquilo que é tradicional — ter um comunicado no placard, dar um comunicado em mão aos trabalhadores — não se pode substituir. (Entrevista a dirigente do Sinttav, março de 2018)

As novas tecnologias também começam a ocupar um lugar nos métodos de captação de novos membros, mas de forma residual. Por exemplo, ainda que a ficha de inscrição seja disponibilizada *online* no caso do sindicato mencionado, foram poucas as sindicalizações por essa via. A importância do contacto pessoal, direto, é enfatizada de forma clara, continuando a ser considerado o meio mais eficaz no que diz respeito à filiação e sua manutenção. Por outro lado, a escassez de meios humanos para levar a cabo a

gestão de conteúdos em plataformas como o *Facebook* é apontada como um problema, determinando que esta rede social não seja tão utilizada, para além de suscitar reservas quanto à transparência das participações e veracidade dos conteúdos por vezes avançados pelos utilizadores. Já a utilização do *site* para a divulgação de informação como comunicados e resoluções parece ser mais consensual.

O panorama revelou-se totalmente diferente no setor dos transportes. Para o sindicato que representa os tripulantes de cabine, a utilização das redes sociais no quotidiano da vida interna do sindicato — ou seja, na sua relação com os membros — é de extrema importância, principalmente tendo em conta a natureza das funções exercidas. O seguinte exemplo a propósito da utilização do *Facebook* é bastante elucidativo a esse respeito:

Sou tripulante e acontece um problema: se posso ou não fazer o voo, por exemplo. Entrei em circadiano, já não podia fazer. Coloco a minha questão no grupo que nós temos de questões e dúvidas e posso dizer-lhe que 99% das questões são respondidas passados 5 minutos. E é um grupo aplaudido por todas as pessoas. A direção é que responde, como direção. E as pessoas estão muito satisfeitas porque nunca tinham a resposta quase automática à questão colocada. E estamos a falar que todos os dias há 4 ou 5 questões a serem respondidas a qualquer hora, por dia. Portanto, é 24 sobre 24 horas. (Entrevista a dirigente do SNPVC, janeiro de 2018)

Curiosamente, e apesar de ser clara a aposta nas novas tecnologias e na inovação, no caso deste sindicato em particular, não lhes é atribuído um papel relevante no que diz respeito à captação de novos sócios. Esta é feita “internamente”, através do contacto direto entre colegas de profissão no seu dia-a-dia. Acresce que, como referiu um entrevistado, “qualquer pessoa que entra na companhia já sabe que deve sindicalizar-se... porque o nosso sindicato é forte (...) as pessoas não querem não estar sindicalizadas”.

A inovação também ocorreu no plano das estratégias utilizadas e do estabelecimento de alianças com outros atores da sociedade civil. As alianças encerram um enorme potencial de legitimação das campanhas sindicais e de enquadramento da mensagem que se pretende passar para “fora”. Um exemplo importante de inovação com base na conceção de campanhas que envolvem diretamente a sociedade civil, e que amplificam o poder societal, foi levado a cabo pelo sindicato dos tripulantes de cabine (SNPVC) em relação ao processo de privatização da TAP (portanto, para além do critério inovação, neste exemplo está também em jogo o critério público/privado). Tratou-se da campanha “Não TAP os olhos” contra a privatização da empresa. Criada por ativistas sindicais e por uma figura pública de relevo, o cineasta António Pedro Vasconcelos, o “Não TAP os olhos” — “o braço armado da luta contra a privatização” — foi uma inovação porque:

Saiu para fora da esfera dos sindicatos. As pessoas ouvem melhor se for alguém da sociedade civil a explicar as coisas do que um sindicalista. Se o Arménio Carlos for à televisão, metade da população já olha de lado (...). O português ainda é muito conservador, preconceituoso, por mais que digamos que não. E esse preconceito atinge os sindicatos também. (Entrevista a dirigente do SNPVAC, janeiro de 2018)

A criação de movimentos deste tipo, através de alianças com a sociedade civil, é perspectivada como uma forma de maximizar a transmissão da mensagem sindical, “de abrir os olhos às pessoas, de ter tempo de antena... poder ficar lá o bichinho e as pessoas pensarem duas vezes”, como foi mencionado pelo mesmo entrevistado. No caso concreto desta campanha, o impacto na esfera pública foi considerável e obrigou ao posicionamento explícito de atores políticos e da sociedade civil, colocando na ordem do dia a discussão sobre o estatuto da TAP como empresa de interesse público e as consequências da privatização.

Outro exemplo de inovação é fornecido pelas estruturas de representação coletiva dos trabalhadores da PT/Altice (composta pela CT MEO⁷, Sinttav, STPT⁸, Sindetelco⁹, SNTCT10¹⁰, STT¹¹, FE¹², Sitese¹³ e Sinqadros¹⁴) que se aliaram no âmbito da convocação da greve de 21 de julho de 2017. Tratou-se, sem dúvida, de um grande desafio tendo em conta as especificidades dos seus pontos de vista em matéria de objetivos e estratégias. O que importa, por isso, sublinhar é a capacidade de enquadrar diferentes posicionamentos à luz de um problema comum às várias estruturas. Retomando a sistematização levada a cabo na secção 2, é possível identificar uma utilização bem-sucedida de competências estratégicas como a intermediação e o *framing* (Lévesque e Murray, 2010), permitindo a mobilização do poder societal, tanto na vertente colaborativa⁵ (estabelecimento de uma aliança com vista à convocação da greve) como na discursiva (enquadramento das circunstâncias e objetivos da greve de forma a legitimá-la perante a sociedade civil e a recolher apoios). O seguinte fragmento de entrevista é ilustrativo a esse propósito:

As estruturas todas, com pontos de vista diferentes, com posicionamentos diferentes, conseguiram perceber que o fundamental é a luta conjugada. Até hoje, continuam todos. Está a CT, estão os sindicatos, todos na luta. Pela primeira vez, nem no tempo do Todo Bom, em 1994, que foi quando nós travámos a maior luta de sempre na PT, nem nesse tempo nós conseguimos ter as estruturas todas com o mesmo projeto. (...) É um trabalho de todos, uma responsabilização e um trabalho de todos. Deixando que cada um expressasse os seus pontos de vista, tivesse as suas opiniões, sem se forçar nada, mas todos perceberam o que estava aqui em causa. (Entrevista a dirigente do Sinttav, março de 2018)

A mobilização do poder societal é também particularmente evidente na decisão das estruturas de representação coletiva dos trabalhadores da PT/Altice de levarem a

cabo pelo menos uma ação pública por mês durante o ano de 2018. O objetivo era não deixar a questão da transmissão de estabelecimento esmorecer, mantendo assim a opinião pública mobilizada, o que, em princípio, trabalharia a favor das pretensões dos sindicatos. As tribunas públicas¹⁶ organizadas no Porto e em Lisboa são exemplos de ações desenvolvidas nesse âmbito. Ao serem acompanhadas pela comunicação social, conferiram grande visibilidade à questão. Para além de assinalarem as datas de transmissão de estabelecimento de trabalhadores da PT/ Altice, carregando por isso um enorme simbolismo, essas ações também envolveram a mobilização do poder associativo, potenciando-o, pois, como reconhecem Lehndorff, Dribbush e Schulten (2017), aquele depende em grande medida das atividades desenvolvidas no e pelo sindicato.

Conflito/Negociação

A análise centrada no binómio conflito/negociação revelou resultados interessantes para os três setores. Observou-se uma aposta clara dos sindicatos em uma estratégia de pendor conflitual em detrimento de uma outra mais centrada na negociação, principalmente entre os sindicatos afetos à CGTP. A preponderância do conflito foi potenciada pelos constrangimentos impostos pela aplicação das medidas de austeridade, que levaram, entre outras coisas, à introdução de alterações profundas na legislação laboral, cerceando a capacidade de atuação dos sindicatos. Tal como aconteceu um pouco por toda a Europa, o sistema de negociação coletiva foi colocado sob pressão, não se tendo ainda verificado a completa reversão dessa tendência, nomeadamente da diminuição acentuada da cobertura das convenções negociadas, apesar de ser assinalável alguma recuperação (ILO, 2018; Müller, Vandaele e Waddington, 2019; Távora e González, 2016). Por outro lado, as alterações à legislação laboral, em particular as relativas ao tempo de trabalho e à retribuição pelo trabalho extraordinário mencionadas anteriormente, repercutiram-se no plano conflitual, acentuando-o. Tal não deixa de ser visível ao nível dos estudos de caso contemplados.

Tanto no setor das telecomunicações como no dos transportes, a opção pela greve como estratégia para obter concessões ou travar processos altamente nocivos para os trabalhadores ilustra a preponderância da vertente conflitual. No caso das telecomunicações, referimo-nos concretamente à greve de 21 de julho de 2017, levada a cabo pelos trabalhadores da PT na sequência da polémica das transmissões de estabelecimento, e que conduziu a um recuo da empresa em relação a futuras transmissões e a uma alteração legislativa¹⁷ com vista ao reforço dos direitos dos trabalhadores. Essa alteração legislativa corrobora a apreciação de Lehndorff, Dribbush e Schulten (2017) de que os sindicatos são capazes de refrear a fragmentação da negociação coletiva em alguns casos e “forçar” alterações legislativas

favoráveis, nomeadamente através do reforço de alianças que transcendem a esfera política tradicional. Neste caso em particular, por meio da mobilização do poder societal na sua vertente discursiva. A tensão no seio da empresa foi crescendo desde a sua compra pela Altice em 2015, contribuindo para o exacerbamento do conflito motivado pelas alterações complexas no seio da empresa. Neste caso concreto, os processos de privatização parecem estar intimamente relacionados com a preponderância de uma dimensão conflitual.

O estudo de caso centrado na TAP é também ele emblemático a esse respeito. A eleição da greve como forma de luta por parte dos sindicatos veio responder à indisponibilidade da administração da TAP para negociar. Como era referido por um dirigente sindical, os processos negociais encontravam-se completamente bloqueados:

Neste momento [o processo negocial] está bloqueado. Eles querem negociar, querem negociar a favor deles, só. Neste momento, eles assumiram três compromissos, acordados, escritos, e há meses que não os estão a cumprir. E além disso denunciaram o acordo de empresa. (Entrevista a um dirigente sindical, janeiro de 2018)

O setor metalúrgico ecoa esta tendência de maior expressão da dimensão conflitual. O estudo de caso da Autoeuropa exprime muito bem a maior preponderância do conflito. Se é certo que durante os anos de austeridade, ou nos que a antecederam, a empresa foi posta à prova a vários níveis (por exemplo, a crise no setor automóvel no início dos anos 2000 exigiu que fossem colocadas em prática soluções como o acordo dos *down days* ou o envio de trabalhadores para outras fábricas europeias), procurando gerir as crises em clima de diálogo, em 2017 a simples produção de um novo veículo, associada a um processo de substituição de um líder histórico da comissão de trabalhadores, ditou um processo de conflitualidade pouco comum na cultura da empresa.

Na sua origem esteve o diferendo relativo à introdução do novo horário que previa a obrigatoriedade do trabalho ao sábado e um terceiro turno de forma a cumprir as metas de produção de um novo modelo: o veículo T-Roc. O conflito desenrolou-se em torno da atuação de três atores: administração, sindicatos e comissão de trabalhadores (o interlocutor preferencial da administração), e teve a particularidade de colocar em confronto direto sindicatos e comissão de trabalhadores. Do ponto de vista dos primeiros, o conflito até terá tido até algumas vantagens:

Uma delas foi os trabalhadores terem descoberto — não é que não soubessem — que existem estruturas sindicais que vão para além da comissão de trabalhadores e que também se podem socorrer delas. Essa é uma vantagem. A outra foi que o sindicato,

contrariamente ao que acontecia até aquela altura, passou a ser ouvido pela administração. (Entrevista a dirigente da Fiequimetal, junho de 2018)

Por outro lado, o campo sindical, mais concretamente o sindicato Site-Sul (afeto à CGTP) terá desempenhado um papel determinante na convocação da primeira greve na Autoeuropa desde que a fábrica começou a laborar em 1995:

[A greve] Foi convocada pelo nosso sindicato [Site-Sul]. Aquilo foi assim: eles tinham decidido a greve e, entretanto, para discutir o pré-aviso de greve com os trabalhadores o sindicato marcou um plenário. (...) O sindicato fez o plenário no dia 28 porque a CT estava demissionária e não havia outra forma para os trabalhadores reunirem que não fosse o sindicato marcar o plenário. (Entrevista a dirigente da Fiequimetal, junho de 2018)

A greve de 30 de agosto de 2017 teve repercussões na esfera pública e mediática, lançando o espectro da deslocalização, da qual os sindicatos seriam considerados culpados por terem optado por essa via. A realidade é que, em termos práticos, e apesar de ter colocado o conflito sobre os horários sob enorme escrutínio, a greve “apenas” levou a administração a relançar as negociações e a receber os sindicatos. As reivindicações em jogo não foram de facto atendidas. Nunca é demais recordar que, no caso específico da Autoeuropa, os processos negociais têm por norma a comissão de trabalhadores como interlocutor preferencial da administração. Acresce ainda que este conflito constituiu um exemplo bastante expressivo de uma mobilização do poder societal malsucedida. O mal-estar no interior da fábrica, a disputa entre a comissão de trabalhadores e o sindicato Site-Sul, e o braço de ferro com administração tiveram uma enorme projeção mediática, com vários debates televisivos, fomentando uma discussão acesa no espaço público. A opinião pública dividiu-se em relação à legitimidade das posições dos trabalhadores, bem como da comissão de trabalhadores por um lado e do Site-Sul por outro. Não raras vezes, os trabalhadores da Autoeuropa foram caracterizados como “privilegiados” num contexto em que a grande maioria ainda sofria os efeitos decorrentes da crise. Ficou bem patente que o Site-Sul em particular teve grande dificuldade em mobilizar o seu poder societal na vertente discursiva. Demonstrou incapacidade em fornecer um padrão de interpretação da crise na Autoeuropa e de, assim, influenciar a opinião pública a seu favor, por forma a legitimar as reivindicações colocadas.

Nacional/Internacional

O binómio nacional/internacional é um critério analítico que nos permite retirar ilações quanto ao equilíbrio entre desafios internos e externos dos sindicatos. Desde

logo é possível fazer referência a um traço comum a todos os sindicatos: o estabelecimento da esfera nacional como prioritária. Principalmente na esteira das medidas de austeridade e das suas consequências, as preocupações fundamentais foram basicamente de cariz nacional, gravitando em torno de questões como os salários (exigências de aumentos salariais), precariedade e negociação coletiva (particularmente, preocupações com a erosão do direito à negociação coletiva, com a sua descentralização e consequente dismantelamento, e com a caducidade das convenções coletivas de trabalho). Em boa verdade, estas não são questões estritamente portuguesas — em vários países, os sindicatos confrontam-se com problemas similares — mas jogam-se no plano dos enquadramentos legais nacionais, daí serem aqui identificadas com a vertente nacional. Não obstante esse facto, a dimensão internacional não deixa de estar presente e de ser vista como importante, muito embora seja claramente secundária. Todos os sindicatos abrangidos por este estudo são filiados numa organização sindical internacional e todos reportaram retirarem vantagens dessa filiação, mencionando, em particular, as decorrentes do contacto em rede. No caso específico das estruturas sindicais do setor metalúrgico, é esse aspeto que é enfatizado mais do que a ação sindical internacional propriamente dita, pois, como foi assinalado, as federações internacionais por vezes “Não desempenham esse papel como deviam e quando o fazem a nível de empresa são muito arrastados, ou levados se quiser, para as grandes empresas. Até há uma linha de atuação no sentido de puxar para trás.” (Entrevista a dirigente da Fiequimetal, junho de 2018)

De forma similar, os sindicatos do setor das telecomunicações que foram auscultados também possuem filiação internacional, na UNI¹⁸. Essa estrutura é mencionada como um elemento importante no que concerne a resolução de conflitos com foco em empresas multinacionais. Tem facilitado a construção de ações de âmbito transnacional, como, por exemplo, as levadas a cabo contra a Altice/Portugal (designação adotada desde 2018). Curiosamente, não existem indícios da intervenção da UNI em questões como as transmissões de estabelecimento levadas a cabo por aquela empresa. A estratégia seguida pelos sindicatos situou-se na esfera nacional e, como vimos, num plano conflitual que se alicerçou numa estratégia de mobilização e de recurso à greve.

Os sindicatos do setor dos transportes exibem um padrão bastante diferente num dos casos. O sindicato que representa os tripulantes de cabine assume como uma das suas bandeiras, a par das preocupações decorrentes do recente processo de venda da TAP, a ação que tem como foco a transportadora aérea *low cost* Ryanair. Essa ação desenrola-se no plano internacional e é estruturada a partir das ligações com sindicatos de outros países europeus, nomeadamente da Alemanha, Bélgica, Espanha, Holanda e Itália¹⁹. No entanto, muito

embora os sindicatos envolvidos façam parte, na sua maioria, da mesma organização internacional de tripulantes de cabine (a EurECCA²⁰), a ação contra a Ryanair não foi articulada através dela. Tomados em conjunto, quanto a este critério analítico, os nossos estudos de caso sugerem que a grande vantagem retirada da filiação internacional é o contacto em rede e que as questões nacionais continuam a ter a prioridade no estabelecimento das agendas sindicais.

Notas finais

Os anos de austeridade colocaram o sindicalismo numa posição particularmente difícil e, como tal, a suscitar um olhar sobre o poder sindical como algo em crescente contração. Mas a nossa investigação permitiu concluir que a evolução recente dos recursos de poder *aconteceu*, ela própria, de forma assimétrica, tanto no que se refere à relação dos vários tipos de poder entre si, como na forma como os vários recursos de poder evoluíram consoante o setor de atividade. Aliás, tal não deixa de ser congruente com as trajetórias de um conjunto mais alargado de países no plano Europeu, como é evidenciado por Lehndorff, Dribbush e Schulten (2017). Ainda que estes autores sublinhem o quadro de crescente divergência dos percursos dos sindicatos europeus nos últimos anos, os seus estudos de caso nacionais ressaltam, tal como o nosso campo empírico, o comportamento não só dinâmico como complexo dos recursos de poder. Dito de outra forma, os desafios colocados aos vários países são similares, mas a capacidade de lidar com os mesmos difere substancialmente.

No caso português, o contexto de austeridade funcionou como um estímulo que alterou a preponderância dos recursos de poder para a ação sindical, assistindo-se ao robustecimento de determinadas formas de poder, enquanto outras foram relegadas para uma posição que lhes confere uma influência mais marginal. Por um lado, duas formas de poder — o poder estrutural e o poder institucional — evidenciaram sinais de maior fraqueza de forma generalizada. As medidas impulsionadas pela aplicação do Memorando da *Troika* trouxeram a austeridade e com ela as medidas de ajustamento fiscal e estrutural e consequentes restrições orçamentais, o aumento do desemprego e as alterações à legislação laboral no sentido de uma maior flexibilização indutora de precariedade, o que teve impactos negativos sobre essas duas formas de poder. Por um lado, não deixa de ser verdade que o desemprego recuou consideravelmente entre 2015 e 2019, o que poderia contribuir para uma recuperação do poder estrutural dos sindicatos. Ainda assim, a suceder tal recuperação, a mesma seria tímida e não necessariamente direta. Por outro, no plano do poder institucional, poucas mudanças se têm verificado, uma vez que as alterações de 2012 à legislação laboral ainda não foram

totalmente revertidas, nomeadamente no que diz respeito à caducidade da contratação coletiva, entre várias outras matérias.

Situações como a referida continuam a exercer um efeito pernicioso sobre o poder sindical. Para além de restringirem a possibilidade de os sindicatos compensarem, através da mobilização do poder institucional, as perdas nos planos estrutural e organizacional (Lehndorff, Dribbush e Schulten, 2017). Neste ponto, os critérios conflito/negociação e público/privado proporcionaram informações valiosas ao enfatizarem as dificuldades colocadas aos sindicatos dos diferentes setores. Em particular, é importante sublinhar nos três setores o recurso generalizado a estratégias de conflito, nomeadamente à greve, em detrimento do enfoque na negociação. Tal facto estará certamente relacionado com a perda de poder estrutural assinalada, a qual pode contribuir para enfraquecer a posição negocial dos sindicatos. Ou seja, como referimos no início, se as assimetrias de poder na estrutura da sociedade capitalista são vincadas e as instâncias de diálogo ficam bloqueadas, o conflito (greve) — ainda que legitimamente percecionado como a “outra face” da negociação — acaba por ser incorporado como um recurso de que qualquer sindicato se pode socorrer de modo mais frequente, mesmo que tal se afigure mais recorrente entre as estruturas sindicais próximas da CGTP. O enfraquecimento dos poderes estrutural e institucional — no caso deste último, também bastante evidente em países como a Grécia e Espanha — foi compensado nos planos associativo e societal. Essas duas formas de poder evidenciaram sinais de revigoração. Contrariamente ao veiculado pelo senso comum, os sindicatos visados pelos nossos estudos de caso vêm evidenciando alguma recuperação em termos de filiação (sobretudo entre o segmento mais precário dos trabalhadores, que, entretanto, conquistou vínculos mais estáveis). Principalmente no plano dos sindicatos dos setores das telecomunicações e dos transportes, esse aumento está muito relacionado com os processos de privatização das empresas contempladas.

As novas estratégias empresariais nos casos da PT/Altice e da TAP impuseram condições extremamente difíceis aos trabalhadores, levando-os a procurar os sindicatos. No que concerne à Autoeuropa (setor metalúrgico), o conflito em torno dos horários e da laboração contínua também terá estimulado um aumento da filiação. Em todo o caso, embora nos tenha sido reportado nesses termos, esse aumento carece de “vigilância” apertada em futuros trabalhos, desde logo porque contrasta com o período anterior de perdas significativas. Ainda assim, tomando-o como fidedigno, esse aumento de filiação permite estabelecer uma correlação positiva entre processos de privatização e alguma recuperação do poder organizacional/associativo, o que significa também uma ligação dinâmica entre os critérios “público/privado” e “representatividade” e o poder organizativo/associativo.

Ainda que possa parecer contraditório, o poder societal — sobretudo na esteira dos contributos de Schmalz e Dörre (2013) e Lehndorff, Dribbush e Schulten (2017) — terá sido o recurso de poder dos sindicatos que ganhou maior fôlego com a austeridade e no período subsequente, sobretudo na sua vertente discursiva, o que se refletiu na capacidade de os sindicatos comunicarem. Não obstante o clima de crise económica e de contenção orçamental, foi possível, ainda que com alguma dificuldade por vezes, aos sindicatos avançarem com as suas reivindicações e tornarem-nas legítimas aos olhos da opinião pública, conseguindo dessa forma o apoio da sociedade. Tanto no caso da PT-Altice como no da TAP, os sindicatos conseguiram enquadrar de forma bastante efetiva as suas reivindicações e mensagens.

O caso da transmissão de estabelecimento na PT-Altice, por exemplo, reuniu um apoio amplo e teve um impacto bastante negativo sobre a imagem pública da empresa, favorecendo sobremaneira as reivindicações sindicais. O mesmo se mostrou válido para o setor dos transportes. Como antes se sugeriu, a campanha “Não TAP os olhos” deu testemunho cabal da mobilização do poder societal dos sindicatos, tanto no plano da cooperação como no discursivo. Porém, no cômputo geral, pode ser dito que a vertente discursiva do poder societal foi a que conheceu mais desenvolvimentos. As alianças com os movimentos sociais, que corresponderiam a avanços na vertente colaborativa deste recurso de poder, não se têm materializado, ficando circunscritas ao domínio da retórica sindical.

Por último, importa referir que a nossa investigação convergiu num outro ponto com a análise de Lehndorff, Dribbush e Schulten (2017): a relação entre os recursos de poder institucional e de poder societal (mormente no que concerne o papel dos sindicatos como atores políticos autónomos, capazes de estabelecer alianças com uma multiplicidade de atores sociais e de influenciar o discurso público) é um dos desafios mais proeminentes que se colocam aos sindicatos, nomeadamente aos que foram visados neste estudo.

Notas

Por decisão pessoal, os/as autores do texto escreveram segundo as regras do novo acordo ortográfico.

- 1 Este trabalho teve o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT/MEC) através de fundos nacionais e foi cofinanciado pelo FEDER através do Programa Operacional Competitividade e Inovação COMPETE 2020 no âmbito do projeto PTDC/IVC-SOC/3533/2014 — POCI-01-0145-FEDER-016808.
- 2 De acordo com Behrens, Hamann e Hurd (2004), a revitalização sindical pode ocorrer em quatro dimensões: a) dimensão da filiação; b) dimensão económica; c) dimensão

política; e d) dimensão institucional, que abrange a estrutura interna dos sindicatos, a dinâmica e a identidade.

- 3 No contexto da Autoeuropa foram realizadas entrevistas a responsáveis sindicais da Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Elétricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas (Fiequimetal) e do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Ambiente do Sul (Site-Sul), bem como da comissão de trabalhadores. No quadro da TAP, foram entrevistados responsáveis sindicais e membros do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC), do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (Sitava) e do Sindicato dos Técnicos de Manutenção e Aeronaves (Sitema), bem como da comissão de trabalhadores. Por fim, na PT/ Altice foram entrevistados responsáveis sindicais e membros do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual (Sinttav), do Sindicato dos Trabalhadores do Grupo Portugal Telecom (STPT), do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Correios e Telecomunicações (SNTCT) e do Sindicato Democrático dos Trabalhadores das Comunicações e dos Media (Sindetelco), bem como da comissão de trabalhadores da MEO.
- 4 Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Elétricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas — CGTP-IN.
- 5 Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual.
- 6 Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil.
- 7 Comissão de Trabalhadores da MEO.
- 8 Sindicato dos Trabalhadores do Grupo Portugal Telecom.
- 9 Sindicato Democrático dos Trabalhadores das Comunicações e dos Media.
- 10 Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Correios e Telecomunicações.
- 11 Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual.
- 12 Federação dos Engenheiros.
- 13 Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo.
- 14 Sindicato de Quadros das Comunicações.
- 15 Ainda que, conforme a perspetiva aqui explorada, o poder societal na sua vertente colaborativa contemple a capacidade de os sindicatos construírem coligações, principalmente com outros atores sociais que não os sindicatos, considera-se que o estabelecimento da aliança no âmbito da convocação da greve de 21 de julho de 2017 também pode ser tomado como um exemplo dessa mesma vertente colaborativa.
- 16 As tribunas públicas consistiram na realização de reuniões em locais públicos, abertas à participação de qualquer cidadão, em que a questão da “transmissão de estabelecimento” (mudança compulsiva para outra empresa do grupo) esteve no centro da discussão. O principal objetivo era o esclarecimento das questões subjacentes àquela situação e colocar o problema no espaço público.
- 17 Tratou-se da Lei nº 14/2018.
- 18 A UNI Sindicato Global, com base em Nyon, Suíça, representa mais de 20 milhões de trabalhadores de cerca de 150 países, nos setores do trabalho qualificado e dos serviços — os setores com maior crescimento em termos mundiais.

- 19 Conjuntamente com Portugal, estes foram os países envolvidos na greve de 28 de setembro de 2018.
- 20 A Associação Europeia de Tripulantes de Cabine, EurECCA, é integrada por dez sindicatos de tripulantes de cabine dos seguintes países: França, Espanha, Holanda, Alemanha, Itália, Portugal, Suíça, Irlanda e Grécia.

Referências

- Behrens, M., Hamann, K., e Hurd, R. (2004). Conceptualizing labour union revitalization. Em C. Frege, e J. Kelly (Eds.), *Varieties of unionism: Strategies for union revitalization in a globalizing economy* (pp. 11-29). Nova Iorque: Oxford University Press.
- Campos Lima, M. P. (2017). A grande regressão da negociação coletiva: Os desafios e as alternativas. Em M. Carvalho da Silva, P. Hespanha e J. Castro Caldas (Coords.), *Trabalho e políticas de emprego: Um retrocesso evitável* (pp. 245-299). Coimbra: Conjuntura Actual Editora.
- Campos Lima, M. P., e Martin Artiles, A. (2011). Crisis and trade union challenges in Portugal and Spain: Between general strikes and social pacts. *Transfer*, 17(3), 387-402.
- Costa, H. A. (2018). O sindicalismo ainda conta? Poderes sindicais em debate no contexto europeu. *Lua Nova*, 104, 259-285. DOI: 10.1590/0102-259285/104
- Crouch, C. (2017). Membership density and trade union power. *Transfer – European Review of Labour and Research*, 23(1), 47-61. DOI: 10.1177/1024258916673533
- Dörre, K. (2017). Trade unions, power resources and public sociology: A self-experiment. *Österreichische Zeitschrift für Soziologie*, 42(2), 105-128.
- Estanque, E., Costa, H. A., e Silva, M. C. (2015). O futuro do sindicalismo na representação sociopolítica. Em A. Freire (Org.), *O futuro da representação política democrática* (pp. 119-142). Lisboa: Nova Vega.
- Gumbrell-McCormick, R., e Hyman, R. (2013). *Trade unions in Western Europe: Hard times, hard choices*. Oxford: Oxford University Press.
- Hyman, R. (2001). *Understanding European trade unionism: Between market, class and society*. Londres: Sage.
- ILO. (2018). *Decent work in Portugal 2008-18. From crisis to recovery*. Genebra: International Labour Office. Disponível em https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_646867/lang-en/index.htm
- Jensen, C. S., Madsen, J. S., e Due, J. (1995). A role for pan-European trade union movement? Possibilities in European IR-regulations. *Industrial Relations Journal*, 26(1), 4-18. DOI: 10.1111/j.1468-2338.1995.tb00719.x
- Koukiadaki, A., Távora I., e Martínez Lucio, M. (2016). Joint regulation and labour market policy in Europe during the crisis: A seven-country comparison. Em A. Koukiadaki., I. Távora, M. Martínez, e Lucio M. (Eds.), *Joint regulation and labour market policy in Europe during the crisis* (pp. 7-134). Bruxelas: European Trade Union Institute.
- Larson, S., e Nissen, B. (Eds.) (1987). *Theories of the labor movement*. Detroit: Wayne State University Press.

- Lehndorff, S., Dribbush, H., e Schulten, T. (2017). European trade unions in a time of crises: An overview. Em S. Lehndorff, H. Dribbush, e T. Schulten (Eds.), *Rough waters: European trade unions in a time of crises* (pp. 7-34). Bruxelas: European Trade Union Institute.
- Lévesque, C., e Murray, G. (2010). Understanding union power: Resources and capabilities for renewing union capacity. *Transfer*, 16(3) 333-350. DOI: 10.1177/1024258910373867
- McGuire, D. (2014). Analysing union power, opportunity and strategic capability: Global and local union struggles against the General Agreement on Trade in Services (GATS). *Global Labour Journal*, 5(1), 45-67. DOI: 10.15173/glj.v5i1.1147
- Müller, T., Vandaele, K., e Waddington, J. (Eds.) (2019). *Collective bargaining in Europe: Towards an endgame* (Vol. I). Bruxelas: European Trade Union Institute (ETUI).
- Paquet, R., Tremblay, J.-F., e Gosselin, E. (2004). Des théories du syndicalisme: Synthèse analytique et considérations contemporaines. *Relations Industrielles/Industrial Relations*, 59(2), 295-320. DOI: 10.7202/009543ar
- Schmalz, S., e Dörre, K. (2013). *El planteamiento de los recursos del poder*. Cidade do México: Fundación Friedrich Ebert. Disponível em <https://bit.ly/2v3GMiE>
- Schmalz, S., e Thiel, M. (2017). IG Metall's comeback: Trade union renewal in times of crisis. *Journal of Industrial Relations*, 59(4), 465-486. DOI: 10.1177/0022185617714818
- Silva, M. C. da, Hespanha, P., e Caldas, J. C. (Orgs.) (2017). *Trabalho e políticas de emprego: Um retrocesso evitável*. Lisboa: Actual Editora.
- Silver, B. (2003). *Forces of labor: Workers' movements and globalization since 1870*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Távora, I., e González, P. (2016). The reform of joint regulation and labour market policy during the current crisis: National report on Portugal. Em A. Koukiadaki, I. Távora, e M. Martínez (Eds.), *Joint regulation and labour market policy in Europe during the crisis* (pp. 321-394). Bruxelas: ETUI.
- Visser, J. (1995). Trade unions from a comparative perspective. Em J. Van Ruysseveldt, R. Huiskam, e J. Van Hoof (Eds.), *Comparative industrial & employment relations* (pp. 37-67). Londres: Sage.

Data de submissão: 14/05/2019 | **Data de aceitação:** 04/10/2019



DIVISÕES DIGITAIS EM PORTUGAL E NA EUROPA PORTUGAL AINDA À PROCURA DO COMBOIO EUROPEU?

DIGITAL DIVIDES IN PORTUGAL AND EUROPE IS PORTUGAL STILL CHASING THE EUROPEAN TRAIN?

Tiago Lapa

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) & Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL).
Edifício Sedas Nunes, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. Email: tjfls1@iscte-iul.pt

Jorge Vieira

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) & Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL).
Edifício Sedas Nunes, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. Email: Jorge_Vieira@iscte-iul.pt

Resumo: Este artigo avalia a situação portuguesa no quadro da sociedade informacional, adotando para o efeito uma perspetiva comparada entre grupos sociais e sociedades. Recorrendo aos dados do Eurostat, Portugal evidencia fragilidades persistentes face ao desenvolvimento informacional de outras sociedades europeias. Adota-se como pressuposto que as fraturas digitais entre grupos sociais e territórios assumem um papel chave na (re)produção de outras desigualdades sociais. Ou seja, constituem indicadores de desenvolvimento por excelência. Focalizando Portugal, foram usados dados da Entidade Reguladora para a Comunicação Social e do Inquérito Sociedade em Rede do CIES-IUL, de modo a imprimir uma análise complementar e diacrónica. Sustenta-se que, apesar da maior democratização do acesso às tecnologias da informação e comunicação, o conceito de fosso digital mantém-se relevante no contexto português, visto que os dados revelam associações apreciáveis entre acesso, usos e tipos de uso digitais, e as desigualdades sociais.

Palavras-chave: fosso digital, novos media, desigualdades, Portugal.

Abstract: This article evaluates the Portuguese situation in the framework of information society, adopting a comparative perspective between social groups and societies. Using Eurostat data, Portugal reveals prevailing fragilities in relation to the informational development of other European societies. It is assumed that digital divides between groups and territories play a key role in the (re)production of other social inequalities. In other words, they constitute indicators of societal development par excellence. Focusing in Portugal, data from the Portuguese Regulatory Authority for the Media (ERC) and from the CIES-IUL Network Society Survey were used to obtain a complementary and diachronic analysis. Despite the greater democratization of access to information and communication technologies, the concept of digital divide remains relevant in the Portuguese context. This is the case since the data reveal appreciable associations between digital access, uses and types of use, and social inequalities.

Keywords: digital divide, new media, inequalities, Portugal.

Introdução

Até 1995, as questões relativas ao desenvolvimento informacional de Portugal estavam apenas implícitas nas Políticas e Programas Governamentais, passando

desde então a existir várias referências à Sociedade da Informação nos sucessivos programas de governos constitucionais. A iniciativa portuguesa para a criação de uma Sociedade da Informação foi baseada no Programa do 13º Governo Constitucional, que delineou as intenções do Governo para o período 1995-1999. As Opções de Planeamento para 1996 lançaram a Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação, estruturada em torno de quatro eixos principais: a escola (Tecnologias da Informação na Educação); a empresa informatizada; a administração Pública local e regional; e a disponibilização de conhecimento (bibliotecas, museus, bancos de dados, instituições de investigação e desenvolvimento).

A resolução do Conselho de Ministros, nº. 16/96, aprovada em 21 de março de 1996, criou a Missão para a Sociedade da Informação (MSI), subordinada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Os principais objetivos da MSI foram preparar e suportar, em colaboração com todos os Ministérios, medidas globais e setoriais necessárias para realizar os programas governamentais para o desenvolvimento da Sociedade da Informação; e identificar cenários internacionais, nos níveis tecnológico e societal, que possam ter impacto no desenvolvimento da Sociedade da Informação. Neste quadro, Portugal tem vindo a desenvolver políticas e estratégias para a sua implementação no quadro da estratégia mais ampla da União Europeia. Um marco na estratégia política portuguesa para o desenvolvimento de uma Sociedade da Informação é o 'Livro verde para a sociedade da informação em Portugal', publicado em 1997 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que constituiu um Plano Nacional contendo as medidas de curto, médio e longo prazos para a criação de uma Sociedade da Informação em Portugal.

São ainda de relevar políticas públicas posteriores, nomeadamente as que se sucederam pouco depois da passagem do milénio (2005-2011), período reconhecido publicamente como "choque tecnológico". Desse período, surgiram estudos pontuais e circunscritos, que se propuseram aferir o impacto destas políticas, nomeadamente nas crianças e na educação, como o de Pereira e Melro (2014). De notar que há muito por explorar quanto ao impacto destas políticas na vida dos adultos, desde a sua relação com o Estado e empresas, até aos hábitos de consumo e informativos. Apesar de terem constituído políticas de favorecimento do acesso e inclusão digital, Pereira e Melro defendem a ideia de que há nestas um pendor tecnocentrista na mitificação dos dispositivos tecnológicos, arrogados como geradores de transformação social e educacional. Como notam as autoras, não têm valorizado devidamente a capacitação individual e a comunidade e carecem de objetivos com vista à promoção da literacia mediática generalizada, que, para além do acesso e da compressão, agencie "a criação/produção, a interação, o pensamento crítico, a capacidade de seleção e de avaliação, a expressão e a participação dos cidadãos" (2014, p. 34).

Ademais, é de salientar que o corte no “choque tecnológico” dos anos seguintes, devido a mudanças políticas e a constrangimentos económicos e financeiros no país, não foi acompanhado por processos de avaliação abrangentes e sistemáticos que permitissem a recolha de informação valiosa sobre os impactos das políticas tecnológicas levadas a cabo até então, tanto para investigadores como para decisores (Lapa, 2014). Se são de destacar programas em curso, muitos deles com apoio ou financiamento europeu, como o InCOde 2030 — que se apresenta como uma iniciativa de política pública dedicada especificamente ao reforço de competências digitais — não se sabe até que ponto os objetivos têm sido cumpridos, mesmo atendendo aos próprios constrangimentos estruturais da sociedade portuguesa.

Neste campo, há um trabalho minucioso por fazer que, por um lado, articule o acompanhamento das políticas públicas com indicadores de literacia digital e, por outro, analise de modo mais aprofundado o estágio de desenvolvimento informacional da sociedade portuguesa face a outros países europeus. É neste último propósito que o presente artigo se detém, ao analisar as divisões digitais em Portugal numa perspetiva comparada ao nível europeu, aferindo nesse contexto os recursos informacionais relativos da população portuguesa.

Este intento interliga-se com um par nuclear de objetivos. Por um lado, aferir o acesso e outras dimensões da literacia digital (Livingstone, 2004) da população em geral, numa perspetiva transeuropeia, uma análise que permite avaliar e situar Portugal enquanto sociedade informacional. Por outro, analisar fossos digitais no seio da sociedade portuguesa comparando para o efeito diferentes grupos sociais.

Coloca-se também a questão de saber até que ponto indicadores tradicionais de desigualdade e exclusão sociais explicam o fosso digital entre setores da sociedade portuguesa. Procede-se, deste modo, a uma interligação de fatores sociodemográficos com as formas de apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Parte-se do princípio que as vidas digitais dos cidadãos têm muito pouco de “virtual” e assume-se a relevância dos fatores sociais *offline* nas modalidades de acesso e domesticação das redes digitais.

Enquadramento teórico

O conceito de fosso digital, que emergiu nos meados dos anos 90 no discurso académico e político (van Dijk, 2005), refere-se ao hiato entre os que têm acesso à informação e às TIC, entendidas como recursos que conferem vantagens, e indivíduos ou grupos sociais que não têm acesso. Tradicionalmente, os ‘adotantes precoces’ das TIC pertenciam a um grupo sociodemográfico restrito, em regiões desenvolvidas do planeta. Eram, nomeadamente, jovens ocidentais, do sexo masculino e

brancos, atraídos e envolvidos nas novas tecnologias. Atualmente, é inegável a diversificação geográfica e sociodemográfica dos utilizadores das redes digitais.

Em contextos sociais de uso generalizado das TIC, o próprio conceito de fosso ou fratura digital tem evoluído para incluir desigualdades dentro de uma área geográfica, sociedade ou comunidade nas modalidades de uso e quanto ao conjunto de competências e saberes necessários para realizar tarefas de modo proficiente com as TIC (Vieira, 2015).

As análises sobre os potenciais impactos das TIC na sociedade dividem-se, em particular, no que respeita à relação entre as novas tecnologias e as desigualdades sociais existentes. Estas abordagens, no fundo, enfrentam questões sobre, por um lado, os nexos relacionais entre tecnologia, estrutura social e desigualdade e, por outro, o papel das desigualdades digitais enquanto promotoras de outras desigualdades em diferentes esferas do social. Quer do lado mais otimista, quer do lado de perspetivas mais pessimistas, assume-me que, de facto, a tecnologia tem efeitos e que há um carácter instrumental do acesso ao digital como propiciador ou inibidor de oportunidades no quotidiano e na própria mobilidade social.

Do lado mais otimista, Compaine (2001) defende a existência de efeitos equalizadores das tecnologias da informação e comunicação. O argumento central é que as TIC têm características intrínsecas que são potenciadoras de grandes mudanças em termos de difusão e descentralização da informação e do conhecimento enquanto recursos de poder, o que atenua as desigualdades sociais. No entanto, estas perspetivas têm sido acusadas de deterministas do ponto de vista tecnológico, uma vez que conferem à ação da tecnologia o principal fator (positivo) de mudança social e descontextualizam os efeitos dessa mesma ação.

Segundo Castells (2000), os impactos das TIC não são unívocos e as suas manifestações dependem das estruturas sociais concretas, embora também sejam coproduzidas por agentes ativos, criativos e inovadores. Porém, daqui resulta uma questão teórica a ser desempatada por via empírica: qual é a natureza da relação entre estrutura social e TIC? Que efeitos tem uma parte sobre a outra? E qual tem maior ascendente sobre a outra? Como parte da resposta, outras análises recolocam as novas tecnologias, no essencial, como preservadoras da estrutura social vigente (Hargittai e Hsieh, 2013) e neutralizam assim, em larga medida, os potenciais efeitos sociais da tecnologia. Como corolário arroga-se que a inovação tecnológica acompanha e reproduz os processos de estratificação e de desigualdade previamente existentes.

No campo mais pessimista, temos abordagens que consideram as novas tecnologias como propiciadoras de processos de polarização social (Schiller, 1996), em que “os ricos ficam mais ricos”. Em síntese, não há um caminho direto e mecanicista de estudar os efeitos sociais e individuais das redes digitais e, no seio das

ciências sociais, não há uma uniformidade paradigmática de analisar o ciclo social dinâmico que compreende os fatores e características sociais *offline*, as práticas *online* e os seus efeitos sociais (Cardoso, Liang e Lapa, 2013). Se há quem chame a atenção para a necessidade de temperar o enfoque analítico no primado dos antecedentes *offline*, clamando pelos efeitos próprios da tecnologia e pela inclusão na pesquisa da inovação social derivada da agência dos atores *online*, há também aqueles que proclamam a primazia das propriedades estruturais dos sistemas sociais, concebidas como positivas ou negativas conforme as perspetivas, nas atividades digitais.

Se de um lado e de outro podemos, porventura, identificar exageros, o exame empírico no seio das sociedades ocidentais tem reiteradamente demonstrado persistentes desigualdades — digitais ou outras —, em particular, em sociedades desiguais como a portuguesa (Lapa, Vieira, Azevedo e Cardoso, 2018), o que constitui um revês à expectativa de que as TIC constituem uma força descentralizadora e niveladora das hierarquias e do poder. Tal constância advém igualmente da natureza dinâmica da evolução tecnológica que acompanha o processo de (re)produção social das desigualdades. Por exemplo, a gradual digitalização, ou a expansão do segmento de dispositivos portáteis e móveis (Blank e Dutton, 2012; Cardoso, Liang e Lapa, 2013), leva a novas camadas de desigualdade. Neste âmbito, o estatuto socioeconómico aparece como fator explicativo da posse de *smartphones* nos EUA (Smith, 2011), tal como no passado se destacava como um dos principais fatores na previsão do acesso à internet, à banda larga, entre outros recursos tecnológicos. Ademais, mesmo em cenários de acesso generalizado a uma dada tecnologia, as divisões digitais operam em várias dimensões ou ordens para além do acesso da e utilização.

Neste sentido, é de relevar a multidimensionalidade do conceito de fosso digital. Uma primeira ordem de desigualdades digitais concerne às desigualdades de acesso. Como argumentado, o acesso às TIC deve ser entendido como um processo dinâmico, em constante evolução, dado o avanço tecnológico e as mudanças de mercado que refletem modalidades cambiantes de consumo. A camada mais simples inclui o acesso, mas igualmente a utilização/não-utilização da tecnologia (mesmo que esteja garantido o acesso), o tipo e qualidade do acesso, entre outros fatores congêneres. Já o fosso concernente aos tipos de conhecimento e de literacia, às competências e proficiência digitais remetem para divisões de segunda ordem (Hargittai e Hsieh, 2013), relativas aos tipos de uso, aptidões e experiência dos internautas (DiMaggio, Hargittai, Celeste e Shafer, 2004). Neste quadro, van Dijk (2005) defende que as divisões de segunda ordem no âmbito das utilizações digitais podem ser mais severas que os fossos mediáticos respeitantes à utilização dos *media* tradicionais, uma vez que os novos *media* demandam novas aprendizagens, competências e habilidades.

As análises que se debruçam sobre a domesticação dos novos *media* (Haddon, 2007) incluem ainda, frequentemente, tipologias de utilização (por exemplo, usos de entretenimento, instrumentais, educativos ou informativos, etc.), as atitudes e representações face à internet e modalidades de apropriação e incorporação tecnológica em contextos quotidianos domésticos, de lazer e trabalho. São análises que se prestam a combinações, por um lado, metodológicas, entre pesquisa quantitativa e qualitativa e, por outro, teóricas, articulando-se com perspetivas como a análise de coortes ou geracional e o trabalho de Bourdieu sobre capital social e cultural (Hynes e Rommes, 2005), por exemplo. Diferentes estudos em diversos contextos (Hargittai e Hinnart, 2008; Cardoso, Espanha e Araújo, 2009) têm demonstrado que aqueles com maiores competências digitais e mais recursos socioeconómicos, cognitivos, culturais, tendem a incorporar as tecnologias nas suas vidas de forma mais ampla e a utilizar as redes digitais mais frequentemente como ferramenta utilitária, de informação e como forma de estreitamento dos laços sociais. Por seu turno, os internautas mais desprivilegiados tendem a ser pautados por uma utilização cuja motivação é, principalmente, a procura de entretenimento.

Além disso, estão em cima da mesa propostas de aferição de divisões de terceira ordem (van Deursen e Helsper, 2015). Ou seja, em populações de utilizadores com padrões de uso genericamente semelhantes, propõem medir a capacidade de traduzir o uso das redes digitais em resultados tangíveis *offline*. Todavia, é possível alegar que a diferença entre estas divisões e as de segunda ordem não são totalmente claras. Neste sentido, Szeles (2018) argumenta que aquelas constituem um refinamento da noção de divisões de segunda ordem, visto que podemos considerar os resultados tangíveis como uma subdimensão da capacidade de apropriação crítica da informação ou da capacidade de produção de conteúdos digitais e de conhecimento mobilizáveis no quotidiano.

É de acrescentar que discussões conceptuais sobre os conceitos de infoexclusão e de não-utilização são fundamentais, pois informam a construção de instrumentos de pesquisa e a medição e interpretação de determinado fenómeno. Neste âmbito, aponta-se que nas sociedades informacionalmente desenvolvidas fará pouco sentido corresponder infoexclusão com não-utilização, ou assumir a não-utilização da internet automaticamente como uma situação de desvantagem (Reisdorf, 2011). Em sequência, podemos considerar infoexclusão apenas aquelas situações em que a não-utilização das redes digitais deriva de fatores tradicionais de exclusão, nas dimensões económica, social, cultural ou até mesmo territorial (Szeles, 2018). Estas perspetivas assinalam o peso dos processos decisoriais e defendem que os conceitos de ‘desigualdade’ e ‘fosso’ devem dar lugar à noção de ‘desafetação digital’. Por outro lado, chama-se à atenção para a importância do contexto social e das redes

familiares, de amizade e de sociabilidade próxima em que os indivíduos, em particular, os não utilizadores, estão inseridos (Lapa, Vieira, Azevedo e Cardoso, 2018). Há que equacionar efeitos de grupo, dado que a inclusão digital generalizada pode potenciar formas intermédias de inclusão, apelidadas de ‘inclusão por procuração’, para aqueles que apresentam qualquer tipo de constrangimento no acesso e uso das redes digitais, mas que recorrem a terceiros para as usar em seu nome.

Do exposto, que pistas indiciam os dados sobre a situação portuguesa numa análise comparativa europeia? Qual o peso de indivíduos efetivamente infoexcluídos e de incluídos por procuração entre os não-utilizadores, em comparação com não-utilizadores de países europeus informacionalmente mais desenvolvidos?

Notas metodológicas

Considera-se que as comparações transnacionais de não-utilizadores da internet não são lineares visto que as leituras mais imediatistas dos dados poderão dar aso a interpretações erróneas. Ou seja, uma determinada percentagem de não-utilizadores da internet numa sociedade não quer dizer que esse dado seja um indicador de divisão ou desigualdade e que todos os não-utilizadores estejam em situação de exclusão. Essa caracterização só poderá ser feita mediante uma análise aprofundada que consiga aferir elos de associação entre fatores de exclusão (económica, social, cultural) e a não-utilização.

No âmbito de estudos e inquéritos nesta temática, é de destacar bases de dados disponíveis que serviram de suporte à análise dos dados desta pesquisa. Em primeiro lugar, socorremo-nos do Inquérito Sociedade em Rede (2003-2013) do CIES-IUL, que tem prestado o serviço de averiguar o desenvolvimento do acesso e utilização das TIC em Portugal desde o início do milénio. Foi igualmente utilizado o inquérito da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) denominado “As novas dinâmicas do consumo audiovisual em Portugal” (ERC, 2016)¹. No que respeita a dados do contexto europeu é de assinalar o acompanhamento feito pelo Eurostat, tendo sido aproveitadas as estatísticas de economia digital e sociedade para o ano de 2017, que permitem a análise comparada respeitante aos desenvolvimentos informacionais, de um ângulo sincrónico e diacrónico, evidenciando a permanência das fragilidades da sociedade portuguesa face ao desenvolvimento informacional de outros países. São ainda apresentados dados do Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias do INE (2017) como complemento aos retirados do Eurostat. A apresentação de dados destes inquéritos emprega como variáveis explicativas da utilização da internet fatores chave nos estudos em torno da desigualdade e exclusão, como a educação, o

grau de urbanização, o rendimento do agregado doméstico, a condição perante o trabalho, entre outras variáveis.

Resultados

Os dados do Eurostat quanto ao acesso doméstico à internet mostram que, no contexto europeu, Portugal apresenta taxas de acesso tradicionalmente baixas nos agregados familiares (58% em 2011 e 77% em 2017), colocando o nosso país próximo do grupo de países com menores taxas de penetração doméstica da internet na EU-28. Como podemos observar na Tabela 1, países como o Luxemburgo, Holanda, Dinamarca e Suécia, apresentam taxas de utilização acima ou em torno dos 90%, já em 2011, o que indicia divisões digitais entre grupos sociais menos pronunciadas. É no grupo de países com menores taxas de penetração nos agregados que são expectáveis diferenças e divisões digitais mais pronunciadas e interligações mais evidentes entre as divisões digitais (individuais, familiares e territoriais) e os processos de exclusão social (Lapa, Vieira, Azevedo e Cardoso, 2018). É, portanto, expectável que entre os não utilizadores portugueses se encontrem mais pessoas totalmente excluídas do ponto de vista informacional, i.e., sem suporte social quanto ao uso das TIC caso necessitem, face a países informacionalmente mais avançados.

Os dados do Inquérito Sociedade em Rede do CIES-IUL para 2011 confluem com os dados do Eurostat, uma vez que apresentam uma taxa de penetração da internet nos agregados familiares portugueses de cerca 57%, valor que se manteve próximo em 2013. Porém, de acordo com o mesmo inquérito, a utilização efetiva da internet em 2011 era apenas 49,1% em Portugal, tendo a discrepância entre o acesso em casa e a utilização diminuído quando comparando 2011 com 2013 (aferindo-se neste ano uma taxa de utilização de 55,2%). Pelo menos no panorama português, o acesso doméstico tem sido maior que a utilização.

Um dos fatores explicativos dessa diferença é a presença de crianças no agregado familiar enquanto incitador de uma adoção célere do acesso às TIC em casa (Livingstone e Haddon, 2009; Lapa, 2014). De facto, os dados do INE para 2017 apontam que o acesso à internet em casa nas famílias com crianças é, atualmente, praticamente universal (97%), em comparação com 70% entre os agregados sem crianças. Este valor decresce ainda mais entre os indivíduos que vivem sós (57%). Se assumirmos que, no contexto português, muitos destes indivíduos são seniores e estão em situação de exclusão (Mauritti, 2011), não apenas na dimensão económica, mas em termos de integração social, este cenário de não acesso a uma tecnologia socializante como a internet, com implicações na organização da vida pessoal e

familiar, vinca o panorama de exclusão para muitos dos que vivem sós. Demais, estamos a falar de um grupo onde tendencialmente a rede de apoio social se encontra mais rarefeita e que, pelas suas próprias circunstâncias, estará em menores condições para recorrer a formas intermédias de inclusão digital por procuração.

Ao compararmos 2011 com 2017, merece destaque a tendência de convergência na generalização do acesso no espaço doméstico, uma vez que a taxa média para o acesso à internet em casa é 87% para o total da UE-28. É ainda de destacar que, em 2017, verifica-se uma clara maioria de países europeus com uma taxa de acesso à internet em casa acima dos 80%. Estes indicadores europeus salientam o panorama de atraso informacional de Portugal.

Ademais, o acesso à internet por dispositivos móveis serve como um indicador adicional de comparação transeuropeia de desigualdades quanto ao uso das redes digitais num contexto de convergência de acesso doméstico. No que respeita este indicador, Portugal, com 58% de indivíduos dos 16 aos 74 anos que usam equipamentos móveis para aceder à internet fora de casa ou do trabalho, está abaixo da taxa total para a UE-28 (65%) e longe de países nórdicos como a Holanda e a Suécia, que apresentam uma taxa de 87%. Esta situação estará associada a menores recursos socioeconómicos e culturais da sociedade portuguesa face à parte desenvolvida da Europa.

Fazendo uma leitura dos indicadores relativos ao acesso por grau de urbanização, os dados do Eurostat espelham desigualdades territoriais assinaláveis entre países europeus e intra-sociais em países como Portugal, Roménia, Grécia ou Bulgária. Nas sociedades informacionais mais desenvolvidas do Norte e Centro da Europa as diferenças territoriais por grau de urbanização são praticamente nulas ou mesmo inexistentes. Já em Portugal, a baixa taxa de acesso relativa acompanha a disparidade no acesso à internet entre as cidades, vilas e subúrbios e as áreas rurais. Neste panorama, identifica-se uma disparidade na taxa de acesso de cerca de 20 pontos percentuais (p.p.) entre as cidades portuguesas, em que a taxa de acesso é 83%, e os territórios rurais, em que a taxa de acesso é 63%.

Complementando com dados do INE, “é na Área Metropolitana de Lisboa que mais famílias têm ligação à internet em casa em 2017, apresentando proporções de acesso superiores em 9 p.p. à média nacional” (2017, p. 2). Também

nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira se registam níveis de acesso em casa através de banda larga superiores à proporção nacional, respetivamente, com 84% e 81%. Pelo contrário, a região do Alentejo continua a apresentar os níveis de acesso à internet (67%) e banda larga (66%) mais baixos do país (INE, 2017, p. 2).

Estes dados demonstram importantes fraturas digitais territoriais passíveis de serem articuladas com outros indicadores regionais de desenvolvimento e exclusão. Como

Tabela 1 Indicadores de economia digital e sociedade (agregados familiares e indivíduos)

	Acesso à internet dos agregados familiares (% de todos os agregados)		Indivíduos que usam computadores portáteis ou dispositivos móveis para aceder à internet fora de casa ou do trabalho (% de indivíduos dos 16 aos 74 anos)		Acesso à internet por grau de urbanização, 2017 (% de todos os agregados)		
	2011	2017	2012	2017	Cidades	Vilas e subúrbios	Áreas rurais
UE-28	73	87	36	65	90	87	82
Holanda	94	98	55	87	98	98	97
Luxemburgo	91	97	63	82	95	97	98
Dinamarca	90	97	61	83	98	97	96
Suécia	91	95	70 ^(*)	87	97	95	92
Portugal	58	77	21	58	83	77	63
Roménia	47	76	7 ^(*)	53	87	77	65
Lituânia	60	75	17	55	83	78	67
Grécia	50	71	23	53	80	73	57
Bulgária	45	67	13	56	77	66	52

(^{*)} 2013 em vez de 2012.

Fonte: Eurostat

(http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Digital_economy_and_society_statistics_-_households_and_individuals#Internet_usage)

argumentam Skryabin, Zhang, Liu e Zhang (2015), grande parte da variação regional se deve a diferenças na composição socioeconómica. No entanto, ao comparar as regiões autónomas insulares com o Alentejo, tendo como critério indicadores socioeconómicos e o percurso de desenvolvimento que caracterizam essas regiões, não seriam de esperar disparidades tão vincadas.

Estas variações podem ser eventualmente atribuídas a fatores não económicos e mais especificamente locais, como o impacto regional de várias políticas. Será que políticas de promoção do acesso à internet nas regiões autónomas têm sido mobilizadas para colmatar desvantagens derivadas da sua condição insular? Desta forma, para perceber melhor as disparidades regionais é necessário atender, em pesquisas futuras, não apenas a políticas públicas de abrangência nacional, mas à sua implementação local e ao desenho de políticas tecnológicas com incidência regional.

Voltando ao panorama Europeu, curiosamente, a Roménia apresenta uma maior penetração do acesso à internet nas zonas citadinas (87%) e ligeiramente maior nas zonas rurais (65%) do que Portugal, embora apresente uma taxa de acesso global (76%) ligeiramente menor que a República Portuguesa. Tais valores deverão espelhar uma maior população rural na Roménia e maior concentração populacional nas

idades em Portugal. Em geral, para o grupo dos países europeus informacionalmente menos desenvolvidos, pela via do acesso às TIC identificamos índices de desenvolvimento bastante distintos entre espaços urbanos e zonas rurais que espelham países digital e territorialmente fraturados.

Num tom mais positivo, olhando diacronicamente, a taxa de utilizadores em Portugal duplicou de 2003 (29% de utilizadores, segundo dados do Inquérito Sociedade em Rede) para 2015 (60,5% de utilizadores portugueses, segundo dados da ERC). Ademais, esse aumento foi acompanhado por uma diversificação sociodemográfica de utilizadores, não se registando atualmente diferenças de género de monta (como se pode constatar pela fraca associação entre uso da internet e género apresentada na Tabela 2, em baixo). Todavia, para Helsper (2010), nestas questões, os estudos existentes não fornecem uma visão completa de como o género interage com outros fatores sociodemográficos relacionados com o ciclo de vida, como a condição perante o trabalho ou o estado civil. Portanto, é difícil saber se, de facto, as diferenças de acesso e uso entre homens e mulheres desapareceram em larga medida. Acrescente-se que a presente análise não contempla os reflexos da ordem de género nas modalidades de uso e as suas implicações nas oportunidades de vida, para além do mero foco no acesso e utilização da internet.

Já outros fatores tradicionais de desigualdade como a escolaridade continuam a ter um evidente peso não só nas oportunidades de vida, em geral, mas igualmente nas taxas de uso da internet, como se pode ver na Figura 1, em baixo.

O diferencial de capital cultural institucionalizado (escolaridade), mais que as disparidades relativas ao capital económico (rendimento), surge como a principal variável explicativa do fosso digital de primeira ordem em Portugal. Fica evidente a exclusão digital generalizada dos indivíduos pouco escolarizados, muito deles seniores. Especificamente dentro dos recursos educacionais, os conhecimentos de inglês dos indivíduos estão bastante relacionados com a utilização da internet, como se vê na análise apresentada em baixo, realizada com os dados Sociedade em Rede para 2013. Além disso, comparando a utilização da internet entre escalões etários (ERC, 2016), o contexto português é caracterizado por hiatos geracionais de monta quanto ao uso da internet, em favor dos indivíduos mais novos. Como se pode testemunhar na Figura 2, onde constam dados de 2015, entre os indivíduos dos 12 aos 24 anos a utilização da internet é praticamente universal (97,8%), enquanto os indivíduos portugueses com 65 ou mais anos constituem o único grupo etário onde se verifica uma taxa de uso abaixo dos 50%.

Porém, é de notar que os significados e usos da tecnologia variam de acordo com uma série de variáveis para além do fator etário, sendo de evitar generalizações abusivas quanto às vidas digitais dos mais novos e dos seniores que poderão

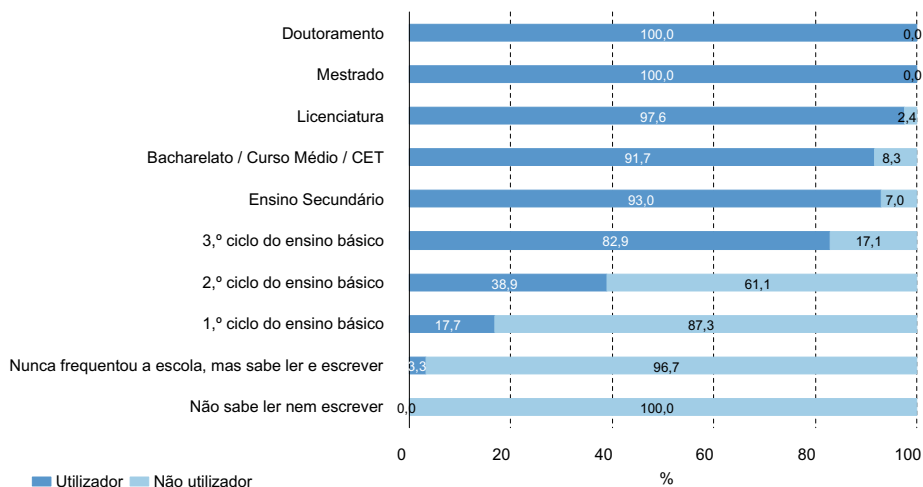


Figura 1 Capital cultural institucionalizado e acesso à internet

Fonte: ERC 2016, As novas dinâmicas do consumo audiovisual em Portugal (n = 1018)

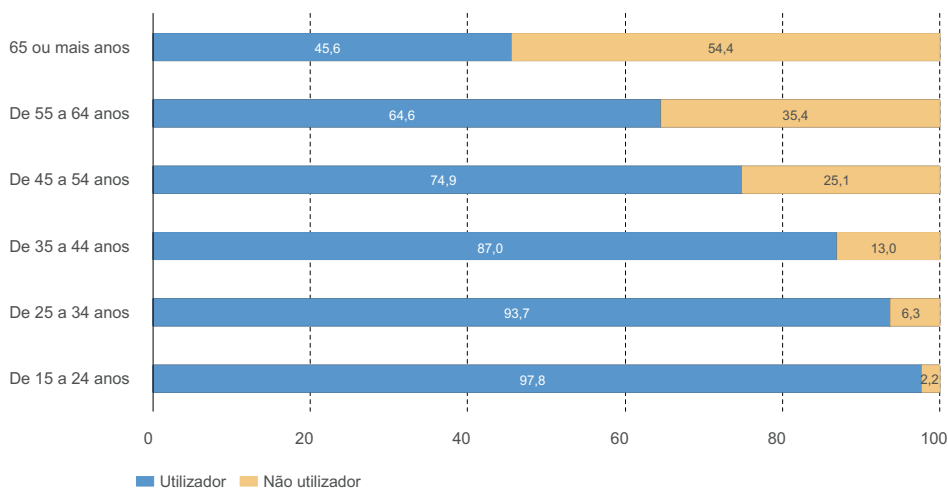


Figura 2 Divisões geracionais em Portugal? Taxa de utilização da internet, por idade

Fonte: ERC 2016, As novas dinâmicas do consumo audiovisual em Portugal (n = 1018)

encobrir condições assimétricas no seio da mesma coorte etária, concernentes a distribuições desiguais de recursos e literacias, e a presença de circunstâncias que poderão conferir (des)vantagens sociais, económicas, geográficas, de género, educacionais ou culturais (Lapa, 2014).

Tabela 2 Fatores relevantes preditivos da utilização da internet (Variável dependente: Utilizador / não-utilizador)

Varável independente/explicativa	Coefficientes de associação/correlação
Escolaridade (escalões)	0,707
Conhecimentos de inglês	0,652
Idade (contínua)	0,613
Condição perante o trabalho	0,543
Categoria socioprofissional do Pai	0,431
Estado civil	0,427
Rendimentos mensal líquido do agregado doméstico	0,406
Categoria socioprofissional da Mãe	0,406
Grupo profissional	0,405
Indicador socioprofissional ACM	0,333
Género	0,083

Fonte: Inquérito Sociedade em Rede, 2013 (n = 1542)

Como se pode verificar na Tabela 2, a variável escolaridade é a que apresenta o maior poder preditivo da utilização da internet com um coeficiente de associação forte de cerca de 0,7. A seguir, temos uma variável explicativa relacionada, os conhecimentos de inglês, que apresenta um coeficiente de associação de cerca de 0,65 com o uso da internet. A outra variável explicativa que fecha o top 3 é a idade, com um coeficiente de associação moderado, apresentando um valor acima do 0,6. São ainda exibidas outras variáveis relevantes na explicação da utilização da internet e que são igualmente utilizadas como fatores preditivos das situações de exclusão social.

Na Tabela 2, a condição perante o trabalho apresenta um coeficiente de associação com o uso da internet de 0,54. Este indicador tem sido recorrentemente identificado como preditor não só da utilização da internet como de modalidades de uso mais ativas e frequentes. Tem sido também associado ao potencial de aumentar a participação na tomada de decisões e no uso de recursos no trabalho (Emmanouilides e Hammond, 2000) e na atuação no mercado de trabalho. Tal resultado é expectável devido ao impacto das redes digitais nas formas de organização dos processos de trabalho, gradualmente transformados para se ajustarem aos sistemas baseados na internet. Assim, como apontam os dados do INE de 2017, é mais provável que um indivíduo empregado use a internet (em 86% dos casos) que um indivíduo desempregado (71%). Os extremos são representados pelos estudantes, com uma taxa de utilização de 100%, e pela categoria de ‘outros inativos’, com uma taxa de utilização de 38%.

Estes dados são, na generalidade, confluentes com os dados da ERC para 2015 que revelam identicamente que, para além da escolaridade e da idade, a condição perante o trabalho, constitui outro fator marcante que enforma o uso

estruturalmente desigual da internet. Neste inquérito, as taxas de utilização mais significativas surgem nas condições de estudante e de trabalhador a tempo inteiro (98,6% e 82,6%, respetivamente). As menores taxas de uso aparecem entre desempregados/as com subsídio (45,3%), domésticos/as (30%), reformados/as (18,4%) e aqueles que estão incapacitados permanentemente para o trabalho. Isto representa o reflexo das camadas de exclusão que as pessoas incapacitadas e/ou em condições vulneráveis acumulam e dos desafios que essas pessoas enfrentam no quotidiano, onde se incluem os desafios tecnológicos para uma inclusão plena nos vários planos da Sociedade da informação.

A categoria socioprofissional do pai, o estado civil, o rendimento mensal líquido do agregado doméstico, a categoria socioprofissional da mãe e o grupo profissional do próprio são fatores explicativos que apresentam coeficientes de associação apreciáveis, rondando os 0,4. No que concerne ao peso do estado civil, os dados indicam uma associação positiva entre conjugalidade e utilização da internet. Como referimos, agregados familiares mais alargados aparecem associados a taxas de utilização maiores, mesmo em agregados sem crianças. Segundo dados do INE (2017), a taxa de utilização da internet dos agregados com dois adultos é maior (65%) do que a taxa de utilização dos agregados com um adulto (57%). Para este cenário contribuirá certamente o peso dos seniores a viver sós e/ou em situação de viuvez.

Nota-se também a relevância da ‘herança’ familiar por via do peso das categorias socioprofissionais dos ascendentes, havendo pouco distanciamento entre o peso da categoria socioprofissional do pai em comparação com a da mãe. Num contexto de acesso generalizado à internet nas camadas populacionais mais jovens, é de salientar que estes fatores ainda aparecem como relevantes na análise devido ao peso das situações desprivilegiadas dos ascendentes mais seniores. É de esperar um esbatimento futuro do peso destes fatores, quanto ao acesso às redes digitais.

Em geral, os dados mostram que a penetração da internet está relacionada com o grau de desenvolvimento de um país, a urbanização, o nível de escolarização e com competências como a proficiência em inglês. Pese embora a arduidade analítica em apartar os efeitos de diversos fatores, fica evidente que indicadores de capital cultural batem o peso de indicadores relativos ao capital económico, de variáveis compósitas como a de classe social, e relativas às coortes como a idade. Não obstante, estas variáveis devem ser articuladas para efeitos analíticos com as políticas tecnológicas e educacionais, assim como com o desenvolvimento do mercado e infraestrutura de telecomunicações, para aferir o peso de fatores societais sobre as atividades digitais dos indivíduos.

Discussão

O padrão de disseminação generalizada de utilização da internet e a comparação europeia indiciam que o fosso digital entre diferentes grupos sociais e gerações não é uma inevitabilidade, dado que os hiatos entre grupos e escalões etários variam segundo os contextos sociais, sendo mais amplos num país com as características de Portugal, com menor desenvolvimento informacional. Se, na sociedade holandesa, Loos (2012) assinala que crianças e seniores estão dispersos por um “espectro digital” e que estes grupos etários não encaixam em categorias passíveis de serem generalizadas — como as de “nativos” ou “imigrantes” digitais — é de enfatizar, no contexto português, o amontoar de desvantagens culturais e económicas por parte importante da população sénior, as quais se interligam com a falta de recursos e competências informacionais em comparação com outros setores da sociedade.

Muitas políticas digitais executadas no passado e implementadas no presente patenteiam um enfoque nos setores mais jovens e na educação, na modernização do tecido económico e da máquina administrativa do Estado. Porém, é nos seniores, nos setores pouco qualificados ou desinseridos do mercado de trabalho, e afastados dos centros urbanos, que encontramos os casos mais gritantes de infoexclusão e que constituem os grupos que mais distanciam Portugal de outros parceiros europeus. É de recordar que os atuais seniores estavam na idade madura quando há 15 anos ocorria o “choque tecnológico” e eram jovens adultos nos anos 1990, quando as políticas para a sociedade de informação começaram a ser implementadas. Os dados sugerem, portanto, à falta de uma melhor avaliação, um impacto reduzido das políticas tecnológicas nas vidas de muitos portugueses e, muito provavelmente, aquém do pretendido e das expectativas criadas. Muitos programas centraram-se nas infraestruturas e no “modelo dos dispositivos”, recaindo sobre os aspetos de primeira ordem do fosso digital, isto é, relativos ao acesso, e dentro da população adulta, deixaram de fora setores especialmente vulneráveis da sociedade.

Tendo em conta outras diferenciações entre grupos e sociedades quanto à qualidade das modalidades de uso das redes digitais, outros critérios devem ser considerados, nomeadamente, os relativos à qualificação informacional da população de acordo com parâmetros de literacia digital e aos seus efeitos na condução da vida pessoal, na educação, no trabalho e na produtividade, e na modernização económica e administrativa. A este respeito, os dados do World Internet Project (WIP) para 2010 indicavam diferenças entre países, entre eles, Portugal: os hábitos digitais dos polacos tendem a ser mais pautados pelo uso de *media* sociais e plataformas de entretenimento, os internautas portugueses tendem a privilegiar a utilização de ferramentas de comunicação, e os respondentes de sociedades informacionalmente mais desenvolvidas como o

Japão, Suécia, EUA e Israel tendem a privilegiar usos digitais mais amplos, utilitários e evidenciam o interesse na procura de informação (Lapa e Cardoso, 2013).

Em suma, podemos dizer que Portugal ainda está longe de alcançar as carruagens da frente do desenvolvimento informacional na Europa. Apresenta taxas de acesso e uso da internet mais baixas do que a maioria das sociedades europeias, e disparidades regionais notáveis. Demais, entre os não utilizadores portugueses é expectável que haja mais pessoas sem qualquer tipo de suporte social quanto ao uso das TIC, caso necessitem, e, portanto, totalmente excluídas no espectro da exclusão/inclusão digital. Podemos assim constatar que ainda se faz sentir na sociedade portuguesa o peso de variáveis tradicionais de desigualdade social.

Para responder à questão inicial, os dados indicam que, de facto, Portugal procura ainda o comboio Europeu do desenvolvimento informacional. Mas outra questão associada se coloca: estará o comboio perdido ou simplesmente atrasado. Para perceber melhor se a sociedade portuguesa apresenta um rumo delineado de modo ascendente, é necessária uma análise diacrónica mais detalhada que permita perceber se, apesar de tudo, Portugal tem condições para encurtar o seu atraso relativo face a outras sociedades informacionalmente mais avançadas.

Quanto a implicações para políticas públicas, existem novos desafios trazidos por novos patamares de desigualdade. Um exemplo é a utilização das redes digitais como forma de inserção económica dos consumidores no mercado de bens e serviços. Como apontam os dados do INE de 2017, 34% da população residente entre os 16 e 74 anos referiu ter utilizado a internet para fazer encomendas de bens ou serviços. Todavia, estes consumidores *online* são essencialmente jovens na medida em que a utilização do comércio eletrónico é mais frequente até aos 34 anos. Estes indicadores relevam ainda a existência de uma proporção significativa de internautas que afirma recorrer à internet para adquirir produtos e serviços relativos a um nível de vida mediano numa sociedade como a portuguesa, como alojamento (42%), bilhetes de transporte ou outros preparativos para viagens (41%) e bilhetes para espetáculos ou eventos culturais ou desportivos (32%). Não obstante o claro aumento face ao início da década (15%, em 2010), a proporção de indivíduos que, em Portugal, efetuaram compras pela internet mantém-se expressivamente abaixo da média da UE-28 (menos 24 p. p. em 2016).

Este é um dado importante uma vez que as modalidades de comércio *online* podem contribuir para fazer frente a desvantagens como a insularidade, a distância face aos centros urbanos ou grandes mercados de consumo, e diminuir disparidades regionais neste âmbito. É o que tem ocorrido na Austrália, um país comparativamente afluente, mas distante dos grandes mercados de consumo da Europa e América do Norte, que revelou ter condições propícias ao florescimento do consumo *online*. Neste quadro, como assinala Ewing (2011), criaram-se

condições para transpor problemas associados à distância e dispersão populacional, permitindo que os consumidores comprem diretamente aos fabricantes ou retalhistas de mercados distantes, colocando os australianos na vanguarda do comércio eletrónico. Entre os países que recolheram dados em 2008/2009 no âmbito do World Internet Project (incluindo os EUA), é mais provável que os australianos procurem informações sobre produtos semanalmente (57%) e comprem pelo menos uma vez por mês pela internet (52%). E, como vimos, a população portuguesa ainda está longe desses valores hoje em dia. O comércio eletrónico tem ainda o potencial de resolver problemas de assimetria nas informações disponibilizadas aos consumidores, isto é, permitir que estes, independentemente do local onde estejam, comparem rápida e facilmente produtos e preços.

Ainda neste âmbito, num recente artigo que poderia constituir uma resposta a Compaine (2001), van Duersen e van Dijk (2019) sustentam que o fosso digital de primeira ordem continua a constituir um problema na Holanda, um dos países europeus mais ricos e informacionalmente avançados, dado que as diferenças no acesso físico às TIC têm sido reconfiguradas em desigualdades naquilo que designam de acesso material, que engloba os meios necessários para manter o uso da internet ao longo do tempo, como dispositivos de computador (por exemplo, computadores de mesa ou portáteis atualizados, *tablets*, *Smart TVs*), *software* (assinaturas) e equipamentos periféricos (impressoras, discos rígidos adicionais, etc.). As novas fraturas materiais aparecem como resultado de mudanças tecnológicas rápidas, da grande variedade de dispositivos disponíveis ao público em geral e do facto que nem todos os dispositivos oferecem as mesmas oportunidades *online*. Como notam os autores (2019, p. 372), as diferenças estruturais aparecem quando segmentos específicos da população, sistematicamente e por períodos prolongados, aproveitam os melhores dispositivos e periféricos, enquanto outros usam dispositivos (como por exemplo, *smartphones* menos capazes ou desatualizados) que permitem menos oportunidades (no uso, por exemplo, de aplicações específicas). Mas, se assim é no seio da sociedade holandesa, não será difícil antever o que revelaria uma futura pesquisa comparada entre Portugal e a Holanda que englobasse estes indicadores mais finos relativos às desigualdades no acesso material.

Conclusões

Para que Portugal se aproxime das carruagens da frente do desenvolvimento informacional é necessário incidir sobre um conjunto de indicadores de base que informem estratégias de esbatimento das desigualdades intra-sociais e face aos parceiros europeus. Além disso, ainda está por aferir até que ponto é provável ou

mesmo eficaz que Portugal siga os mesmos caminhos de outros países da Europa para a inclusão digital dos seus cidadãos. É expectável que mais investigações como esta possam servir de suporte para identificar quem privilegiar em termos de políticas de acesso e de fomento de competências digitais e quais deverão ser as medidas desejáveis e exequíveis do Estado, e da sua intervenção no mercado, na promoção de uma Sociedade de Informação para todos, fazendo os ajustes necessários ao delineado e previsto nos documentos produzidos desde os anos 90.

A pesquisa de van Duersen e Helsper (2018), focada mais uma vez na Holanda, lança pistas sobre a relação entre desenvolvimento informacional e desenvolvimento social *lato sensu*. Os autores detetaram e isolaram benefícios “colaterais” das atividades *online* noutros domínios de atividade, independentemente das características socioeconómicas ou socioculturais das pessoas. Tal resultado lança esperanças a uma sociedade como a portuguesa, pois indicia que o desenvolvimento informacional não tem que estar inteiramente atrelado ao desenvolvimento económico, nem está fatalmente comprometido pelo peso da distribuição desigual de capitais (em particular, cultural e económico). As políticas públicas e os programas de literacia digital podem fazer a diferença, retificando potencialmente as desigualdades digitais quanto aos resultados tangíveis das atividades *online*. Tal meta poderá ser atingida por meio de iniciativas de formação de competências direcionadas e de provisionamento de oportunidades, para que indivíduos de diferentes setores da sociedade possam envolver-se no mundo digital de várias formas, o que, por sua vez, poderá trazer benefícios na qualidade da atividade social noutros domínios (no mercado de trabalho, no consumo, no acesso à cultura e ao conhecimento, no que respeita o capital social e o bem-estar subjetivo, para dar alguns exemplos). Deste modo, van Duersen e Helsper defendem que uma abordagem semiológica poderá ser mais eficaz do que uma abordagem económica para pensar e combater as desigualdades digitais. Só o aprofundamento da análise em pesquisas futuras poderá permitir perceber, com maior acuidade, estas dinâmicas e se as modalidades de domesticação da internet diluem-se instrumentalmente noutras desigualdades ou se os diversos níveis da desigualdade digital poderão vir a ser elevados aos principais eixos de fratura das sociedades da informação e do conhecimento.

Notas

Por decisão pessoal, os autores do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

- 1 O estudo da ERC foi publicado em 2016, mas os dados que o suportam foram recolhidos em 2015.

Agradecimentos

Os autores agradecem os preciosos comentários e sugestões dos revisores que permitiram melhorar a qualidade geral do presente artigo.

Referências

- Blank, G., e Dutton, W. (2012). The emergence of next generation internet users. Em J. Hartley, J. Burgess, e A. Bruns (Orgs.), *Blackwell companion to new media dynamics* (pp. 122-141). Londres: Wiley-Blackwell.
- Cardoso, G., Espanha, R., e Araújo, V. (Org.) (2009). *Da comunicação de massa à comunicação em rede*. Porto: Porto Editora.
- Cardoso, G., Liang, G. e Lapa, T. (2013). Cross-national comparative perspectives from the world internet project. Em W. Dutton (Org.), *The Oxford handbook of internet studies* (pp. 216-236). Oxford: Oxford University Press.
- Castells, M. (2000). Toward a sociology of the network society. *Contemporary Sociology*, 29(5), 693-699.
- CIES-IUL. (2003-2013). *Inquérito sociedade em rede*. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- Compaine, B. (2001). Information gaps. Em B. Compaine (Org.), *The digital divide: Facing a crisis or creating a myth?* (pp. 105-118). Cambridge, MA: MIT Press.
- DiMaggio, P., Hargittai, E., Celeste, C., e Shafer, S. (2004). Digital inequality: From unequal access to differentiated use. Em K. Neckerman (Org.), *Social inequality* (pp. 355-400). Nova Iorque: Russell Sage.
- Emmanouilides, C., e Hammond, K. (2000). Internet usage: Predictors of active users and frequency of use. *Journal of Interactive Marketing*, 14(2), 17-32.
- ERC. (2016). *As novas dinâmicas do consumo audiovisual em Portugal*. Lisboa: ERC.
- Eurostat. (2017). *Digital economy and society statistics – Households and individuals*. Luxemburgo: Eurostat.
- Ewing, S. (2011). Consuming online in Australia. Em P. Newton (Org.), *Urban consumption* (pp. 105-122). Csiro Publishing.
- Haddon, L. (2007). Roger Silverstone's legacies: Domestication. *New Media and Society*, 9, 16-24.
- Hargittai, E., e Hinnart, A. (2008). Digital inequality: Differences in young adults use of the internet. *Communication Research*, 35(5), 602-621.
- Hargittai, E., e Hsieh, Y. (2013). Digital inequality. Em W. Dutton (Org.), *The Oxford handbook of internet studies* (pp. 129-150). Oxford: Oxford University Press.
- Helsper, E. J. (2010). Gendered internet use across generations and life stages. *Communication Research*, 37(3), 352-374.
- Hynes, D., e Rommes, E. (2005). 'Fitting the internet into our lives': IT courses for disadvantaged users. Em T. Berker, M. Hartmann, Y. Punie, e K. Ward (Eds.),

- Domestication of media and technologies* (pp. 123-44). Maidenhead: Open University Press.
- INE. (2007). *Inquérito à utilização de tecnologias da informação e da comunicação pelas famílias*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Jenkins, H., Purushotma, R., Weigel, M., Clinton, K., e Robison, A. J. (2009). *Confronting the challenges of participatory culture: Media education for the 21st century* (MacArthur The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Reports on Digital Media and Learning). Cambridge, MA: MIT Press.
- Lapa, T. (2014). *A infância em rede: Media e quadros de existência infantis na sociedade em rede* (Tese de doutoramento). ISCTE-IUL, Lisboa.
- Lapa, T., e Cardoso, G. (2013). What 'digital divide' between generations? A cross-national analysis using data from the world internet project. Em *International Conference on Universal Access in Human-Computer Interaction* (pp. 113-122). Springer, Berlin, Heidelberg.
- Lapa, T., Vieira, J., Azevedo, J., e Cardoso, G. (2018). As desigualdades digitais e a sociedade portuguesa: Divisão, continuidades e mudanças. Em R. Carmo, J. Sebastião, J. Azevedo, S. da C. Martins, e A. F. da Costa (Orgs.), *Desigualdades sociais: Portugal e a Europa* (pp. 257-270). Lisboa: Mundos Sociais.
- Livingstone, S. (2004). What is media literacy?. *Intermedia*, 32(3), 18-20.
- Livingstone, S., e Haddon L. (Orgs.) (2009). *EU kids online: Final report*. Londres: LSE, EU Kids Online.
- Loos, E. (2012). *Senior citizens: Digital immigrants in their own country?*. *Observatorio*, 6(1), 1-23.
- Mauritti, R. (2011). *Viver só: Mudança social e estilos de vida*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Pereira, S., e Melro, A. (2014). Acesso e usos do computador Magalhães na escola e em casa: Um estudo no concelho de Braga. Em S. G. da Silva, e S. Pereira (Coord.), *Atas do 2.º Congresso Literacia, Media e Cidadania*. Lisboa: Gabinete para os Meios de Comunicação Social.
- Reisdorf, B. (2011). Non-adoption of the internet in Great Britain and Sweden a cross-national comparison. *Information, Communication & Society*, 14(3), 400-420.
- Schiller, H. (1996). *Information inequality: The deepening social crisis in America*. Londres: Routledge.
- Skryabin, M., Zhang, J., Liu, L., e Zhang, D. (2015). How the ICT development level and usage influence student achievement in reading, mathematics, and science. *Computers & Education*, 85, 49-58.
- Smith, A. (2011). *Smartphone adoption and usage*. Washington: Pew Research Center, Pew Internet & American Life Project.
- Szeles, M. R. (2018). New insights from a multilevel approach to the regional digital divide in the European Union. *Telecommunications Policy*, 42(6), 452-463.
- van Deursen, A., e Helsper, E. (2015). The third-level digital divide: Who benefits most from being online?. Em L. Robinson, S. R. Cotton, J. Schulz, e T. Hale (Eds.), *Communication and information technologies annual: Digital distinctions and*

- inequalities, studies in media and communications* (Book 10) (pp. 29-52). Emerald Group Publishing Limited.
- van Deursen, A. J. A. M., e Helsper, E. J. (2018). Collateral benefits of Internet use: Explaining the diverse outcomes of engaging with the Internet. *New Media and Society*, 20(7), 2333-2351.
- van Deursen, A. J. A. M., e van Dijk, J. A. G. M. (2019). The first-level digital divide shifts from inequalities in physical access to inequalities in material access. *New Media and Society*, 21(2), 354-375.
- van Dijk, J. (2005). *The deepening divide: Inequality in the information society*. Thousand Oaks: Sage.
- Vieira, J. (2015). *Consumos em rede não autorizados: Pirataria digital em Portugal* (Tese de doutoramento). ISCTE-IUL, Lisboa.

Data de submissão: 17/06/2019 | **Data de aceitação:** 22/07/2019



INOVAÇÃO EM PORTUGAL A IMPORTÂNCIA DE APRENDER COM O FRACASSO

INNOVATION IN PORTUGAL THE RELEVANCE OF LEARNING FROM FAILURE

Ana Roque Dantas

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade NOVA de Lisboa. Colégio Almada Negreiros, Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa, Portugal.
Email: ana.roque@fcsh.unl.pt

Ana Ferreira

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade NOVA de Lisboa. Colégio Almada Negreiros, Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa, Portugal.
Email: aferreira@fcsh.unl.pt

Resumo: A inovação é hoje apresentada como crítica para a vantagem competitiva de empresas e países. No entanto, sendo a inovação fruto de processos de tentativa/erro, inerentemente incertos e contextualmente enquadrados, apresenta uma elevada probabilidade de fracasso.

Partindo do Inquérito Comunitário à Inovação, apresenta-se um mapeamento e caracterização das actividades de inovação, incluindo a inovação abandonada, e desempenho inovador e financeiro em empresas de alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento em Portugal, entre 2008 e 2014, um período marcado pela crise sócio-económica.

Neste período ocorre uma diminuição do peso das empresas com actividades de inovação e dos seus resultados em termos financeiros e de inovação. Estes decréscimos são menos acentuados entre empresas que abandonam actividades de inovação, sugerindo que a aprendizagem decorrente de processos ineficazes pode ser crítica para o sucesso das empresas. Assim, o desenvolvimento de estratégias que viabilizem a aprendizagem no decurso dos processos abandonados é essencial para reter o conhecimento acumulado.

Palavras-chave: inovação abandonada, desempenho financeiro, acumulação de conhecimento, empresas de alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento.

Abstract: Innovation is currently presented as critical for the competitive advantage of companies and countries. However, since innovation results from trial/error processes that are inherently uncertain and contextually framed, presents a high probability of failure.

Based on the Community Innovation Survey, this study maps and characterizes innovation activities, including abandoned innovation, and its outputs (innovative and financial) of High-technology industry and Knowledge intensive services companies, operating in Portugal between 2008 and 2014, a period characterized by the socio-economic crisis.

In this period, there is a reduction of the weight of companies that develop innovation activities and of their outputs. However, these decreases are less pronounced among firms that abandon innovation processes. Altogether, these results suggest that learning from unsuccessful innovation projects can be critical for the companies' ultimate success. Thus, the development of strategies that facilitate learning along abandoned processes is critical to retain knowledge within companies.

Keywords: abandoned innovation, financial performance, knowledge accumulation, high-technology industry and knowledge intensive services companies.

Introdução

O actual reconhecimento da inovação enquanto factor crítico para a vantagem competitiva das empresas e para o crescimento económico dos países (Archibugi e Filippetti, 2013; Cantwell, 2006; Lööf e Heshmati, 2006; van Beers e Zand, 2014; van der Panne, van Beers e Kleinknecht, 2003) tem na sua origem o trabalho desenvolvido por Schumpeter na primeira metade do século XX e, mais recentemente, pelas correntes neo-Schumpeterianas (Dosi, 1982, 1984; Freeman, Clark, e Soete, 1982; Malerba e Orsenigo, 1995; Pavitt, 1984; Perez, 2003; J. Schumpeter, 1912, J. A. Schumpeter, 2013, 2017). Estes estudos sublinham, por um lado, a natureza cíclica da inovação e por outro, a cumulatividade destes processos. Mais especificamente, sugerem que os períodos de recessão, marcados por uma diminuição da procura e pela dificuldade de acesso a crédito, possibilitariam que novos empreendedores ou empresas introduzissem inovações radicais dando origem a novos sistemas tecnológicos, indústrias ou empresas. Por outro lado, períodos caracterizados pelo domínio de uma determinada trajectória tecnológica, fruto de uma base de conhecimento cumulativamente reunida ao longo do tempo favoreceriam empresas estabelecidas, igualmente capazes de sobreviver a grandes avanços tecnológicos. Embora estes dois ideais-tipo dos processos de inovação forneçam pistas importantes para um estudo sociológico da inovação, a sua decorrência concreta será moldada tanto pelas especificidades internas das organizações e dos actores que desenvolvem estas actividades, como pelos contextos sociais, económicos e políticos em que estes processos se inserem.

Acresce que os resultados dos processos de inovação não pré-existem ao seu desenvolvimento, orientando-se por um futuro que está por acontecer (Ferreira, 2015, 2016; Ferreira e Teixeira, 2016). Assim, os processos de inovação, desde o desenvolvimento inicial da ideia até à sua colocação nos mercados, estabelecem uma ligação entre temporalidades distintas: o passado, incorporando conhecimento de experiências anteriores, o presente e os seus contextos, e um futuro ainda por concretizar. Daqui decorre que os processos de inovação são inerentemente incertos e nem sempre resultarão em tentativas bem-sucedidas do ponto de vista da colocação do produto/serviço nos mercados e/ou das mais-valias financeiras que daí advierem. É assim que estas actividades apresentam uma elevada probabilidade de insucesso, conduzindo, nalguns casos, ao seu abandono (Leoncini, 2016; Magazzini, Pammolli e Riccaboni, 2012). Assim entendida, a inovação é um processo social complexo envolvendo combinações de tipos diversos de conhecimento, incluindo conhecimento científico e tecnológico, e é contextualmente enquadrada (Caraça, Lundvall e Mendonça, 2009; Geels e Schot, 2007; van der Panne, van Beers e Kleinknecht, 2003).

Face à incerteza dos processos de inovação, e partindo de um reconhecimento da inovação enquanto potencial facilitadora do desenvolvimento sócio-económico dos países e êxito das empresas, a literatura científica tem-se centrado essencialmente no estudo dos factores que podem contribuir para o sucesso na inovação e na identificação dos obstáculos ao desenvolvimento de actividades de inovação (Baker, Grinstein e Harmancioglu, 2016; Becheikh, Landry e Amara, 2006; Gupta, Tesluk e Taylor, 2007; van der Panne, van Beers e Kleinknecht, 2003). O que os diferentes estudos focam são as particularidades das empresas bem-sucedidas, identificando os contextos mais favoráveis ao desenvolvimento das actividades de inovação. Surpreendentemente, algumas destas características estão também presentes em situações de insucesso na inovação (Hyll e Pippel, 2016; Leoncini, 2016; Lhuillery e Pfister, 2009; van der Panne, van Beers e Kleinknecht 2003), uma observação que limita a compreensão destes processos. Importa, pois, conhecer as características das empresas que fracassam e o seu potencial impacto na concretização dos processos de inovação.

Este estudo tem então por objectivo analisar a evolução das actividades de inovação, nomeadamente a introdução de inovação e o fracasso na inovação em Portugal. Seguindo as propostas de diversos autores, avaliamos o fracasso de uma inovação através do abandono de actividades de inovação (Hyll e Pippel, 2016; Leoncini, 2016; Maslach, 2016). Estabelecer-se-á ainda a relação destas variáveis com as características das empresas, tendo por objectivo compreender o seu contributo para a dinâmica inovadora empresarial. Esta análise debruçar-se-á sobre um período marcado por uma crise sócio-económica, agravadora da incerteza e desmobilizadora do investimento em actividades de inovação (Archibugi e Filippetti, 2013; Instituto Nacional de Estatística, 2014, 2016). Mais concretamente, a economia europeia assistiu, com o início da crise financeira de 2007, à diminuição da procura e das trocas internacionais, bem como à deterioração das condições de crédito nos mercados financeiros. Como resultado, verificou-se um aumento sem precedentes da intervenção estatal na economia e da incerteza quanto às oportunidades de negócio (Archibugi e Filippetti, 2013). Parece-nos então importante questionar quais são os padrões de fracasso — antes, com o início e durante o período da crise em Portugal —, e como estes se relacionam com a introdução de inovação e com os resultados financeiros das empresas.

O texto está estruturado da seguinte forma: a próxima secção inicia-se com uma breve contextualização das dinâmicas de inovação em Portugal, seguida de uma revisão da literatura sobre sucesso e insucesso na inovação. Segue-se a justificação das opções metodológicas e uma apresentação das variáveis em estudo. Os resultados são depois apresentados e discutidos. O artigo termina com uma discussão da relevância e das limitações da presente investigação.

Revisão da literatura

Dinâmicas de inovação em Portugal

O início do século XXI em Portugal, é marcado por um crescimento assinalável do investimento em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) (de 0,72% de Produto Interno Bruto (PIB) em 2000, para 1,53% em 2010), crescimento que se revela mais acentuado a partir de 2005, ano em que a execução de investimento em actividades de I&D empresarial ultrapassa a dos restantes sectores (a saber, ensino superior, Estado, instituições privadas sem fins lucrativos) (European Commission/Eurostat, 2019c). A evolução positiva deste indicador, embora resulte de um quadro de investimento bastante desigual, com as dez empresas que mais investem em I&D a ser responsáveis por mais de 40% de todo o investimento do sector empresarial em 2010 (Godinho, 2013), é acompanhada pela dinamização das actividades de inovação nas empresas em Portugal. Esta dinamização traduziu-se num incremento contínuo destas actividades ao longo da primeira década do século XXI e resultou na sua presença em cerca de 60% de todas as empresas entre 2008 e 2010 (European Commission/Eurostat, 2019a). Concomitantemente, cresce um conjunto de outros indicadores de ensino superior, ciência e tecnologia. A saber, o número de licenciados e doutorados, o pessoal em investigação e em particular nas empresas, o número de publicações científicas, entre outros. Embora este quadro positivo não tenha permitido ultrapassar o atraso português relativamente às médias da União Europeia (UE), ao que a estes indicadores diz respeito, a primeira década do século XXI é marcada pela convergência de Portugal com os níveis médios UE.

No entanto, durante este mesmo período, outros indicadores de inovação, em particular os que dizem respeito aos resultados de inovação e financeiros das empresas, e de que são exemplos o número de patentes concedidas ou a percentagem de exportações de serviços com utilização intensiva de conhecimento, não apresentam o mesmo tipo de tendência (European Commission/Eurostat, 2019a, 2019b). Pelo contrário, estes indicadores revelam um acentuado desfasamento relativamente à média dos países da UE, apontando para uma desarticulação entre os avanços registados ao nível das qualificações da população e ciência, considerados facilitadores da inovação, e a sua transformação em aplicações relevantes de um ponto de vista económico e/ou social.

Este cenário não será indiferente, nem às políticas de ciência e inovação que têm vindo a ser implementadas em Portugal e que abordaremos de seguida, nem à estrutura da economia portuguesa. Esta caracteriza-se pelas ainda baixas qualificações da sua população, por um perfil de especialização económica baseado no desenvolvimento preferencial de actividades de baixa tecnologia e reduzida

intensidade de conhecimento e, consequentemente, sujeito a uma forte concorrência de países com baixos salários. Numa economia com estas características, potenciar um crescimento baseado na inovação, por exemplo através da promoção de uma aproximação de actores académicos e empresariais, é particularmente complexo. Os dados de co-publicações entre a academia e o sector privado em Portugal, uma das formas de aferir as ligações que se estabelecem entre estes actores, traduzem precisamente esta ideia: em 2010, os valores médios de co-publicações por milhão de habitantes da UE, são cerca de quatro vezes superiores aos de Portugal (Godinho, 2013). Quando aqui se aponta para as debilidades das interações entre instituições académicas e científicas e a indústria enquanto potenciais inibidores de uma translação de conhecimento científico em inovação, não se pretende defender uma visão de uma universidade orientada para a comercialização do conhecimento científico. O crescimento destas práticas tem sido impulsionado por uma visão linear da transformação da ciência em inovação, que negligencia o papel dos restantes actores e fontes de conhecimento, e que faz parte de um leque mais amplo de transformações das instituições académicas e científicas, que se tem vindo a fazer sentir, não só ao nível das práticas científicas, mas também ao nível da sua organização (empresarialização das universidades; precarização do trabalho) e cultura (crescentemente orientada para a competitividade e desempenho) (Ferreira e Teixeira, 2019; Fochler, 2016; Hackett, 1990; Slaughter e Leslie, 1997). Sublinha-se pois, que a universidade tem um papel imprescindível e distinto do da indústria, tanto ao nível da qualificação das populações e da consolidação de uma sociedade menos desigual, como ao nível do desenvolvimento de investigação básica, condição central para a produção, a médio ou longo prazo, de aplicações com relevância económica e/ou social. Pretende-se aqui somente apontar para debilidades que caracterizam o contexto português, especificamente as que dizem respeito ao estabelecimento de cooperações entre actores da indústria e de instituições académicas e científicas e que dificultam uma translação profícua do conhecimento científico em inovação.

Um segundo ponto a ter em conta será que o desenvolvimento de inovação não se baseia apenas em conhecimento científico, mas igualmente noutras formas de conhecimento potencialmente promovidas através de interações sustentadas com uma pluralidade de actores, nomeadamente entre empresas, clientes, fornecedores, instituições governamentais ou outras (Caraça, Lundvall e Mendonça, 2009; Jensen, Johnson, Lorenz e Lundvall, 2007). A este nível, no final da primeira década do século XXI, o contexto português também não apresentava características particularmente auspiciosas. No período entre 2008 e 2010, verifica-se que apenas 14% das empresas que desenvolvem inovação tecnológica (OCDE/Eurostat, 2005),

apresentam colaborações com fornecedores, 13% com clientes ou consumidores e 7% com concorrentes (European Commission/Eurostat, 2019a). No que às políticas de ciência e inovação diz respeito, Portugal tem vindo a implementar um conjunto de instrumentos que permitiram, por exemplo, financiar bolsas de formação avançada e projectos de investigação, que se traduziram em incentivos fiscais para actividades de I&D empresarial, ou que apoiaram a criação de empresas de base tecnológica (Carvalho, 2018; Fernandes, 2014; Natário, 2018). No entanto, estes instrumentos não tiveram uma implementação transversal em todos os sectores de actividade económica, tendo claramente favorecido um número limitado de sectores não tradicionais. Consequentemente, a implementação destas medidas não promoveu a transição de um modelo económico assente na competitividade através de baixos preços, para outro assente na qualificação e criação de valor através da inovação. Deste modo, apesar de se reconhecer que as políticas de ciência e inovação em Portugal têm vindo a tornar-se progressivamente mais completas, elas revelam uma insipiente coordenação estratégica que dificulta uma abordagem integrada capaz de ultrapassar de uma forma sustentada as fragilidades anteriormente descritas.

Finalmente, as debilidades estruturais da economia portuguesa e a insuficiente articulação das políticas públicas a que aludimos anteriormente e os sucessivos choques externos a que esta economia foi sujeita durante a primeira década do século XXI, e aos quais não foi capaz de se ajustar, traduziram-se num fraco crescimento económico, crescentes taxas de desemprego, dívidas pública e externa (Paes Mamede, Godinho e Simões, 2014)¹. Portugal parece então preso num modelo de desenvolvimento que, por um lado, é incapaz de competir com as economias mais sofisticadas, e, por outro, se caracteriza por produtos com preços demasiado elevados para competir com as economias emergentes (Paes Mamede, Godinho e Simões, 2014). A estes factores acrescerá um contexto macroeconómico que, em 2007, é marcado pela crise financeira global e, em 2010, pela crise das dívidas soberanas na Europa. A entrada da Troika em Portugal (integrando o Fundo Monetário Internacional; o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia) data de 2011 e a sua presença manter-se-á até 2014. Durante estes anos, o contexto português revela uma profunda crise económica e social e o contexto político é marcado por um período de mudança². Este contexto teve impactos nas actividades e no desempenho económico das empresas. O período entre 2008 e 2013, caracteriza-se por acentuados decréscimos no volume de negócios, valor acrescentado bruto, excedente bruto de exploração, total do passivo, activos fixos tangíveis, biológicos e propriedades de investimento e capital próprio (Instituto Nacional de Estatística, 2014, 2016). No global, estas tendências são acompanhadas por uma diminuição das actividades de inovação entre 2010 e

2014 (European Commission/Eurostat, 2019a). Contudo, a crise não atingiu do mesmo modo todos os sectores de actividade económica nem todas as empresas de um mesmo sector (European Commission/Eurostat, 2019a). De facto, as empresas que, entre 2010 e 2012, se caracterizam por um crescimento dos seus recursos internos (ex. financeiros) e externos (ex. clientes), não só apresentam uma maior probabilidade de desenvolverem actividades de inovação, como de apresentarem percepções mais favoráveis dos impactos da crise sócio-económica na inovação (Ferreira e Teixeira, 2016). No mesmo sentido, Nunes revela que as percepções dos impactos da crise na inovação são menos desfavoráveis entre as empresas economicamente mais dinâmicas e inovadoras, entre aquelas que apresentaram um crescimento das exportações e as que apresentam dinâmicas de cooperação mais intensas³ (Nunes, 2012). Estes trabalhos sugerem assim uma diferenciação, tanto nos padrões de desenvolvimento de actividades de inovação, como de percepções dos impactos da crise sócio-económica. Por abordar, permanecem os factores diferenciadores do sucesso e insucesso num contexto marcado pela crise. Esse será um dos contributos do presente artigo. Questionar-se-á ainda se estes factores se relacionam com os resultados financeiros e de inovação das empresas. Esta discussão será enquadrada a partir da literatura científica que se debruça especificamente sobre esta temática e que abordaremos de seguida.

Sucesso e insucesso na inovação

O sucesso dos processos de inovação define-se, a um nível micro, através da capacidade de a empresa introduzir inovação nos mercados. Vários estudos mostram que as empresas inovadoras crescem mais rapidamente e têm maiores lucros, existindo uma relação positiva entre investimento na inovação, a colocação de inovações nos mercados e a produtividade das empresas (Hashi e Stojcic, 2013; Kemp, Jong, Folkeringa e Wubben, 2003; Klomp e van Leeuwen, 2001; Masso e Vahter, 2008; van der Panne, van Beers e Kleinknecht, 2003). No sentido inverso, o fracasso representa custos directos e indirectos para as empresas revelando que estas não têm os recursos para completar com sucesso um processo de inovação. Daqui decorre a permanência de uma percepção negativa sobre o fracasso na inovação (Ebersberger e Petersen, 2016; Hashi e Stojcic, 2013; Klomp e van Leeuwen, 2001). Apesar destes custos, no artigo de referência de Leoncini, é-nos mostrado que as empresas que abandonam processos de inovação têm maior probabilidade de introduzirem produtos novos para o mercado e de apresentarem maiores percentagens de volume de negócio decorrente de inovação (Leoncini, 2016). Outros autores, recorrendo a diferentes instrumentos de análise, mostram que o fracasso é um importante componente do processo de aprendizagem e que está relacionado

com a exploração e a criatividade e, como tal, é determinante para as dinâmicas e para a eficiência da empresa de um ponto de vista inovador e financeiro (Baum e Dahlin, 2007).

A ideia subjacente a estes trabalhos é que as empresas aprendem diferentemente com as experiências de sucesso e de insucesso. Enquanto as primeiras contribuem para reforçar a confiança organizacional, a estabilidade e a manutenção da estratégia existente, as experiências de fracasso motivam mudanças — com vista à correção de problemas específicos, por exemplo — desafiam crenças e ideias feitas, fomentam a exploração de novas soluções e ideias, recombina alternativas possíveis e, como tal, promovem a criatividade e potenciam soluções inovadoras (Baum e Dahlin, 2007; Carmeli e Dothan, 2017; Madsen e Desai, 2010; Maslach, 2016; Sitkin, 1992). As empresas com sucessivas experiências de abandono não deixam de encetar novos processos de inovação. Pelo contrário, utilizam o conhecimento acumulado como uma ferramenta nos processos de inovação subsequentes, revelando persistência face a dificuldades internas e/ou externas (Maslach, 2016). Por persistência na inovação entende-se a capacidade da empresa de prosseguir ou melhorar os seus esforços inovadores apesar dos constrangimentos internos ou externos (Pinto, 2018). Outros trabalhos revelam também que a complementaridade entre diferentes tipos de inovação é crucial para desenvolver padrões de persistência na inovação. Mais ainda, é identificada uma relação entre persistência do comportamento inovador e a persistência na obtenção de lucros acima da média (Le Bas e Scellato, 2014). Estes trabalhos mostram igualmente que o fracasso na inovação diminui com o aumento da experiência das empresas em inovação, revelando a importância que os processos de tentativa e erro têm para a aprendizagem e para o êxito. Assim sendo, a aprendizagem com o fracasso afigura-se essencial às dinâmicas de inovação e à empresa como um todo. Apesar da sua relevância, estes processos e as características das empresas que os apresentam permanecem por estudar em Portugal. É precisamente sobre estas características que incidem as próximas secções deste artigo.

A importância dos mercados internacionais, I&D e cooperação para as dinâmicas de inovação

Estudos prévios revelaram que os mercados em que as empresas operam são relevantes para o sucesso na inovação. Mais especificamente, estes trabalhos concluem que a presença das empresas inovadoras em mercados internacionais e a sua orientação para a internacionalização são determinantes (Hashi e Stojic, 2013; Masso e Vahter, 2008; Simões, 1997; Simões, Godinho e Crespo, 2015). Concluem ainda que operar em mercados internacionais aumenta a probabilidade de estar envolvido

em actividades de inovação, bem como o montante investido em inovação (Masso e Vahter, 2008). Contudo, as estratégias de internacionalização envolvem processos organizacionais complexos, com múltiplas cooperações e desafios e elevado grau de incerteza, conduzindo muitas vezes ao fracasso na inovação. Face a estes contributos, procuraremos perceber se a inserção nos mercados nacionais e internacionais pode ser uma característica distintiva do sucesso/insucesso entre as empresas de alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento em Portugal. Procuraremos ainda compreender de que forma as características do contexto sócio-económico português, em anos atravessados pela crise sócio-económica, enquadram esta inserção em diferentes mercados.

Outro aspecto amplamente explorado na literatura é o papel determinante que a I&D assume para o sucesso na inovação (Hyll e Pippel, 2016; Klomp e van Leeuwen, 2001; van Beers e Zand, 2014; van der Panne, van Beers e Kleinknecht, 2003). Por um lado, o conhecimento tecnológico e organizacional decorrente de actividades formais de I&D conduz à acumulação de conhecimento e de competências fundamentais para a introdução de inovação (van der Panne, van Beers e Kleinknecht, 2003). Esta aprendizagem operativa revela-se crucial para a inovação, uma vez que sustenta a redefinição de processos existentes, reduzindo por isso a probabilidade de fracasso. Ao mesmo tempo, a I&D aumenta a eficiência da empresa e contribui para a sua capacidade de sobrevivência e sucesso face a possíveis problemas (Baum e Dahlin, 2007). Por outro, sabemos que as empresas raramente inovam de forma isolada e que a aprendizagem por interacção — com clientes, fornecedores, concorrentes, universidades/institutos de investigação, entre outros — facilita a articulação entre diferentes bases de conhecimento, o acesso a diferentes oportunidades e diminui o risco e a incerteza dos processos de inovação (Baker, Grinstein e Harmancioglu, 2016; Hashi e Stojcic, 2013; Hyll e Pippel, 2016; Nunes, 2012; Salavisa, Sousa e Fontes, 2012; Simões, 1997; van Beers e Zand, 2014). As parcerias podem ser ainda uma forma de reduzir custos e de explorar outras áreas de conhecimento, podendo apresentar um impacto positivo no desempenho da empresa na medida em que conduzam à introdução de inovação nos mercados e a um maior volume de negócio deles decorrente (Lhuillery e Pfister, 2009). Num trabalho de referência sobre a importância das parcerias em I&D para a inovação, Hyll e Pippel (2016) exploram os contributos provenientes de diferentes tipos de parceiros para o sucesso e insucesso na inovação. Se globalmente as parcerias permitem partilhar custos, conhecimentos e riscos — os autores destacam a importância da cooperação com universidades/institutos de investigação, envolvendo parcerias de longa duração com vista ao desenvolvimento de inovações radicais —, acarretam igualmente desafios que poderão aumentar as probabilidades de fracasso na inovação e de ter efeitos

financeiros negativos para as empresas (Hyll e Pippel, 2016). De um modo geral, os estudos apontam como desvantagens às actividades de cooperação, as dificuldades de comunicação e interacção entre os vários parceiros, os custos envolvidos, a necessidade de protecção de conhecimento, a instabilidade das colaborações e os conflitos relativos ao conhecimento acumulado (Lhuillery e Pfister, 2009). Mais ainda, contribuem para dificultar o processo de inovação, o facto de as parcerias gerarem expectativas que nem sempre se concretizam. Ao mesmo tempo, os estudos concluem que cada tipo de parceiro apresenta efeitos diferentes sobre o fracasso (Hyll e Pippel, 2016). Centrando-nos na cooperação com universidades/institutos de investigação, as dificuldades relacionam-se com os diferentes objectivos e estrutura de incentivos destas organizações: enquanto os primeiros desenvolvem essencialmente investigação básica tendo por fito a produção de conhecimento e a sua tradução em publicações, as empresas centram as suas actividades na investigação aplicada com valor nos mercados, e privilegiando, até esse momento, o segredo. No mesmo sentido, outro trabalho destaca a instabilidade das colaborações e os seus resultados indesejáveis, a par da dificuldade em avaliar o impacto do insucesso das parcerias sobre a inovação (Lhuillery e Pfister, 2009). Assim, ainda que a cooperação seja identificada como um dos factores determinantes para o sucesso na inovação, os diferentes objectivos, estrutura de incentivos e resultados esperados pelos vários parceiros envolvidos dificultam a finalização da inovação em cooperação.

Uma investigação sobre o fracasso na inovação em dispositivos médicos nos EUA, debruçou-se sobre as razões porque as empresas persistem nestes processos, tendo por objectivo encontrar soluções (Maslach, 2016). De acordo com Maslach, as empresas mudam o rumo dos seus processos de inovação quando fracassam no desenvolvimento de produtos/serviços novos para os mercados (inovação radical), mas persistem na procura de soluções perante dificuldades no decorrer de processos de inovação incremental. No mesmo sentido, outro estudo explora como a novidade e o fracasso em inovação estão relacionados, concluindo que há uma relação significativa entre sucesso e fracasso na inovação, e que as empresas com uma maior propensão para inovar são as que apresentam uma maior probabilidade de falhar (D'Este, Marzucchi e Rentocchini, 2014).

Estamos assim perante uma aparente contradição em que os factores reconhecidos como determinantes de sucesso, são os mesmos que são identificados como contribuindo para o fracasso na inovação. Também por isso, é essencial compreender a relação que se estabelece entre mercados, I&D, parcerias, sucesso e insucesso na inovação em Portugal. Este será um dos pontos que este artigo abordará após a apresentação da metodologia. Antes ainda, apresenta-se uma tabela-resumo com os principais contributos teóricos que orientaram este trabalho,

Tabela 1 Resumo de contribuições teóricas para o estudo do sucesso e insucesso na inovação

Autor/Artigo	Objectivo	Abordagem estatística e amostra	Variáveis dependente (VD) e independente (VI)	Principais conclusões
Lhuillery, S., e Pfister, E. (2009)	Identificar as determinantes do fracasso nas parcerias de I&D e o seu impacto no desempenho inovador	Análise de Clusters e Modelo Probit Multivariado (MPM) CIS 1 e 2 (1992-1994; 1994-1996) França Indústria transformadora	VD: Factores que dificultam a inovação VI: Tipos de parceiros; Experiência com parcerias; Intensidade de I&D	Uma percentagem significativa de parcerias falha nos seus objectivos. Diferentes parcerias têm associados diferentes resultados: parcerias com competidores e organismos públicos apresentam maior probabilidade de fracassar na inovação. Os factores que contribuem para reduzir o risco de fracasso são a (maior) dimensão da empresa e a realização de I&D
Klomp, L., e van Leeuwen, G. (2001)	Relacionar os diferentes momentos do processo de inovação e a performance económica da empresa	Modelo de Seleção de Heckman CIS 2 (1994-1996) Holanda	VD: Intensidade de inovação; Nível de output VI: Recursos financeiros; Gastos em inovação; Parceiros; I&D; Volume de vendas; Número de pessoas ao serviço	A inovação contribui significativamente para as vendas e produtividade da empresa (volume de vendas/número de pessoas ao serviço)
van Beers, C., e Zand, F. (2014)	Avaliar o impacto que a diversidade geográfica dos parceiros em I&D tem no desempenho inovador das empresas. Identificar as determinantes organizacionais da diversidade dos parceiros	Modelo Tobit CIS 2 (1994-2006) Holanda	VD: Intensidade de inovação; Colaborações; Diversidade de parceiros VI: Intensidade de I&D; Dimensão da empresa; Tipo de cooperações; Mercados das cooperações	A colaboração externa (parcerias internacionais) aumenta o desempenho nas actividades de inovação
Archibugi, D., Filippetti, A., e Frenz, M. (2013)	Identificar quem são os inovadores durante a crise económica, comparando com o período anterior à crise	Modelo de regressão logística CIS 5 e 6 (2004-2006; 2006-2008) Reino Unido Dados em painel	VD: Mudanças na despesa em inovação durante a crise VI: Inovação nova para o mercado (<i>great innovators</i>); Data de fundação da empresa; I&D interna; Gastos com I&D	A natureza cumulativa ou persistente da actividade de inovação é ainda mais relevante durante a crise. A dimensão e o desempenho económico eram determinantes para o investimento em inovação antes da crise. Durante a crise, a persistência na inovação decorre da existência de I&D interna e de uma estratégia orientada para novos mercados e novos produtos

Leoncini, R. (2016)	Avaliar se o fracasso na inovação fortalece ou enfraquece a actividade inovadora da empresa e o seu desempenho financeiro	Modelo de Seleção de Heckman CIS 2008 (2006-2008) 16 países	VD: Abandono de actividades de inovação VI: Produtos novos para o mercado; Gastos em I&D; Conhecimento interno; Conhecimento externo; Conhecimento indirecto; Fontes de informação e cooperação	O fracasso na inovação tem impacto na produção de produtos novos para o mercado e no retorno financeiro da empresa. O insucesso das actividades de inovação permite a acumulação de conhecimento relevante para o sucesso na inovação
D'Este, P., Amara, N., e Olmos-Penuela J. (2016)	Explorar as características subjacentes ao fracasso na inovação	Modelo Probit Multivariado (MPM) CIS 2010 Espanha Indústria transformadora	VD: Inovação de produto; Produtos novos para o mercado; Abandono de inovação VI: I&D interna; Pessoal afecto a I&D; Fontes de mercado; Cooperação com empresas	Relação entre o sucesso e o fracasso na inovação. Quanto maior a propensão para inovar, maior a probabilidade de falhar
Hyll, W., e Pippel, G. (2016)	Avaliar se a colaboração em I&D está relacionada com o aumento da probabilidade de fracasso na inovação	Modelo Probit Multivariado CIS 2010 (2008-2010) Alemanha Dados em painel	VD: Abandono de actividades de inovação VI: Cooperações para I&D; Tipo de parceiro; Dimensão da empresa; Intensidade da I&D (medida através da despesa em I&D)	As cooperações são essenciais para o sucesso na inovação. Cada tipo de parceiro tem um efeito diferente no fracasso na inovação: as parcerias com Institutos de investigação diminuem a probabilidade de cancelar inovação de processo
Baum, J.A.C., e Dahlin, K.B. (2007)	Explorar a importância da aprendizagem com o fracasso para a capacidade de adaptação e aprendizagem das organizações	Modelo GLS (Mínimos Quadrados Generalizados) Acidentes em caminhos de ferro (de carga) nos EUA (1975-2001)	VD: Custo do acidente por milha VI: Idade; Dimensão; Rendimentos; Milhas; Heterogeneidade do acidente; Ano do acidente	Os caminhos de ferro aprendem a reduzir os custos associados aos acidentes através da experiência de acidentes de outros e não com a própria experiência
Carmeli, A., e Dothan, A. (2017)	Focar a aprendizagem decorrente das experiências de fracasso e como influenciam a inovação	Análise factorial confirmatória Modelo de regressão 63 empresas de <i>software</i>	VD: Agilidade da inovação VI: Aprendizagem directa; Aprendizagem indirecta	Diferentes modos de aprendizagem influenciam diferentes facetas da inovação organizacional. A aprendizagem directa com a experiência de fracasso facilita a agilidade na inovação
Maslach, D. (2016)	Compreender porque é que as empresas persistem com o fracasso e qual o impacto do fracasso na inovação (radical e incremental)	Modelo Logit para Dados em Painel Amostra de introduções tecnológicas em dispositivos médicos nos EUA (1998-2010)	VD: Inovação radical; Inovação incremental VI: Fracasso	As empresas mudam as actividades de inovação quando fracassam nas inovações radicais, mas persistem quando as inovações são incrementais

identificando os seus objectivos, abordagens estatísticas, variáveis mobilizadas e principais resultados.

Metodologia

Este artigo utiliza os dados do Inquérito Comunitário à Inovação (CIS) para Portugal, no período entre 2008 e 2014⁴ (CIS2010 (2008-2010), CIS2012 (2010-2012) e CIS2014 (2012-2014)). O CIS permite uma visão alargada dos processos de inovação, apesar de algumas limitações conceptuais que lhe têm sido apontadas. Mais especificamente, Godinho (2007), destaca a possibilidade de as empresas respondentes interpretarem diferentemente o conceito de inovação. Isto resultaria da amplitude conceptual proposta pelo CIS, que permite que as empresas declarem enquanto inovação de produto pequenas alterações a bens e serviços, dificultando assim uma visão global do grau de novidade na inovação (D'Este, Marzucchi e Rentocchini, 2014; Godinho, 2013). Outro ponto levantado aponta para uma dificuldade deste instrumento na captação de fluxos e dinâmicas de acumulação de conhecimento (Godinho, 2007). Ainda assim, o CIS reúne questões que permitem facilmente aceder aos *inputs* de inovação (ex. investimentos em I&D), ao seu progresso (ex. inovação em curso e abandonada), bem como aos seus *outputs* (ex. introdução de inovação), permitindo uma visão integrada dos processos de inovação. A opção por estes dados prende-se também com a regularidade dos temas abordados no inquérito ao longo do período analisado. É esta estabilidade que permite elaborar um mapeamento da inovação em Portugal. Outro critério para a escolha deste instrumento decorre da representatividade das amostras que utiliza, nomeadamente permitindo análises por sector de actividade económica. A nossa análise centra-se em empresas de alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento (*High Technology Industry* e *Knowledge Intensive Services*, HT-KIS) (Eurostat, 2015)⁵, sendo a amostra constituída por 2861 empresas em 2008-2010, 2786 em 2010-2012, e 2718 empresas em 2012-2014.

A opção por este sector assenta em estudos prévios que mostram que este grupo de empresas apresenta maior propensão para a inovação (Silva, Simões, Moreira e Sousa, 2012) e para o desenvolvimento e comercialização de produtos inovadores, que envolvem muitas vezes experiências de fracasso e de aprendizagem com o erro (Carmeli e Dothan, 2017). Este grupo de empresas é, por isso, indicado para estudar as trajectórias de tentativa e erro, na sua relação com o desempenho inovador e financeiro das empresas.

Quanto às características da amostra em análise, importa destacar que a grande maioria das empresas analisadas é de pequena dimensão (em todos os anos a percentagem das pequenas empresas é superior a 80%). As empresas de dimensão

Tabela 2 Dimensões e variáveis mobilizadas neste estudo(*)

Dimensão	Variáveis	Descrição das variáveis
Actividades de inovação	Introdução de inovação	Introdução de inovação de produto e/ou processo e/ou organizacional e/ou marketing (Dicotómica: Sim; Não)
	Inovação em curso	Actividades de inovação que ainda estão a decorrer (não concluídas até ao final do último ano abrangido pelo questionário) (Dicotómica: Sim; Não)
	Inovação abandonada	Actividades de inovação abandonadas ou interrompidas antes da sua conclusão (Dicotómica: Sim; Não)
Características associadas a inovação	Presença no mercado nacional	Venda de bens ou serviços no mercado nacional (Dicotómica: Sim; Não)
	Presença no mercado internacional	Venda de bens ou serviços no mercado internacional (Dicotómica: Sim; Não)
	I&D intramuros	Actividades de I&D realizadas pela empresa para criar novo conhecimento ou para resolver problemas científicos ou técnicos (Dicotómica: Sim; Não)
	I&D extramuros	Contratação de serviços de I&D a outras empresas ou a organizações públicas ou privadas de investigação (Dicotómica: Sim; Não)
	Valor da despesa em I&D	Valor gasto em actividades de I&D (Euros)
	Rácio Volume de negócios/ Despesa I&D	Rácio entre o Volume de Negócios e a despesa realizada em I&D. Volume de negócios por Euro investido em I&D (Euros)
	Parcerias com universidades/ institutos de investigação	Cooperação com universidades e/ou institutos de investigação no âmbito das actividades de inovação de produto e processo (Dicotómica: Sim; Não)
	Número de tipos de parcerias	Número de tipos de parceiros com os quais a empresa coopera no âmbito das actividades de inovação de produto e processo (tipos possíveis de parceiros: outras empresas do mesmo grupo; fornecedores; clientes ou consumidores; concorrentes; consultores; universidades; institutos de investigação) (Ordinal: entre 0 e 7 parceiros)
Resultados de inovação	Intensidade de inovação	Número de tipos de inovação introduzidos pela empresa (tipos possíveis de actividades de inovação: produto, processo, organizacional e marketing) (Ordinal: nenhum tipo de actividades de inovação; um; dois; três ou quatro tipos de actividades de inovação)
	Produtos novos para o mercado	Introdução de produtos (bem e/ou serviço) novos ou suficientemente melhorados no seu mercado, antes dos seus concorrentes directos (podendo o produto existir já noutros mercados) (Dicotómica: Sim; Não)
Resultados financeiros	Volume de negócios	Volume de negócios da empresa (Euros) (Dados obtidos por via administrativa. Decreto-lei 8/2007 de 17 de Janeiro)

(*) A categorização das variáveis segue as recomendações do Eurostat (European Union, n.d.).

média representam cerca de 10% da amostra e as de grande dimensão cerca de 5%⁶. Uma outra característica que distingue este grupo de empresas é a elevada percentagem de trabalhadores com qualificações académicas de nível superior: em todos os anos, cerca de metade das empresas tem 75% a 100% de trabalhadores com formação superior. Este sector é assim caracterizado por empresas de pequena dimensão e com trabalhadores com formação universitária.

A tabela 2 apresenta as variáveis mobilizadas neste estudo. Incluem-se variáveis que descrevem o desenvolvimento de actividades de inovação, variáveis relativas a características de empresas e que têm sido associadas à inovação, assim como variáveis que se referem aos resultados de inovação e aos resultados financeiros.

Face à natureza dos dados — bases de dados com resultados que assentam em processos de amostragem distintos não garantindo por isso a independência das amostras — e tendo em consideração os objectivos propostos, optámos por desenvolver uma análise estatística para cada um dos períodos. Esta análise permite fazer o mapeamento da inovação entre 2008 e 2014. Estabelecer-se-á a sua relação com as características das empresas, identificando as relações estatisticamente significativas e assim começando a caracterizar o sucesso e insucesso na inovação.

Mais especificamente, utilizámos o teste *t* à igualdade de médias para avaliar as diferenças entre as empresas que abandonaram actividades de inovação e as que não abandonaram (variáveis métricas); o teste *Mann-Whitney* para avaliar diferenças médias entre as empresas que abandonaram actividades de inovação e as que não abandonaram (variáveis ordinais); o teste de independência *Qui-quadrado* para testar relações entre variáveis categóricas (em caso de não independência das variáveis, procedemos à análise dos resíduos estandardizados e ajustados para perceber quais as categorias que contribuem para a associação entre as variáveis).

Segue-se a apresentação dos resultados.

Resultados

Nesta secção apresentam-se os resultados. Inicia-se com uma descrição da evolução das actividades de inovação ao longo do período analisado. Seguidamente, focaremos as especificidades das empresas HT-KIS e, por fim, realizaremos o mapeamento e caracterização das inovações abandonadas.

Evolução das actividades de inovação entre 2008 e 2014

Globalmente, no período entre 2008 e 2014, assistimos a um decréscimo do peso das empresas que desenvolvem actividades de inovação. Mais especificamente, o

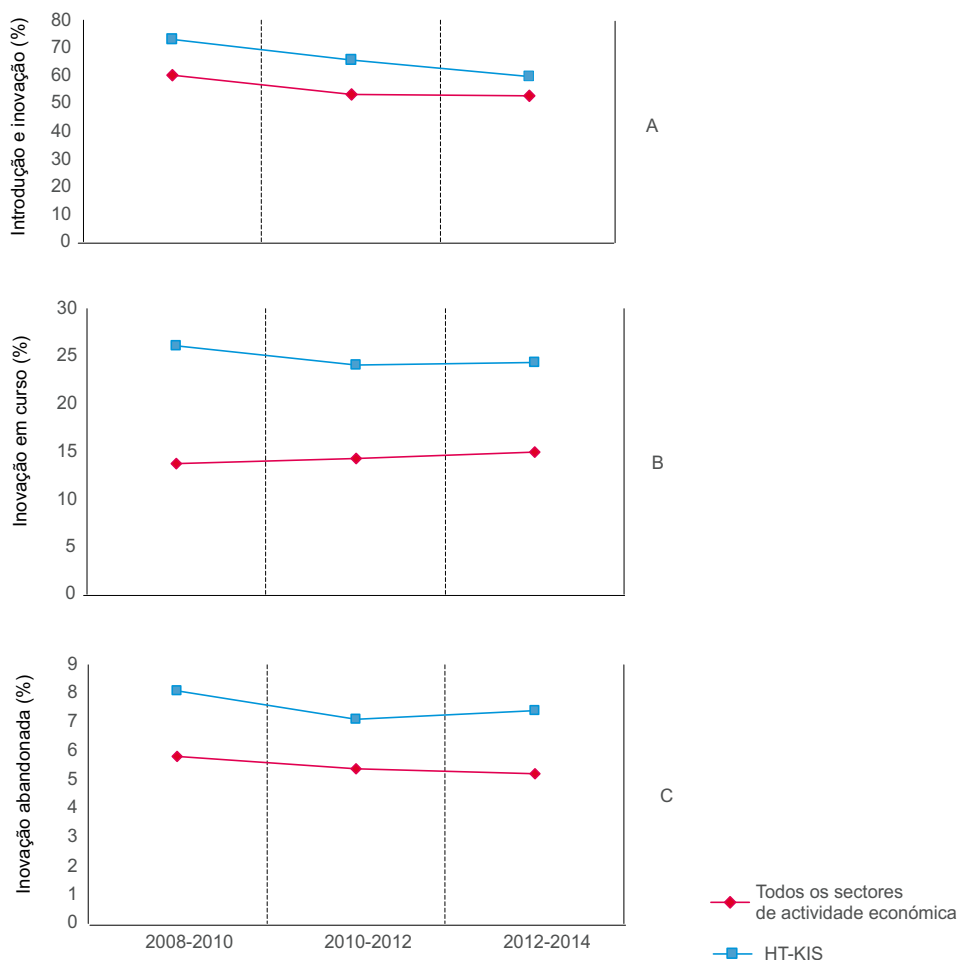


Figura 1 Empresas que introduziram inovação (A); têm inovação em curso (B) e com actividades de inovação abandonada (C), entre 2008 e 2014 (%)

conjunto de empresas inquiridas pelo CIS, que introduz inovação, decresce de 60,2% para 52,7%, no intervalo de tempo considerado (Figura 1A). Também entre as empresas HT-KIS se assiste a uma redução: em 2008, as empresas que introduziram inovação representavam 72,9%, mas em 2014 diminuíram para 59,6%. Da mesma forma, assistimos à diminuição da inovação em curso ou abandonada no período, tanto no conjunto da amostra como nas empresas HT-KIS. Contudo, apesar do decréscimo, o peso de empresas HT-KIS que introduz inovação e que tem projectos em curso é, em todos os momentos, superior ao conjunto da amostra (Figura 1A e 1B).

Ao mesmo tempo, a análise revela que apenas uma minoria das empresas abandona actividades de inovação (Figura 1C).

No seu conjunto, estes dados revelam uma inversão da tendência de crescimento das actividades de inovação que caracterizou as empresas em Portugal durante a primeira década do século XXI (European Commission/Eurostat, 2019a) e confirmam que as dinâmicas de inovação são mais intensas entre as empresas HT-KIS (European Commission, 2017). Em seguida, centrar-nos-emos nas características que têm sido mobilizadas para compreender o sucesso na inovação deste grupo de empresas.

As empresas de alta tecnologia e serviços intensivos de conhecimento

A tabela 3 apresenta a evolução de um conjunto de indicadores das empresas HT-KIS. Este sector tem vindo a ser caracterizado na literatura como altamente inovador (Miles, 2007) e relevante para a inovação (Paes Mamede, 2002). Mais especificamente, procede-se à caracterização da sua presença em diferentes mercados, as cooperações que estabelecem, as actividades de I&D que desenvolvem e os seus resultados de inovação e financeiros, entre 2008 e 2014.

A análise dos dados mostra que este conjunto de empresas apresenta uma forte presença e estabilidade nos mercados nacionais, durante o período em análise, e paralelamente, uma presença no mercado internacional superior a 40%, em todos os períodos analisados (Tabela 3). Os nossos resultados permitem desde logo perceber a importância que operar internacionalmente tem para este sector e reforça dados anteriores (OECD, 2015). Mais ainda, destaca-se o aumento da percentagem de empresas que recorre aos mercados internacionais ao longo do tempo, num período claramente marcado pela crise sócio-económica, globalmente traduzido num decréscimo dos indicadores financeiros e de inovação das empresas em Portugal (Instituto Nacional de Estatística, 2014, 2016). Na linha de trabalhos anteriores, os nossos dados revelam também uma associação significativa entre as empresas que inovam e a participação nos mercados internacionais⁷ (Hashi e Stojic, 2013; Masso e Vahter, 2008; Simões, 1997; Simões, Godinho e Crespo, 2015). De facto, quando a rotina funciona, não há necessidade de a questionar ou alterar. As rotinas assentam em acções passadas e são o resultado de estratégias de exploração e adaptação ao ambiente (Leoncini, 2016). Ao contrário, face a uma necessidade, como por exemplo a desencadeada pela crise sentida no período analisado, tornou-se necessário encontrar novos procedimentos. A internacionalização parece ser uma das estratégias encontradas pelas empresas para fazer face às dificuldades com que se confrontaram durante a crise sócio-económica.

Este sector é igualmente caracterizado por um número médio de parceiros relativamente baixo, mantendo-se estável nos anos em análise. Estes dados revelam

que as empresas deste sector, vistas como um todo, não parecem estar a mobilizar diferentes fontes de conhecimento, negligenciando assim o papel crítico de outros actores para o desenvolvimento da inovação (Caraça, Lundvall e Mendonça, 2009; Jensen, Johnson, Lorenz e Lundvall, 2007). Adicionalmente, e lembrando que a co-operação com Universidades e/ou Institutos de investigação tem sido reconhecida como uma característica facilitadora da translação do conhecimento científico em inovação, as empresas HT-KIS mantêm estáveis estas parcerias nos primeiros anos da crise e registam um aumento em 2012-2014. Se este pode ser visto como um indicador do dinamismo deste grupo de empresas, este resultado também aponta para um enfoque privilegiado das cooperações com a academia em detrimento de outras, revelando uma visão linear da transformação da ciência em inovação (Caraça, Lundvall e Mendonça, 2009; Fochler, 2016; Jensen, Johnson, Lorenz e Lundvall, 2007). Outra das dificuldades sentidas neste período e amplamente identificada na literatura, refere-se ao decréscimo acentuado do investimento em I&D, após uma década de evolução positiva deste indicador em Portugal (European Commission/Eurostat, 2019c). No que diz respeito às empresas que realizam I&D interna e externamente, verifica-se uma contracção nos primeiros anos da crise, seguida por uma ténue recuperação principalmente ao nível das actividades desenvolvidas externamente (2012-2014). No que concerne ao investimento em I&D, e apesar do decréscimo verificado até 2012, no último período em análise, assiste-se a uma recuperação dos montantes investidos entre as empresas HT-KIS (Tabela 3). Repare-se que a diminuição da realização interna de I&D é acompanhada por um aumento da I&D externa, bem como das cooperações com Universidades e/ou institutos de investigação, sugerindo um ajustamento da estratégia das empresas HT-KIS nos anos da crise. Porém, nem a crescente internacionalização, nem o crescente estabelecimento de cooperações com instituições académicas e científicas que caracterizam este sector como um todo no período mais recente, parecem reflectir-se nos resultados de inovação. Mais especificamente, assistimos à ligeira diminuição da intensidade de inovação. Este é um factor de uma importância particular já que estudos anteriores, incidindo sobre a realidade portuguesa, sugerem que os piores resultados de inovação registados pelas empresas em cenário de crise poderão ser atribuídos não apenas ao contexto desfavorável, mas também à ausência de articulação entre os diferentes tipos de inovação (Ferreira, Teixeira e Roque Dantas, 2015). Igualmente, no que diz respeito ao lançamento de novos produtos no mercado, o período de 2010-2012 é marcado por um decréscimo das empresas com este tipo de *output*, a que se segue um período de recuperação. Curiosamente, na sequência de uma diminuição do volume de negócios entre 2008-2010 e 2010-2012, verifica-se um aumento em 2012-2014. Acresce que, se em

Tabela 3 Evolução das actividades de inovação, das características associadas a inovação e dos resultados de inovação e financeiros, entre 2008 e 2014

		2008-2010	2010-2012	2012-2014
Introdução de inovação (%)	Sim	72,9	65,6	59,6
	Não	27,1	34,4	40,4
Inovação em curso (%)	Sim	26,1	24,1	24,4
	Não	73,9	75,9	75,6
Inovação abandonada (%)	Sim	8,1	7,1	7,4
	Não	91,9	92,9	92,6
Mercado nacional (%)	Sim	98,5	97,4	98,0
	Não	1,5	2,6	2,0
Mercado internacional (%)	Sim	43,3	49,9	56,0
	Não	56,7	50,1	44,0
Número de tipos de parceiros	Média	0,6	0,6	0,5
	Desvio-Padrão	1,5	1,4	1,3
Parcerias com Universidades e/ou Institutos de investigação (%)	Sim	10,8	10,8	12,3
	Não	89,2	89,2	87,7
I&D intra-muros (%)	Sim	38,3	28,6	29,0
	Não	61,7	71,4	71,0
I&D extra-muros (%)	Sim	19,6	15,4	17,4
	Não	80,4	84,6	82,6
Produtos novos para o mercado (%)	Sim	25,7	22,6	23,8
	Não	74,3	77,4	76,2
Despesa em I&D (Euros)*	Média	349232,2	318705,0	482665,8
	Desvio-Padrão	2795303,2	2912511,7	1691081,1
Intensidade de inovação	Média	1,9	1,7	1,5
	Desvio-Padrão	1,5	1,5	1,5
Volume de Negócios (Euros)*	Média	26539398,5	17022334,4	19269563,7
	Desvio-Padrão	253281922,9	110470268,9	144311535,2
Rácio Volume de Negócios/Despesa I&D	Média	428,6	210,7	610,5
	Desvio-Padrão	3225,4	1006,5	6789,0

* A elevada variabilidade apresentada pelas variáveis Volume de Negócios e Investimento em I&D (expressas em valores absolutos) pode ser parcialmente resultante das características da amostra em que incidiu este estudo (composta por empresas pequenas, médias e grandes).

2010-2012 se assiste a uma diminuição para cerca de metade do retorno financeiro por valor investido em I&D face a 2008-2010, em 2012-2014 verifica-se um aumento significativo face a momentos anteriores (de 428 euros de retorno por cada euro investido em I&D em 2008-2010, desce para 211 euros em 2010-2012, recuperando em 2012-2014 para 611 euros). Por um lado, estes dados parecem indicar que o sector HT-KIS encontrou estratégias para suplantar as dificuldades sentidas nos anos iniciais da crise. Por outro, se recordarmos que, no período mais recente, o peso das empresas que introduz produtos novos no mercado é inferior ao peso destas empresas no período inicial, é possível sugerir que as empresas que efectivamente lançam produtos novos para o mercado, retiram maior valor das suas actividades.

Mapeamento do fracasso na inovação

Tradicionalmente, a ideia de fracasso na inovação encerra uma aura negativa. Decorre de uma falha e da incapacidade de a solucionar e representa por isso as limitações das empresas (Ebersberger e Petersen, 2016; Hashi e Stojic, 2013; Klomp e van Leeuwen, 2001). Contudo, apesar das suas consequências negativas, alguns estudos recentes têm vindo a sugerir que o abandono na inovação pode igualmente encerrar contributos positivos para a empresa, chegando mesmo a ser crítico para potenciar futuros êxitos. É especificamente sobre as características do abandono e as suas potencialidades para o sucesso na inovação que incidiremos neste ponto.

Numa primeira aproximação aos resultados, constatamos que o abandono na inovação assume uma expressão reduzida entre as HT-KIS. Porém, os nossos resultados revelam que, em cada um dos momentos analisados, há uma maior probabilidade das empresas com actividades abandonadas também introduzirem inovação. Mais especificamente, entre as empresas com actividades abandonadas, mais de 95% introduziu inovação nos vários momentos em análise. Estes dados atestam a maior capacidade inovadora destas empresas. Igualmente, verifica-se uma maior probabilidade de as empresas com abandono de inovação também terem actividades em curso. Assim, os nossos resultados para a realidade portuguesa acrescentam detalhe às conclusões de Leoncini (2016): são as empresas com actividades de inovação abandonadas que apresentam maior probabilidade de terem introduzido inovação e de terem actividades de inovação em curso (Tabela 4).

A análise da presença das empresas com actividades de inovação abandonadas em diferentes mercados externos reforça esta ideia de maior desempenho inovador. Os resultados mostram ainda um maior dinamismo nas estratégias de internacionalização entre as empresas que abandonam inovação (Tabela 4). A presença em mercados internacionais envolve uma complexificação dos processos organizacionais e o contacto com novas realidades encerra diferentes desafios. Simultaneamente, esta experiência envolve novas e diferentes oportunidades de aprendizagem que, a prazo, poderão reverter para reforçar a dinâmica inovadora. A análise dos resultados permite ainda perceber que, entre 2008 e 2014, há uma quebra da presença no mercado nacional entre as empresas com actividades de inovação abandonadas. Esta diminuição que acompanha o período de contracção económica, aparenta ter sido ultrapassada, pelo menos parcialmente, pela intensificação da internacionalização. Esta mudança na estratégia das empresas afigura-se como uma procura de soluções ou novos caminhos face a procedimentos que deixaram de funcionar.

Na primeira parte deste trabalho apresentámos os resultados de outros estudos que destacam a importância da cooperação para o sucesso na inovação, bem como a

Tabela 4 Inovação e mercados entre empresas com actividades abandonadas (2008-2014)

	2008-2010	2010-2012	2012-2014
Inovação abandonada Introdução de inovação	9,1* (98,3%) $\chi^2_{(1)}=120,325; p<0,001$	9,8* (97,5%) $\chi^2_{(1)}=96,330; p<0,001$	11,0* (96,0%) $\chi^2_{(1)}=82,949; p<0,001$
Inovação abandonada Inovação em curso	17,5* (74,6%) $\chi^2_{(1)}=375,044; p<0,001$	16,9* (73,4%) $\chi^2_{(1)}=283,970; p<0,001$	19,4* (80,7%) $\chi^2_{(1)}=307,311; p<0,001$
Inovação abandonada Mercado nacional	-1,5 (97,5%) ns	-3,6* (93,5%) $\chi^2_{(1)}=13,270; p<0,001$	-2,5* (95,7%) $\chi^2_{(1)}=6,129; p<0,005$
Inovação abandonada Mercado internacional	6,3* (62,9%) $\chi^2_{(1)}=39,454; p<0,001$	5,0* (66,9%) $\chi^2_{(1)}=24,709; p<0,001$	4,3* (70,2%) $\chi^2_{(1)}=18,200; p<0,001$

Nota: Os valores apresentados referem-se aos resíduos estandardizados e ajustados entre categorias, às percentagens de ocorrência entre as empresas com actividades abandonadas e aos resultados do teste de independência Qui-quadrado. * Indica significância estatística ($|Z|1,96$; nível de significância de 0,05). Os valores realçados a negrito indicam uma associação positiva entre as categorias.

sua associação ao abandono de inovação. Os nossos resultados vão ao encontro destas conclusões. Mais especificamente, o número médio de parcerias desenvolvidas pelas empresas, com vista ao desenvolvimento de inovação, é mais elevado entre as empresas que abandonam inovação e regista um aumento ao longo do período⁸ (Figura 3A). As parcerias desenvolvem-se por necessidade de conhecimentos especializados que permitam satisfazer a procura crescente do mercado. Apesar de estarmos perante um sector altamente dinâmico, algumas empresas estarão ainda mais aptas a adaptar-se e a capitalizar as aprendizagens decorrentes dos processos de tentativa e erro.

Por sua vez, a cooperação com Universidades e/ou Institutos de investigação assume uma maior e crescente relevância entre as empresas com actividades de inovação abandonadas⁹ (Figura 3B). Assim, as empresas com actividades abandonadas apresentam um número mais elevado de canais de interacção, e a aumentar no período, atestando a importância da cooperação para as suas actividades. Outros estudos mostraram que a capacidade de inovação das empresas está fortemente ligada à combinação de diferentes modos de conhecimento (Jensen, Johnson, Lorenz e Lundvall, 2007; Nunes, 2012). Os dados tornam clara a estratégia de cooperação destas empresas. Ao não privilegiar exclusivamente as cooperações com a academia, mas ao envolver múltiplos e distintos parceiros, estas empresas capitalizam a aprendizagem resultante da experiência diversificada proporcionada pelas várias interacções. A esta, associa-se a experiência acumulada nos processos de tentativa e erro, potencialmente contribuindo para uma diferenciação destas empresas quanto à sua capacidade inovadora. Sabendo a importância que o conhecimento codificado assume para a inovação, importa ainda conhecer o seu papel entre estas empresas, aspecto que analisaremos em seguida.

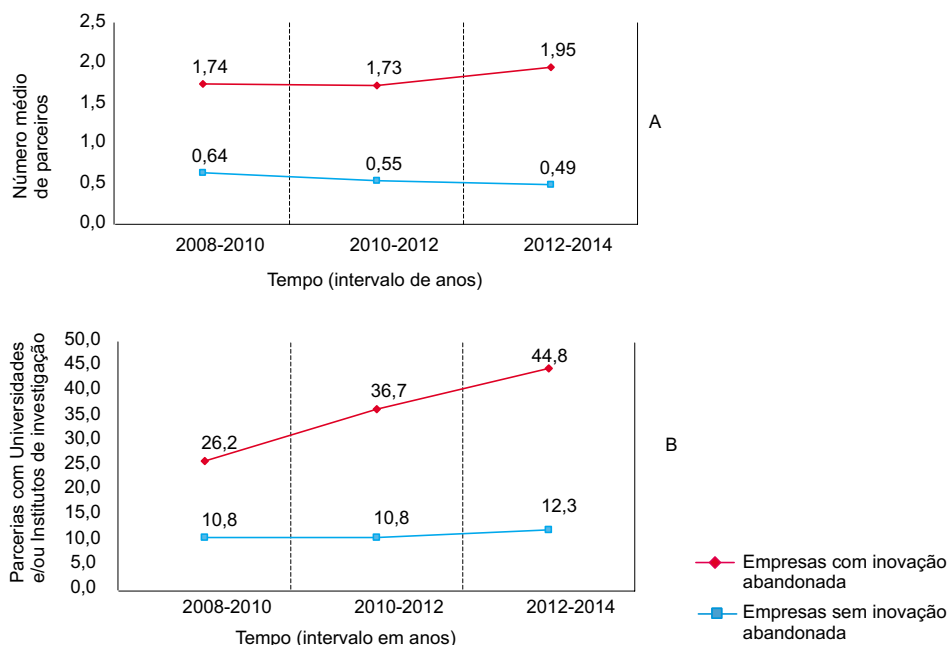


Figura 2 Evolução do número médio de parceiros (A) e Parcerias com Universidades e/ou Institutos de investigação (B)

A relevância da I&D para a inovação é amplamente reconhecida na literatura pela sua capacidade de produzir conhecimento basilar para a inovação. Os nossos resultados mostram uma associação entre as empresas com actividades de inovação abandonadas e as empresas que realizam I&D intramuros e extramuros (Figura 4A, 4B). De igual forma, são as empresas com actividades abandonadas as que apresentam maiores investimentos em I&D¹⁰. Esta aparente contradição entre a realização e investimento em I&D e o abandono na inovação é discutida em Leoncini (2016). Este autor defende que a I&D contribui para a acumulação de conhecimento e, subsequentemente, diminui a probabilidade de abandono futuro. Assim, esta relação — I&D, conhecimento e menor abandono futuro —, parece apontar para que o sucesso decorre cumulativamente e muitas vezes apoiado em tentativas que não foram necessariamente bem-sucedidas. As empresas que tentam mais vezes, erram mais vezes. Acontece que também são estas as empresas que têm maiores oportunidades de aprendizagem, e como tal, têm maiores possibilidades de êxito.

O contributo de Jensen e colegas (2007) e Salavisa e colegas (2012) poderão ajudar a interpretar estes resultados. De acordo com estes autores, os processos de inovação em empresas são fortemente moldados pelas suas bases de conhecimento.

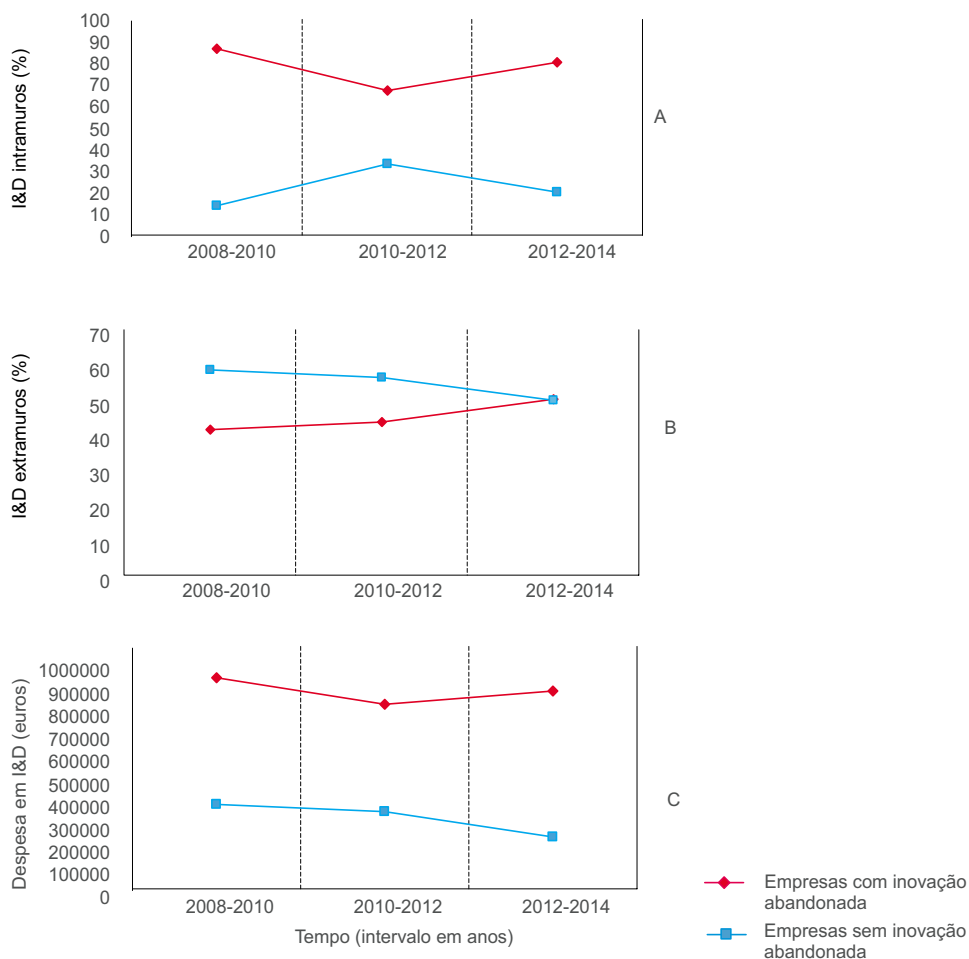


Figura 3 I&D intramuros (A); I&D extramuros (B); Investimento em I&D (C)

Mais especificamente, empresas com formas organizacionais que promovem tanto a aprendizagem decorrente de I&D como a cooperação com instituições académicas e científicas, valorizando formas de conhecimento mais formais e codificadas, serão mais propensas a introduzir inovação radical (Salavisa, Sousa e Fontes, 2012). No entanto, as empresas mais inovadoras serão as que articulam formas organizacionais assentes em estratégias de conhecimento misto (Jensen, Johnson, Lorenz e Lundvall, 2007). Neste sentido, o abandono de inovação, associado tanto à realização e investimento em I&D, como à cooperação para a inovação, poderá traduzir oportunidades

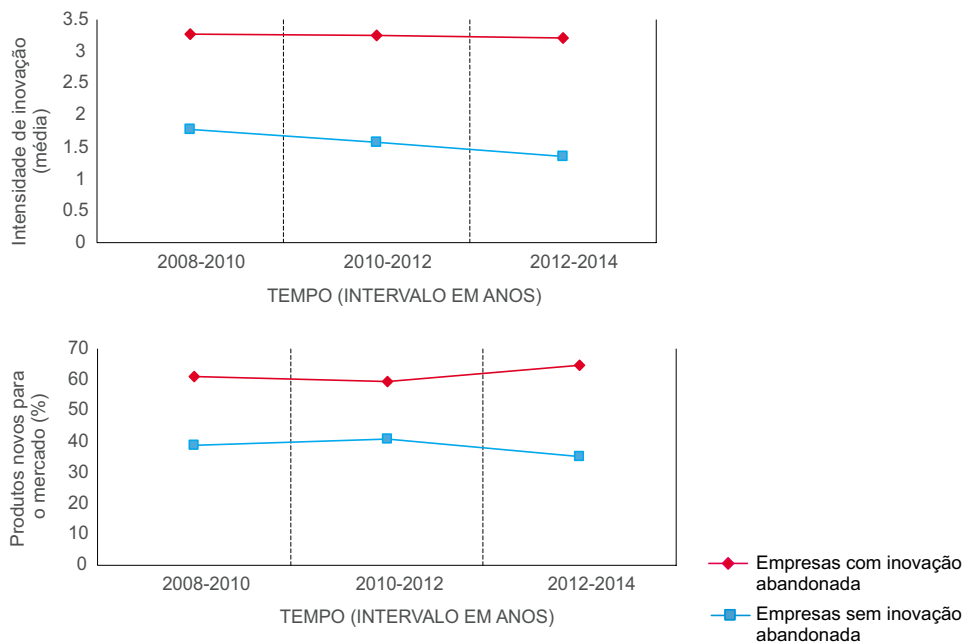


Figura 4 Intensidade de inovação (A); Produtos novos para o mercado (B)

acrescidas de acumulação de diferentes modos de conhecimento. Mais, a análise realizada revela ainda que as empresas que registaram abandono de inovação apresentam maior probabilidade de desenvolver e introduzir produtos que são novos para os mercados, aspecto sobre o qual nos deteremos em seguida.

A introdução de inovações no mercado é um indicador do desempenho inovador e da capacidade criativa da empresa (Archibugi, Filippetti e Frenz, 2013; Filippetti e Archibugi, 2011; van Beers e Zand, 2014). Encerra um processo incerto que envolve elevado risco e probabilidade de fracasso, ao mesmo tempo que contém a expectativa de retorno financeiro para a empresa. A análise dos dados revela que, entre as empresas que abandonaram actividades de inovação, e apesar de também registarem uma baixa entre 2008 e 2012, reflectindo os efeitos da crise sócio-económica, a percentagem de empresas com produtos novos para o mercado é consideravelmente mais elevada (mais do dobro) do que entre as que não abandonam. Mais ainda, regista-se um aumento significativo em 2012-2014 (Figura 5B). Assim, a experiência de abandono parece potenciar as capacidades inovadoras da organização. Importa ainda destacar que as empresas com actividades de inovação abandonadas são também as que apresentam maior intensidade de inovação ao longo do período¹¹ (Figura 5A). Ao mesmo tempo, outros trabalhos revelam que a

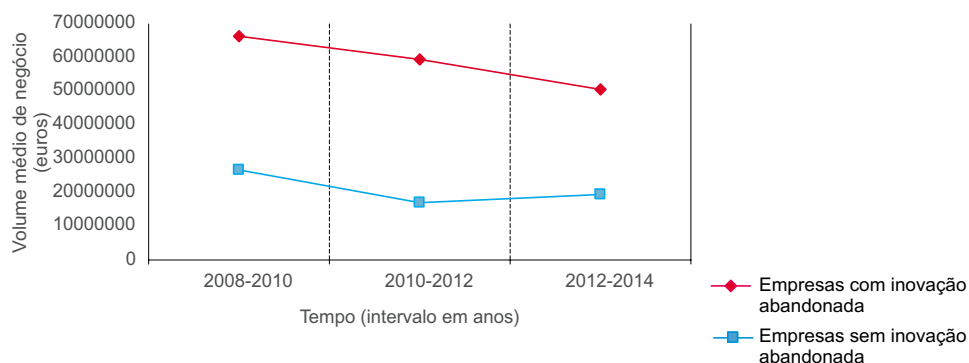


Figura 5 Volume de negócios (2008-2014)

complementaridade entre diferentes tipos de inovação (de que a intensidade é indicadora) é crucial para desenvolver padrões de persistência na inovação (Ferreira, Teixeira e Roque Dantas, 2015; le Bas e Scellato, 2014). Ora, sabendo que as empresas que declaram abandono da inovação são também as que apresentam maior intensidade de inovação, podemos inferir que os processos de tentativa e erro poderão ser cruciais para o desempenho inovador das empresas. Mais ainda, estes autores concluem que a persistência na inovação está associada a um padrão de maiores retornos financeiros, questão que exploraremos em seguida.

Mostrámos anteriormente que, globalmente, os anos da crise foram marcados pelo uma diminuição dos retornos financeiros das empresas, afectando também as empresas HT-KIS. Contudo, apesar desta tendência global de diminuição dos resultados financeiros, verifica-se que este decréscimo é menor entre as empresas com actividades de inovação abandonadas. Concretamente, são estas empresas que apresentam os volumes (médios) de negócio mais elevados¹² (Figura 6). Assim, às especificidades das empresas que abandonam processos de inovação anteriormente apresentadas, junta-se agora o seu melhor desempenho económico.

Em síntese, o período entre 2008-2014, marcado pela crise sócio-económica, teve efeitos negativos sobre as empresas e a sociedade portuguesa. Mesmo um sector altamente competitivo e inovador como o de alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento, sentiu a adversidade do contexto. Contudo, os nossos resultados permitem perceber que entre as HT-KIS, existe uma pequena minoria de empresas que apresenta características únicas, capacitando-as para melhor fazer face à adversidade. Este pequeno grupo, é desde logo, caracterizado pela experiência de fracasso. Mas um olhar mais atento permite perceber que são estas empresas que também se destacam

por cumprir todos os requisitos comumente associados ao melhor desempenho inovador: introdução de inovação nos mercados, presença em mercados internacionais, múltiplos canais de interacção, cooperação com instituições académicas e científicas, investimento em I&D, conjugação de diferentes tipos de conhecimento que resultam em inovação complexa e radical. Estamos pois perante um perfil de empresas bastante especial, particularmente num contexto como o português, há muito marcado por baixos níveis de inovação, periferia da sua economia, fragmentação do tecido empresarial, insuficientes parcerias para a inovação e clara separação entre o contexto empresarial e académico. Se o sucesso destas empresas poderá ser potenciado por todas características acima referidas, ele também passará por reconhecer erros e abandonar projectos que se tinha anteriormente decidido encetar e acarinhar. Assumir o erro em todo o seu prejuízo pessoal, organizacional e financeiro, apesar de difícil, abre a possibilidade de êxito futuro. Permite retirar as mais-valias do processo abandonado e capitalizar novo conhecimento. Assim, o fracasso traz também consigo potencialidades de aprendizagem que não podem ser menosprezadas já que abrem caminho para o sucesso na inovação.

Considerações finais

Partindo de um mapeamento das dinâmicas de inovação nas empresas HT-KIS, este trabalho centrou-se nas relações que se estabelecem entre os *inputs*, os processos e os *outputs* de inovação. Os nossos resultados revelam que os processos de tentativa e erro, e a aprendizagem daí decorrente, são inerentes ao abandono de actividades de inovação. Do mesmo modo, estes processos aparentam ser determinantes para o sucesso das empresas. Acrescenta a estudos prévios, por um lado, uma análise detalhada das características das empresas com processos de inovação fracassados, e por outro, as especificidades de um trabalho que aborda o período entre 2008 e 2014 e que permite perceber como estas relações se desenrolam num contexto extra-organizacional marcado pela crise sócio-económica. Trata-se, assim, do primeiro trabalho científico a abordar o abandono de inovação e a realizar uma caracterização detalhada das empresas que o apresentam, no período da crise em Portugal.

Ao longo do período considerado, há uma desaceleração das dinâmicas de inovação, revelando deste modo os impactos negativos do decréscimo da procura e acesso a financiamento. A análise revela também que este decréscimo é menos acentuado entre as empresas com actividades de inovação abandonadas. São estas as empresas mais inovadoras, que investem mais em I&D e que desenvolvem mais parcerias e que introduzem produtos novos. Caracterizam-se ainda pela maior inserção nos mercados internacionais e maiores volumes de negócio. No seu conjunto,

estas características afastam estas empresas de uma visão linear da inovação e apontam para um desenvolvimento assente na participação de uma multiplicidade de actores, possibilitadora de aprendizagens diversificadas e potenciadora de êxito (Caraça, Lundvall e Mendonça, 2009).

Estas dados sugerem que é precisamente através de processos de tentativa e erro que as empresas são estimuladas a desenvolver novas soluções, sob stress e face a possíveis resultados negativos. São estas as empresas que, persistindo nas suas rotinas e incorporando conhecimento, ensaiam novas soluções que podem ser decisivas para o seu sucesso futuro.

Relacionando os nossos dados com a perspectiva Schumpeteriana, este autor sugeriu que a cumulatividade de conhecimento é crítica para a inovação nos períodos de estabilidade económica e que em períodos de recessão a inovação advém principalmente do surgimento de novos sectores de actividade. Centrando-nos em empresas HT-KIS e no mais recente período recessivo em Portugal, os nossos dados revelam que a cumulatividade das aprendizagens inerentes aos processos de abandono é crítica para a produtividade inovadora e financeira destas empresas. Não contradizendo as conclusões de Schumpeter, estes resultados acrescentam densidade à sua formulação inicial.

Futuramente, seria importante analisar os dados de mortalidade e natalidade deste sector de empresas por forma a aferir a sua vitalidade. Igualmente interessante seria conhecer o número de projectos de inovação iniciados, concluídos e abandonados, bem como analisar em profundidade os motivos que levaram ao abandono dos projectos, que conhecimento adveio desse processo e de que forma ou formas esse conhecimento contribuiu para os processos subsequentes. Tal análise requererá uma abordagem mais próxima das empresas e dos actores da inovação e passará necessariamente pela aplicação de metodologias qualitativas.

Abandonar um projecto tem certamente custos para a empresa e para os trabalhadores da empresa e não se pretende aqui defender que o fracasso não tem quaisquer consequências negativas para a empresa. O impacto positivo dos processos de tentativa e erro sobre o desempenho só acontece até ao ponto em que o consumo de recursos não se torna mais elevado do que o que os resultados permitem alcançar. Por esta razão, seria importante conhecer qual o limite a partir do qual o fracasso não tem um impacto positivo sobre o sucesso. É então essencial aprofundar o conhecimento sobre o fracasso, as suas raízes e potenciais consequências. Esse conhecimento permitirá que as empresas realizem uma melhor gestão do erro, optimizando as suas oportunidades. Estes resultados poderão ser mobilizados para uma melhor gestão das empresas em ambientes social e economicamente desfavoráveis.

Notas

Por decisão pessoal, as autoras do texto não escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

- 1 Este cenário não impede, no entanto, que algumas empresas de base científica e tecnológica tenham vindo a ter sucesso em Portugal e a ser competitivas a nível internacional. A BIAL, na indústria farmacêutica, ou a Critical Software, nas tecnologias de informação e comunicação, são disso exemplos. Contudo, quando olhamos para o panorama geral, verifica-se um desfazamento entre crescentes qualificações da população e capacitação científica, que ainda assim se mantêm a níveis inferiores aos níveis médios da UE, sublinhe-se, e uma limitada articulação com a estrutura económica e social.
- 2 Ao governo demissionário do partido socialista de 2011 segue-se um governo partilhado entre o partido social democrata e o partido popular que se manterá em funções até 2015.
- 3 Por empresas economicamente mais dinâmicas e inovadoras entendem-se as empresas que, em 2008, tiveram volumes de negócios anuais superiores a 1 milhão de euros, um crescimento acima dos 5% entre 2007 – 2008 e que desenvolvem actividades de inovação (Nunes, 2012).
- 4 Em Portugal, o *Community Innovation Survey* (CIS) é conduzido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a uma amostra estratificada por sector de actividade, região e dimensão da empresa (inclui empresas com mais de 10 pessoas ao serviço; é censitária acima de 250 trabalhadores). Os dados abrangem um período de três anos. Para garantir a representatividade da amostra, os dados foram analisados com o factor ponderador DWeight.
- 5 Seguindo as orientações do Eurostat, foram seleccionadas as empresas *Knowledge Intensive Services* (NACE rev.2: 50-51; 58-63; 64-66; 69-75; 78, 80; 84-93), *Knowledge intensive market services* (NACE rev.2: 50-51; 69-71; 73-74; 78; 80), *High-tech knowledge-intensive services* (NACE rev.2: 59-63; 72), *Knowledge-intensive financial services* (NACE rev.2: 64-66), *Other knowledge-intensive services* (NACE rev.2: 58; 75; 84-93) e *High Technology Manufacturing Industries* (NACE rev.2: 21 e 26). Fonte: http://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/Annexes/htec_esms_an3.pdf
- 6 Uma empresa é grande quando emprega 250 ou mais trabalhadores e tem um volume de negócios superior a 50 milhões de Euros/ano; é média quando tem entre 50 e 249 trabalhadores e um volume de negócios não superior a 50 milhões de Euros/ano e é pequena quando tem entre 10 e 49 trabalhadores e um volume de negócios não superior a 10 milhões de Euros/ano (European Commission, 2003).
- 7 Resultados do teste de independência Qui-quadrado: CIS2010 ($X^2_{(1)}=121,153$, $p<0,001$); CIS2012 ($X^2_{(1)}=140,567$, $p<0,001$); CIS2014 ($X^2_{(1)}=82,632$, $p<0,001$).
- 8 Resultados do teste t à igualdade de médias: CIS2010 ($t_{(247,728)}=-8,007$, $p<0,001$); CIS2012 ($t_{(209,076)}=-8,012$, $p<0,001$); CIS2014 ($t_{(209,218)}=-10,004$, $p<0,001$).
- 9 Resultados do teste de independência do Qui-quadrado: CIS2010 ($X^2_{(1)}=61,869$, $p<0,001$, resíduos estandardizados e ajustados significativos entre a existência de actividades

abandonadas e a existência de parcerias com universidades/institutos de investigação=7,9); CIS2012 ($X^2_{(1)}=149,705, p<0,001$, resíduos estandardizados e ajustados significativos entre a existência de actividades abandonadas e a existência de parcerias com universidades/institutos de investigação=12,2); CIS2014 ($X^2_{(1)}=214,59, p<0,001$, resíduos estandardizados e ajustados significativos entre a existência de actividades abandonadas e a existência de parcerias com universidades/institutos de investigação=14,6).

- 10 Resultados do teste t à igualdade de médias: CIS2010 ($t_{(266,690)}=-2,751, p=0,006$); CIS2012 ($t_{(231,394)}=-2,275, p=0,024$); CIS2014 ($t_{(205,684)}=-3,603, p<0,001$).
- 11 Resultados do Teste Mann-Whitney: CIS2010 ($U=128413,500, p<0,001$); CIS2012 ($U=97303,500, p<0,001$); CIS2014 ($U=88404,000, p<0,001$).
- 12 Resultados do teste t à igualdade de médias: CIS2012 ($t_{(200,982)}=-2,364, p=0,019$); CIS2014 ($t_{(220,679)}=-2,546, p=0,012$).

Agradecimentos

Este estudo é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/IVC-ESCT/0073/2014; DL57/2016/CP1453/CT0077) e pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), apoiado pela FCT/MCTES através de Fundos Nacionais (UID/SOC/04647/2013).

Expressamos ainda uma nota de agradecimento à Direcção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) pelo acesso aos dados dos Inquéritos Comunitários à Inovação.

Referências

- Archibugi, D., e Filippetti, A. (2013). *Innovation and economic crisis: Lessons and prospects from the economic downturn*. Nova Iorque: Routledge.
- Archibugi, D., Filippetti, A., e Frenz, M. (2013). Economic crisis and innovation: Is destruction prevailing over accumulation?. *Research Policy*, 42(2), 303-314.
- Baker, W. E., Grinstein, A., e Harmancioglu, N. (2016). Whose innovation performance benefits more from external networks: Entrepreneurial or conservative firms? *Journal of Product Innovation Management*, 33(1), 104-120.
- Baum, J. A. C., e Dahlin, K. B. (2007). Aspiration performance and railroads' patterns of learning from train wrecks and crashes. *Organization Science*, 18(3), 368-385.
- Becheikh, N., Landry, R., e Amara, N. (2006). Lessons from innovation empirical studies in the manufacturing sector: A systematic review of the literature from 1993-2003. *Technovation*, 26(5), 644-664.
- Cantwell, J. (2006). Innovation and competitiveness. In J. Fagerberg, D. C. Mowery, e R. R. Nelson (Eds.), *The Oxford handbook of innovation* (pp. 543-567). Oxford: Oxford University Press.

- Caraça, J., Lundvall, B.-Å., e Mendonça, S. (2009). The changing role of science in the innovation process: From queen to cinderella?. *Technological Forecasting and Social Change*, 76(6), 861-867.
- Carmeli, A., e Dothan, A. (2017). Generative work relationships as a source of direct and indirect learning from experiences of failure: Implications for innovation agility and product innovation. *Technological Forecasting and Social Change*, 119, 27-38.
- Carvalho, A. (2018). Crescimento acelerado da intensidade de I&D empresarial em Portugal entre 2005 e 2009 – Estímulos públicos ou mérito empresarial?. Em M. M. Serrano, e P. Neto (Coords.), *Inovação, emprego e políticas públicas* (pp. 125-153). Lisboa: Edições Sílabo.
- D'Este, P., Amara, N., e Olmos-Peñuela, J. (2016). Fostering novelty while reducing failure: Balancing the twin challenges of product innovation. *Technological Forecasting and Social Change*, 113, 280-292.
- D'Este, P., Marzucchi, A., e Rentocchini, F. (2014). *Exploring and yet failing less: Learning from exploration, exploitation and human capital in R&D* (SPRU Working Paper Series, nº 2014-23). Reino Unido: SPRU – Science Policy Research Unit, University of Sussex Business School.
- Dosi, G. (1982). Technological paradigms and technological trajectories: A suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. *Research Policy*, 11(3), 147-162.
- Dosi, G. (1984). *Technical change and industrial transformation: The theory and an application to the semiconductor industry*. Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Ebersberger, B., e Petersen, S. S. (2016). Fail(ed) to succeed. Em *Building bridges Proceedings of the FFH*, Viena.
- European Commission/Eurostat. (2019a). Community innovation survey database. Acedido a 22 de Outubro de 2019. Disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/data/database>
- European Commission/Eurostat. (2019b). Intellectual property rights database. Acedido a 22 de Outubro de 2019. Disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/data/database>
- European Commission/Eurostat. (2019c). Research and development database. Acedido a 22 de Outubro de 2019. Disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/data/database>
- European Commission. (2003). Commission recommendation of 6 May 2003 concerning the definition of micro, small and medium-sized enterprises. *Official Journal of the European Union* (2003/361/EC).
- European Commission. (2017). *European innovation scoreboard – Country profile: Portugal*. Bélgica: European Comission. Disponível em https://ec.europa.eu/growth/industry/innovation/facts-figures/scoreboards_pt
- European Union. (n.d.). *Eurostat glossary*. Disponível em https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Main_Page
- Eurostat. (2015). *Statistics on high-tech industries and knowledge intensive services at the national level* (from 2008 onwards, NACE Rev. 2). Disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>
- Fernandes, L. (2014). *Portugal 2015: Uma segunda oportunidade? Inovação e desenvolvimento*. Lisboa: Gradiva.

- Ferreira, A. (2015). Reconnecting nature and culture: A model of social decision-making in innovation. *The International Journal of Interdisciplinary Organizational Studies*, 8(3-4), 13-18.
- Ferreira, A. (2016). Overriding uncertainty in the company's future via the development of innovation activities during the crisis in Portugal. *The International Journal of Interdisciplinary Social Sciences: Annual Review*, 11, 49-69.
- Ferreira, A., e Teixeira, A. L. (2016). Intra- and extra-organisational foundations of innovation processes — The information and communication technology sector under the crisis in Portugal. *International Journal of Innovation Management*, 20(6), 1650056.
- Ferreira, A., e Teixeira, A. L. (2019). Profiles of malaria research in Portugal: Organizing, doing and thinking in science under capitalism. *Science & Technology Studies*, 32(3), 62-85.
- Ferreira, A., Teixeira, A. L., e Roque Dantas, A. (2015). Non-technological innovation activities mediate the impacts of the intra- and extra-organizational contexts on technological innovation outputs. *Enterprise and Work Innovation Studies*, 11, 9-43.
- Filippetti, A., e Archibugi, D. (2011). Innovation in times of crisis: National systems of innovation, structure, and demand. *Research Policy*, 40(2), 179-192.
- Fochler, M. (2016). Variants of epistemic capitalism: Knowledge production and the accumulation of worth in commercial biotechnology and the academic life sciences. *Science, Technology, & Human Values*, 41(5), 922-948.
- Freeman, C., Clark, J., e Soete, L. (1982). *Unemployment and technical innovation: A study of long waves and economic development*. Londres: Frances Pinter.
- Geels, F. W., e Schot, J. (2007). Typology of sociotechnical transition pathways. *Research Policy*, 36(3), 399-417.
- Godinho, M. M. (2007). Indicadores de C&T, inovação e conhecimento: Onde estamos? Para onde vamos?. *Análise Social*, (182), 239-274.
- Godinho, M. M. (2013). *Inovação em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Gupta, A. K., Tesluk, P. E., e Taylor, S. (2007). Innovation at and across multiple levels of analysis. *Organization Science*, 18(6), 885-897.
- Hackett, E. J. (1990). Science as a vocation in the 1990s. *The Journal of Higher Education*, 61(3), 241-279.
- Hashi, I., e Stojcic, N. (2013). The impact of innovation activities on firm performance using a multi-stage model: Evidence from the Community Innovation Survey 4. *Research Policy*, 42(2), 353-366.
- Hyll, W., e Pippel, G. (2016). Types of cooperation partners as determinants of innovation failures. *Technology Analysis & Strategic Management*, 28(4), 462-476.
- Instituto Nacional de Estatística. (2014). *Empresas em Portugal 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Instituto Nacional de Estatística. (2016). *Empresas em Portugal 2014*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Jensen, M. B., Johnson, B., Lorenz, E., e Lundvall, B. Å. (2007). Forms of knowledge and modes of innovation. *Research Policy*, 36(5), 680-693.

- Kemp, R., Jong, J., Folkerling, M., e Wubben, E. (2003). *Innovation and firm performance. Differences between small and medium-sized firms* (Scales paper, N200213). Zoetermeer: SCALES – Scientific Analysis of Entrepreneurship and SME's, EIM.
- Klomp, L., e Van Leeuwen, G. (2001). Linking innovation and firm performance: A new approach. *International Journal of the Economics of Business*, 8(3), 343-364.
- Le Bas, C., e Scellato, G. (2014). Firm innovation persistence: A fresh look at the frameworks of analysis. *Economics of Innovation and New Technology*, 23(5-6), 423-446.
- Leoncini, R. (2016). Learning-by-failing. An empirical exercise on CIS data. *Research Policy*, 45(2), 376-386.
- Lhuillery, S., e Pfister, E. (2009). R&D cooperation and failures in innovation projects: Empirical evidence from French CIS data. *Research Policy*, 38(1), 45-57.
- Löf, H., e Heshmati, A. (2006). On the relationship between innovation and performance: A sensitivity analysis. *Economics of Innovation and New Technology*, 15(4-5), 317-344.
- Madsen, P. M., e Desai, V. (2010). Failing to learn? The effects of failure and success on organizational learning in the global orbital launch vehicle industry. *Academy of Management Journal*, 53(3), 451-476.
- Magazzini, L., Pammolli, F., e Riccaboni, M. (2012). Learning from failures or failing to learn? Lessons from pharmaceutical R&D. *European Management Review*, 9(1), 45-58.
- Malerba, F., e Orsenigo, L. (1995). Schumpeterian patterns of innovation. *Cambridge Journal of Economics*, 19(1), 47-65.
- Maslach, D. (2016). Change and persistence with failed technological innovation. *Strategic Management Journal*, 37(4), 714-723.
- Masso, J., e Vahter, P. (2008). Technological innovation and productivity in late-transition Estonia: Econometric evidence from innovation surveys. *The European Journal of Development Research*, 20(2), 240-261.
- Miles, I. (2007). Knowledge intensive services and innovation. Em J. R. Bryson, e P. W. Daniels (Eds.), *The handbook of service industries* (pp. 277-294). Edward Elgar Publishing.
- Natário, M. M. (2018). A inovação e competitividade – Políticas e desempenho de Portugal. Em M. M. Serrano, e P. Neto (Eds.), *Inovação, emprego, e políticas públicas* (pp. 185-206). Lisboa: Edições Sílabo.
- Nunes, S. P. L. (2012). *O papel do território no processo de inovação empresarial*. Economia. ISCTE-IUL.
- OCDE/Eurostat. (2005). *Oslo manual – Guidelines for collecting and interpreting innovation data* (3rd ed.). Paris: OECD Publishing.
- OECD. (2015). Country statistical profile: Portugal. *Country statistical profiles: Key tables from OECD*. OECD.
- Paes Mamede, R. (2002). *Does innovation (really) matter for success? The case of an IC consultancy firm* (DINÂMIA Working Paper, 2002/25). DINÂMIA CET-IUL, Lisboa.
- Paes Mamede, R., Godinho, M. M., e Simões, V. C. (2014). Assessment and challenges of industrial policies in Portugal: Is there a way out of the “stuck in the middle”

- trap?. Em A. Teixeira, E. Silva, e R. Paes Mamede (Eds.), *Structural change, competitiveness and industrial policy: Painful lessons from the european periphery* (pp. 258-277). Nova Iorque: Routledge.
- Pavitt, K. (1984). Sectoral patterns of technical change: Towards a taxonomy and a theory. *Research Policy*, 13(6), 343-373.
- Perez, C. (2003). *Technological revolutions and financial capital. The dynamics of bubbles and golden ages*. Cheltenham, Reino Unido/ Northampton, EUA: Edward Elgar Publishing.
- Pinto, H. (2018). Resiliência da inovação — Um contributo para a compreensão multinível das dinâmicas de inovação. Em M. M. Serrano, e P. Neto (Coords.), *Inovação, emprego e políticas públicas* (pp. 77-96). Lisboa: Edições Sílabo.
- Salavisa, I., Sousa, C., e Fontes, M. (2012). Topologies of innovation networks in knowledge-intensive sectors: Sectoral differences in the access to knowledge and complementary assets through formal and informal ties. *Technovation*, 32(6), 380-399.
- Schumpeter, J. (1912). *Theory of economic development*. Taylor & Francis.
- Schumpeter, J. A. (2013). *Capitalism, socialism and democracy*. Taylor & Francis.
- Schumpeter, J. A. (2017). *Business cycles (Vol. 1): A theoretical, historical, and statistical analysis of the capitalist process*. Eastford: Martino Fine Books.
- Silva, M. J. M., Simões, J., Moreira, J., e Sousa, G. (2012). Investment and expenditure on innovation activities and innovative capability: Empirical evidence from Portuguese services firms and KIBS. *International Business Research*, 5(2), 114.
- Simões, V. C. (1997). *Inovação e gestão em P. M. E*. Lisboa: Ministério da Economia.
- Simões, V. C., Godinho, M. M., e Crespo, N. F. (2015). *SISCOG: Combining general and client-specific knowledge to design optimisation solutions for railway and underground companies*. Lisboa: COTEC Portugal.
- Sitkin, S. B. (1992). Learning through failure: The strategy of small losses. *Research in Organizational Behavior*, 14, 231-266.
- Slaughter, S., e Leslie, L. L. (1997). *Academic capitalism: Politics, policies, and the entrepreneurial university*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- van Beers, C., e Zand, F. (2014). R&D cooperation, partner diversity, and innovation performance: An empirical analysis. *Journal of Product Innovation Management*, 31(2), 292-312.
- van der Panne, G., van Beers, C., e Kleinknecht, A. (2003). Success and failure of innovation: A literature review. *International Journal of Innovation Management*, 7(3), 309-338.

Data de submissão: 24/04/2019 | **Data de aceitação:** 22/07/2019.



PRÁTICAS RELIGIOSAS E REDES SOCIAIS OS NOVOS ESPAÇOS E TEMPOS DA IGREJA CATÓLICA EM PORTUGAL

RELIGIOUS PRACTICES AND SOCIAL NETWORKS THE NEW SPACES AND TIMES OF THE CATHOLIC CHURCH IN PORTUGAL

Margarida Franca

CITER – Centro de Investigação de Teologia e Estudos da Religião, Universidade Católica Portuguesa;
Departamento de Geografia e Turismo, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra & CEGOT – Centro de
Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Largo Porta Férrea, 3000-370 Coimbra, Portugal. Email:
margfranca@gmail.com

Rui Martins

Departamento de Geografia e Turismo, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra & CEGOT – Centro de
Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Largo Porta Férrea, 3000-370 Coimbra, Portugal. Email:
ruim66@gmail.com

João Luís J. Fernandes

Departamento de Geografia e Turismo, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra; CEIS20 – Centro de
Estudos Interdisciplinares do Século XX & CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do
Território. Largo Porta Férrea, 3000-370 Coimbra, Portugal. Email: jfernandes@fl.uc.pt

Resumo: No contexto da modernidade líquida ou da hipermodernidade os conceitos geográficos de espaço, território e comunidade estão num processo de mudança. A par da identidade estes são definidos pela sua fragmentação, instabilidade, ambivalência, hibridismo e de multipertenças, onde se misturam escalas, dimensões, fluxos, direções e nós de ligação.

Com efeito, as novas tecnologias de informação e de comunicação, onde se incluem as redes sociais online, são exemplos de meios e mecanismos que favorecem o aparecimento de novas sociabilidades, espacialidades e temporalidades, de onde a religião não se exclui. Neste campo, a Igreja Católica, propõe a sua incorporação nas práticas e experiência de fé, balançando entre uma perspectiva otimista da utilidade das redes virtuais e da propagação do território de fluxos e das comunidades religiosas extraterritoriais e uma perspectiva menos otimista face à primeira, da necessidade de reforço do poder dos lugares sagrados e das relações presenciais “face a face” numa comunidade física.

Palavras-chave: multiterritorialidades, redes sociais online, comunidades transterritoriais.

Abstract: In the context of liquid modernity or hypermodernity, the geographical concepts of space, territory and community are under a process of change, being now characterized by their fragmentation, instability, ambivalence, hybridism and multi-belongings. Indeed, space, territory and community, just like the concept of identity, mix scales, dimensions, flows, directions and link nodes.

In fact, new information and communication technologies, including online social networks, are examples of means and mechanisms that favor the emergence of new sociabilities, spatiality and temporality, from which religion is not excluded. In this context, the Catholic Church proposes the incorporation of online social networks into the practices and experience of faith. Our data shows a balance between an optimistic perspective pointing the usefulness of virtual networks, the spread of flows territory and extraterritorial religious communities and a less optimistic perspective against this

previous one, underlining the need to strengthen the power of sacred places and face-to-face relationships in a physical community.

Keywords: multiterritorialities, online social networks, transterritorial communities.

Introdução

Tendo como referência geral o padrão das sociedades ocidentais, assistimos a mudanças relevantes que passam pela mobilidade espacial, pelo aumento das trocas e das interdependências e por reconfigurações na relação dos sujeitos com o local e com as comunidades às quais pertencem, hoje marcadas por uma maior abertura. Tudo isto tem reflexos na diversidade de práticas em múltiplos domínios, como a religião, facto que vai ao encontro do que Rogério Haesbaert (2004) define por multiterritorialidade. Esta consiste na conjugação de múltiplas vivências, articulando diferentes dimensões do espaço geográfico. Por um lado, os espaços contínuos, as geografias das velhas materialidades e distâncias euclidianas, bem expressas na continuidade da frequência de lugares religiosos. Por outro, as espacialidades organizadas em redes topológicas, que promovem relações condicionadas pela conectividade tecnológica e pelas relações à distância em muito intermediadas por novas métricas de acessibilidade e pelo reequacionamento dos conceitos de proximidade e distância. A internet, as redes sociais e as sociabilidades digitais inovadoras, não se substituindo nem se sobrepondo às velhas relações de proximidade geográfica, acabam por tornar estas vivências mais híbridas e flexíveis.

É nesta perspetiva que devem ser trazidos ao debate as dinâmicas de reconfiguração das velhas comunidades que intermediavam, acolhiam e agregavam a pessoa e a família. Já no século XIX, Ferdinand Tönnies (2001), perante a vaga de industrialização, se questiona sobre a decomposição da denominada comunidade (*Gemeinschaft*), definida pela proximidade entre indivíduos com elevado grau de afinidade, interesses comuns, destinos partilhados e normas assumidas por grupos nos quais seriam mais elevados os níveis de solidariedade e identificação. É a esta organização mais fechada e nuclear que o sociológico Mark Granovetter (1973) associou os termos *strong ties*, os laços fortes que unem os indivíduos pela semelhança e por filiações mais duradouras.

O próprio Tönnies (2001), numa obra com edição original de 1887, entendendo as mudanças trazidas pelas novas realidades sociais e económicas, avançou com o conceito de sociedade (*Gesellschaft*) mais próximo da ideia de sociedade e dos *weak ties* referidos por Granovetter (1973). Nesta nova perspetiva, as práticas sociais e as espacialidades estão sobretudo marcadas pelas relações mais ocasionais, entre

atores não semelhantes unidos por filiações transitórias e interesses também mais fluídos.

É nesta sequência, no sempre difícil equilíbrio entre a comunidade e a sociedade, que se define o objetivo central deste trabalho: debater o papel que as novas tecnologias de comunicação e informação, em particular as redes sociais online, podem, no que à religião diz respeito, auxiliar a manter os laços de contacto entre as populações agora mais dispersas e em movimento. Havendo agora maiores dificuldades para a partilha e o encontro nos velhos espaços de culto, questiona-se como pode o mundo digital ser um fator de compensação. Deste modo, problematiza-se até que ponto a internet poderá contribuir para os fatores centrífugos de separação ou, pelo contrário, poderá atenuar os efeitos da distância e das mobilidades espaciais que afetam as comunidades de crentes, que assim se poderão recompor.

Para além disso, será importante questionar até que ponto, numa época na qual as novas tecnologias estão onnipresentes, se fazem sentir também nas práticas e nos comportamentos religiosos, aqui entendidos na forma como as comunidades agora se mantêm, ou não agregadas e no modo como a mensagem religiosa é transmitida, de modo presencial ou, à distância, com a intermediação das redes sociais online.

Se é verdade que a industrialização, o foco de Tönnies na obra oitocentista (e traduzida numa versão de 2001), foi um fator de mudança, é também certo que a velocidade trazida pelas vivências urbanas e, sobretudo, pelas novas tecnologias de informação e comunicação, com impactes agora estudados na denominada dromologia (Virílio, 2006), têm aumentado a transitoriedade e trazido uma plasticidade líquida (Bauman, 2000), pondo em causa a utopia de uma comunidade sustentada pela segurança de um lar e de um sentido de pertença e reconfigurando comportamentos no âmbito das quais se devem equacionar e interrogar as novas práticas, em domínios como a religião.

Pelo contrário, as múltiplas pertenças e os fatores de desagregação aumentam o carácter efémero, transitória e líquido (Bauman, 2000) de muitas realidades sociais facto que se poderá traduzir em novos comportamentos religiosos, mais ou menos intermediados pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Estas novas identidades multiterritoriais, e regressamos ao conceito de Rogério Haesbaert (2004), articulam e fazem a síntese entre múltiplos lugares e escalas geográficas. Daqui pode resultar a progressiva construção de novas topoligamias, isto é, a afirmação de identidades de filiação a múltiplos lugares, de sujeitos circulando numa base social mais flexível e líquida, entre múltiplas comunidades que se vão compondo e recompondo, num processo personalizado, muito diferente em cada um dos atores sociais, coletivos e individuais. Também nesta perspetiva se

devem interrogar as novas práticas religiosas, problematizando até que ponto se espelham nestas mudanças que atravessam as múltiplas dimensões da vida social e individual.

Enquanto objeto de análise, será importante equacionar em que grau, e sentido, os comportamentos na esfera do religioso estão agora intermediados por aquilo que Lipovetsky e Serroy (2010) identificaram como o ecrã global e onnipresente, o interface permanente entre o sujeito e a realidade, cada vez mais definida pelos códigos binários da digitalização, que se representa por interfaces individuais e coletivos, móveis e fixos, dos painéis televisivos e de grandes dimensões expostos nos espaços públicos e privados, em ambiente *indoor* mas também, cada vez mais, em contexto *outdoor*, aos dispositivos individuais, em muito simbolizados pela presença constante do *smartphone*.

Autores como Daniel Innerarity (2016) têm discutido a realidade contemporânea, mais rápida e difusa, como um processo de desintermediação, isto é, de imediatez e descrença nas tradicionais intermediações, que vão da velha comunidade rural ou de bairro, aos sindicatos e à empresa, mas também à escola, à família e à Igreja. Esta quebra de laços entre o indivíduo e algumas comunidades, entre a pessoa e as instituições que faziam a ponte com o coletivo, a desconfiança e o desejo de desvalorização do 'intermediário', pode estar na origem de alguma fragmentação e atomização social, deixando o sujeito entregue a si próprio, algo relevante em tempos de incertezas e volatilidades ou, como referem Rodrigues e Santos (2018), de uma turbulência derivada do contexto VUCA (Volatilidade, Incerteza, Complexidade e Ambiguidade).

Este risco de maior isolamento vai ao encontro do que Gilles Lipovetsky (2004) denominou como tempos hipermodernos, caracterizados por tendências de fundo como a expansão dos mercados, o aprofundamento das tecnologias e a propensão para o individualismo.

Com efeito, no decorrer do processo de globalização e de desenvolvimento científico, tecnológico, eletrónico e cibernético, acentuado nos séculos XX e XXI, ocorre a desconstrução dos conceitos e das estruturas primordiais da sociedade, das quais se destaca o espaço, o tempo, a identidade e a comunidade. No contexto geográfico, esta mudança implicou novas territorialidades.

A consolidação do território virtual e da cultura digital através da "Cibercultura" (Levy, 1997) e da sociedade em rede através da "Galáxia da Internet" (Castells, 2001) ocorre a partir da inexistência de uma base espacial definida, da diminuição das distâncias e do aumento da velocidade e do acesso à informação. Por via deste contexto ocorre a reformulação das temporalidades e das espacialidades, implicando uma nova identidade relacional (Neto, 2017), permitindo uma

experiência qualitativamente diferente de estar no mundo (Washbourne, 2009), sendo distinto o modo de aprendizagem, de compreensão e de organização em sociedade.

O pós-estruturalismo desconstruiu a realidade espacial acrescentando, à visão euclidiana de espaço fixo e definido por fronteiras e limites estáveis, um espaço diferente e mutável. Está em causa a transgressão do fixo, dos limites lineares, das categorias estanques e dos fluxos espaciais não-hierárquicos que criaram descontinuidades, novas estruturas espaciais com divisões alternativas e novas formas de representação cartográfica como o território-rede ou o território flexível, caracterizado pela sobreposição sucessiva ou concomitante de diferentes espaços multifuncionais e multi-identitários, com diferentes dimensões, escalas, interações espaciais e temporais (Haesbaert, 2004).

A renovação geográfica, neste contexto de múltipla organização territorial, tem subjacente a teoria de compressão espaço-tempo e do sentido global de lugar (Massey, 1994), possibilitando a multiterritorialidade dos fenómenos sociais. A nova base territorial incorpora as noções de mobilidade transnacional, nós interligados, conexões de fluxos, redes de ligação, cultura híbrida e identidades fragmentadas e topoligâmicas (Beck, Giddens e Scott, 1997).

Nesta teia de interdependências e mudanças, a análise espacial tem em consideração não só os atores individuais e as comunidades isoladas, mas também o ser humano conectado com outros seres ou com comunidades numa lógica de descontinuidade espacial. Há contextos e movimentos mais amplos e uma vida social complexa que se desenrola do espaço local para o global, dando estrutura às comunidades transterritoriais (Teixeira, 2017). Na atualidade, o maior acesso, flexibilidade, velocidade e instantaneidade com que as relações ocorrem, permitiu reconfigurar as sociabilidades e as comunidades, cada vez mais distendidas no espaço, fragmentadas, descontínuas, itinerantes ou nómadas (Teixeira, 2011), dando corpo ao “andarilho” de Simmel (1971) ou aos sucessores do “peregrino” de Bauman (2007).

Milton Santos, Maria Souza e Maria Silveira analisam esta nova realidade do território e reforçam as suas verticalidades formadas por pontos distantes uns dos outros, mas ligados por todas as formas e processos sociais (Santos, Souza e Silveira, 1998). Manuel Castells reforça esta ideia com algum otimismo, referindo-se à passagem das comunidades físicas, espaciais e reais às comunidades virtuais ou sociedades em rede definidas pelos espaços de fluxos, pelo tempo atemporal, pela linguagem digital universal, pela realidade virtual implicando uma nova cultura, um novo paradigma comunicacional e uma diferente forma organizacional e relacional (Castells, 2007).

Significa que as novas tecnologias, em particular a internet, têm propriedades tecnológicas e culturais que possibilitam a interatividade dos lugares, organizados

em redes e geradores de fluxos. Ao nível das sociabilidades, as comunidades em rede permitem a integração noutros grupos, para além daqueles que têm uma base territorial definida e que porventura frequentam com regularidade. Estes grupos ou comunidades organizadas em rede possibilitam ao mesmo tempo estabelecer laços interpessoais que proporcionam outras sociabilidades, apoio, informação, um sentimento de pertença e uma identidade social (Neto, 2017).

Castells analisa o que entende ser o individualismo em rede, não no sentido de isolamento social, mas no sentido de privatização ou de personalização das próprias comunidades. Ou seja, cada um é autónomo e pode reconfigurar as suas próprias redes sociais, baseadas em interesses, valores, afinidades e projetos individuais. Os meios de comunicação, como a internet ou os telemóveis, por exemplo, têm um papel ativo nas sociabilidades, uma vez que permitem fortalecer quer os laços débeis, pouco duradouros ou que não chegam a ocorrer, quer os laços fortes, mais estáveis mesmo à distância (Castells, 2007; Neto, 2017).

Por isso, enquanto objeto do presente artigo, procuramos identificar e caracterizar as comunidades religiosas que incorporam as redes sociais online nas suas experiências quotidianas. É igualmente relevante aferir se estes contextos inovadores abrem novos caminhos de interação e promovem novas sociabilidades mais complexas, híbridas e articuladas, mesmo no domínio do comportamento religioso. Por forma a avaliar este objeto de estudo recorreu-se à análise de dois inquéritos realizados em momentos diferentes, 2014 e 2018 e em escalas diferentes, na cidade de Coimbra (Diocese de Coimbra) e em Portugal, respetivamente. A partir da análise da questão das atividades religiosas associadas à prática religiosa dos inquiridos no inquérito de 2014, ganhou relevância o uso das novas tecnologias no contexto das práticas mais convencionais. Face à consciência da evolução tecnológica entretanto ocorrida e a sua utilização pelos diferentes públicos, realizou-se um novo inquérito apenas focado nesta temática, permitindo, em simultâneo, uma comparação dos valores obtidos embora com outras desagregações geográficas. As dificuldades sentidas prenderam-se com a representatividade e a comparabilidade dos dados, uma vez que o último inquérito se enquadra numa investigação exploratória.

Reconfiguração das identidades religiosas no contexto português. As práticas religiosas e o uso das novas tecnologias

Em Portugal, as mudanças ocorridas na estruturação das identidades e das comunidades, em particular as religiosas, tem o seu contexto, tendo sido apontados como dois fatores decisivos para a mudança da estrutura social, económica, política e até

geográfica, dos comportamentos e das mentalidades: as alterações ocorridas após o 25 de abril de 1974 e a integração de Portugal na Comunidade Europeia a 1 de janeiro de 1986. Neste período, a população portuguesa conheceu “alterações significativas ao nível das condições de vida, da organização da família, do funcionamento do mercado de trabalho, do posicionamento internacional do país e dos estilos de vida, suscitando, direta ou indiretamente, a modernização crescente dos comportamentos demográficos portugueses” (Ferrão, 2005, p. 55).

Assiste-se, no início dos anos de 1990, ao uso generalizado da televisão, ao aumento da escolarização, à integração de Portugal nos circuitos turísticos europeus, à crescente urbanização e terciarização dos modos de vida e à crescente entrada de população estrangeira para residir no país, tornando-se num dos veículos de partilha de diferentes comportamentos e mentalidades, mas também de múltiplas identidades culturais e religiosas. Esta tendência para a fixação de população estrangeira residente no nosso país mantém-se constante no século XXI. Em 2016, o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) indicaram que 3,8% (392.969 indivíduos) da população residente em Portugal tinha outra nacionalidade (Ribeiro, 2017). Em 2017, com 421.711 indivíduos estrangeiros, manteve-se este movimento de acréscimo, aumentando 6% em relação ao ano anterior coexistindo, no país, cerca de 180 nacionalidades diferentes (Oliveira e Gomes, 2017).

Nesta realidade social e geográfica em mudança, acresce o aumento dos casamentos civis e das uniões de facto, face aos casamentos católicos, e o aumento significativo do número divórcios que são causa e consequência da alteração da estrutura familiar. Na atualidade, são comuns os núcleos monoparentais, as famílias recompostas ou as famílias com apenas 1 ou 2 filhos. Altera-se também, de forma significativa, o papel da mulher na estrutura familiar, mas também na sociedade em geral, assumindo a liderança, por exemplo, na população com o ensino superior completo (INE, 2011).

Na contemporaneidade, a identidade religiosa da população portuguesa continua a ser marcada por uma matriz cristã. À escala global, Portugal é um dos países com a mais baixa taxa de diversidade religiosa (Pew Research Center’s Forum on Religion & Public Life, 2014). A população católica, não obstante, ter registado um ligeiro decréscimo entre 2001 e 2011, retoma os valores percentuais de 1981 e fixa-se em 81%, nos censos de 2011 (INE, 1981, 2011). De referir que a questão sobre a religião nos censos apresenta-se de carácter opcional e aplicada no final do questionário, pelo que os valores não são representativos de toda a população recenseada.

Em termos nacionais, assiste-se nas últimas décadas, ao aumento percentual da população católica na região do Alentejo, à estabilização nas regiões do Norte e

Centro do país e à diminuição nas regiões da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve. As Regiões Autónomas continuam a ter as maiores percentagens de população católica, superando em mais de 10 pontos percentuais a média nacional (INE, 1981, 1991, 2001, 2011).

Este valor representa a geografia, a história, a tradição e a memória individual e coletiva que está simbolicamente associada à própria identidade da sociedade portuguesa (Barreto, 1995).

Não obstante, nos últimos anos Portugal ganhou a imagem de uma sociedade, cada vez mais aberta a outras identidades e culturas, reflexo de uma sociedade plural, híbrida e fragmentada, onde ocorre, em alguns contextos urbanos, a partilha de valores, comportamento, atitudes e crenças religiosas (multi-identidades). A sociedade portuguesa tornou-se diversificada em termos culturais, étnicos e religiosos, pese embora algumas heterogeneidades espaciais (Teixeira, 2012; Vilaça, 2006). De referir que, entre 1981 e 2011, os grupos minoritários passaram de 1,5% para 3,9% da população, com particular destaque para o crescimento dos protestantes e de outros grupos cristãos (INE, 1981, 2011), onde se incluem, entre outras, as igrejas históricas (Presbiteriana, Metodista, Lusitana e Luterana), as igrejas evangélicas (Batistas, Assembleia de Deus, Congregação Cristã, entre outras) e algumas mais recentes, de natureza pentecostal e neopentecostal, como a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Maná (Vilaça, 2013; Vilaça e Oliveira, 2019). Importa acrescentar que, em 2018 e no contexto apenas da Área Metropolitana de Lisboa (AML), as minorias religiosas atingiam o valor significativo de 9,2% da população residente (Teixeira, Vilaça, Moniz, Coutinho, Franca e Dix, 2019).

Com efeito, pelas dinâmicas das suas sociabilidades e territorialidades recentes, Portugal tem-se alinhado com a ideia de pós-modernidade, associando-a à pluralidade e à presença de culturas não hegemónicas (Berry, 1984), mas também com a já referida hipermodernidade (Lipovestky, 2004), aqui entendida como sinónimo de avanço do mercado, da tecnologia e de diferentes formas de atomização social, tudo muito intermediado pelo aumento do consumo.

Em termos de valores e de práticas sociais, há tendências muito concretas de autonomia e de liberdade individual (Appadurai, 2004 e Bauman, 2007), sendo que os crentes estão, cada vez mais, a emancipar-se das instituições e das respetivas formas de integração. Veja-se que entre 1981 e 2011 a população sem religião passa de 3,2% para 6,8%, registado neste período censitário um crescimento percentual muito significativo (INE, 1981, 2011). Os dados mais recentes para a AML apontam um valor 21,8% de população sem religião, onde se incluem os indiferentes, agnósticos e ateus, e 13,1% de população crente sem religião (Teixeira, Vilaça, Moniz, Coutinho, Franca e Dix, 2019).

Ao mesmo tempo, ocorre a erosão de muitos valores conservadores, refletindo-se na mudança dos estilos de vida, mais centrados num espaço individual e independente, sendo evidente a diminuição da população católica praticante e comungante (CEP¹), e uma maior autonomia da doutrina católica no contexto da celebração do casamento, da estrutura familiar ou mesmo de outras questões mais fraturantes com conteúdos que vão contra a doutrina oficial católica como o aborto, a procriação medicamente assistida, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a eutanásia e a questão da identidade de género. Estamos, pois, perante a desfiliação religiosa, em particular das novas gerações, à pluralização do campo religioso e à reconfiguração das atitudes religiosas e morais (Vilaça e Oliveira, 2019)

Assiste-se, em simultâneo, à perda de influência da religião nos comportamentos individuais e coletivos e fidelizações sociais (secularização e laicização da sociedade) e ao fim de um modelo de práticas religiosas mais institucionalizadas, reguladas e intermediadas pela Igreja Católica. Esta alteração é também causa e consequência da aceitação da diversidade e do pluralismo religioso, onde convivem, no nosso país e em particular nos contextos mais urbanos e cosmopolitas, diferentes identidades e pertenças religiosas, muitas vezes filiados em sistemas ou movimentos religiosos distintos.

O aparecimento de novas práticas, novos lugares sagrados ou redes de territórios sagrados, favoreceu a emergência de novas formas de interação e de integração em comunidade, tendo as novas tecnologias de informação e comunicação contribuído para esta mudança, também em Portugal, de uma forma significativa.

No contexto da reformulação das identidades e da alteração das espacialidades e temporalidades, uma das grandes mudanças dos séculos XX e XXI é o aumento do uso das tecnologias de informação e de comunicação por parte das famílias portuguesas. Segundo o INE, em 2017, 77% das famílias tinham acesso à internet e 76% acedem por banda larga. Em termos geográficos, o acesso à internet em casa é mais frequente nas famílias residentes na Área Metropolitana de Lisboa (86%) e nas famílias com crianças (97%). Está cada vez mais generalizado o uso desta tecnologia para os estudantes, os jovens até 34 anos e as pessoas que concluíram o ensino superior (INE, 2017).

Para o estudo em causa importa ainda dar conta que, também segundo o INE (2017), o acesso à internet em mobilidade (fora de casa e do local de trabalho e em equipamentos portáteis através do telemóvel ou *smarthphone*) é uma realidade para 79% dos utilizadores em 2017. Este indicador continua a evidenciar uma tendência de crescimento.

No contexto europeu (EU-28), as sociedades tecnológicas, onde se inclui Portugal, o aparecimento de uma linguagem digital universal e o alargamento transversal do uso das novas tecnologias de informação e comunicação, em quase todos os

momentos da vida quotidiana, teve consequências também no campo da religião, nas relações de pertença com as comunidades e nas práticas e vivências religiosas. Este impacto tem particular incidência junto dos nativos digitais que estão mais disponíveis, à espera dos fluxos comunicacionais e informacionais multissensoriais.

Isto compreende também, de forma generalizada, uma resposta teológica e eclesial às novas realidades vividas na sociedade em rede, uma vez que se desenvolveram novas redes, novos mecanismos e novos canais de comunicação virtuais que possibilitaram criar outras formas de experimentar, viver e sentir a fé, misturando, em muitas situações, as escalas do público e privado ou mesmo, local e global. Consolida-se uma comunidade extraterritorial, dando importância aos meios de comunicação como o principal instrumento de informação e formação, de guia e de inspiração dos comportamentos individuais, familiares e sociais.

A rádio, a televisão e a internet, incluindo as redes sociais, com destaque para a página de internet da Santa Sé e das ligações ao Facebook, Youtube, Instagram e Twitter do próprio Papa Francisco, ou no caso de Portugal, da Conferência Episcopal Portuguesa e das páginas da internet das várias dioceses portuguesas ou dos vários movimentos católicos, criaram um novo paradigma comunicacional, outras espacialidades e temporalidades, através das quais é possível participar, com liberdade e autonomia, em diferentes rituais vividos de forma individual ou coletiva, em diferentes contextos, espaços e tempos. Permitiram participar em distintos momentos de oração, tornando presente o mundo do sagrado nos mais diversos lugares da vida quotidiana dos crentes. Desde a casa ao local de trabalho ou nos cafés e centros comerciais, é possível encontrar formas de relação entre os indivíduos e as diferentes comunidades religiosas.

O site “Passo a Rezar”, que nasceu em fevereiro de 2010, é uma iniciativa do Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, uma obra da Companhia de Jesus (Jesuítas), que se dedica à promoção da oração pessoal. Neste *website* são disponibilizadas, diariamente e através das suas aplicações móveis, ficheiros que podem ser descarregados e ouvidos a partir de qualquer dispositivo eletrónico que suporte o formato mp3. Estes ficheiros são meditações áudio a partir dos textos da liturgia do dia. Desde o seu início até março de 2018 este site contava já com 128 mil visitantes e cerca de 100 mil utilizadores, nas várias plataformas (Facebook, SoundCloud), sendo apurado um valor de 6 mil utilizadores diários, contados pelos “plays” no SoundCloud dos “passos diários” ou “passos para mais” e *downloads* do zip de toda a semana².

De referir que a importância atribuída às modernas formas de comunicações, no contexto da Nova Evangelização, não é um dado recente, uma vez que desde 1967 foi institucionalizado o Dia Mundial das Comunicações Sociais. Assim, a

Igreja Católica tem dedicado, até aos dias de hoje, a sua atenção para a interação entre temas como a imprensa, a rádio, a televisão, o cinema, a publicidade e a internet e os temas, também fundamentais, como a família, os jovens, a mulher ou os direitos do homem, entre outros.

O Papa João Paulo II, em 1992, na IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano³ escreve:

sendo a comunicação entre as pessoas um admirável elemento gerador de cultura, os modernos meios de comunicação social revestem neste campo uma importância de primeira grandeza. Intensificar a presença a Igreja no mundo da comunicação há de ser uma das vossas prioridades.

Também o Papa Bento XVI, em 2003, na 47^a mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais⁴ refere:

desejo oferecer-vos algumas reflexões sobre uma realidade cada vez mais importante que diz respeito à maneira como as pessoas comunicam atualmente entre si; concretamente quero deter-me a considerar o desenvolvimento das redes sociais digitais que estão a contribuir para a aparição duma nova ágora, duma praça pública e aberta onde as pessoas partilham ideias, informações, opiniões e podem ainda ganhar vida novas relações e formas de comunidade.

Atente-se também a mensagem do próprio Papa Francisco, em 2016, ao reconhecer as vantagens das novas tecnologias e admitir que a internet, as redes sociais e as mensagens de texto são um “presente de Deus”, acrescentado ainda que a internet pode ser usada para construir uma sociedade saudável e aberta (Diário de Notícias, 22 janeiro de 2016). Mais recentemente, em junho de 2018, o Papa Francisco publica, na Rede Mundial de Oração, um vídeo (Agência Eclésia, 2018) onde reforça a importância do digital e das redes sociais na construção de uma cidadania em rede como um lugar rico em humanidade, desafiando os católicos a criarem uma rede digital que respeite a integridade e a dignidade humana, que favoreça a solidariedade e o respeito pelo outro na sua diferença. Conclui que “a internet é um dom de Deus e também uma grande responsabilidade”.

Não obstante este reforço positivo e otimista da utilidade das redes sociais, o Papa Francisco não deixa de lado o contacto com a comunidade física, a relação de proximidade com os outros elementos da Igreja, a presença e a comunhão na eucaristia e a obrigatoriedade de encontro pessoal no dia a dia ou ao domingo. Isto porque, tal como no contexto mais geral, está em causa o risco de alienação, de manipulação, de perda de valores de transmissão e perpetuação, de esvaziamento de relações e de isolamento. Porventura, poderá culminar na ausência de

pertença a uma comunidade muito concreta e física (Neto, 2017), no risco de perda do sentido da existência individual e coletiva (Santos, Souza e Silveira, 1998), na perda da “segurança ontológica” (Giddens, 1991), na dissolução dos laços afetivos e sociais, no surgimento de novas fronteiras de poder e no reforço dos sentimentos de egoísmo, exclusão, desapego e individualismo, que a sociedade de risco pôs a descoberto.

Metodologia

O estudo que aqui se apresenta tem como ponto de partida um inquérito realizado em 2014, correspondente à componente empírica de um trabalho de investigação em geografia humana. Este estudo focou-se na expressão territorial da identidade religiosa da população católica praticante, na diocese de Coimbra.

A escolha dos momentos de realização do inquérito foi orientada para um universo estatístico de conveniência. Não se utilizou o quadro de números aleatórios uma vez que, para se obter uma amostra significativa, foi necessário escolher o dia de maior afluência à missa, que consideramos ser o domingo.

Para além disso, para evitar desvios de exceção, os inquéritos foram realizados fora de atos sociais, como batizados, casamentos ou funerais. Presencialmente, foram questionados, de forma aleatória, homens e mulheres, jovens a partir dos 15 anos e adultos. A idade mínima da população inquirida foi ponderada tendo em conta o critério apresentado, desde 1980, pelo INE à questão da religião, que selecionou apenas a população acima dos 15 anos de idade. Foi considerada também que, a partir desta idade, a população terá um envolvimento mais consciente e uma prática religiosa mais desprendida das opções familiares. Nesta fase da vida, muitos dos fiéis já possuem o crisma e estão envolvidos em atividades e grupos religiosos como, entre outros, os escuteiros, a catequese para jovens/adultos ou as viagens e os campos de férias com cariz religioso.

Este inquérito foi realizado, presencialmente, nos dias 2, 9, 16, 23 e 30 de março de 2014. Foi dirigido para a população que assistia à eucaristia dominical em sete igrejas da cidade de Coimbra (Diocese de Coimbra), com a realização de 55 inquirições em cada uma, totalizando 385 inquéritos validados. Tendo em conta a Tabela de Krejcie e Morgan (1970), a amostra foi representativa da população católica praticante da diocese de Coimbra, atingindo um grau de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%. O valor de base e total da população católica praticante na Diocese de Coimbra teve como fonte o quantitativo apurado pela Conferência Episcopal Portuguesa no recenseamento à prática dominical naquela diocese, em 9 de março de 2001 (106.595 indivíduos).

Este inquérito incluía os seguintes grupos de questões: 1) dados do inquirido; 2) descrição da prática religiosa do inquirido (onde foi extraída a questão objeto de estudo deste artigo) e 3) identificação dos lugares sagrados de pertença à escala local, nacional e internacional.

Por forma a atualizar a informação que já possuímos, mas também para alargar o espectro da nossa abordagem, realizámos em 2018 um novo inquérito exploratório, enviado por correio eletrónico e através das redes sociais online (Facebook e WhatsApp), entre os dias 29 de abril e 6 de maio de 2018, à população católica residente em Portugal. Neste inquérito foi apurada a utilização da internet, no contexto das práticas religiosas, incluindo os mecanismos utilizados, a frequência de utilização, os locais onde se processa a pesquisa e os sites consultados. Para além da análise da evolução numérica do uso destas redes e da caracterização da população que as consulta, procurámos contribuir para um estudo sobre as redes que estão estabelecidas e a noção de comunidade multiterritorial ou transterritorial que poderá estar associada à população católica portuguesa.

Este inquérito enriqueceu a abordagem com uma nova janela de observação sobre a intermediação do digital nas práticas religiosas. Desta vez, os dados não focam uma comunidade inquirida no seu espaço analógico de culto, mas, pelo contrário, faz o levantamento de dados a partir das próprias redes e do espaço digital.

Dos 1.052 inquéritos respondidos, foram validados 908, dos quais 74% (671 inquiridos) correspondem a população residente nas regiões do Norte, Centro e Área Metropolitana de Lisboa. Não obtivemos uma resposta de todos os concelhos portugueses, sendo que 48% (433 inquiridos) são residentes nos concelhos do Porto, Coimbra e Lisboa.

Resultados

No inquérito de 2014, as sete igrejas foram agrupadas em duas tipologias de comunidades religiosas (Tipologia 1 e Tipologia 2), tendo por base as características previamente identificadas em cada uma delas, bem como o sentido geral dos resultados obtidos no inquérito efetuado. Para esse efeito, consideraram-se os seguintes fatores distintivos: localização das igrejas na cidade de Coimbra (áreas urbanas consolidadas ou áreas de expansão urbana recente); perfil socioeconómico da população inquirida (idade, habilitações académicas, profissão e rendimentos) e as práticas religiosas e integração na comunidade religiosa (percurso religioso, pertença ou não a grupos paroquiais e frequência na eucaristia). Assim, a Tipologia 1, representa a *grosso modo* uma comunidade religiosa mais tradicional, convencional e com uma territorialidade interna e local (mais centrada na paróquia de residência

PERFIL DA POPULAÇÃO

- Área de residência mais afastada do centro urbano
- População envelhecida e população viúva
- Fragilidades socioeconómicas (habilitações académicas, profissão e rendimentos mais reduzidos)
- População portuguesa e natural de Coimbra
- População que reside há mais tempo na freguesia onde reside atualmente
- População que frequenta semanalmente a mesma igreja e está integrada em grupos da paróquia (católicos militantes)

TERRITORIALIZAÇÃO

Forte enraizamento na freguesia de residência
 Forte relação com a paróquia de residência
 Relação de pertença com o lugar sagrado
 Laços interpessoais (comunidade) muito fortes

Práticas e vivências mais convencionais e individuais
 Sociabilidades reduzidas, isolamento e refúgio (reza sozinha)
 Mobilidades reduzidas e de maior confinamento

Ruturas no conhecimento e perceção da cidade, do território nacional e internacional
 Territorialização clássica, centrada num número reduzido de lugares e pouco distendida no espaço-tempo

Figura 1 Comunidade religiosa na Diocese de Coimbra: Tipologia 1 (2014)

PERFIL DA POPULAÇÃO

- Área de residência próxima do núcleo urbano consolidado
- População mais jovem e muitos casais com filhos
- Habilitações académicas superiores e rendimentos elevados
- Alguma diversidade de nacionalidades e proveniência concelhia
- População que reside há menos tempo na atual freguesia de residência
- População que frequenta outras igrejas e está integrada em grupos da paróquia

TERRITORIALIZAÇÃO

Menor enraizamento na freguesia de residência
 Fraca relação com a paróquia de residência
 Relação de pertença menos intensa com os lugares sagrados ou pelo menos não tão centralizada
 Laços interpessoais (comunidade) muito fortes

Sociabilidades alargadas e de maior abertura e partilha
 Mobilidades alargadas e mais cosmopolitas

Maior conhecimento e perceção da cidade, do território nacional e internacional
 Multiterritorialidades e Territórios-rede: número alargado de lugares e distendida no espaço-tempo (diferentes escalas, dimensões e temporalidades)

Figura 2 Comunidade religiosa na Diocese de Coimbra: Tipologia 2 (2014)

e no território nacional), agrega a população inquirida nas igrejas de Eiras, Rainha Santa Isabel e S. Martinho do Bispo (Figura 1). A Tipologia 2 representa, por sua vez, uma comunidade religiosa mais cosmopolita e aberta com uma multiterritorialidade assinalável (uso e pertença a uma rede mais diversa de lugares na cidade, no país e no estrangeiro), que agrega a população inquirida nas igrejas da Sé Nova, S. José, Nossa Senhora de Lurdes e S. João Batista (Figura 2).

A primeira tipologia de comunidade religiosa está associada às práticas religiosas mais convencionais, outrora reconhecidas pela sua regularidade e obrigação na presença na assembleia dominical e na frequência da paróquia da freguesia de residência, na sua maioria coincidente com o lugar sagrado onde foram realizados os momentos mais marcantes do percurso religioso dos crentes, como o batismo ou o casamento (forte enraizamento na freguesia e paróquia de residência). Há um percurso vivencial que, em grande parte, se cruza com um percurso religioso. Os laços interpessoais com o pároco e com a comunidade são, neste contexto, fortes, porque se baseiam numa relação intensa emocionalmente, de intimidade, de confiança mútua e de reciprocidade (Granovetter, 1973). As sociabilidades e as mobilidades são reduzidas e de maior confinamento, traduzindo-se numa territorialização clássica e centrada num número reduzido de lugares e pouco distendida no espaço-tempo. Esta é a expressão territorial de uma população católica praticante que reside nas freguesias menos urbanizadas, mais envelhecida, em muitas circunstâncias viúva e a viver sozinha, e com algumas fragilidades relativamente às habilitações académicas e aos rendimentos (Franca, 2016).

Na atualidade, embora continuem a persistir, mesmo no contexto urbano, este tipo de comunidades centradas e de escala interna e local, assiste-se à sua descompactação. Na segunda tipologia de comunidades religiosas, os crentes, pela sua crescente autonomia e abertura ao “outro” e pelo maior acesso a outros lugares (habilitações académicas superiores, maiores capacidades económicas ou maior acesso a todo o tipo de informação) escolhem os lugares que frequentam, não por questões geográficas (paróquia de residência), mas onde melhor se integram, retirando de cada um deles uma interação muito própria. A múltipla rede de lugares sagrados de pertença (multiterritorialidade e território-rede), da qual fazem parte lugares de diferentes escalas, dimensões ou mesmo de diferentes sistemas religiosos, implica relações de lealdade e pertença menos centralizadoras que no contexto atrás descrito, e por isso, permite sociabilidades de maior abertura e partilha e mobilidades alargadas e cosmopolitas (Franca, 2016).

Tendo em conta as duas tipologias descritas das comunidades religiosas na Diocese de Coimbra, analisa-se na Tabela 1, os dados apurados no inquérito de 2014, relativos às principais atividades religiosas dos inquiridos e as ferramentas

Tabela 1 Principais atividades religiosas da população inquirida nas sete igrejas da Diocese de Coimbra, por tipologia (2014)

Atividades religiosas associadas à prática religiosa	Tipologia 1			Tipologia 2				Total
	Igreja de Eiras	Igreja Rainha Santa Isabel	Igreja S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja N ^a Senhora de Lurdes	Igreja S. João Batista	
	%							
Oração	72,7	87,3	80,0	85,5	89,1	81,8	90,9	83,9
Vou à missa	96,4	83,6	80,0	96,4	98,2	90,9	96,4	91,7
Vou a peregrinação	25,5	27,3	20,0	32,7	20,0	76,4	23,6	32,2
Participo em visitas a lugares/sítios religiosos	36,4	32,7	23,6	32,7	20,0	38,2	38,2	31,7
Estou inserido em grupo/comunidade religiosa	29,1	32,7	7,3	34,5	20,0	52,7	36,4	30,4
Participo na catequese	27,3	12,7	3,6	10,9	3,6	14,5	12,7	12,2
Leio livros religiosos	34,5	49,1	21,8	34,5	20,0	54,5	49,1	37,7
Ouçó músicas religiosas	30,9	23,6	16,4	34,5	34,5	34,5	36,4	30,1
Pesquisei em sites multimédia religiosos	14,5	20,0	5,5	27,3	16,4	41,8	34,5	22,9
Participo em ações de voluntariado	12,7	34,5	14,5	30,9	29,1	56,4	38,2	30,9
Participo em ações humanitárias/missões ligadas à religião	3,6	10,9	3,6	9,1	10,9	16,4	14,5	9,9
Outras atividades	12,7	7,3	3,6	7,3	5,5	7,3	25,5	9,9
TOTAL	33,0	35,2	23,3	36,4	30,6	47,1	41,4	35,3

utilizadas na sua prática religiosa, onde se incluem os livros, músicas ou, mesmo, a consulta de sites.

Da análise dos resultados obtidos, apurámos a coexistência, mesmo num contexto urbano, de duas situações distintas. Apesar da utilização da internet ter uma expressão pouco significativa, em particular se comparada com outras atividades como a oração, o ir à missa ou participar em peregrinações, é possível aferir que existem diferenças no uso das novas tecnologias por parte dos inquiridos.

Na tipologia 1, constata-se que a internet é pouco referida tal como a leitura de livros ou a audição de músicas religiosas, a participação em ações de voluntariado ou ações humanitárias. No caso específico da população inquirida na Igreja de S. Martinho do Bispo, por exemplo, apenas 5,5% da população inquirida pesquisa sites multimédia religiosos e, tal como as outras igrejas incluídas nesta tipologia, a internet parece pouco integrada nas práticas religiosas dos inquiridos.

Na tipologia 2, as comunidades estão alicerçadas, também, pelas redes sociais que permitem uma proximidade eletrónica e consolidam a definição de uma territorialidade múltipla e externa dos inquiridos. Veja-se o caso da Igreja de Nossa

Senhora de Lurdes onde 41,8% da população inquirida pesquisa em sites religiosos multimédia, uma experiência comparável com outras mais convencionais, como a visita a lugares religiosos ou mesmo ouvir música religiosa. Esta percentagem é igualmente superior nas outras igrejas incluídas nesta tipologia.

Desta leitura constatámos que a questão da internet não está, ainda, integrada, de forma transversal, nas práticas e atividades religiosas e que o seu uso está associado a diferentes tipologias de comunidades, contribuindo não só apenas fatores geográficos (lugar de residência e paróquia de pertença) mas também fatores sociodemográficos que caracterizam as tipologias de comunidades como a idade, os rendimentos mensais e as habilitações académicas da população inquirida.

Uma vez que o inquérito de 2014 apenas despertou o interesse para o estudo do uso das novas tecnologias e das redes sociais online no contexto das práticas religiosas das comunidades, e da forma como estas se vão adaptando às transformações tecnológicas da contemporaneidade, optámos por realizar um outro inquérito, em 2018, para conhecer, de forma mais detalhada e a nível nacional, a população que recorre à internet ou a mecanismos alternativos online na sua prática religiosa.

Em termos de caracterização, a população inquirida (católica e residente em Portugal), caracteriza-se por (n=908):

- população adulta (83% entre os 25 e os 69 anos);
- maioritariamente feminina (71% mulheres);
- nacionalidade portuguesa (93%);
- população casada (58%) e a viver com o seu agregado familiar (80%);
- população com habilitações académicas superiores (77% com curso superior);
- população que trabalha (74%), maioritariamente especialistas das atividades intelectuais e científicas (74%) e com rendimento mensal entre os mil euros e os três mil euros (53%);
- população integrada na Igreja Católica e que se assume como “católica praticante” (80%).

No que diz respeito à prática religiosa e à relação da população com a igreja, verifica-se que a grande maioria (82%) dos inquiridos vai à missa pelo menos uma vez por semana, sendo que 61% frequenta a igreja da sua paróquia de residência. De referir também que 66% não frequentam sempre a mesma igreja, escolhendo diferentes lugares de culto na sua prática religiosa. A escolha destes lugares está associada a questões geográficas, uma vez que a localização (proximidade do local de trabalho ou residência) é o motivo mais referido, logo seguido do sentimento de integração numa comunidade ou num grupo específico da igreja/paróquia.

Considerando apenas a questão da missa, constata-se que 55% não recorre a mecanismos alternativos para assistir à eucaristia, não obstante 16% utilizar apenas a internet e 11% recorrer a diferentes canais (rádio, televisão e internet). Estas percentagens revelam que a população começa a diversificar os meios e os contextos de receção da mensagem religiosa. Neste sentido, ainda que sejam necessários estudos adicionais e que este que aqui se apresenta tenha um sentido mais exploratório, as práticas religiosas parecem seguir a tendência geral das sociabilidades e das práticas do quotidiano, que conjugam as interações diretas e indiretas, os contactos de proximidade e os efetuados à distância, a vivência de espaços analógicos, mas também o uso de meios digitais.

No contexto das atividades religiosas, as tarefas como “navegar em páginas de internet religiosas”, “utilização de redes sociais (Facebook, Twitter)”, “utilização de aplicações móveis”, “consulta de blogues religiosos” e “utilização de podcast” são muito referenciadas pelos inquiridos e têm semelhante importância que atividades mais convencionais como consultar e ler livros religiosos, ouvir músicas religiosas, ouvir programas de rádio religiosos, ver programas de televisão religiosos, entre outros (Figura 3).

No que diz respeito ao uso da internet nas práticas religiosas, verifica-se que 72% dos inquiridos recorre a ferramentas da internet. Embora seja uma participação maioritariamente passiva, uma vez que os inquiridos não são autores de conteúdos e apenas utilizam estas ferramentas para ler ou rezar (94%), o seu uso é também regular ou muito frequente, uma vez que há uma utilização diária ou mais do que uma vez por semana (63%). A população inquirida costuma utilizar estas ferramentas em vários lugares (casa, local e trabalho, transportes) e utiliza distintos dispositivos, como o computador, *smartphone* ou *tablet*.

Com o objetivo de identificar as ligações e as redes estabelecidas pela comunidade católica em Portugal, constata-se ainda que a população inquirida possui uma rede de páginas de internet composta por mais de 23 referências, sendo que as mais citadas são: Página Oficial do Vaticano, Evangelho do Quotidiano, Apostolado de Oração, Conferência Episcopal Portuguesa, Click to Pray, Ponto SJ, Secretariado Nacional da Pastoral da Cultural e diversos sites de paróquias, dioceses e arquidioceses. Esta rede, mais do que expressar a opinião, permite à população inquirida estar atualizada, estar ligada a uma comunidade ou estar próxima das outras pessoas.

Para além do território nacional, anteriormente analisado, podemos obter uma outra escala de análise a partir da leitura dos dados do inquérito de 2018, por concelho de residência, em virtude de 43% (n=507) dos inquiridos residirem nos concelhos do Porto, Coimbra e Lisboa.

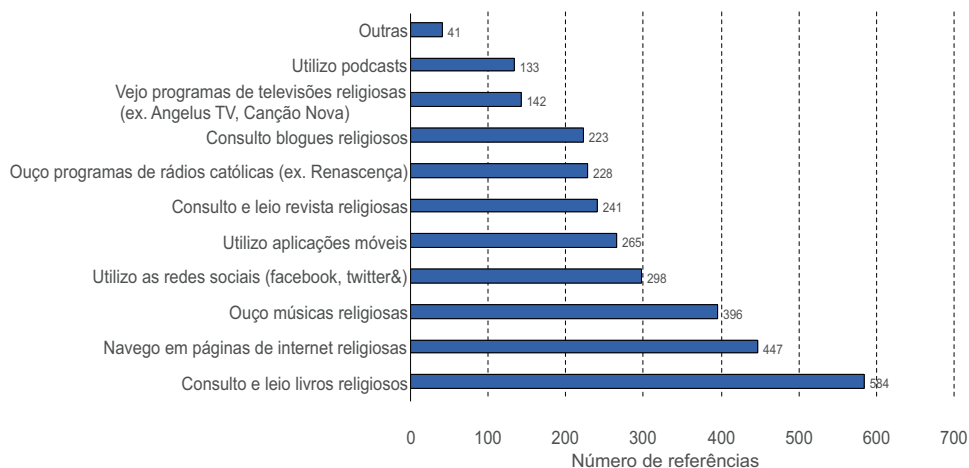


Figura 3 Experiências religiosas mais referenciadas pelos inquiridos (2018)

Nesta escala de análise existem fatores que permitem apontar algumas diferenças no perfil dos utilizadores de internet e das redes sociais, consoante o concelho de residência.

A população católica residente no concelho de Coimbra regista uma menor percentagem (62%) de população que usa a internet no contexto das suas práticas religiosas e uma menor percentagem de população que usa as redes sociais (29%) (Tabela 2). Porventura estes dados estão relacionados com algumas características relativas ao perfil da população inquirida, uma vez que este concelho apresenta, relativamente aos outros dois municípios em estudo, uma população mais envelhecida, com rendimentos médios mensais inferiores e com uma percentagem e população com ensino superior também inferior (Tabela 2).

Em termos regionais, constata-se também (Tabela 2) que a população residente na Área Metropolitana de Lisboa é a que apresenta a percentagem mais elevada de população que usa a internet e que usa as redes sociais. Este valor está associado, porventura, também ao perfil da população aí residente pois regista uma maior percentagem de população que aufer mais de três mil euros mensais (27%) e uma maior percentagem de inquiridos com curso superior (77%) (Tabela 2).

Segundo o INE (2018), em termos regionais, a região da Área Metropolitana de Lisboa registava em 2017 a maior percentagem de agregados domésticos com acesso à internet por banda larga (85%) e uma situação relativa ao rendimento mensal e às habilitações académicas (Tabela 3), o que valida não apenas os dados obtidos nos inquéritos como justifica o maior acesso à internet nesta região de Portugal.

Tabela 2 Algumas características da população que usa a internet nas suas práticas religiosas (2018)

Área Geográfica	Dados Inquérito 2018					
	Idade + 65 anos	Rendimento superior a 3000 euros	Curso Superior	Católicos Praticantes	Uso Internet	Uso Redes Sociais
	%					
Norte	12,4	6,0	75,1	90,0	74,7	34,5
Porto	12,2	8,4	87,0	92,4	84,7	35,9
Centro	13,9	5,3	79,5	84,2	64,4	30,4
Coimbra	14,3	6,9	83,7	81,8	61,6	28,6
AML	14,5	28,6	76,7	95,0	77,0	34,7
Lisboa	13,9	15,0	86,1	94,2	76,9	35,8

Tabela 3 Dados estatísticos de caracterização da população residente

Área Geográfica	Dados INE			
	Idade + 65 anos (*)	Remuneração Base Média Mensal (**)	Curso Superior (***)	Agregados Domésticos com Acesso Internet por Banda Larga (*)
	%			
Norte	19,8	810	12,0	73,6
Porto	28,0	1089	25,3	
Centro	23,8	787	12,1	72,1
Coimbra	24,7	901	26,9	
AML	21,4	1149	19,6	85,0
Lisboa	28,4	1289	31,1	

(*) Dados de 2017

(**) Dados de 2013: Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem

(***) Dados de 2011

Fonte: INE, 2011, 2013, 2018.

Conclusões

O estudo do uso das novas tecnologias de informação e comunicação e a sua incorporação no âmbito das práticas e das experiências de fé, constitui um possível caminho para a análise da diluição das comunidades religiosas católicas contemporâneas, onde se inclui a alteração das sociabilidades baseadas na vizinhança residencial e numa única comunidade física, e o reforço da complexidade das relações sócio espaciais no espaço urbano, onde se florescem os laços de pertença múltiplos e a fragmentação das práticas do território (Teixeira, 2011).

A comunitarização da Igreja Católica está associada, desde sempre, aos lugares sagrados organizados de forma hierárquica e que vão desde a igreja, à paróquia

e à diocese. Com efeito esta comunitarização não perdeu o seu peso institucional, embora esteja hoje reforçada pela sociedade em rede e pela consolidação das comunidades virtuais.

De facto, a Igreja Católica, mesmo no contexto de Portugal, tem diversificado os seus meios de circulação e difusão da mensagem, culminando com uma nova “cultura do encontro”. O número de páginas de internet, incluindo as aplicações móveis disponíveis, em particular da própria Conferência Episcopal Portuguesa ou das paróquias portuguesas, são um exemplo das prioridades para igreja de definir diferentes canais de comunicação e disseminação da nova evangelização e de adaptação a diferentes públicos-alvo.

O uso da internet ainda não é uma tarefa transversal a todas as comunidades e em todas as regiões ou, como vimos, todos os concelhos do país, estando em causa fatores sociodemográficos, onde não se exclui o acesso à internet por parte das famílias portuguesas e pelos mais jovens. Havendo diferenciação no uso das redes sociais, existe, porventura, um sentimento de exclusão que merece ser olhado pelas próprias comunidades católicas.

No contexto das comunidades religiosas, destrinchamos as que representam uma persistência de laços fortes com a igreja e a comunidade física, e as que, não obstante a importância da geografia e do simbolismo dos lugares sagrados, vão incorporando a internet e as redes sociais online nas suas práticas religiosas. As primeiras mantêm, como vimos, um forte enraizamento na comunidade local, uma forte participação nos grupos da paróquia e uma participação assídua na eucaristia da sua paróquia de residência (frequência pelo menos uma vez por semana na eucaristia). A relação é presencial, não havendo o recurso a mecanismos para assistir à eucaristia, optando-se pela presença física no lugar sagrado. As práticas religiosas são mais convencionais como rezar, ir à missa e rezar sozinho e em casa.

A descompactação das comunidades religiosas ocorre também pela incorporação da internet e das redes sociais nas práticas religiosas dos crentes. Embora não seja totalmente anulada a relação presencial, uma vez que persiste a presença assídua na missa dominical, por exemplo, as novas tecnologias começam a ser um complemento nas práticas religiosas que enriquecem e reforçam as experiências de fé. Em alguns contextos urbanos e nas comunidades mais abertas, por exemplo, o uso muito frequente das redes sociais e a navegação das páginas da internet, em diferentes momentos e lugares da vida quotidiana e através de diferentes dispositivos móveis, permite atualizar e densificar o conhecimento do campo religioso e permite diversificar os modos de estar e de experienciar a fé, numa forma de pertença à distância. Ou seja, o uso das redes sociais online, embora ainda de forma

passiva (apenas consulta e não produção de conteúdos), abre novos caminhos de interação (tempos e espaços diferentes) e promovem novas sociabilidades numa comunidade territorial mais difusa e em rede.

Contudo, e esperam-se aqui estudos futuros, esta análise levanta uma questão pertinente. Noutros domínios da vida social, a incorporação das redes sociais online e das plataformas digitais seguiu uma sequência que vai da internet 1.0 às mais recentes configurações da internet 4.0 ou mesmo 5.0. Nestes casos, assistiu-se a uma progressão entre o uso de meios digitais para a transmissão unívoca de uma mensagem e etapas mais sofisticadas de diluição da fronteira entre o emissor e o recetor e a produção mais difusa de conteúdos. Nestas plataformas, os recetores não são sujeitos passivos e são, ao mesmo tempo, produtores de conteúdos, numa espacialidade flexível e multidimensional de produção de conteúdos e de comunicação.

Este não parece ser o caso das comunidades religiosas, nas quais o espaço digital e as redes sociais online promovem ainda uma comunicação verticalizada e, no caso dos recetores, mais passiva.

No entanto, o presente estudo deverá, pois, ser olhado mais como um ponto de partida do que como um ponto de chegada, sendo importante acompanhar, no futuro próximo, as novas geografias e territorialidades da população católica portuguesa.

Notas

Por decisão pessoal, os autores do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

- 1 Conferência Episcopal Portuguesa realizou nos anos de 1977, 1991 e 2001 um recenseamento da prática dominical, tendo como unidade de análise, todos os locais de culto dominical, incluindo a missa vespertina de sábado, tendo-se concluído, neste período temporal, a diminuição não só da população católica praticante como também da população comungante.
- 2 Dados fornecidos pelo Secretariado Nacional do Apostolado de Oração em Portugal.
- 3 Discurso do Papal João Paulo II, na Viagem Apostólica à República Dominicana, na abertura dos trabalhos da VI Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, 12 de outubro de 1992. Consulta na Página Oficial do Vaticano.
- 4 Mensagem do Papa Bento XVI para o 47º Dia Mundial das Comunicações Sociais, 23 de maio de 2013. Consulta na Página Oficial do Vaticano.

Referências

- Agência Ecclesia. (2018). *Vaticano: Papa pede que internet e redes sociais sejam lugar de respeito pelos outros* (C7vídeo). Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/portal/vaticano-papa-pede-que-internet-e-redes-sociais-sejam-lugar-de-respeito-pelos-outros-c-video/>
- Appadurai, A. (2004). *Dimensões culturais da globalização. A modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema.
- Barreto, A. (1995). Portugal na periferia do centro: Mudança social, 1960-1995. *Análise Social*, XXX(134), 841-855.
- Bauman, Z. (2000). *Liquid modernity*. Cambridge: Cambridge Polity Press.
- Bauman, Z. (2007). *A vida fragmentada. Ensaio sobre a moral pós-moderna*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Beck, U., Giddens, A., e Scott, L. (1997). *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista.
- Berry, J. (1984). Multicultural policy in Canada: A social psychological analysis. *Journal of Behavioural Sciences*, 16, 353-370.
- Castells, M. (2001). *The internet galaxy. Reflections on the internet, business and society*. Oxford: Oxford University Press.
- Castells, M. (2007). *A galáxia internet. Reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas.
- Diário de Notícias (2016, 22 de janeiro). 'As redes sociais e a internet são um presente de Deus'. Disponível em <https://www.dn.pt/sociedade/interior/as-redes-sociais-e-a-internet-sao-um-presente-de-deus-4993770.html>, consultado a 22 de janeiro de 2018.
- Ferrão, J. (2005). População e território. Em C. A. Medeiros (Dir.), T. Barata Salgueiro, e J. Ferrão (Coord.), *Geografia de Portugal II. Sociedade, paisagem e cidades* (pp. 50-71). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Franca, M. (2016). *A expressão territorial da identidade religiosa da população católica portuguesa. Estudo de caso da diocese de Coimbra* (Tese de doutoramento). Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra.
- Giddens, A. (1991). *The consequences of modernity*. Cambridge: Cambridge Polity Press.
- Granovetter, M. S. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78(6), 1360-1380.
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- INE (1981). *XII recenseamento geral da população. II recenseamento geral da habitação 1981*. Lisboa: INE.
- INE. (1991). *Censos 1991: XIII recenseamento geral da população; III recenseamento geral da habitação 1991, resultados definitivos*. Lisboa: INE.
- INE. (2001). *Censos 2001: XIV recenseamento geral da população; IV recenseamento geral da habitação 2001, resultados definitivos — Portugal, Região Norte, Região Centro, Região de*

- Lisboa, Região do Alentejo, Região do Algarve, Região Autónoma da Madeira, Região Autónoma dos Açores*. Lisboa: INE.
- INE. (2011). *Censos 2011: XV recenseamento geral da população; V recenseamento geral da habitação 2011, resultados definitivos – Portugal, Região Norte, Região Centro, Região de Lisboa, Região do Alentejo, Região do Algarve, Região Autónoma da Madeira, Região Autónoma dos Açores*. Lisboa: INE.
- INE. (2013). *Retrato territorial de Portugal 2011. Destaque à Comunicação Social 2011*. Lisboa: INE.
- INE. (2017). *Sociedade da informação e do conhecimento. Inquérito à utilização de tecnologias da informação e da comunicação pelas famílias. Destaque à Comunicação Social*. Lisboa: INE.
- INE. (2018). *Estimativas de população residente em Portugal. Destaque à Comunicação Social*. Lisboa: INE.
- Innerarity, D. (2016). *A política em tempos de indignação*. Lisboa: Dom Quixote.
- Krejcie, R. V., e Morgan, D. W. (1970). Determining sample size for research activities. *Educational and Psychological Measurement*, 30, 607-610.
- Levy, P. (1997). *Cyberculture*. Paris: Odile Jacob.
- Lipovetsky, G. (2004). *Hypermodern times*. Cambridge: Cambridge Polity Press.
- Lipovetsky, G., e Serroy, J. (2010). *O ecrã global*. Lisboa: Edições 70.
- Massey, D. (1994). A global sense of place from space, place, and gender. Em T. S. Oakes, e P. L. Price (Eds.), *The cultural geography reader* (pp. 257-263). Routledge, Oxon: Ed. Taylor & Francis e-Library.
- Neto, M. (2017). *Igreja e encontro na estrada digital. Perspetivas teológicas a partir do estudo de Manuel Castells*. Cascais: Principia.
- Oliveira, C., e Gomes, N. (2017). *Indicadores de integração de imigrantes. Relatório estatístico anual 2017*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life. (2014). *Global religious diversity. Half of the most religiously diverse countries are in Asia-Pacific region*. Washington: Pew Research Center.
- Ribeiro, M. J. (Coord.) (2017). *Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2017*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Rodrigues, T., e Santos, A. (2018). Demografia política e políticas de segurança. Em T. Rodrigues, e M. Painho (Coord.), *Modelos preditivos e segurança pública* (pp. 57-86). Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Santos, M., Souza, M. A., e Silveira, M. L. (1998). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, Anpur.
- Simmel, G. (1971). "The stranger" from on individuality and social forms: Selected writings (Ed. and Trans. D. Levine). Em T. S. Oakes, e P. L. Price (Eds.), *The cultural geography reader* (pp. 311-315). Routledge, Oxon: Ed. Taylor & Francis e-Library.
- Teixeira, A. (2011). Identidades descompactadas: Práticas e sociabilidades crentes no campo católico. *THEOLOGICA*, 46(2), 249-271.

- Teixeira, A. (2012). *Identidades religiosas em Portugal: Representações, valores e práticas* – 2011. Lisboa: UCP, Centro de Estudos e Sondagens de Opinião & Centro de Estudos de Religiões e Cultural.
- Teixeira, A. (2017). Da paróquia territorial à comunidade transterritorial. Em J. E. Franco, e J. C. S. Pereira (Dir.), *Portugal católico. A beleza da diversidade* (pp. 125-127). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Teixeira, A., Vilaça, H., Moniz, J. B., Coutinho, J. P., Franca, M., e Dix, S. (2019). *Identidades religiosas e dinâmicas sociais na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Tönnies, F. (2001). *Community and civil society*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vilaça, H. (2006). *Da torre de Babel às terras prometidas. Pluralismo Religioso em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Vilaça, H. (2013). Novas paisagens religiosas em Portugal: Do centro às margens. *DIDASKALIA*, XLIII(I.2), 81-114.
- Vilaça, H., e Oliveira, M. J. (2019). *A religião no espaço público português*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.
- Virílio, P. (2000). *Cibermundo: A política do pior*. Lisboa: Teorema.
- Virílio, P. (2006). *Speed and politics*. Los Angeles: Semiotext(e).
- Washbourne, N. (2009). Globalisation/globality. Em D. Atkinson, P. Jackson, D. Sibley, e N. Washbourne (Eds.), *Cultural geography. A critical dictionary of key concepts* (pp. 161-168). Londres: I.B. Tauris & Co Ltd.

Data de submissão: 24/04/2019 | **Data de aceitação:** 11/10/2019



OS TERRITÓRIOS RURAIS DE BAIXA DENSIDADE COMO ESPAÇO DE LAZER E DE TURISMO O DESTINO TURÍSTICO *ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL*

LOW DENSITY RURAL TERRITORIES AS A LEISURE AND TOURISM SPACE THE TOURIST DESTINATION *HISTORICAL VILLAGES OF PORTUGAL*

Paula Reis

Instituto Politécnico de Castelo Branco & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora (CICS.NOVA.UÉvora). Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova, Palacete das Palmeiras, Largo do Município, 6060-163 Idanha-a-Nova, Portugal. Email: paula.reis@ipcb.pt

Maria da Saudade Baltazar

Departamento de Sociologia, Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora). Largo dos Colegiais 2, 7000-812 Évora, Portugal. Email: baltazar@uevora.pt

Resumo: Nos últimos anos, os estudos sobre o turismo têm sofrido fortes reajustamentos, explicáveis pelas novas procuras e novos consumos urbanos e pela emergência de lugares recriados ou reinventados no contexto das políticas públicas de regeneração dos territórios rurais de baixa densidade. Os atores urbanos criaram consumíveis idílicos de uma ruralidade pós-moderna, transformando o rural agrícola produtivo num rural produto e mercadoria, para responder às necessidades e consumos dos turistas.

Neste sentido, pretendemos com este artigo compreender o lugar que o turismo ocupa nos territórios rurais de baixa densidade, assim como caracterizar a atividade turística com base em dados recolhidos junto dos visitantes do destino turístico *Aldeias Históricas de Portugal*. Os dados obtidos confirmam essas novas procuras urbanas para lazer, recreio e férias pelos seus principais atrativos primários, mas os impactos turísticos são ainda fracos a avaliar pelas atividades desenvolvidas, tempo de permanência, gasto médio/dia e falta de exclusividade do destino.

Palavras-chave: territórios rurais de baixa densidade, novo turista, políticas públicas, *Aldeias Históricas de Portugal*.

Abstract: In the last years, tourism studies have undergone strong readjustments, explained by new demands and new urban consumption and the emergence of recreated or reinvented places in the context of public policies for regeneration of low-density rural territories. Urban actors created idyllic consumables of a postmodern rurality, transforming the productive agricultural rural into a rural product and commodity to meet the needs and consumption of tourists.

In this sense, this article aims to understand the place of tourism in low-density territories, as well as to characterize the tourist activity based on data collected from visitors of the tourist destination *Historical Villages of Portugal*. The data obtained confirm these new urban demands for leisure, recreation and holidays for their main primary attractions, but the tourist impacts are still weak to evaluate by the activities developed, length of stay, average expense/day and lack of exclusivity of the destination.

Keywords: low-density rural territories, new tourist, public policies, *Historical Villages of Portugal*.

Introdução

A orientação e a amplitude temáticas definidas nos estudos sobre o turismo têm sofrido fortes reajustamentos nos últimos anos, justificáveis pela alteração de comportamentos e de hábitos do consumo turístico que emergem com o novo turista. Estas transformações refletem-se na estruturação da oferta turística e na emergência de novos lugares e destinos turísticos mais diversificados e personalizados, como os territórios rurais de baixa densidade face aos tradicionais destinos de sol e praia.

Atualmente, muitos dos territórios rurais nacionais são considerados como destinos turísticos alternativos (Correia e Carvalho, 2010; Eusébio e Kastenholz, 2011; Pereiro, 2018; Santos e Esperança, 2011), ainda que numa fase embrionária, mas com grande capacidade de evolução e de afirmação face aos territórios urbanos, através dos elementos diferenciadores territoriais. O turismo é um setor de atividade económica que se encontra bastante desenvolvido em grande parte das áreas do litoral do país como, por exemplo, a região do Algarve e das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto — principais áreas de captação turística. No interior do país apresenta-se como um setor exíguo e pouco articulado ao nível da estruturação da oferta turística e da procura turística, apesar dos esforços dos atores públicos e privados para a integração regional na estratégia nacional de turismo, designadamente, na contemplação de áreas do interior nos principais documentos estratégicos ou em programas de desenvolvimento territorial (nacionais e comunitários).

Ainda assim, nas últimas cinco décadas, tem aumentado a procura deste tipo de territórios, pouco humanizados de raiz tradicional, para novas formas de turismo, designadamente nos territórios alvo de recuperação e de revitalização no âmbito das políticas públicas (Correia e Carvalho, 2010; Kastenholz, Eusébio, Figueiredo, Carneiro e Lima, 2014; Silva, 2013). Nestes territórios predomina uma certa tendência para o incremento de novos interesses turísticos com base nos recursos locais, para travar ou inverter o ciclo de abandono territorial e estimular e/ou diversificar as economias locais, predominantemente assentes nas atividades agrárias.

Neste sentido, pretendemos com este artigo reforçar a atenção científica em torno do turismo enquanto objeto de estudo das ciências sociais, considerando as novas procuras e os novos consumos das sociedades contemporâneas, bem como a configuração de novos destinos turísticos em territórios rurais de baixa densidade no âmbito das políticas públicas de regeneração dos territórios. De um modo sequencial, abordar-se-ão as novas formas de turismo e as características do novo turista, a emergência de novas procuras e consumos em lugares (re)inventados no contexto das políticas públicas, a evolução e caracterização da procura turística nas

Aldeias Históricas de Portugal, mais especificamente o perfil do visitante, as principais motivações e preferências no processo de decisão sobre o consumo deste destino turístico, bem como a satisfação obtida e os domínios de intervenção para qualificação da oferta turística.

Para concretizar estes objetivos utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental, dados estatísticos de fontes oficiais e resultados provenientes de um estudo empírico realizado aos visitantes das *Aldeias Históricas de Portugal* no Centro de Portugal¹. A principal fonte de dados deriva de um inquérito por questionário realizado a uma amostra de 400 visitantes daquele destino turístico.

Revisão da literatura

O turismo e o turista na atualidade

Nos últimos anos assistimos a grandes mudanças nos estudos sobre o lazer e o turismo, explicáveis pela natureza sucessivamente mais diversificada das questões a tratar. Não surpreende, por isso, o interesse de antropólogos, sociólogos, geógrafos, historiadores, psicólogos, politólogos, entre outros, pelo turismo enquanto objeto de estudo, pese embora as dificuldades de reconhecimento dos trabalhos de investigação pelas respetivas disciplinas (Crick, 2007). Esta situação é particularmente evidente no domínio da sociologia, campo onde o turismo teve dificuldades de afirmação enquanto objeto de estudo sociológico (Fortuna e Ferreira, 1996). O que se considera paradoxal, pelo facto de que o turismo, enquanto prática social assim como sistema de ação, assume um papel estruturante na dinâmica das sociedades contemporâneas.

Ainda assim, os primeiros trabalhos sociológicos apenas ganham notoriedade a partir de 1960, com Nettekoven a colocar o turismo na agenda da sociologia e a definir o turismo como a “soma dos fenómenos sociais e económicos resultantes de uma mudança de residência voluntária e temporária, tendo como objetivo a satisfação de necessidades imateriais” (Przeclawski, 1993 citado por Joaquim, 2015, p. 10). Esta definição é retomada por Przeclawski a partir de 1970, acrescentando o papel do contacto pessoal com o local visitado, do ponto de vista natural, cultural ou social, introduzindo assim uma visão interdisciplinar e humanista (Joaquim, 2015).

Ainda na década de 70, Marc Boyer conduz à institucionalização do turismo através da abordagem sociológica francesa, definindo “o turismo como um ato de mobilidade tendente a satisfazer, no âmbito do lazer, uma necessidade cultural da civilização industrial” (Boyer, 1972 citado em Joaquim, 2015, p. 10).

Foi com as transformações socioeconómicas, nas décadas de 1970 e de 1980, ao nível dos instrumentos de comunicação, dos fluxos de bens, dos serviços e

capitais e do funcionamento dos mercados, que se introduziram alterações significativas nos comportamentos e nas motivações dos consumidores turísticos das sociedades ocidentais, na medida em que, se passou de um consumo em massa ou fordista (sequência do desenvolvimento económico do pós-guerra) para um consumo diferenciado pós-fordista (Hughes, 2007). Esta mudança teve reflexos no turismo com uma transição do designado velho turismo (*old tourism*), associado à estandardização e à criação de pacotes turísticos (idênticos a si próprios), para um turismo flexível, segmentado e personalizado, designado por Poon (1993) como novo turismo (*new tourism*).

Ora, até meados do século XIX, os constrangimentos associados sobretudo à mobilidade e ao rendimento disponível, impediu que se concretizasse uma das motivações humanas mais evidentes, isto é, as viagens outrora consideradas como um bem de luxo ou prática exclusiva das elites (Fortuna e Ferreira, 1996). Na atualidade, o panorama é distinto, pois as transformações operadas ao nível dos meios de transporte com a redução das distâncias-tempo e das distâncias-custo (aumento das companhias aéreas *low cost*), a melhoria das condições de vida do ponto de vista socioeconómico e o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC), conduziram a uma crescente valorização do tempo livre e do espaço fora do quotidiano em detrimento do tempo de trabalho, motivado pelas necessidades turísticas (Reis, 2017).

Note-se, que o lazer e o turismo são atividades eminentemente exploratórias e sedutoras, geradas pela curiosidade, pelo desejo de novidade, pela procura de novos desafios que vão dando ao indivíduo a sensação de competência, de domínio sobre o ambiente, de interação social, de *status* e diferenciação social (Fortuna e Ferreira, 1996; Reis, 2017; Silva e Prista, 2016). Isto significa que o turista moderno procura ter experiências diferentes dos outros turistas “e deseja que tudo seja pensado em seu benefício” (Boorstin, 1961 citado em Fortuna e Ferreira, 1996, p. 12) — egocêntrico —, esquecendo e/ou ignorando, por vezes, algumas regras de comportamento, o que remete para uma atitude anti-turista (Fortuna e Ferreira, 1996; Silva e Prista, 2016).

Mas até algum tempo atrás, o comportamento turístico era considerado pela maioria dos estudiosos (da sociologia francesa) como uma ação compensatória em relação à fadiga física e psíquica da vida moderna, provocada pelo ritmo automatizado das tarefas profissionais e do *stress* urbano e industrial (MacCannell, 1973). Para Hughes (2007) o comportamento turístico não se baseia exclusivamente neste raciocínio, já que pode ser também motivado por desejos e aspirações da nova oferta de produtos que têm provocado uma alteração nos consumos turísticos — capitalismo do consumo. De acordo com Silva e Prista (2016) as motivações, os destinos e as práticas

turísticas, acabam por tipificar turistas, turismo e experiências naquilo que é um processo de diferenciação social através de diferentes práticas de consumo.

Essas novas motivações turísticas podem ser interpretadas com base no modelo *push-pull* da motivação (Uysal e Hagan, 1993; Yoon e Uysal, 2005), uma abordagem aceita pela comunidade científica para o estudo das motivações aplicadas ao contexto turístico. Esta abordagem baseia-se na distinção entre as forças que motivam as pessoas a viajar (*push motivations*) e aquelas forças que as atraem para um determinado destino turístico (*pull motivations*) (Crompton, 1979).

Segundo a teoria *push and pull factors*, as pessoas viajam empurradas por fatores internos (*push*) associados a desejos de evasão, descanso/relaxamento, aventura, saúde, prestígio, interação social, visita a família/amigos, fuga da rotina ou procura de experiências autênticas, entre outros. Por sua vez, o destino possui atributos que consegue atrair as pessoas a viajar, alguns desses fatores externos (*pull destination*) encontram-se associados aos recursos tangíveis (património, paisagem, experiências com as gentes locais, gastronomia, entre outros) e até alguma expectativa com o destino face à imagem de *marketing* (Uysal e Jurowski, 1994).

Segundo Bacal (2003), as necessidades humanas são geradoras dos denominados “motivos de deficiência” os quais visam o afastamento e/ou corte por um período limitado do ambiente diário e das sociedades cosmopolitas (fugir aos problemas do quotidiano/sair da rotina, sair da poluição e contactar com a natureza, descansar, descobrir-se a si próprio, socializar com outros povos, alargar o seus conhecimentos ou sentir-se livre, etc.), uma vez que o seu principal objetivo é o equilíbrio físico e psicológico (do turista). Nesta linha, posicionam-se as designadas férias “*short-breaks*” com a duração de um a três dias e envolvendo pelo menos a estada de uma noite fora da residência habitual. Estas são uma opção crescente na ocupação do tempo livre, particularmente orientadas para o mercado interno (turismo doméstico), apesar da crescente oferta externa (*low-cost*) para pequenas pausas em fins-de-semana prolongados. Por outro lado, os desejos já configuram sentimentos de ambição e de crescimento, de atração e de impulso, suscetíveis de gerar prazer, bem-estar, autorrealização e satisfação, razão pela qual pressupõem comportamentos baseados em “motivações de excesso” e/ou desejo (Bacal, 2003), por exemplo, formas de diversão, atividades desportivas/aventura e de contacto com a natureza, conhecer novos lugares e pessoas, visitar exposições e locais de interesse cultural, entre outros. Estes princípios apontam para uma segmentação da procura turística mais diversa e complexa por força do alargamento das motivações tradicionais, fomentando a emergência de um novo turista com necessidades diferentes, que realiza escolhas múltiplas e complementares.

As referências na literatura para a emergência de um novo tipo de turista e de um novo turismo, surgem nos finais dos anos 1980 e início dos anos 1990, através de Krippendorff (1986) e Poon (1993, 2003). Para estes autores, o novo turista é um consumidor mais informado, conhecedor e exigente relativamente ao que consome (recolhe toda a informação possível sobre o produto que pretende adquirir); utilizador das TIC (antes, durante e pós-viagem); preocupado com as questões ambientais, culturais, étnicas e com as necessidades das pessoas do destino; mais individualista, colecionador de experiências únicas e personalizadas e procura ao longo da viagem testar os seus limites e conhecer-se a si próprio; mais modesto e versátil ao procurar adaptar-se aos lugares e às pessoas, revelando maior abertura para apreender e adquirir experiências com a cultura dos autóctones, pelo contacto direto e alicerçado no respeito mútuo pelos povos, culturas e ambientes naturais (valoriza a autenticidade e o ciclo de vida dos produtos que consome e dos serviços que lhe são prestados), procurando sempre descobrir novos destinos e novas experiências, como aquelas que permitam a prática do turismo de natureza, cultural, ativo, entre outros — segmentação da procura e da oferta.

Em resultado da evolução e alteração dos gostos, necessidades e preferências, surge o desejo sempre renovado de conhecer novos destinos cada vez mais temáticos e idealizados (coleção de destinos turísticos) e o desafio de viver experiências espontâneas, únicas e culturalmente enriquecedoras e memoráveis (MacCannell, 1976) com base em atividades distintas, que os atores do destino turístico devem proporcionar — novos produtos turísticos —, em “locais apazíveis e com pouca densidade turística” (Correia e Carvalho, 2010, p. 119) como os territórios rurais de baixa densidade. Na perspetiva de MacCannell (1976) e Fortuna (1999), o turista entrega-se à construção de um mundo imaginário — numa dupla condição de ator e espetador —, onde o pós-turista “conhece e aceita que a experiência turística seja totalmente mercadorizada e comercializada” (Fortuna e Ferreira, 1996, p. 11) pela indústria turística em territórios de fachada.

Neste âmbito, será interessante perceber como é que os territórios rurais de baixa densidade muitas vezes isolados, esquecidos e despovoados ganharam novas funcionalidades com as novas procuras e os novos consumos urbanos, mas também com a crescente proliferação das políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento da atividade turística nestes territórios.

Territórios rurais de baixa densidade: Novos espaços de lazer e de turismo

Ao longo da segunda metade do século XX, a maioria dos territórios rurais da Europa, nomeadamente os mais vulneráveis, frágeis e periféricos sofreram à semelhança da generalidade dos territórios do ocidente profundas transformações, quer através de

processos de modernização da agricultura (intensiva e superintensiva), quer através de processos de abandono e declínio demográfico. No caso português, uma das principais transformações relaciona-se com o processo de desagregação de uma atividade que durante tempo caracterizou os territórios rurais — a agricultura —, provocando profundas alterações na estrutura sociodemográfica e económica, nas paisagens e modos de vida, sobretudo por via do abandono e declínio de muitos territórios rurais, e que condiciona o futuro desses territórios (Santos, Baltazar e Grosso, 2012).

As consequências nefastas destes processos são, naturalmente, conhecidas, a avaliar pelas inúmeras abordagens (Baptista, 2006; Covas e Covas, 2011; Ferrão, 2018; Figueiredo, 2003; Silva, 2013), debates políticos e documentos oficiais (europeus e nacionais), os quais convergem para um reconhecimento consensual sobre as transformações de natureza social, económica, política e cultural em virtude da perda de relevância socioeconómica das atividades agrícolas, mas também é igualmente reconhecido o renascimento destes territórios como espaços recriados ou reinventados — espaços multifuncionais (Figueiredo, 2018; Reis, 2017) —, segundo lógicas das sociedades contemporâneas. De uma forma global, os territórios rurais ganharam novas atribuições e surgem como espaços de consumo e pós-produtivistas, resultante dos novos hábitos e consumos dos atores urbanos pelos espaços de descompressão e das políticas públicas de regeneração dos territórios rurais (Pereiro, 2018; Silva e Prista, 2016).

E, paradoxalmente, são os urbanos que criaram uma dualidade urbano-rural para marcar a superioridade do seu território urbano e do seu modelo industrial que, hoje, após décadas estão envolvidos na recriação de uma imagem idílica, nostálgica e romântica de um rural que já não existe, mas que desperta novas procuras e novos consumos urbanos de uma ruralidade pós-moderna (Covas e Covas, 2011). Entre estas procuras impera uma conotação invasora, operada por atores citadinos que, mantendo inalterados os gostos e hábitos da urbe, visualizam no campo um modo de fuga ao *stress* urbano e ao desenvolvimento de uma relação com o outro (Santos e Esperança, 2011). Neste vasto conjunto de incursões urbanas, o turismo ganha notoriedade enquanto instrumento “susceptível de revitalizar as estruturas sociais e económicas das áreas mais desfavorecidas, onde se incluem as áreas rurais do interior do país” (Silva, 2013, p. 295). Esta política de regeneração dos territórios rurais desfavorecidos com base no turismo não é exclusiva de Portugal nem dos países da União Europeia, já que esta ideia foi adotada em diferentes regiões do mundo, nomeadamente, Canadá, Holanda, Tanzânia, Nova Zelândia, Malásia, Turquia, Austrália, Brasil e Israel (Lane, 2009; Silva, 2014; Walmsley, 2003).

O turismo enquanto atividade económica de referência no mundo contemporâneo tem vindo, desde 1990, a ganhar crescente importância para os territórios

rurais menos favorecidos em virtude da elevada mediatização política (escala europeia, nacional e local), académica e empresarial na mercantilização do rural, mas também dos diferentes programas de desenvolvimento rural (Lane, 2009; OCDE, 1994; Ribeiro e Marques, 2002). Neste processo, destacamos o estímulo das políticas públicas europeias na adoção de um novo paradigma de desenvolvimento rural baseado na valorização dos recursos e das potencialidades locais, que incluem, para além das atividades agrícolas, as atividades associadas ao turismo e ao lazer, as agroindústrias, entre outras, capazes de responder às novas procuras e exigências das sociedades — transformando o rural em “produto e mercadoria” para o turista (Pereiro, 2018, p. 61).

O turismo em espaço rural tem vindo a assumir um papel de destaque no desenvolvimento dos territórios rurais menos favorecidos quer em Portugal quer noutros países (Correia e Carvalho, 2010; Lane, 2009; Silva, 2009), aproveitando o atual crescimento do setor, as novas procuras turísticas baseadas em experiências únicas e acima de tudo nos ativos territoriais desaproveitados ou em risco de degradação, com capacidades para dar lugar a novos produtos ou à renovação dos já existentes, contribuindo para a revitalização das áreas rurais.

Esta opinião é partilhada por Elisabeth Kastenholtz (Eusébio e Kastenholtz, 2011; Kastenholtz, 2000; Kastenholtz, Eusébio, Figueiredo, Carneiro e Lima, 2014) sobre o turista que pratica turismo no Norte e Centro de Portugal; o perfil e o comportamento dos turistas que utilizam as unidades de Turismo em Espaço Rural para pernoitar na Região Centro, onde se destaca o crescente e renovado interesse dos consumidores urbanos pelos destinos rurais, quer para conhecer a história e cultura destes territórios, quer para contemplar e desfrutar de ambientes calmos em plena natureza; em similitude com as principais conclusões do projeto ORTE (que envolveu três Aldeias de três redes turísticas). Na opinião de Correia e Carvalho (2010), estamos perante territórios com especificidades e condições para o desenvolvimento e crescimento da atividade turística, nos quais, a escala e a localização são elementos diferenciadores dos produtos e dos destinos tradicionalmente explorados e massificados.

Por este motivo, entre outros, as áreas rurais têm sido alvo de diversas políticas públicas, como se constata pelo historial de projetos de intervenção e reconversão de espaços rurais, sendo o caso das *Aldeias Históricas de Portugal*, das Aldeias do Xisto, das Aldeias Vinhateiras, das Aldeias de Montanha, das Aldeias Ribeirinhas, entre outras — redes turísticas —, naquilo que é uma tentativa generalizada de estruturação da oferta turística em destinos turísticos alternativos. Em todos os casos, as intervenções procuraram com base no novo modelo de desenvolvimento alternativo — paradigma de desenvolvimento endógeno e participativo —, promover o desenvolvimento do

território por via da valorização dos recursos endógenos (como os lugares, o património construído, cultural e natural, as tradições e os sistemas produtivos) para os novos consumos turísticos.

E no caso das *Aldeias Históricas de Portugal* da Região Centro, os 12 aglomerados, constituem hoje verdadeiras atrações turísticas das populações urbanas à semelhança das demais redes turísticas (anteriormente citadas) que, de algum modo, resultaram do conjunto de investimentos públicos e privados em infraestruturas, equipamentos e arranjos urbanísticos e arquitetónicos de forma a produzir uma imagem de “atrações pitorescas, idílicas, cristalizadas num determinado período temporal, belas, extraordinárias e fora do comum, na qual participaram e continuam a participar (...) jornalistas, entidades públicas ligadas ao turismo, agências de viagens” (Silva, 2007, pp. 856-857), enquanto veículos de imaginação comunicacional, publicitária e comercial dos atores do destino turístico. Na retaguarda destes imaginários urbanos sobre o mundo rural — palco de encenação, recreação e reinvenção para o consumidor urbano —, escondem-se com o “alto patrocínio” das políticas públicas os insucessos destas múltiplas iniciativas de desenvolvimento dos territórios rurais através das “supostas” novas funcionalidades, naquilo que foi uma tentativa de combate da crise do rural através da transformação linear de espaços rurais em espaços turísticos e de lazer (Silva, 2013). Na perspetiva de Figueiredo (2018, p. 40) a multifuncionalidade dos territórios rurais desfavorecidos está “na maior parte deles (...) por cumprir”, naquilo que deveria ser uma articulação entre as atividades produtivas — agricultura e floresta — com as atividades de consumo, particularmente as atividades de turismo, recreio e lazer. Ora é com base, precisamente, na falta de eficácia destas novas funcionalidades para a sobrevivência destes territórios que surgem algumas críticas. Alguns teóricos (Baptista, 2006; Ferrão, 2018; Figueiredo, 2018; Ribeiro e Marques, 2002) consideram que as novas transformações têm sido insuficientes para inverter as tendências prevalentes, para além de beneficiarem apenas alguns atores (os turistas em detrimento dos agricultores) e fomentarem a construção de “idílios consumíveis” sobre a ruralidade (Halfacree, 2006 citado em Figueiredo, 2018, p. 40). A situação encontra-se refletida em diversos trabalhos, sendo de referir o estudo de Ribeiro e Marques (2002), no Douro e Parque Nacional do Peneda-Gerês, e de Silva (2009) em três aldeias, Estorãos, Sortelha e Monsaraz, onde destacam o modesto impacto económico do turismo rural o que, de certa forma, contradiz com o perfil socioeconómico do turista rural (classes médias e altas) e com as expectativas sociais e políticas criadas em torno do turismo na revitalização das economias rurais. Nos lugares estudados, o turismo surge como atividade complementar (secundária ou terciária), tendo em conta o gasto médio local (dos turistas), o baixo número de postos de trabalhos

criados, a falta de capacidade em atrair colaboradores qualificados e reter e/ou fixar as populações rurais (baixos níveis de remuneração e sazonalidade da procura).

Por isso, o enfoque não pode ser orientado apenas para o investimento dos programas de desenvolvimento e para o número de visitantes que o destino consegue atrair, mas para a dimensão social, económica, cultural e ambiental. Um estudo de Correia e Carvalho (2010) revela as perceções da comunidade local sobre as intervenções realizadas no âmbito dos programas e os efeitos nefastos do turismo e dos comportamentos dos turistas na Aldeia Histórica do Piódão, em particular a quebra de privacidade, tranquilidade e segurança, estacionamento e problemas de funcionamento de algumas infraestruturas, naquilo que consideram um investimento orientado para os visitantes. Esta ideia é corroborada pela comunidade das Aldeias Históricas de Castelo Rodrigo e Sortelha, num estudo de Silva (2014), sobretudo porque as intervenções não melhoraram as condições de habitabilidade, mas provocaram especulação imobiliária e fuga de casais jovens para aglomerados adjacentes. Por outro lado, consideram que a atividade turística é sazonal e apenas beneficia alguns residentes, para além do aumento do lixo e do desaparecimento do entusiasmo inicial em torno dos efeitos económicos do turismo, pese embora o orgulho da classificação obtida e da evolução do número de visitantes.

Apesar da relevância dos estudos realizados sobre as *Aldeias Históricas de Portugal*, a análise dos impactes desta iniciativa de desenvolvimento local exige um maior conhecimento da dimensão da procura turística no conjunto da Rede. Por outro lado, é estruturante para qualquer ator com intervenção direta ou indireta neste destino, antes inexplorado, conhecer as características sociodemográficas do visitante, as principais motivações que influenciam a escolha do destino, os comportamentos de viagem e a avaliação do destino.

As origens da iniciativa *Aldeias Históricas de Portugal*

A iniciativa das *Aldeias Históricas de Portugal*, como já se referiu, nasceu de uma nova lógica de territorialização das políticas públicas no desenvolvimento de territórios com dificuldades estruturais, nos finais da década de 1980 e início da década de 1990. O princípio orientador deste novo paradigma encontra-se associado ao insucesso dos anteriores modelos de desenvolvimento em travar a crise do espaço rural, nomeadamente o abandono demográfico, o envelhecimento e o declínio das atividades produtivas nos espaços rurais mais frágeis. Foi com base, nestes pressupostos, que nasceu a primeira experiência de iniciativas integradas em Portugal, a Rede das *Aldeias Históricas de Portugal*, no âmbito do Programa Promoção do

Potencial de Desenvolvimento Regional do Quadro Comunitário de Apoio II (1994-1999), e com continuidade no Programa Operacional da Região Centro – Ação Integrada de Base Territorial “Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias”, no Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006).

A implementação da estratégia beneficiou, de forma seletiva, um conjunto de 12 aglomerados, nos distritos da Guarda, Castelo Branco e Coimbra. Numa primeira fase (1994-1999): Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha; e numa segunda fase (2000-2006): Belmonte e Trancoso, numa perspetiva de maior articulação da Rede quer a nível funcional quer ao “nível da densidade patrimonial, histórica e cultural” (Boura, 2004, p. 120). De acordo com Boura² (2004), a seleção das Aldeias Históricas assentou na identificação de aglomerados emblemáticos e diferenciadores pelo seu património histórico, arquitetónico, arqueológico e ambiental, pelo tecido urbano dos núcleos, pelo referencial histórico-cultural, bem como pela possibilidade de integrarem circuitos turísticos e culturais temáticos, de modo a melhorar as condições de vida das comunidades locais, fixar população e dinamizar o tecido económico através de atividades complementares à agricultura, nomeadamente o turismo.

A resposta a estes desafios passou pela elaboração de Planos de Aldeia, constituídos por um diagnóstico e, simultaneamente, definição dos objetivos estratégicos e das ações prioritárias a desenvolver com fundos estruturais. Durante o Programa de Recuperação das *Aldeias Históricas de Portugal*, entre 1994 e 2006, realizou-se um investimento financeiro de 44,6 milhões de euros na salvaguarda e valorização do património, na promoção e divulgação da rede e na animação das economias locais – criação de microempresas (com um investimento de 2,3 milhões de euros). O conjunto de investimentos consubstanciou-se sobretudo em projetos de reabilitação e requalificação do tecido urbano, infraestruturas básicas e equipamentos turísticos, bem como projetos de dinamização económica (Reis, 2017).

Um outro aspeto inovador desta iniciativa relaciona-se com o modelo de gestão e governança da rede. Esta iniciativa foi concebida e desenvolvida por vários organismos da administração central (antigo IGESPAR, DGEMN, INATEL) e regional, sendo de destacar o papel da antiga Comissão de Coordenação da Região Centro (atual CCDRC), quer na mobilização e dinamização de parcerias com os atores nacionais, regionais e locais (administração nacional e regional, autarquias, empresas, associações de desenvolvimento e comunidade local), quer no desenvolvimento das ações constantes nos Planos – princípio da subsidiariedade (Boura, 2004; Silva, 2013).

A procura turística por destinos turísticos rurais de baixa densidade: As *Aldeias Históricas de Portugal*

Metodologia

Para conhecer perfil, motivações, comportamentos de viagem e satisfação dos visitantes com as *Aldeias Históricas de Portugal* foi construído e aplicado um inquérito por questionário aos visitantes deste destino. Este instrumento foi organizado por quatro dimensões de análise: perfil sociodemográfico dos visitantes (sexo, idade, habilitações literárias, origem, situação perante o trabalho e rendimento médio do agregado familiar); motivações e planeamento da viagem (motivos da visita, atrativos na escolha, conhecimento do destino, fontes de informação e familiaridade com o destino); comportamentos em viagem (tempo de permanência, meios de transporte utilizados e com quem viajam, tipo de alojamento, valor médio diário gasto/pessoa, atividades praticadas e relevância do destino para o visitante); a satisfação com o destino turístico e os domínios de intervenção para qualificação da oferta turística no destino.

Considerou-se como população-alvo os visitantes das 12 *Aldeias Históricas de Portugal*. A base de sondagem utilizada para o cálculo da amostra foi o registo de afluência aos postos de turismo das Aldeias Históricas, entre os anos de 2005 e 2012, sendo o universo da população-alvo composto por uma média de 332.659 visitantes, com exceção de Castelo Mendo, onde não existia até ao momento do trabalho nenhuma infraestrutura de apoio ou de informação turística, o que levou à realização de uma estimativa. Com base neste universo, optou-se por uma amostragem aleatória estratificada, uma amostra que é obtida pela divisão da população em grupos ou estratos, onde cada estrato é considerado como uma população independente através de várias amostragens (Hill e Hill, 2009; Vicente, Reis e Ferrão, 1996). No caso concreto a população em estudo foi dividida nos subgrupos ou estratos: aldeia histórica e visitantes portugueses e estrangeiros. Perante o universo apresentado, procedeu-se ao cálculo da amostra, respeitando os critérios para populações infinitas (Bugeda, 1974), admitindo uma margem de erro de 5%, para um grau de confiança de 2G (95,5%), considerando a maior heterogeneidade (pior caso 50/50 para cada atributo), do qual resultou uma unidade de análise de 400 visitantes³, tendo-se dividido a amostra em subamostras dentro de cada estrato.

O processo de aplicação direta do questionário aos visitantes decorreu entre abril e julho de 2013, período com o maior número de visitantes, nas Aldeias Históricas de Almeida, Belmonte, Castelo Novo, Castelo Mendo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha e Trancoso, após ligeiros ajustes na interpretação das questões com a realização de um pré-teste de

10 questionários. Na aplicação do questionário, tivemos o cuidado de abordar o visitante após a sua experiência no destino e não aquando a sua chegada, pelo que a escolha de locais estratégicos foi crucial para assegurar a validade dos dados.

Os dados recolhidos foram alvo de um tratamento estatístico cuidadoso das diferentes variáveis, através do *software* SPSS 20.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*).

Apresentação e discussão de resultados

De acordo com os dados dos postos de informação turística das *Aldeias Históricas de Portugal*, o destino turístico registou, entre 2005 e 2017, dinâmicas temporais e espaciais diferentes na procura turística, muito particularmente na procura interna. Nesse período, recebeu mais de 3,5 milhões de visitantes, sendo que destes 2,5 milhões foram nacionais e 1 milhão de estrangeiros (figura 1). Ainda assim, há que salvaguardar que estes números representam apenas uma parte da procura, já que alguns dos visitantes não se deslocam ao posto de turismo, quer pela ausência de infraestrutura de acolhimento aos visitantes e/ou inadequação dos horários de funcionamentos, quer pela familiaridade com o local.

Em 2017, o destino turístico registou um fluxo total de 287 320 visitantes, dos quais 159 072 eram nacionais e 128 248 estrangeiros, como se observa na figura 1. No entanto, o horizonte temporal em análise ficou marcado por um período mais “negro” em termos da procura, entre 2010 e 2014, com uma queda substancial na procura. Veja-se, por exemplo, em 2013, o destino registou menos de 46,4% visitantes (-152 401) face ao ano com maior procura turística (2009). Um decréscimo sentido, particularmente nos visitantes nacionais (-53,3%) face a diminuição de 21,5% na procura externa. De acordo com Reis (2017) a quebra na procura nacional explica-se pela crise económica e financeira em Portugal, pelo aumento do desemprego (diminuição dos rendimentos dos agregados familiares) e pela introdução de portagens nos principais eixos de acesso oriundos dos centros urbanos (SCUT da Beira Interior — A23 e da Beira Litoral/Beira Alta — A25), em 2011. Entre 2016 e 2017, o destino turístico, evoluiu de forma positiva e ultrapassou os níveis de procura registados em 2005 e 2006, período em que o território consolidou o investimento realizado no contexto do Programa de Recuperação das *Aldeias Históricas de Portugal* (QCA II e QCA III).

No caso dos visitantes de nacionalidade estrangeira, verifica-se na figura seguinte uma procura turística com ligeiras oscilações, entre 2008 e 2015. Registrando-se o maior decréscimo em 2013, ainda assim, um decréscimo pouco acentuado quando comparado com os visitantes nacionais. Nos últimos quatro anos, os dados disponibilizados revelam um aumento substancial na procura externa de cerca de

59 045 visitantes, resultante dos investimentos realizados em destinos turísticos adjacentes e da forte aposta no setor, tanto no domínio público como no domínio privado (Douro Azul, por exemplo), naquilo que é a afirmação de novas lógicas de complementaridade entre produtos e destinos turísticos.

Em termos de evolução dos fluxos turísticos, o destino turístico depende fortemente dos mercados de proximidade, registando particular domínio do mercado espanhol (41,8%), seguido do inglês (14,7%), em 2017. O mercado israelita, francês e americano surgem na 3^a, 4^a e 5^a posição do *ranking* (dos cinco principais mercados emissores) com valores muito próximos. Ainda assim, o principal destaque vai para o posicionamento do mercado judaico no destino em estudo, quer pela forte presença da cultura judaica, quer pela existência de um conjunto de infraestruturas (sinagoga, museus, hotelaria, restauração e artesanato). Pelo que deverá ser considerado como um dos segmentos prioritários de atuação seletiva nas ações de promoção e comercialização da oferta turística, tendo por base a procura do mercado israelita e americano, contribuindo para uma diversificação da procura turística e para uma oferta turística mais homogênea — conectividade entre procura e oferta turística no território -, tal como aponta o referencial estratégico para o turismo em Portugal no horizonte 2017-2027 (TdP, 2017).

Neste sentido, é crucial conhecer mais em pormenor a procura turística deste destino turístico e aferir o seu real posicionamento turístico. Para concretização destes objetivos utilizam-se os resultados obtidos no inquérito por questionário aos visitantes do destino turístico.

A informação obtida junto dos 400 visitantes inquiridos nas 12 *Aldeias Históricas de Portugal* (54,2% do sexo feminino e 45,8% do sexo masculino), em 2013, permitiu-nos constatar que os visitantes têm entre 25 e 54 anos (71%), habilitações superiores (63,3%) e encontram-se em situação ativa perante o trabalho (78,5%), exercendo uma atividade profissional por conta de outrem (58,4%). As *Aldeias Históricas de Portugal* são procuradas, maioritariamente, por famílias (67,7%) e com rendimentos médios/ mensais igual ou inferior a 2.000 euros (56,5%) contra 23,8% dos visitantes que auferem acima dos 2.501 euros/mensais. Do total de inquiridos de nacionalidade portuguesa e residentes no país (n=309), 47,4% dos visitantes são provenientes das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, respetivamente 29,4% e 18,0%. O que corrobora a tese defendida do aumento dos movimentos urbanos para este tipo de territórios rurais enquanto espaços de refúgio e de desconexão com o espaço urbano (Figueiredo, 2018; Kastenholtz, Eusébio, Figueiredo, Carneiro e Lima, 2014; Pereiro, 2018). A par disto, é interessante notar que dos restantes visitantes nacionais que procuram o destino cerca de 40,2% residem na Região Centro, relacionando-se com a localização destas Aldeias e com as boas

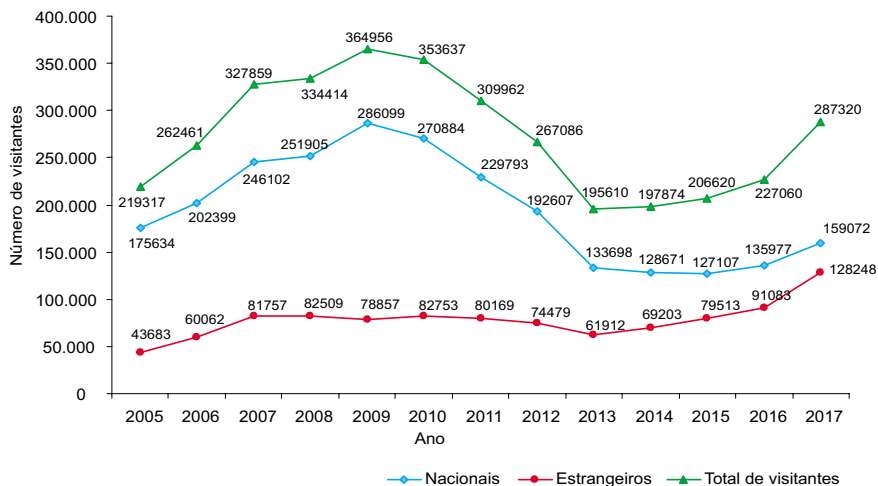


Figura 1 Evolução da procura turística do destino turístico *Aldeias Históricas de Portugal*, entre 2005-2017

Nota: Esta figura não contempla a afluência à AHP de Castelo Mendo por inexistência de Posto de Turismo. Também não são apresentados os registos das AHP de Monsanto e Idanha-a-Velha, entre 2013-2017, por recusa na disponibilização dos mesmos pelo município de Idanha-a-Nova.

Fonte: Gabinetes de Turismo das Câmaras Municipais das AHP, 2017.

acessibilidades dos eixos principais, ou seja, estes aglomerados são fator de interesse e atratividade para visitantes oriundos, sobretudo, de territórios de proximidade. Quanto aos visitantes de nacionalidade estrangeira ($n=96$), a maioria dos inquiridos é proveniente de Espanha, seguindo-se da França, Brasil, Alemanha, Áustria, Reino Unido e Estados Unidos da América. Verifica-se no destino uma presença dos principais mercados estratégicos para Portugal (Espanha, Reino Unido, Alemanha, França e Brasil) e a emergência de mercados emissores (Estados Unidos e Áustria), o que reflete uma articulação com a Estratégia Turismo 2027 (TdP, 2017).

Nas motivações turísticas, constatou-se que o lazer, recreio e férias são o principal motivo de deslocação (*push motivations*), representando 87,8% das deslocações, seguindo-se da visita a familiares e amigos com 7,8%. As deslocações por motivos de trabalho e de negócios não ultrapassam os 3,5%, o que não surpreende face à fraca estrutura demográfica e produtiva do território (Reis, 2017). O território perdeu em termos absolutos 6 811 habitantes (-38,6%) entre 1960 e 2011, registando 10 824 habitantes nos últimos censos (mais de dois terços em Trancoso, Belmonte e Almeida) (INE, 2014). Para 77,5% dos visitantes, os recursos culturais e históricos, constituem o principal atrativo na escolha do destino turístico, seguido

Tabela 1 Perfil sociodemográfico dos visitantes das *Aldeias Históricas de Portugal*

Variáveis Sociodemográficas	Categorias	Total
Sexo	Feminino	54,2%
	Masculino	45,8%
Idade	15-24	4,0%
	25-34	23,8%
	35-44	26,8%
	45-54	21,0%
	55-64	12,8%
	Mais de 64 anos	11,8%
Estado civil	Solteiro(a)	21,5%
	Casado(a)/União de facto	67,5%
	Divorciado(a)/Viúvo(a)	11,0%
Habilitações literárias	Básico	10,0%
	Secundário	27,0%
	Superior	63,0%
Situação perante o emprego	Trabalhador por conta de outrem	58,4%
	Trabalhador por conta própria	12,3%
	Doméstica	0,8%
	Estudante	4,0%
	Desempregado(a)	7,8%
	Reformado(a)	16,8%
Rendimento mensal médio do agregado	Menos de 500 euros	1,3%
	500 a 1000 euros	15,4%
	1001 a 1500 euros	23,3%
	1501 a 2000 euros	16,2%
	2001 a 2500 euros	16,5%
	Mais de 2501 euros	23,8%
	Não sabe	3,4%

da paisagem e natureza (60,3%), da tranquilidade/ambiente relaxante (39,0%), da gastronomia (21%) e da hospitalidade (11,8%) (figura 2). De entre as atrações menos apontadas, identificaram-se os vinhos, a animação/eventos, as acessibilidades e localização, as tradições locais, o alojamento e os museus. Ou seja, os designados “recursos primários” (Kastenholz, 2006), os recursos histórico-arquitetónicos, culturais e naturais, os ambientes relaxantes e a autenticidade são os principais fatores externos (Crompton, 1979) que conseguem atrair/motivar os inquiridos para o destino. Estes dados demonstram a crescente difusão de atividades e modos de vida urbanos pelos espaços rurais, consequente das políticas públicas utilitaristas que dimensionam o mundo rural como o jardim ou quinta das cidades.

Por sua vez, o conhecimento do destino turístico surge para 54,5% dos visitantes por intermédio de familiares e amigos (fontes de informação não comerciais), o que revela o poder da comunicação “*Word-of-Mouth*” ou boca-a-boca na escolha do destino turístico (Marujo, 2008). Por outro lado, o visitante, no processo de preparação da

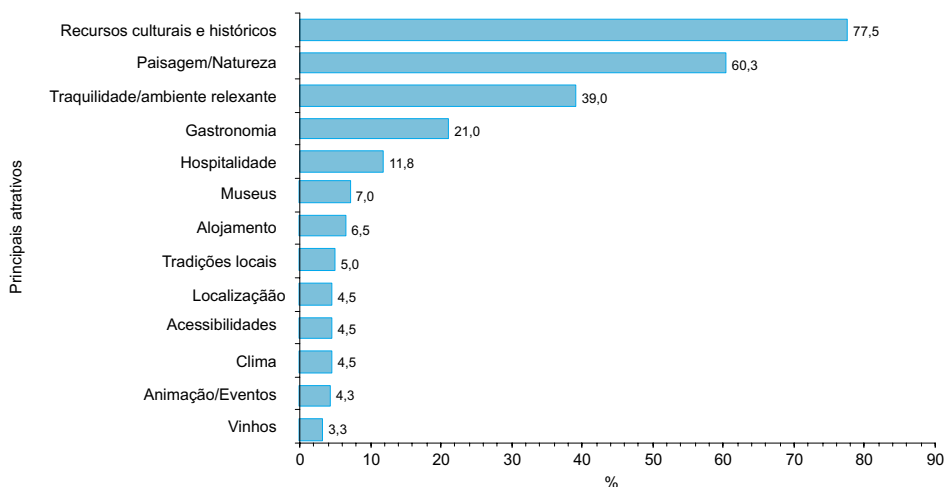


Figura 2 Principais atrativos do destino turístico das *Aldeias Históricas de Portugal*

Nota: Dados expressos em percentagem de resposta múltipla.

deslocação, prefere completar as suas informações com outras páginas da internet (36,2%), a par das informações obtidas junto de amigos e familiares (28,8%), sendo particularmente evidente nos turistas com habilitações superiores. No caso dos excursionistas, identificou-se a par destas fontes comerciais e não comerciais, a utilização de guias de viagens, folhetos e informação de postos de turismo na preparação da deslocação. Contudo, uma parte significativa não utilizou qualquer tipo de informação no planeamento da sua viagem (19,8%), particularmente os visitantes com habilitações superiores. Ainda assim, há que questionar face ao esforço financeiro o impacte dos planos de comunicação desenvolvidos para o destino nos últimos dois quadros comunitários (2007-2013 e 2014-2020), uma vez que apenas 6,2% dos inquiridos utilizou na preparação da viagem a *webpage Aldeias Históricas de Portugal*.

No comportamento de viagem, verificou-se que a maioria dos inquiridos concretizava a sua primeira visita e experiência no destino (64,3%). Dos 35,8% dos visitantes que estavam a repetir a visita ao destino, detetou-se uma maior incidência entre 2 a 3 vezes (11,8%) e mais de 7 vezes (7,0%), o que deixa antever alguma fidelização com o destino. Em relação à companhia na deslocação ao destino, a opção maioritária recai na presença de acompanhante (40,0%) ou em família (34,3%), com particular tendência nos turistas. A viagem com amigos (12,5%) ou em grupo organizado (5,4%) assume maior destaque nos excursionistas, e normalmente em grupos com 2 a 4 pessoas (35,3%). A deslocação ocorre em viatura

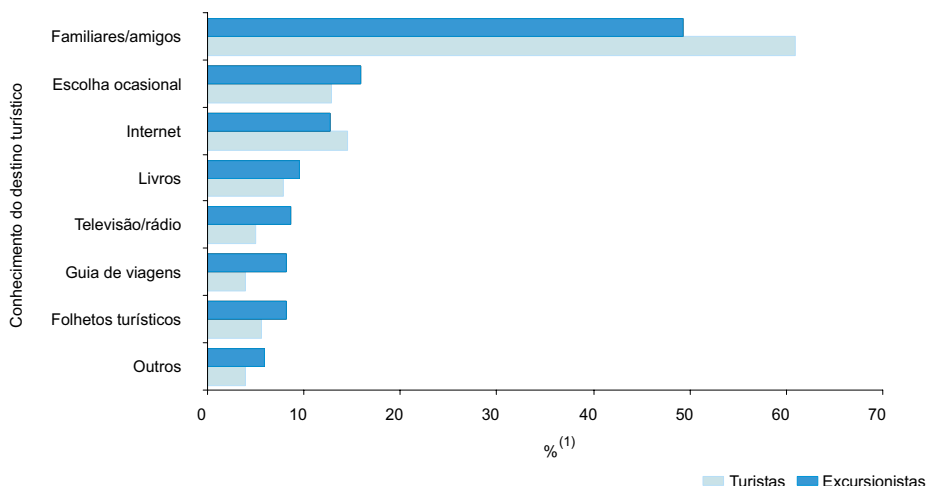


Figura 3 Conhecimento do destino turístico *Aldeias Históricas de Portugal*

Nota: ⁽¹⁾ Dados expressos em percentagem de resposta múltipla.

própria (82,3%), seguindo-se a autocaravana (5,6%) e a viatura alugada (2,8%), o que demonstra dificuldades de acesso e mobilidade ao destino turístico. É pertinente salientar a afluência ao destino de um novo segmento turístico em crescimento (em Portugal) — o autocaravanismo.

Relativamente ao tempo de permanência no destino, verificou-se que 44,8% pernoitam na região, os turistas, que a estada média se fixa nas 2 noites por deslocação, os quais optam por alojamento gratuito em casa de familiares e amigos (15,5%) e alojamento em hotel (8,3%), seguidos da 2ª residência (5,5%), do Turismo em Espaço Rural (4,8%) e do Turismo de Habitação (4,0%). Nas dormidas realizadas, constatou-se que apenas 23,5% opta por alojamento na própria Aldeia, isto porque a maioria dos turistas fica alojado fora da região (55,3%). Em 2016, o território em estudo possuía cerca de 58 empreendimentos turísticos e cerca de 709 camas⁴ (Reis, 2017). No caso dos visitantes que não pernoitam no destino turístico (n=333), o tempo médio fixa-se nas 2,9 horas por deslocação, sendo que 46,8% dos inquiridos permanecem entre menos de 1 hora e 1 hora (23,7% e 23,1%, respetivamente). Estes dados revelam, claramente, fraca capacidade do destino turístico em reter e/ou aumentar o tempo de permanência, o que na nossa opinião evidencia o posicionamento do destino como ponto de passagem para outros destinos turísticos ou apenas como opção para uma curta pausa ou “*short-breaks*”, muitas vezes, coincidente com o fim-de-semana (mercado interno).

A corroborar esta leitura está o baixo número de atividades desenvolvidas pelos visitantes durante o tempo de permanência, das quais se destacam: o passeio pela Aldeia Histórica e a visita ao castelo⁵. No caso dos excursionistas, acrescem as experiências gastronómicas e as visitas aos museus, por oposição, os turistas optam por atividades relacionadas com fotografia, descanso e prática de BTT. Em termos de atividades praticadas pelos visitantes, cumpre realçar que as mesmas estão relacionadas com existência de ativos patrimoniais, de equipamentos ou infraestruturas e serviços em cada aglomerado, o que acaba por influenciar também o tempo de permanência e o gasto médio por visitante/dia. No conjunto global da nossa amostra, o gasto médio é inferior a 50 euros/dia, tanto nos excursionistas (83,1%) como nos turistas (72,5%), uma realidade consubstanciada também no rendimento dos agregados familiares dos visitantes (classe média), no tempo de permanência e no tipo de alojamento no destino. Estes dados corroboram as principais conclusões de outros estudos (Kastenholz, Eusébio, Figueiredo, Carneiro e Lima, 2014; Pereiro, 2018; Silva, 2013), que apontam para o fraco impacto económico dos visitantes nestas “aldeias”, em virtude do pouco tempo de permanência, dos fracos consumos e do reduzido poder de compra, naquilo que é acima de tudo um consumo visual das principais atrações das aldeias, mas também para a passividade das atividades desenvolvidas pelos visitantes e para a dificuldade de articulação das atividades rurais e as atividades turísticas. A isto acresce a relevância do destino turístico para os visitantes, apesar da importância das *Aldeias Históricas de Portugal*, este não é o principal destino para 43,3% dos visitantes, ou seja, é um destino entre outros que o visitante já visitou ou vai visitar durante a viagem. Os visitantes optam por destinos turísticos de proximidade — concorrentes similares —, como: Serra da Estrela, Douro, Salamanca, Naturtejo, Coimbra e Salamanca (figura 4), situação que coloca em causa a exclusividade e afirmação do destino. Ainda assim, deverá explorar estes destinos para o desenvolvimento de novas complementaridades territoriais, aproveitando a expressividade nacional e internacional adquirida pelos mesmos, para aumento da sua notoriedade e competitividade (consolidação dos principais mercados emissores e conquista de novos mercados).

Neste sentido, impõe-se num destino como as *Aldeias Históricas de Portugal*, de acordo com 83,3% dos inquiridos, promover um conjunto de melhorias no domínio da oferta turística para responder às necessidades dos visitantes, sobretudo, na conservação do património cultural e natural e do parque habitacional, informação turística, promoção/divulgação e animação turística, acessibilidades, alojamento, restauração e comércio local. É crucial o investimento na requalificação do parque habitacional para alojamento, na sinalética e na promoção das *Aldeias Históricas de Portugal* fora da região, na abertura dos locais

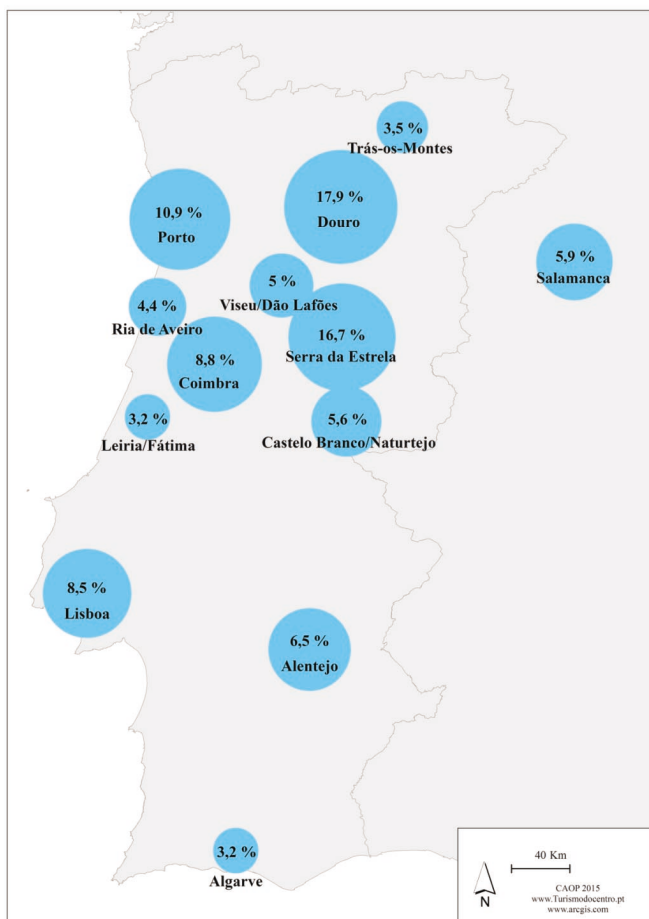


Figura 4 Destinos turísticos dos visitantes das *Aldeias Históricas de Portugal*

de interesse turístico que se encontram fechados, na dinamização de circuitos turísticos e de visitas guiadas aos centros históricos, no acesso gratuito ao património, no alargamento dos horários de funcionamento dos postos de informação turística e atrações, na melhoria dos acessos viários, na informação sobre o destino em línguas estrangeiras, na formação dos técnicos de turismo, na diversificação da oferta de restauração, na promoção de atividades de natureza e na promoção do artesanato, mas também nas infraestruturas de apoio ao caravansismo (figura 5).

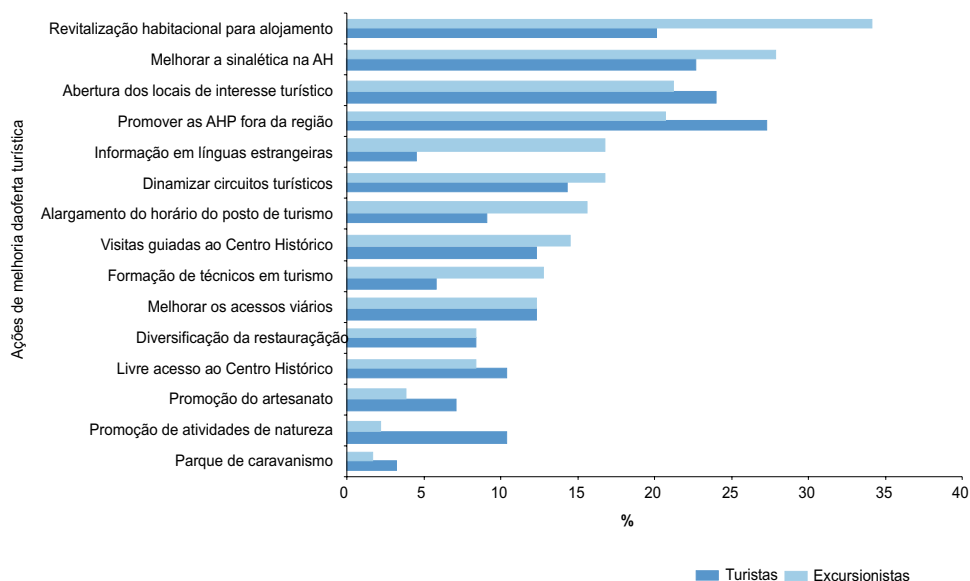


Figura 5 Ações de melhoria a implementar na oferta turística do destino turístico *Aldeias Históricas de Portugal*

Nota: Dados expressos em percentagem de resposta múltipla.

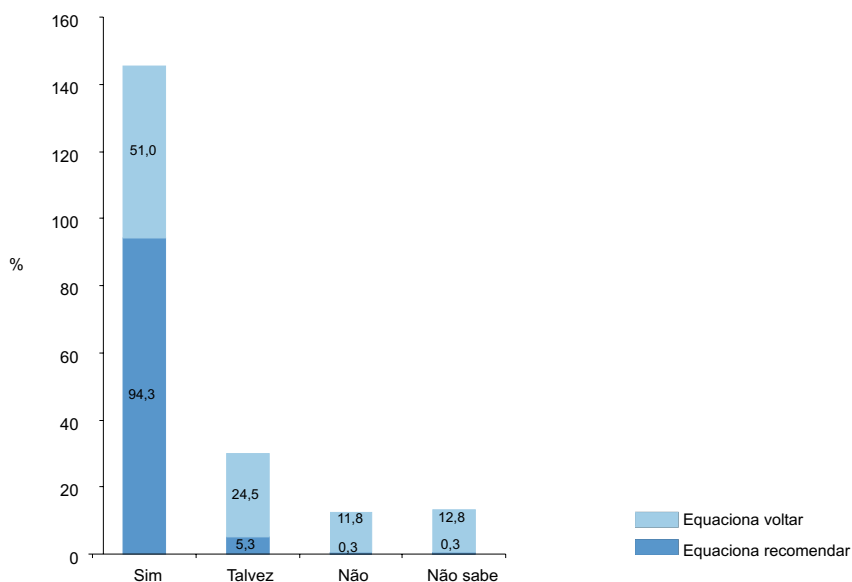


Figura 6 Intenção de recomendar e regressar ao destino turístico *Aldeias Históricas de Portugal*

Nota: Dados expressos em percentagem de resposta múltipla.

Apesar desta realidade, a maioria dos inquiridos (94,2%), “equaciona recomendar” o destino turístico ao seu grupo de amigos e familiares (figura 6). Na questão relacionada com a fidelização, verificou-se que 51,0% tenciona regressar ao destino turístico, 24,5% pondera tal hipótese como provável, 12,8% não sabe se repete a visita e 11,8% não equaciona um regresso ao destino turístico. Da análise estatística, constata-se que há diferenças estatisticamente significativas relativamente a esta intenção se se considerar a nacionalidade ($p = 0,000$), o rendimento mensal médio do agregado familiar, as habilitações literárias ($p = 0,001$), a situação profissional ($p = 0,004$), a idade ($p = 0,017$), o sexo ($p = 0,028$), mas também o facto de ser a primeira vez ou não no destino turístico ($p = 0,000$) e o lugar de inquirição ($p = 0,000$).

No fundo, a intenção de recomendar e regressar refletem a procura turística registada nos postos de informação turística nos últimos anos.

Conclusões

A reflexão desenvolvida, centrada na emergência de novos consumos turísticos e novos destinos como as *Aldeias Históricas de Portugal*, mostra que este território à semelhança de outros territórios do interior português sofreu fortes transformações e com sentidos opostos nas últimas décadas. Por um lado, um fenómeno de êxodo rural e como consequência direta o desaparecimento de atividades económicas (predominantemente agrícola), mas com isso, conseguiram uma entrada “direta” para o “livro” do esquecimento e isolamento territorial. Em sentido oposto, estes territórios tornaram-se lugares de interesse e atratividade para o Homem urbano. Este progressivo insinuar do urbano sobre o rural refletiu-se no aparecimento e implementação de múltiplas iniciativas de desenvolvimento com fortes investimentos públicos (nacionais e comunitários), intervenções de imagem para vender o território ao turista (requalificação dos aglomerados e reabilitação ou reconversão de espaços) e dotação do território de um conjunto de infraestruturas de suporte à atividade turística, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população residente.

Se é inegável a emergência de novos movimentos para os espaços longínquos do seu ambiente quotidiano (cosmopolita), os espaços naturais e rurais, também não é menos verdade a crescente proliferação de destinos que cada vez mais se confundem entre espaços turísticos e não turísticos ou se quisermos zonas de trânsito, prevalecendo uma falta de articulação entre destinos turísticos em territórios do interior. A nossa análise ao perfil do visitante do destino turístico em estudo confirmou essa procura e satisfação urbana por estas aldeias para o lazer, recreio e férias pelas capacidades de

atração do território ao nível dos recursos culturais e históricos, paisagem e natureza, tranquilidade e ambiente relaxante e gastronomia. Por outro lado, os impactes da atividade turística no destino são parcos em razão da ausência de atividades e experiências dos visitantes com o espaço ou se quisermos com a cultura local e atividades agrícolas; do fraco tempo de permanência no destino turístico dos visitantes; do baixo gasto médio/diário por visitante; da falta de exclusividade do destino e; dos problemas de funcionamento de algumas das principais componentes do subsistema da oferta turística (acessibilidades, alojamento, restauração, comércio, conservação do património, informação/comunicação, animação, entre outras). Ora, tudo isto coloca em causa as políticas públicas e estratégias de desenvolvimento para revitalização económica e social destas aldeias, bem como o “velho” discurso de que o turismo é a panaceia para resolução de todos os condicionalismos e problemáticas inerentes ao desenvolvimento dos territórios rurais de baixa densidade.

Existe, por isso, uma realidade territorial que os dados deste trabalho ajudam a compreender as múltiplas transformações associadas aos territórios rurais e ao turismo e, por outro, um desmitificar de uma certa utopia em torno destas redes turísticas desenvolvidas no âmbito das políticas públicas.

Notas

Por decisão pessoal, as autoras do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

- 1 Os dados dos visitantes das *Aldeias Históricas de Portugal* foram recolhidos no âmbito da tese de doutoramento da primeira autora deste artigo (Reis, 2017).
- 2 Coordenadora do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas (1996-2010).
- 3 Foram administrados em Almeida (79), Belmonte (25), Castelo Novo (17), Castelo Rodrigo (51), Idanha-a-Velha (19), Linhares da Beira (24), Marialva (16), Monsanto (28), Piódão (16), Sortelha (54), Trancoso (38) e Castelo Mendo (33).
- 4 Em 2016, cerca de 43,7% das camas estavam localizadas em Belmonte (169) e Trancoso (141), distribuídas por 14 empreendimentos turísticos (Reis, 2017).
- 5 Esta atividade não é opção na Aldeia Histórica do Piódão por inexistência de arquitetura militar.

Referências

- Bacal, S. (2003). *Lazer e o universo dos possíveis*. São Paulo: Editora Aleph.
- Baptista, F. (2006). O rural depois da agricultura. Em M. Fonseca (Ed.), *Desenvolvimento e território – Espaços rurais pós-agrícolas e os novos lugares de turismo e lazer* (pp. 85-100). Lisboa: CEG.

- Boura, I. (2004). Património e mobilização das comunidades locais: Das Aldeias Históricas de Portugal aos contratos de Aldeia. *Cadernos de Geografia*, 21/22, 115-126.
- Bugeda, J. (1974). *Manual de técnicas de investigación social*. Madri: Instituto de Estudios Políticos.
- Correia, J., e Carvalho, P. (2010). Turismo e desenvolvimento rural. O caso do Piódão (Aldeias Históricas de Portugal). *Cadernos de Geografia*, 28/29, 117-130.
- Covas, A., e Covas, M. (2011). *A grande transição: Pluralidades e diversidade no mundo rural*. Lisboa: Edições Colibri.
- Crick, M. (2007). A difficult passage, largely unassisted. Em D. Nash (Ed.), *The study of tourism: Anthropological and sociological beginnings* (pp. 60-75). Amsterdã: Elsevier.
- Crompton, J. (1979). Motivations for pleasure vacation. *Annals of Tourism Research*, 6(4), 408-424.
- Eusébio, C., e Kastenholz, E. (2011). Quem procura o turismo no espaço rural? Especificidades do mercado da Região Centro de Portugal. Em E. Figueiredo (Coord.), *O rural plural – Olhar o presente, imaginar o futuro* (pp. 215-230). Castro Verde: 100Luz.
- Ferrão, J. (2018). Despovoamento em áreas rurais: Entre a inevitabilidade e a capacidade de transformação. *CULTIVAR – Cadernos de Análise e Prospetiva*, 11, 13-19.
- Figueiredo, E. (2003). Quantas mais “aldeias típicas” conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. Em O. Simões, e A. Cristóvão (Org.), *TERN – Turismo em espaços rurais e naturais* (pp. 65-81). Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.
- Figueiredo, E. (2018). Entre o abandono e o idílio – Representações sociais dos territórios rurais em Portugal. *CULTIVAR – Cadernos de Análise e Prospetiva*, 11, 39-48.
- Fortuna, C. (1999). *Identidades, percursos, paisagens culturais*. Oeiras: Celta Editora.
- Fortuna, C., e Ferreira, C. (1996). O turismo, o turista e a (pós)modernidade. *Oficina do CES*, 80, 1-17.
- Hill, M., e Hill, A. (2009). *Investigação por questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Hughes, G. (2007). Turismo, sustentabilidade e teoria social. Em A. Lew, M. Hall, e A. Williams (Eds.), *Compêndio de turismo* (pp. 557-569). Lisboa: Instituto Piaget.
- INE. (2014). *XV Recenseamento geral da população portuguesa 2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Joaquim, M. (2015). *Viajantes, viagens e turismo – Narrativas e autenticidades*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Kastenholz, E. (2000). The market for rural tourism in north and central Portugal: A benefit segmentation approach. Em D. Richards, e D. Hall, D. (Ed.), *Tourism and sustainable community development* (pp. 268-284). Londres: Routledge.
- Kastenholz, E. (2006). O marketing de destinos turísticos – O seu significado e potencial, ilustrado para um destino rural. *Journal of Tourism and Development*, 6, 31-44.

- Kastenholz, E., Eusébio, C., Figueiredo, E., Carneiro, M., e Lima, J. (2014). *Reinventar o turismo rural em Portugal – Cocriação de experiências turísticas sustentáveis*. Aveiro: UA Editora.
- Krippendorff, J. (1986). The new tourist – Turning point for leisure and travel. *Tourism Management*, 7(2), 131-135.
- Lane, B. (2009). Rural tourism: An overview. Em T. Jamal, e M. Robinson (Eds.), *The SAGE handbook of tourism studies* (pp. 354-370). Londres: Sage.
- MacCannell, D. (1973). Staged authenticity: Arrangements of social space in tourist settings. *American Journal of Sociology*, 79(3), 589-603.
- MacCannell, D. (1976). *The tourist a new theory of the leisure class*. Nova Iorque: Schocken Books.
- Marujo, M. (2008). *Turismo e comunicação*. Castelo Branco: RVJ-Editores.
- OCDE. (1994). *Tourism strategies and rural development*. Paris: OCDE.
- Pereiro, X. (2018). Abordagem exploratória do turismo rural de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal). *Análise Social*, LIII(1), 2182-2999.
- Poon, A. (1993). *Tourism, technology and competitive strategies*. Oxford: Cab International.
- Poon, A. (2003). Competitive strategies for a “new tourism”. Em C. Cooper (Ed.), *Aspects for tourism: Classic reviews in tourism* (pp. 130-142). Clevedon: Channel View Publications.
- Reis, P. (2017). *Turismo, planeamento e desenvolvimento regional – Estratégias de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, M., e Marques, C. (2002). Rural tourism and the development of less favoured areas – Between rhetoric and practice. *International Journal of Tourism Research*, 43, 211-220.
- Santos, M., Baltazar, M. S., e Grosso, L. (2012). Desenvolvimento sustentável em territórios de baixa densidade: Entre a utopia e a realidade. Em M. S. Baltazar, M. Santos, e F. Sabino, F. (Coord.), *Empreendedorismo, igualdade de género e desenvolvimento regional e local – Contributos da parceria institucional do Winnet 8* (pp. 19-31). Lisboa: Editora Caleidoscópio.
- Santos, J., e Esperança, E. (2011). *Turismo residencial. Modos de estar noutra lugar*. Lisboa: Edições Colibri.
- Silva, L. (2007). Sortelha e Monsaraz: Estudo de caso de dois lugares turísticos no interior de Portugal. *Análise Social*, XLII(184), 853-874.
- Silva, L. (2009). *Casas no campo. Etnografia do turismo rural em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Silva, L. (2013). Impactos do turismo em meio rural. Reflexões a partir de Portugal. Em V. Silva, e R. Carmo (Ed.), *Mundo rural: Mito ou ruralidade?* (pp. 295-313). São Paulo: Annablume.
- Silva, L. (2014). *Património, ruralidade e turismo. Etnografias de Portugal Continental e dos Açores*. Lisboa: ICS.
- Silva, L., e Prista, M. (2016). Social differentiation in the consumption of a pastoral idyll through tourist accommodation: Two Portuguese cases. *Journal of Rural Studies*, 43, 183-192.

- Turismo de Portugal, I.P. (TdP). (2017). *Estratégia turismo 2027*. Lisboa: Turismo de Portugal I.P.
- Uysal, M., e Hagan, L. (1993). Motivation of pleasure travel and tourism. Em M. Khan, M. Olsen, e T. Var (Eds.), *VNR's encyclopedia of hospitality and tourism* (pp. 798-810). Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold.
- Uysal, M., e Jurowski, C. (1994). Testing the push and pull factors. *Annals of Tourism Research*, 21, 844-846.
- Vicente, P., Reis, E., e Ferrão, F. (1996). *Sondagens: A amostragem como factor decisivo de qualidade*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Walmsley, D. (2003). Rural tourism: A case of lifestyle-led opportunities. *Australian geographer*, 34(1), 61-72.
- Yoon, Y., e Uysal, M. (2005). An examination of the effects of motivation and satisfaction on destination loyalty: A structural model. *Tourism Management*, 26(1), 45-56.

Data de submissão: 01/05/2019 | **Data de aceitação:** 01/08/2019



RECENSÃO
BOOK REVIEW

PEREIRA, PATRÍCIA (2018)
O PARQUE DAS NAÇÕES EM LISBOA. UMA MONTRA DA
METRÓPOLE À BEIRA TEJO. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Lígia Ferro

Instituto de Sociologia & Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Via Panorâmica Edgar Cardoso, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. Email: lferro@letras.up.pt

O Parque das Nações em Lisboa. Uma montra da metrópole à beira Tejo, publicado pela editora Mundos Sociais em 2018, é mais do que um livro sobre os processos de reconversão urbana da faixa ribeirinha oriental de Lisboa. Trata-se de um texto onde Patrícia Pereira condensou a sua investigação sobre esta zona da cidade desenvolvida entre 2008 e 2012, viajando entre escalas de análise e convocando referências teóricas clássicas e atuais, explorando finamente as conexões globais com expressão local que têm moldado o passado e o presente de Lisboa.

A importância da transformação desta área urbana, em particular marcando a emergência de novos espaços públicos e semi-públicos onde presenciamos interações em co-presença entre uma diversidade de atores sociais, a propósito de diferentes práticas e acontecimentos, já tinha sido objeto de investigação sociológica nos anos de 1990. Todavia, faltava-nos um estudo em profundidade, a partir de uma abordagem etnográfica urbana que nos permitisse ler este território à luz do espaço que ele ocupa na capital, proporcionando-nos simultaneamente uma compreensão ampla sobre o seu papel no processo de expansão metropolitana de Lisboa.

A investigação de Patrícia Pereira vem preencher esta lacuna do conhecimento científico, centrando-se na transformação urbana do Parque das Nações a partir de uma sólida matriz sociológica que maneja contributos teórico-empíricos de outras disciplinas das ciências sociais e humanas, tais como a antropologia, a geografia, o urbanismo e a história. A investigadora aplica ainda um eclético desenho metodológico, com destaque para as técnicas da observação participante e da entrevista semi-diretiva, o qual permite aceder a uma rica panóplia de dados empíricos.

Compreender uma cidade e os seus espaços implica conhecer a sua história. A autora faz um notável exercício de recolha de elementos para contextualizar historicamente a frente ribeirinha oriental de Lisboa, “pouco valorizada, ocupada por indústria pesada e poluente, outras infraestruturas pouco agradáveis à vista e à imaginação, como o matadouro, e zonas habitacionais precárias e/ou pobres e rodeada de habitação social que vai conquistando ao longo das décadas uma crescente estigmatização social” (p. 61). O livro revela que, antes do processo de reconversão urbana, este espaço da cidade se caracterizava por uma fraca dinâmica económica, onde se “organizavam sociabilidades construídas com base no interconhecimento

de longa duração e na proximidade social” (p. 154) e que o referido processo de mudança urbana implicou a geração de inseguranças e medos por parte dos residentes.

A autora vai ao âmago das lógicas inerentes aos grandes projetos de transformação urbana de frentes de água, os quais surgiram a partir dos anos de 1960 nos Estados Unidos da América, tendo-se iniciado na Europa do Sul apenas a partir de 1990. A cidade de Boston surge como um dos primeiros “laboratórios urbanos” em que estas intervenções foram concretizadas. De modo perspicaz, Patrícia Pereira toma o caso de Boston como “caso-modelo de contextualização e ponto de referência internacional” (p. 9). A investigadora passou dois períodos de trabalho em Boston, em 2009 e em 2010, centrando-se no estudo da implementação do projeto seminal de intervenção na frente de água bostoniana, assim como realizando observação de atores, grupos sociais, situações e conduzindo entrevistas a utilizadores dos espaços. A análise e reflexão sobre os dados recolhidos numa perspetiva comparativa, ilumina o caso do Parque das Nações em Lisboa, permitindo-nos complexificar o nosso olhar sobre esta grande transformação do tecido urbano da capital portuguesa.

As novas frentes de águas surgem como “montras” das cidades, expressão que Patrícia Pereira adotou de modo feliz no título do seu livro, contribuindo para a ampliação do reconhecimento internacional e da capacidade competitiva entre cidades. A grande transformação da frente ribeirinha oriental de Lisboa integra-se num movimento global de competição entre cidades portuárias que procuram afirmar-se como metrópoles europeias de reconhecida vitalidade urbana. A transformação desta zona urbana alfacinha, veio trazer novos fluxos e uma nova dinâmica à cidade.

Apesar de parecer que havia inicialmente uma preocupação com a criação de habitação para diferentes classes sociais, o estudo apresentado evidencia claramente o papel central do Estado na promoção da gentrificação na área do Parque das Nações, principalmente porque percebemos que foi feito um investimento em favor dos interesses privados, resultando num “elevado grau de homogeneidade socioeconómica do ponto de vista residencial” (p. 188).

O acelerado processo de desocupação desta área urbana foi bem-sucedido, principalmente devido à realização da EXPO 98 e à pressão que a organização do evento colocou quer em indivíduos, quer em institutos (incluindo institutos e empresas), levando a uma certa flexibilidade de procedimentos. Estes processos afetaram profundamente a vida dos residentes com menos recursos socioeconómicos e, em particular, aqueles a quem se associa um estigma social patente na exclusão a que são votados, como a população cigana, aqui apontada como a que mais sofreu com este processo.

Embora exista uma homogeneidade social no que diz respeito à composição dos residentes do Parque das Nações, a investigadora revela com acuidade que os seus espaços públicos são usados por uma diversidade de atores e atravessados por um conjunto de manifestações de lazer e sociabilidade que a mesma tipifica de “convencionais” (atividades desportivas, de consumo, de lazer diurno ou noturno, etc.), “emergentes” (*dance mobs*, “tardes de ócio sénior”, sessões fotográficas, etc.) e “transgressoras ou contestadas” (pesca, festejos desportivos “eufóricos”, venda ambulante) (pp. 190-191). No âmbito destas manifestações, pode verificar-se a produção do espaço por parte de indivíduos com origens socioeconómicas muito diferentes. Assim, se existe uma homogeneidade residencial no Parque das Nações, ela é acompanhada por uma heterogeneidade social visível nos espaços públicos, o que torna fascinante a reflexão sobre as dinâmicas de sociabilidade que perpassam esta área urbana de Lisboa.

Para além da compreensão do processo subjacente à transformação metropolitana de Lisboa e do papel desempenhado pela mudança da zona ribeirinha oriental, a leitura deste livro torna-se obrigatória para entender a complexidade das novas dinâmicas de turistificação e a intensificação dos processos de gentrificação na cidade de Lisboa. A grande aceleração destes processos, com impacto nos setores do comércio, serviços, habitação, cultura e lazer, implica uma reflexão sobre a história da cidade e sobre o protagonismo do Estado nas suas recentes reconfigurações urbanas.

Revelando um grande rigor intelectual e científico, Patrícia Pereira oferece-nos também o precioso testemunho do seu processo de pesquisa “norteado por questões que foram reformuladas ao longo do tempo” (p. 187), o qual se revela útil para quem pretenda realizar investigação sobre reabilitação urbana de frentes de água e mudanças à escala metropolitana.

Na introdução, a autora dá-nos as boas-vindas a bordo e conduz-nos na viagem da sua pesquisa nunca sacrificando o detalhe, com uma leveza narrativa que nos faz chegar inesperadamente ao fim do texto. A estratégia narrativa vai envolvendo o leitor na reflexão, conduzindo-o pelas principais referências teóricas neste domínio de estudos, passando pela contextualização histórica, geográfica e social da frente ribeirinha oriental de Lisboa, assim como introduzindo o leitor às propostas do plano e urbanização do Parque das Nações, para, finalmente, o levar a conhecer os espaços públicos e as sociabilidades de hoje nesta zona urbana da capital. Patrícia Pereira vai trazendo lentamente o leitor até ao Parque das Nações dos dias de hoje, elaborando uma complexa reflexão sobre discursos e práticas de uma grande variedade de atores e grupos que cruzam espaços e tempos.

Trata-se de um livro a ler, capaz de interessar a sociólogos, antropólogos, urbanistas, geógrafos, historiadores, entre outros investigadores a atuar no campo

dos estudos urbanos, assim como poderá suscitar o interesse de um público mais alargado que pretenda conhecer as recentes transformações urbanas da cidade de Lisboa.

Nota

Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Data de submissão: 24/11/2019 | **Data de aceitação:** 09/12/2019



NORMAS PARA AUTORES

SUBMISSION GUIDELINES

NORMAS PARA AUTORES

1. A SOCIOLOGIA *ON LINE* só aceita propostas para publicação de artigos originais, que não tenham sido anteriormente publicados nem que estejam em revisão noutra revista;
2. Os artigos poderão ser escritos em Português, Inglês, Francês, Espanhol ou Italiano;
3. Os artigos deverão ser submetidos para sociologiaonline@aps.pt;
4. A Direção da revista procede a uma avaliação inicial de todos os artigos. No caso dos artigos se adequarem à SOCIOLOGIA *ON LINE* e cumprirem as normas de publicação, encetar-se-á um processo de revisão que recorre a avaliadores/as externos/as e decorre no formato de duplo anonimato, segundo o qual os/as revisores/as desconhecem o nome dos/as autores/as e os autores/as desconhecem o nome dos/as revisores/as. Este processo inclui pelo menos dois/duas revisores/as. A decisão final de publicação pertence à Direção da SOCIOLOGIA *ON LINE*.
5. Todos os artigos serão sujeitos a um sistema de deteção de plágio, implicando a sua deteção o impedimento de publicação do trabalho submetido e de outras publicações durante um período de tempo a definir pela Direção da revista;
6. Os artigos propostos à SOCIOLOGIA *ON LINE* devem ser enviados num ficheiro Word, a corpo 12, fonte *Times New Roman* e espaço 1,5 sendo a sua revisão gramatical e sintática da responsabilidade dos/as autores/as;
7. Os artigos não deverão ultrapassar 9000 palavras, incluindo notas finais e referências bibliográficas. Os textos de reflexão e ensaios não devem ultrapassar 6000 palavras, e as resenhas as 1500 palavras;
8. Sugere-se que os autores sigam a seguinte estrutura geral de artigos: Introdução; Enquadramento teórico; Metodologia; Resultados; Conclusões; Agradecimentos (opcional); Notas (opcional); Referências;
9. As notas devem ser em número reduzido e apresentadas em corpo 10. A sua numeração será contínua, do início ao fim do artigo, e situar-se-ão no final do texto, imediatamente antes das “Referências”;
10. Os textos escritos em Português deverão incluir uma nota final que explicita a utilização ou não utilização do novo acordo ortográfico. Sugere-se a utilização de uma das seguintes opções “Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem/não escrevem segundo o novo acordo ortográfico”;
11. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em tabelas e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos. Os textos poderão apresentar no máximo 6 tabelas e 6 figuras. Os títulos de tabelas devem ser apresentados a **Bold**, centrados, em corpo

12 e fonte *Times New Roman*; deve ainda existir um espaço entre o texto e o título do gráfico/tabela e um espaço entre o título e o respetivo gráfico/tabela. Sempre que uma tabela fique cortada, deve transitar para a folha seguinte;

12. Os elementos não textuais devem ser enviados num ficheiro separado no seu formato original (Excel, SPSS, outros) ou nos seguintes formatos:

EPS (ou PDF): Desenhos vetoriais

TIFF (ou JPG): Imagens a cor ou em escala cinza: Resolução mínima de 300 dpi;

13. Os artigos devem ser acompanhados de um título em Português e em Inglês; um resumo de 150 palavras em Português e outro em Inglês (incluindo uma breve introdução ao estudo; uma referência às abordagens teórica e metodológica utilizadas; os principais resultados; a conclusão e a relevância do trabalho); 4 palavras-chave em Português e 4 palavras-chave em Inglês. Os artigos escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto;
14. Os dados de identificação de todos/as os/as autores/as terão de indicar as seguintes informações: instituição discriminada a três níveis (ex. Universidade; Faculdade; Departamento ou Unidade de Investigação); código postal; cidade; país e endereço de *email*. O autor de correspondência deverá apresentar a morada institucional completa;
15. No caso dos textos incluírem uma seção de “Agradecimentos”, esta deverá surgir após as “Conclusões” e antes das “Notas finais” e “Referências”;
16. As citações, as referências no texto e a referência bibliográfica devem obedecer às normas *APA 6th Edition*;
17. Os direitos de *copyright* são pertença da *Associação Portuguesa de Sociologia*. Todos os artigos encontram-se disponíveis livremente em <http://revista.aps.pt/pt/inicio/>

SUBMISSION GUIDELINES

1. SOCIOLOGIA *ON LINE* publishes original research on Social Sciences that was not previously published or that is not being considered for publication elsewhere;
2. Articles may be written in Portuguese, English, French, Spanish or Italian;
3. Manuscripts must be submitted to sociologiaonline@aps.pt;
4. All articles are initially evaluated by the Direction of SOCIOLOGIA *ON LINE*. Manuscripts that comply with the Journal's publication standards are independently evaluated by at least two experts. The Journal uses a double-blind peer review system, which means that the identities of the authors are concealed from the reviewers, and vice versa. The Direction of SOCIOLOGIA *ON LINE* is responsible for the final publication decision;
5. SOCIOLOGIA *ON LINE* uses a plagiarism detection software. Authors found to have plagiarized the work of others or their own will not be able to publish the submitted work and other publications in SOCIOLOGIA *ON LINE* during a period of time to be established by the Journal's Direction;
6. Manuscripts proposed to SOCIOLOGIA *ON LINE* must be submitted in a Word file with the text in 12-point Times New Roman and 1,5 line spacing. Authors are responsible for the grammatical and syntactical revision of the articles;
7. Manuscripts should not exceed 9000 words, including final notes and bibliography. Reflections should not exceed 6000 words, and book reviews 1500 words;
8. Authors are encouraged to follow the following general structure of papers: Introduction; Theoretical framework; Methodology; Results; Conclusions; Acknowledgments (if applicable); Notes (if applicable); References;
9. Notes should be used sparingly. In addition, they should be presented in 10-point Times New Roman, with continuous numbering, from the beginning to the end of the article. All notes must be placed at the end of the text, just before the "References";
10. Manuscripts written in Portuguese should include a final note stating whether they follow or not the spelling agreement;
11. Non-textual elements should be presented in tables or figures and identified with continuous Arabic numerals. A maximum of 6 tables and 6 figures is allowed. Table titles should be presented in 12-point Times New Roman, bold and centred. There should be a space between the text and the title of the table or figure and a space between the title and the corresponding table or figure. Tables/figures must be kept in one sheet;

12. Non-textual elements should additionally be sent in a separate file in their original format (Excel, SPSS, others) or in the following formats:
EPS (or PDF): Vector drawings
TIFF (or JPG): Color or grayscale images: 300 dpi minimum resolution;
13. All manuscripts must present a title in Portuguese and a title in English. In addition, all articles must present a summary of 150 words in Portuguese and a summary of 150 words in English (including a brief introduction to the study and its theoretical and methodological approaches; the major results; conclusion and the relevance); 4 keywords in Portuguese and 4 keywords in English. Articles written in languages other than the previous ones should also present a title, abstract and keywords in the original language of the text;
14. Authors must specify the following information regarding their affiliations: institution discriminated at three levels (*e.g.* University, School, Department or Research Unit); Postal Code; City; Country and e-mail address. The correspondence author must present the complete institutional address;
15. If the manuscripts include a section of “Acknowledgments”, this should be included after the “Conclusions” and before “Notes” and “References”;
16. Citations, references in the text and bibliographic references must comply with the APA 6th Edition;
17. The *Associação Portuguesa de Sociologia* retains copyright of all published manuscripts. All texts are freely available at <http://revista.aps.pt/en/home-page/>